HAITONG

Relatório e Contas

2023



HAITONG BANK, S.A.

Edifício Quartzo Rua Alexandre Herculano, 38
1269-180 Lisboa | PORTUGAL
Capital Social: 871 277 660 euros
Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e Pessoa Coletiva: 501 385 932

PORTUGAL

Haitong Bank, S.A
Rua Alexandre Herculano, 38
1269 -180 Lisboa | Portugal
Tel: + 351 21 319 69 00
Email: info.haitongbank@haitongib.com

ESPANHA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Espanha
Paseo de la Castellana 52, 1º andar
28046 Madrid | Espanha
Tel: + 34 914005400
Email: info.spainbranch@haitongib.com

POLÓNIA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Varsóvia
Zlota 59, 5º andar
00-120 Varsóvia | Polónia
(Entrada "Lumen" pela Pawła II Avenue)
Tel: + 48 22 347 4000
Email: info.warsawbranch@haitongib.com

REINO UNIDO

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Londres
8 Finsbury Circus, EC2M 7EA
Londres | Reino Unido
Tel: +44 207 4569191
Email: info.ukbranch@haitongib.com

BRASIL

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A
Av. Brigadeiro Faria Lima,3729 – 8º andar
Itaim Bibi, CEP 04538-905, São Paulo | Brasil
Tel: + 55 11 3074 7444
Email: info.haitongbrazil@haitongib.com.br

MACAU

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Macau
Avenida Doutor Mário Soares, 300 – 322
Centro Financeiro e Tecnológico de Macau 20º andar, F | Macau
Tel: +853 8290 1000
Email: info.macaubranch@haitongib.com

FRANÇA

Haitong Bank, S.A., Escritório de Representação de Paris
10, Avenue Franklin Roosevelt
75008 Paris | França
Tel. +331 43 87 49 30
Email: Info.paris@haitongib.com

RELATÓRIO DE GESTÃO 4
Mensagem Conjunta do Chairman e do CEO 5
Estrutura Organizacional 7
Senior Management 8
Estratégia de Negócio 10
Produto 11
Modelo de Negócio 11
Corporate Solutions 12
Mercado de Capitais 14
Structured Finance 22
Fusões e Aquisições 26
Fixed Income 31
Corporate Derivatives 37
Asset Management 39
Private Equity 42
Pessoas 44
Recursos Humanos 44
Performance Financeira 47
Ambiente Macroeconómico 47
Análise Financeira 52
Eventos Corporativos 54
Rating 54
Tesouraria 55
Gestão de Risco 57
Governance 57
Risco de Crédito 59
Risco de Mercado 64
Risco Operacional 66
Risco de Liquidez 68
Gestão de Capital 69
RELATÓRIO FINANCEIRO 72
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas às Contas 73
Demonstrações Financeiras Individuais e Notas às Contas 212
RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 336
ANEXOS 374
Informação não Financeira e sobre Diversidade 375
Proposta de Aplicação de Resultados 379
Declaração de Conformidade 380
Resumo do Relatório de Avaliação da Comissão de Auditoria 381
Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria (Contas Consolidadads e Individuais) 385
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria (Contas Consolidadas) 394
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria (Contas Individuais) 402

RELATÓRIO DE GESTÃO

MENSAGEM CONJUNTA DO CHAIRMAN E DO CEO



Pan Guangtao
Chairman



Wu Min
CEO

2023 foi um ano positivo para o Haitong Bank. Não só aumentámos o Resultado Líquido, como também melhorámos o balanço em termos da qualidade dos ativos, fontes de financiamento e preservação de capital. Ao longo do ano implementámos, de forma consistente, a nossa estratégia de desenvolvimento de um negócio sustentável, criador de valor e de opções estratégicas para o Acionista. O Haitong Bank conseguiu atingir estes resultados apesar do difícil ambiente macroeconómico e geopolítico vivido ao longo do ano.

Um destes obstáculos consistiu nas estratégias adotadas pelos principais países ocidentais em relação à China, conduzindo a uma deslocalização dos fluxos económicos e de investimento e fragmentação geoeconómica. Nesta conjuntura, o negócio do Banco nos mercados do Ocidente teve um desempenho relativamente mais favorável do que o negócio com a China. Esta resiliência é prova de que o modelo de negócio multinacional do Banco efetivamente funciona.

Em 2023, o Haitong Bank conseguiu aumentar o Resultado Líquido em 55%, para 17 milhões de euros, para o que contribuíram as atividades de crédito do Banco e a gestão proativa do passivo, resultando num crescimento significativo da Margem Financeira Líquida, que mais do que duplicou, atingindo 36 milhões de euros. Mantivemos também um controlo rigoroso dos custos, que registaram uma pequena redução, não obstante o ambiente inflacionista na maioria dos mercados em que operamos.

Em resultado da forte disciplina em matéria de crédito, os nossos indicadores de Qualidade dos Ativos apresentaram-se consistentemente fortes, com um rácio de NPL de 1,2% e NPE de 1,4% no final de 2023. Quanto ao capital, a sua utilização eficaz é motivo de orgulho para nós, assim como a preservação do seu valor: o Banco mantém uma forte capitalização, com um rácio CET1 de 19,0% e um rácio de Capital Total de 23,8%.

O início de 2024 marcou ainda a transição para um novo mandato do Conselho de Administração do Haitong Bank. Gostaríamos de expressar a nossa gratidão aos membros do Conselho de Administração que terminaram os seus mandatos pela sua dedicação e importante contributo. Damos também calorosas boas-vindas aos novos membros do Conselho de Administração para a nova jornada que se avizinha. Apesar de ainda enfrentar grandes desafios, o futuro do Haitong Bank será suportado por alicerces cada vez mais sólidos.

Olhando para os últimos anos, podemos observar como o Banco realizou uma transformação profunda e estruturada. Construímos um modelo de negócio competitivo, consolidámos o âmbito das nossas áreas de negócio e melhorámos a afetação de recursos, através de uma utilização eficiente do capital e da alavancagem. Desenvolvemos também iniciativas estratégicas para reforçar a nossa presença em regiões como Londres, Macau e Paris e em áreas de negócio como a Gestão de Ativos e o Online Banking.

A chave para o sucesso do Haitong Bank tem residido numa forte aposta na implementação de mecanismos de controlo nas nossas atividades, incluindo uma gestão de risco extremamente rigorosa, a aplicação de checks and balances eficazes e um adequado equilíbrio institucional de poderes, bem como uma atitude responsável transversal às nossas diversas áreas de negócio e geografias.

Como banco corporativo e de investimento, temos igualmente seguido uma estratégia consistente e bem ancorada nas nossas operações locais na Europa, América Latina e China. Este posicionamento permitiu-nos melhorar a nossa resiliência e diferenciação face aos concorrentes, tanto no Ocidente como na China.

O ano de 2024 deverá ser mais um ano cheio de desafios – desafios esses que o Haitong Bank está preparado para enfrentar, aproveitando as oportunidades de crescimento originadas nas suas sucursais e subsidiárias com o apoio contínuo do Acionista.

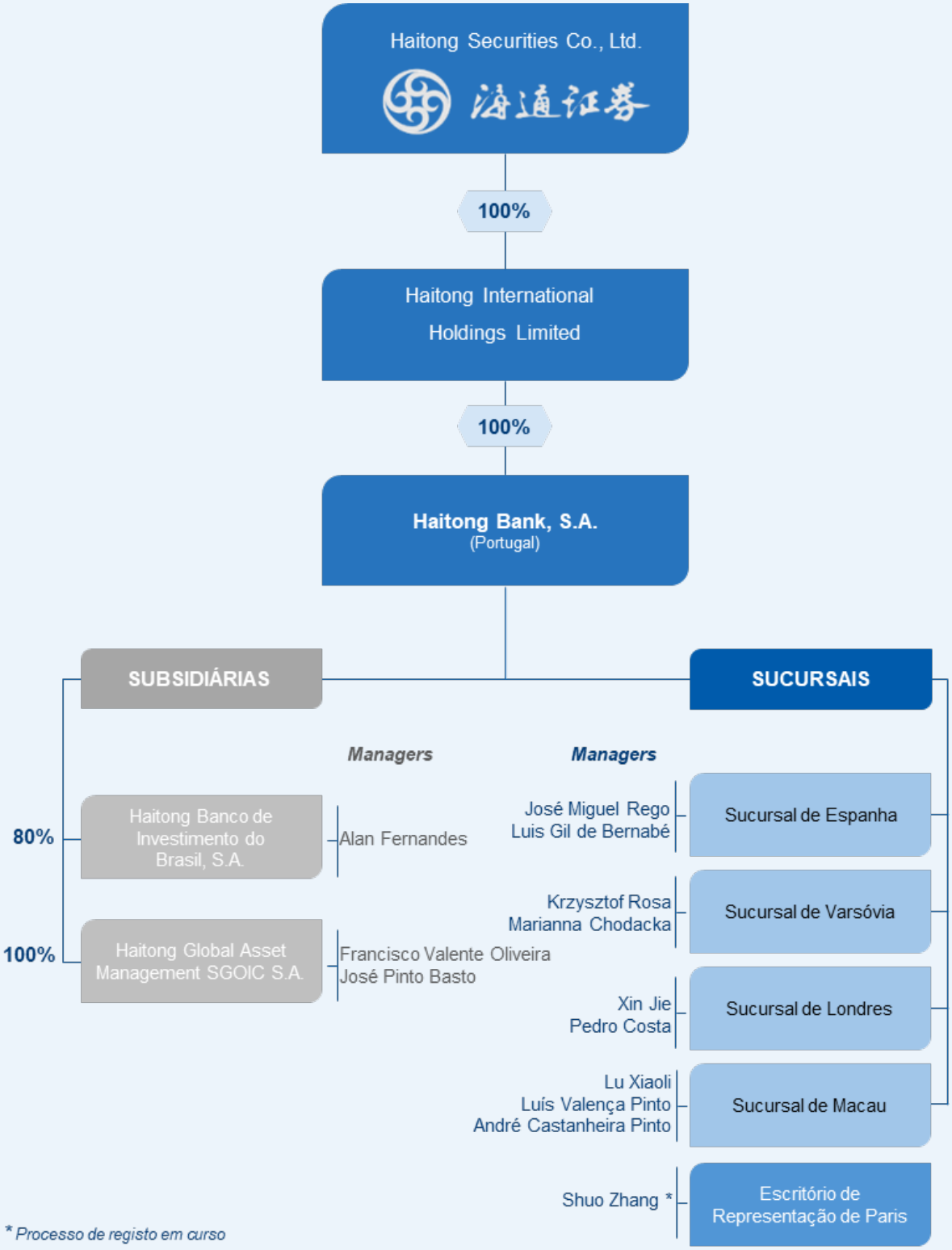
PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

(milhões de euros)

	dezembro 2023	*dezembro 2022*	*dezembro 2021*
Balanço			
Total de Ativo	3,499	3,416	2,747
Total de Passivo	2,846	2,788	2,140
Total de Capital Próprio	652	628	607
Resultados			
Produto Bancário	76	74	89
Custos Operacionais [2]	-60	-61	-60
Resultado Operacional [2]	16	13	29
Imparidades e Provisões	11	0	-20
Resultado Líquido	17	11	4
Rentabilidade			
Rentabilidade dos capitais próprios médios ("ROE")	2,7%	1,8%	0,6%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios [1]	4,2%	2,1%	1,4%
Rentabilidade do ativo líquido médio ("ROA")	0,5%	0,3%	0,1%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio [1]	0,8%	0,4%	0,3%
Produto Bancário / Ativo líquido médio [1]	2,2%	2,3%	3,3%
Eficiência			
Custos Operacionais / Produto Bancário ("Cost to Income ratio") [1]	79,2%	82,9%	67,7%
Custo com o Pessoal / Produto Bancário [1]	52,5%	53,5%	41,8%
Qualidade de Crédito			
Carteira de Crédito (bruta)	696	786	632
Reforço de Provisões para Crédito	-3	1	3
Rácio de crédito não produtivo ("NPL ratio")	1,2%	1,2%	2,1%
Cobertura de crédito não produtivo	48,4%	64,6%	42,1%
Solvabilidade			
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 *(phased-in)*	19,0%	17,4%	18,9%
Rácio Fundos Próprios Totais *(phased-in)*	23,8%	21,8%	23,6%
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 *(fully-loaded)*	19,0%	17,3%	18,8%
Rácio Fundos Próprios Totais *(fully-loaded)*	23,8%	21,8%	23,5%
Alavancagem			
Rácio de Alavancagem *(phased-in)*	11,5%	12,2%	17,0%
Rácio de Alavancagem *(fully-loaded)*	11,5%	12,2%	17,0%
Posição de Liquidez			
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	151%	145%	142%
Rácio de Cobertura de Liquidez ("LCR")	275%	236%	183%
Rácio de Transformação [1]	84%	107%	63%
Nº de Colaboradores	356	357	357

(1) Indicadores de referência do Banco de Portugal (Instruções 23/2011)
(2) Exclui Imparidades e Provisões

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



SENIOR MANAGEMENT

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração



Pan Guangtao

Presidente da Comissão Executiva e
Membro Executivo do Conselho de Administração



- Tesouraria e Fixed Income
- Corporate Solutions
- CEO Office
- Recursos Humanos
- Financeiro

Wu Min

Membro Executivo do Conselho de Administração



- CEO do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.

Alan Fernandes

Membro Executivo do Conselho de Administração



- M&A
- Mercado de Capitais
- Structured Finance
- Asset Management
- Corporate Derivatives Desk
- Haitong Global Asset Management SGOIC S.A.

Miguel Guiomar

Membro Executivo do Conselho de Administração



- Compliance & AML-FT
- Jurídico
- Special Portfolio Management
- Informática & Cyber Security
- Online Banking
- Administrativo

Nuno Carvalho

Membro Executivo do Conselho de Administração



- Gestão de Risco
- Rating
- Operações

Vasco Câmara Martins

Membro Executivo do Conselho de Administração



- Sucursal de Macau
- M&A-EU Business Development

Lu Xiaoli (Nick Lu)

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



António Domingues

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Maria do Rosário Ventura

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Martina García

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Zhang Xinjun (Jeff Zhang)

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração



Chen Xuemei (Michelle Chen)

Senior Managers com Assento na Comissão Executiva



- Responsável pelo CEO Office e pela Sucursal de Londres
- Secretário da Sociedade

Pedro Costa



- Responsável pelo Departamento Financeiro
- Secretário Suplente da Sociedade

António Pacheco

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

O Haitong Bank é um banco corporativo e de investimento empenhado em apoiar os seus Clientes no mercado nacional e em transações *cross-border*.

A estratégia do Banco visa aproximar Clientes a oportunidades de negócio através de uma vasta rede, aliando a longa experiência do Banco na Europa e América Latina com uma importante ligação à China.



A estratégia do Haitong Bank assenta em três pilares:

- Franchise histórico na Europa e na América Latina;
- Ângulo chinês, através da Sucursal de Macau e conectividade com o grupo; e
- Negócio *cross-border*.

Nos últimos anos, o Banco tem seguido uma estratégia coerente, suportada na sua presença internacional na Europa, na América Latina e na China. Este posicionamento permitiu ao Banco aumentar a sua resiliência e diferenciação face a outros concorrentes ocidentais e chineses.

Através das suas operações em Portugal, Espanha, Reino Unido, Polónia, Brasil, Macau e Paris, o Haitong Bank está empenhado em servir os seus Clientes nacionais, empresariais e institucionais, juntamente com uma base crescente de Clientes chineses.

O elemento diferenciador do Banco reside na sua capacidade de desenvolver negócios *cross-border* com a China, em conjunto com uma longa experiência nos mercados europeu e latino-americano. A missão do Haitong Bank consiste em prestar um serviço de primeira qualidade aos seus Clientes e desenvolver o *franchise* do Grupo, criando, simultaneamente, valor para o acionista. Esta missão engloba um forte sentido de preservação de capital e uma rentabilidade consistente, impulsionada por uma abordagem conservadora na tomada de riscos e uma base de custos sustentável, operando em plena conformidade com as regras e regulamentos.

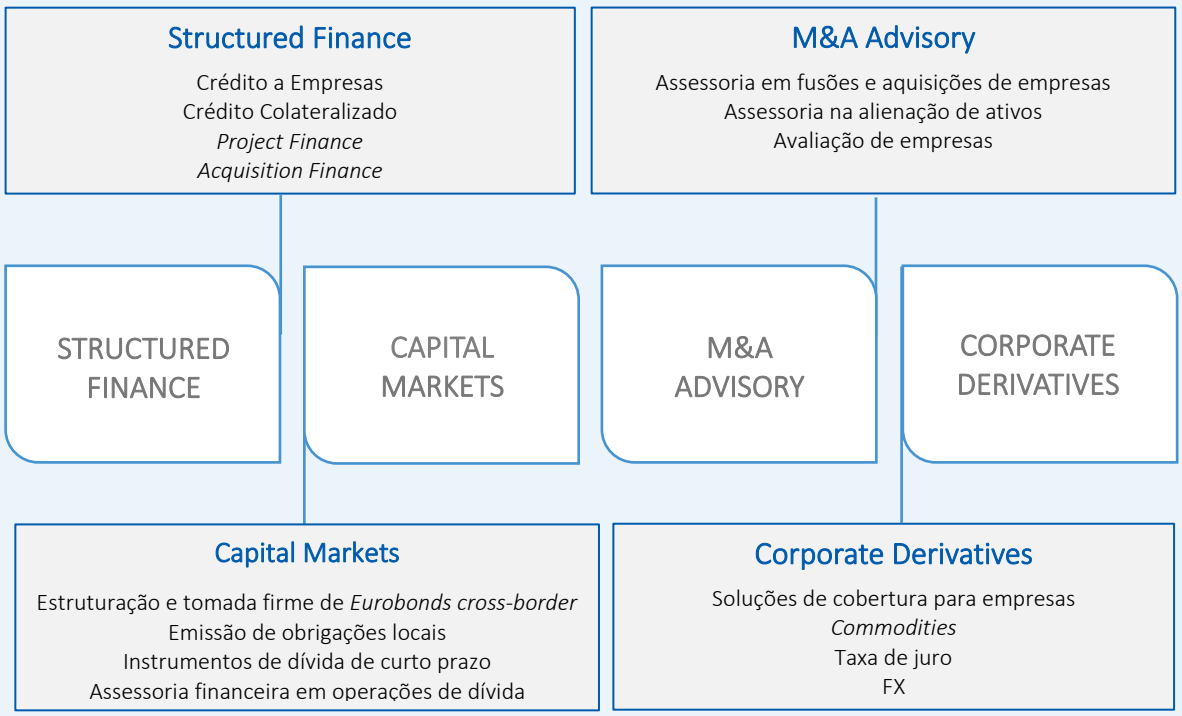
O Banco está empenhado em apoiar as atividades dos seus Clientes de forma sustentável, assegurando que todos são tratados de forma igual, que os seus interesses legais e a sua confidencialidade são protegidos e que são sempre prestados serviços eficientes e de elevada qualidade.

O Haitong Bank desempenha as suas atividades à luz de uma cultura empresarial moldada pelos seus valores corporativos: Transparência, Meritocracia, Perseverança e Integridade. Merecer a confiança e o respeito dos clientes e de outros *stakeholders*, nomeadamente as entidades reguladoras, é a pedra angular do objetivo coletivo do Banco para o sucesso. Este objetivo é sustentado por uma organização coerente, baseada em regras, com um código de conduta, uma estratégia e uma estrutura de governo claros e bem definidos.

PRODUTO

MODELO DE NEGÓCIO

CORPORATE & INVESTMENT BANKING



INSTITUTIONAL SERVICES



CORPORATE SOLUTIONS

Visão Geral

A Direção de Corporate Solutions desempenha um papel fundamental na promoção e manutenção de relações de proximidade com os diversos Clientes do Haitong Bank. Como pedra angular do compromisso de excelência assumido pelo Banco, esta Direção interage estrategicamente com os Clientes para compreender as suas necessidades financeiras, oferecer soluções personalizadas e assegurar uma experiência integrada e consistente. Contribuindo para a sua missão de ser um parceiro financeiro de confiança, a Equipa de Corporate Solutions atua com dedicação e experiência em diversos mercados financeiros e setores.

Entre as principais responsabilidades da Direção de Corporate Solutions, destaca-se a gestão da relação com os Clientes. A Equipa dedica-se a construir e a fomentar relações de longo prazo com os Clientes, tanto no segmento *corporate*, como no de *high-networth individuals* (HNWI). Através de uma comunicação contínua e de interações personalizadas, a Equipa procura compreender os objetivos financeiros específicos e a tolerância ao risco de cada Cliente.

Os *Senior Bankers* atuam como o principal ponto de contacto, estabelecendo a ligação entre os Clientes e os especialistas de produtos e assegurando que estes recebem informações oportunas e relevantes sobre tendências de mercado, oportunidades de investimento e estratégias financeiras.

Trabalhando em estreita colaboração com os seus especialistas de produto e outras equipas internas, o Haitong Bank concebe produtos e soluções financeiras inovadoras alinhadas com os objetivos dos Clientes e com as tendências do mercado. Neste âmbito, a Direção de Corporate Solutions empenha-se ativamente no desenvolvimento de produtos, visando responder tanto à evolução das necessidades dos Clientes, como às dinâmicas do mercado. Este compromisso para com a inovação permite a esta Direção oferecer uma gama diversificada de opções de investimento, desde os produtos mais tradicionais até a produtos estruturados, proporcionando aos Clientes um conjunto abrangente de opções que lhes permitam atingir os seus objetivos financeiros específicos.

Estratégia

O Haitong Bank beneficia de um posicionamento estratégico único e diferenciado que combina o Ângulo Chinês com uma presença enraizada em vários mercados domésticos na Europa, América Latina e Macau.

A Direção de Corporate Solutions desempenha um papel central na estratégia do Banco, assente no crescimento sustentável da base de clientes nas várias regiões onde o Banco atua.



Destaques da Atividade

No geral, a atividade com Clientes recuperou ao longo de 2023, não obstante o difícil contexto macroeconómico. A Equipa de *Senior Bankers* aprofundou a colaboração com os atuais e novos Clientes, que registaram níveis crescentes de atividade com o Banco em múltiplos produtos.

Em 2023, a Equipa de Corporate Solutions continuou a trabalhar em estreita colaboração com os vários especialistas de produto, promovendo um alinhamento estratégico abrangente entre os Clientes e as áreas de produto do Banco, nomeadamente:

- **Structured Finance:** o Banco continuou a expandir a sua carteira de crédito, oferecendo soluções customizadas a Clientes em múltiplos setores, nomeadamente crédito colateralizado, financiamento imobiliário, *acquisition finance* e empréstimos sindicados;
- **Mercado de Capitais:** o Banco manteve um apoio contínuo na originação de transações domésticas de mercado de capitais, nomeadamente na emissão de obrigações, e instrumentos de curto prazo, como o papel comercial. Estas transações envolveram diversas moedas (EUR, USD, CNY, JPY, PLN e BRL), tendo sido realizadas na Europa, Ásia e América;
- **Assessoria em M&A:** o Haitong Bank continuou a alavancar a sua sólida reputação em serviços de assessoria, registando um crescimento consistente do *pipeline*, tanto do lado da venda como da compra, em paralelo com oportunidades *cross-border* e transações ligadas à China;
- **Corporate Derivatives:** o Banco alargou o número de contrapartes corporativas que procuram soluções de cobertura para diversos tipos de risco, oferecendo soluções customizadas de cobertura (essencialmente de taxa de juro, taxa de câmbio e *commodities*), juntamente com a sua reconhecida plataforma eletrónica para produtos *plain vanilla*;
- **Produtos de Poupança**: a Direção de Corporate Solutions tem vindo a apoiar, com sucesso, a distribuição dos produtos de poupança do Banco, nomeadamente depósitos a prazo para empresas e fundos de ações e de renda fixa geridos pelo Banco.

MERCADO DE CAPITAIS

Visão Global

A Direção de Mercado de Capitais abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e *equity* direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, empresas públicas e entidades estatais.

A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões *cross-border*, particularmente relacionadas com a China e outros mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, obrigações ligadas ao tema ESG, *project bonds*, programas de papel comercial e gestão de passivo.

As transações da área de Equity Capital Markets (ECM) são desenvolvidas a partir de uma análise caso a caso, e abrange maioritariamente aumentos de capital, ofertas públicas de aquisição, instrumentos de capital e admissões à negociação (ou saídas de Bolsa) de clientes corporativos.

Estratégia

A área de Mercado de Capitais está sobretudo focada nas atividades de dívida.

A estratégia de negócio da área de DCM baseia-se em dois pilares principais: (i) os *franchises* locais (através de emissões locais de dívida em Portugal, Espanha, Polónia, Brasil e Macau), tirando partido das capacidades locais de estruturação, tomada firme, e distribuição; e (ii) o negócio relacionado com a China, apoiado na capacidade de originação do Grupo Haitong e na capacidade de estruturação, tomada firme e distribuição do Haitong Bank.

O Banco está bem posicionado para ser uma referência nas transações *cross-border* com a China, alavancando a sua destacada participação nos últimos cinco anos em operações denominadas em euros e dólares para emitentes chineses e beneficiando ainda do acesso privilegiado do Grupo a *pools* de liquidez na Ásia.

OFERTA DE SERVIÇOS

- Estruturação e tomada firme de obrigações *cross-border* em EUR e USD
- Emissão de obrigações para o mercado local
- Instrumentos de dívida de curto prazo
- Participação pontual em operações de *equity*

Valor do Produto Bancário

10,5 M€

Peso no Produto Bancário Total

14%

O Mercado em 2023

Debt Capital Markets (DCM)

O nível mais elevado das taxas de juro, a persistência da inflação e um crescimento económico global lento continuaram a afetar os mercados de capitais mundiais ao longo de 2023. No entanto, os mercados assimilaram muito melhor a volatilidade do mercado este ano, após o choque significativo sentido em 2022, no rescaldo do aumento das emissões de obrigações durante a "era das taxas de juro baixas".

As emissões corporativas e de instituições financeiras continuaram a dominar o mercado. Por outro lado, o aumento das taxas de referência para conter as pressões inflacionistas decorrentes da pandemia de COVID-19 veio exercer uma forte pressão sobre os custos suportados pelos emitentes, tornando a opção de refinanciamento de curto prazo menos atrativa.

De acordo com a Refinitiv, a atividade global de dívida cifrou-se em 8,9 biliões de dólares em 2023, o que corresponde a uma subida homóloga de 6% e ao melhor ano para a atividade de DCM desde 2021. Foram lançadas no mercado 29.300 novas emissões em 2023, o que representa um aumento homólogo de 8% e o melhor registo dos últimos dois anos. No entanto, no último trimestre do ano, a emissão de dívida baixou 15% face ao trimestre anterior.

O montante global de emissões de dívida corporativa *investment-grade* atingiu 4,3 biliões de dólares em 2023, uma subida de 5% face a 2022, mas representando o pior desempenho para o segmento de dívida corporativa *investment-grade* a nível global desde 2019. No quarto trimestre de 2023, a emissão de dívida i*nvestment-grade* registou uma descida de 20% face ao trimestre anterior, fazendo deste o pior trimestre para a emissão deste tipo de dívida desde o último trimestre de 2018.

Face ao ano anterior, a emissão global de dívida *high-yield* registou uma subida de 66% em 2023, para 219,2 mil milhões de dólares, o que representa o maior volume dos últimos dois anos. As ofertas de dívida *high-yield* de emitentes dos Estados Unidos, do Canadá e do Reino Unido representaram 76% do total de emissões em 2023, ligeiramente acima dos 72% registados em 2022.

Em 2023, o peso da dívida emitida pelos setores Financeiro, Governamental e Supranacional representou 78% do total da dívida emitida, em linha com os valores observados em 2022. Por outro lado, a atividade de DCM dos emitentes dos setores de Produtos de Consumo, Meios de Comunicação Social e Entretenimento, Bens de Consumo Essenciais e Energia atingiu um forte crescimento de dois dígitos relativamente a 2022, enquanto os setores do Retalho e das Telecomunicações lideraram as quebras nesta atividade.

As emissões internacionais de obrigações ascenderam a 3,8 biliões de dólares em 2023, tendo aumentado 7% relativamente ao ano anterior. A dívida de emitentes corporativos de mercados emergentes registou uma subida de 12% em 2023, cifrando-se em 268,4 mil milhões de dólares. Do volume total de dívida corporativa emitida nos mercados emergentes, 57% teve origem na Índia, no Brasil, na Tailândia e na Malásia. As ofertas de dívida asiáticas em moeda local registaram um aumento homólogo de 7% em 2023, atingindo 3,6 biliões de dólares, o melhor desempenho anual desde que existem registos. As ofertas em Yuan e Ienes aumentaram 6% e 11%, respetivamente, em comparação com 2022.

De acordo com a Dealogic, as emissões de obrigações *social* e *sustainable* registaram quedas homólogas de 10% e 6% em 2023, respetivamente, enquanto o volume emitido de *green bonds* aumentou 5%. As instituições financeiras multinacionais globais continuaram a dominar o mercado de obrigações ESG em 2023.

Equity Capital Markets (ECM)

De acordo com a Refinitiv, a atividade global de emissão de *equity* ascendeu a 528,5 mil milhões de dólares em 2023, o que corresponde a uma subida de 7% face a igual período no ano anterior e ao desempenho mais forte dos últimos dois anos. Em 2023, foram lançadas no mercado 4.745 ofertas de *equity*, o que representa um aumento de 7% face a 2022.

Os Estados Unidos lideraram o mercado de ofertas de ECM a nível global, com uma quota de 26% do total e registando um aumento homólogo de 62% em valor. Os emitentes chineses geraram um total de 128,8 mil milhões de dólares, o que representa uma descida de 33% face a 2022.

O volume global de IPOs, excluindo os SPACs (*special purpose acquisition companies*) registou uma descida homóloga de 24%, totalizando 112,5 mil milhões de dólares em 2023. O montante total angariado através de IPOs nas bolsas norte-americanas atingiu 20,4 mil milhões de dólares em 2023, duplicando o montante atingido em 2022 e representando o melhor desempenho anual desta atividade nos últimos dois anos. Nas bolsas chinesas, o volume de IPOs ascendeu a 50,2 mil milhões de dólares em 2023, tendo recuado 30% em termos homólogos.

O montante global de ofertas de instrumentos convertíveis totalizou 93,2 mil milhões de dólares em 2023, o que representou um aumento de 34% em comparação com o ano anterior e o nível anual de angariação de capital mais forte desde 2021, correspondendo a 18% da atividade global de ECM.

Por último, o volume global de ofertas secundárias cifrou-se em 322,8 mil milhões de dólares em 2023, o que representa uma subida homóloga de 17% e marca o melhor ano para a atividade de captação de capital desde 2021. Foram realizadas cerca de 3.100 emissões *follow-on* em 2023, um aumento de 12% face a 2022.

Destaques da Atividade

Em Portugal**,** a atividade de Mercado de Capitais do Haitong Bank em 2023 destacou-se pela diversidade das operações concluídas, nas quais o Banco atuou, entre outros, como:

- *Sole Global Coordinator* da Oferta Privada de *sustainability-linked bonds* da Mota-Engil, SGPS, S.A., no montante de 50 milhões de euros, taxa de 7,25% e vencimento em 2028, dirigida a investidores qualificados e realizada através de subscrição em dinheiro e/ou em espécie, através de duas ofertas de troca;
- *Sole Global Coordinator* da Oferta Pública de Subscrição e Oferta de Troca de obrigações da Sport Lisboa e Benfica – Futebol SAD no montante de 50 milhões de euros, com taxa de 5,75% e vencimento em 2026, tendo a procura final atingido 121,2 milhões de euros, ou seja, 2,4 vezes o montante emitido;
- *Sole Global Coordinator* da Oferta Pública de Subscrição e Oferta de Troca de obrigações da Futebol Clube do Porto – Futebol SAD no montante de 55 milhões de euros, com taxa de 6,25% e vencimento em 2026, tendo a procura final atingido mais de 75 milhões de euros, ou seja, cerca de 1,4 vezes o montante emitido;
- *Arranger* e *Dealer* do programa de papel comercial da Mota-Engil, SGPS, S.A., no montante de 30 milhões de euros;
- *Listing Sponsor* da admissão técnica de 37.000.000 ações da Atrium BIRE SIGI, S.A., representativas da totalidade do capital social desta empresa, admitidas à cotação na Multilateral Trading Facility Euronext Access, um mercado não regulamentado operado pela Euronext Lisbon. O preço de referência da admissão à cotação foi de 3,12 euros por ação.

Adicionalmente, em conjunto com a Equipa de Fixed Income, a Equipa de DCM organizou vários *non-deal roadshows* de empresas portuguesas, proporcionando aos investidores institucionais a oportunidade de se encontrarem com a gestão de topo destas empresas, através de uma série de reuniões presenciais e virtuais.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais, o Haitong Bank também participou em duas iniciativas destinadas a promover e informar as empresas sobre a forma de aceder aos mercados para colmatar as suas necessidades de financiamento:

- Um projeto da CMVM, intitulado "Market4Growth Sandbox", em que o Haitong Bank atua como consultor, de forma a ajudar as empresas selecionadas a compreender os benefícios, os fluxos de trabalho e condições precedentes à entrada no Mercado de Capitais;
- Um *webinar* intitulado "Mercado Alternativo de Renda Fixa: MARF como uma solução a curto, médio e longo prazo – desafios atuais para a renda fixa nos mercados de capitais", dirigido a empresas portuguesas e promovido pela gestão do MARF, pela EthiFinance e pelo Haitong Bank, que destacou, numa perspetiva direta, as vantagens e os requisitos necessários à realização de emissões de dívida no MARF.

Em Espanha, o mercado de dívida em 2023 manteve um comportamento em linha com o registado na Europa, marcado por volatilidade e por uma atitude de prudência. Este comportamento resultou de uma enorme incerteza quanto aos efeitos, na economia real, da inflação elevada e persistente, da subida histórica das taxas de juro e de um cenário de "taxas mais elevadas por mais tempo".

Este cenário macroeconómico afetou a perceção do risco de crédito dos emitentes, especialmente no segmento *high-yield*, levando os investidores a alterar a sua estratégia de investimento e a adotar uma abordagem mais conservadora. Os emitentes mantiveram-se céticos quanto à emissão de nova dívida, devido aos custos de empréstimos mais elevados comparativamente com anos anteriores.

Tratou-se, assim, de um ano adverso para o mercado de DCM em Espanha, em que se assistiu à continuação da tendência iniciada em 2022, marcada por uma elevada incerteza por parte dos investidores, que se concentraram em emissões de elevada qualidade de crédito, e por baixos volumes de emissão.

Para o mercado de *high-yield*, representado pelo MARF (*Mercado Alternativo de Renta Fija*), foi um ano difícil, em que o volume total de emissão de obrigações ascendeu a 143 milhões de euros, ainda acima do verificado em 2022 (52,5 milhões de euros), mas substancialmente inferior aos 410 milhões de euros de 2021. Em 2023, apenas os emitentes que ofereciam pacotes de garantias atrativos ou perfis de crédito acima da média histórica do MARF conseguiram aceder ao mercado.

Apesar do cenário desfavorável, a Equipa executou com sucesso uma operação de assessoria no setor das energias renováveis e concentrou-se em posicionar o Haitong Bank para poder beneficiar da tendência mais favorável esperada para o início de 2024.

Em janeiro de 2024, a Sucursal de Espanha foi mandatada para um refinanciamento de dívida de uma empresa de comércio eletrónico e estava a trabalhar com clientes em operações de mercado de capitais, que deverão ser executadas durante o primeiro semestre de 2024.

Na Polónia, após os anos difíceis de 2021, com a pandemia de COVID-19, e 2022, com o início da guerra na Ucrânia, o mercado primário de obrigações corporativas melhorou em 2023, assistindo-se a diversas novas emissões através de ofertas públicas dirigidas a investidores de retalho.

O segmento de mercado dos investidores profissionais também registou uma melhoria, embora a magnitude do crescimento tenha sido muito menor, tendo uma parte significativa das transações com um perfil de refinanciamento e "*roll-over*" de dívida, já que os financiamentos novos se limitaram a um número reduzido de emissões de obrigações.

Neste contexto, a operação realizada pela Sucursal de Varsóvia para o grupo alemão TAG Immobilien AG – uma das maiores entidades europeias presentes no mercado de arrendamento de apartamentos comerciais – constituiu um marco histórico no mercado. A emissão, no montante de 24 milhões de euros (130 milhões de zloty) e prazo de 4 anos, foi realizada pela filial polaca Vantage S.A. (que ocupa a segunda posição no mercado do arrendamento privado da Polónia) e garantida pela TAG Immobilien AG, com um *rating* BBB- atribuído pela Standard&Poors Financial Services LLC.

No Brasil, o montante das emissões no mercado de capitais ascendeu a cerca de 360 mil milhões de reais em 2023, tendo diminuído 9% face a 2022. As emissões de debêntures estiveram novamente em destaque, atingindo 230 mil milhões de reais em 2023, ou seja, 64% do volume total.

Os problemas financeiros que afetaram dois emitentes frequentes foram um dos principais fatores que penalizaram o mercado brasileiro de DCM em 2023 e que tiveram como consequência uma redução drástica da procura por novas emissões. No entanto, no final do primeiro semestre de 2023, a procura inverteu a tendência de queda e iniciou uma recuperação que se estendeu até ao final do ano, que se traduziu numa melhoria significativa do mercado na segunda metade do ano.

Em termos de distribuição, os bancos locais que coordenam as emissões, os fundos de investimento e os fundos de pensões continuaram a ser os principais investidores. Neste cenário, o Haitong Banco de Investimento do Brasil tem vindo a enfrentar uma concorrência muito intensa por parte dos maiores bancos brasileiros, que alavancaram os seus balanços e assumiram a tomada firme das emissões.

Por fim, em Macau, o Haitong Bank prosseguiu a sua estratégia bem-sucedida de encaminhar emitentes chineses para os mercados internacionais de DCM, tirando partido da sua experiência, ao longo dos últimos dois anos, para se posicionar como um *player* dinâmico neste segmento de mercado.

Em 2023, a Sucursal de Macau participou em onze emissões de obrigações fora da China Continental (Dim Sum), onze emissões na Shanghai Free Trade Zone (Pearl), vinte e uma emissões em dólares e uma obrigação em ienes, nos montantes de 13,3 mil milhões de renminbi, 12,8 mil milhões de renminbi, 2,9 mil milhões de dólares e 16,7 mil milhões de ienes, respetivamente.

A Sucursal atuou ainda, em 2023, como *Joint Lead Manager* em vinte e uma operações cotadas na MOX (ChongWa (Macau) Financial Asset Exchange CO., Ltd.). A Sucursal de Macau do Haitong Bank tem, assim, contribuído significativamente para o desenvolvimento do mercado obrigacionista em Macau, considerado uma das grandes prioridades do Governo de Macau, demonstrando o seu empenho em apoiar o crescimento económico da região.

Adicionalmente, a equipa de DCM de Macau participou ainda em quatro emissões de *sustainable bonds,* cinco de *green bonds* e uma de *blue bonds*, reforçando assim o compromisso da Sucursal para com as questões ambientais, sociais e de governo societário (ESG), que têm vindo a ganhar uma importância crescente na indústria financeira.

De uma forma geral, é de realçar o importante progresso da atividade desenvolvida pela Sucursal de Macau num curto período de tempo. A sua participação em emissões obrigacionistas internacionais, o apoio ao desenvolvimento do mercado obrigacionista de Macau e o seu empenho em promover os fatores ESG demonstram a sua capacidade de adaptação às condições de mercado em constante mudança e o seu compromisso para com o crescimento sustentável.

SOE — CHINA

FUJIAN ZHANGLONG GROUP CO., LTD.
(福建漳龙集团有限公司)

6.70% Blue and Green Bonds due 2026

US$ 500.000.000

Joint Bookrunner, Joint Lead Manager

2023

HAITONG

CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO — PORTUGAL

MOTA-ENGIL

7.25% Sustainability-linked bonds due 2028

€ 50.000.000

Sole Global Coordinator

2023

HAITONG

SOE — CHINA

常德城发
URBAN DEVELOPMENT GROUP

4.7% Sustainable Bonds due 2026

¥ 1.400.000.000

Joint Bookrunner, Joint Lead Manager

2023

HAITONG

SOE — CHINA

平潭城发集团

5.6% Green Bonds due 2026

¥ 580.000.000

Joint Bookrunner, Joint Lead Manager

2023

HAITONG

SOE — CHINA

HANRUI OVERSEAS INVESTMENT CO., LTD.
Unconditionally and Irrevocably Guaranteed by
瀚瑞控股 HANRUI
JIANGSU HANRUI INVESTMENT HOLDINGS CO., LTD.
(江苏瀚瑞投资控股有限公司)

1.70% Bonds due 2026

JPY 16.720.000.000

Joint Lead Manager, Joint Bookrunner

2023

HAITONG

CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO — POLÓNIA

VANTAGE RENT

Emissão de Obrigações

€ 24.000.000

Global Arranger

2023

HAITONG

DESPORTO & ENTRETENIMENTO — PORTUGAL

F C P

Public Bond and Exchange Offer

€ 55.000.000

Sole Global Coordinator

2023

HAITONG

SOE — CHINA

CHOUZHOU INTERNATIONAL INVESTMENT LIMITED
Unconditionally and Irrevocably Guaranteed by
义乌市国有资本运营有限公司
YIWU STATE-OWNED CAPITAL OPERATION CO., LTD.
(义乌市国有资本运营有限公司)

5.70% Green Bonds due 2026

US$ 400.000.000

Joint Lead Manager, Joint Bookrunner

2023

HAITONG

SOE — CHINA

4.3% Sustainable Bonds due 2026

¥ 3.858.000.000

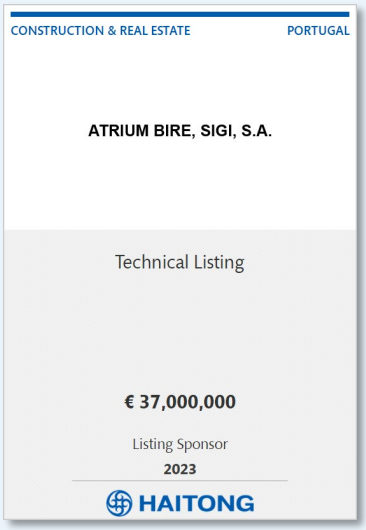
Joint Bookrunner, Joint Lead Manager

2023

HAITONG


SOE
CHINA
HCG 湖州城市集团
HUZHOU CITY INVESTMENT DEVELOPMENT GROUP CO., LTD.
5.68% Green Bonds due 2026
US$ 300,000,000
Joint Lead Manager, Joint Bookrunner
2023
HAITONG


SPORTS & ENTERTAINMENT
PORTUGAL
BENFICASAD
Public Bond & Exchange Offer
€ 50,000,000
Sole Global Coordinator
2023
HAITONG


CONSTRUCTION & REAL ESTATE
PORTUGAL
ATRIUM BIRE, SIGI, S.A.
Technical Listing
€ 37,000,000
Listing Sponsor
2023
HAITONG

Perspetivas para 2024

Depois de um ano difícil em 2023, as perspetivas para 2024 continuam incertas, prevendo-se um crescimento económico abaixo do esperado na maioria das principais economias, incluindo nos Estados Unidos. As crescentes tensões geopolíticas, a persistência da inflação *core* e a manutenção de condições financeiras restritivas durante um período mais alargado são fatores que irão influenciar a recuperação das condições do mercado.

No entanto, com a recuperação das *yields* nos últimos dois meses de 2023 e com os *spreads* a manterem a tendência de descida, existem razões para um moderado otimismo relativamente ao futuro, já que muitos acreditam que o aumento dos juros poderá já ter atingido o seu pico e que o mercado primário se tornará mais atrativo, proporcionando um cenário mais favorável à emissão de dívida em 2024.

Se o crescimento económico resistir à incerteza e o ciclo de restrição monetária dos bancos centrais terminar mais cedo do que o previsto, o sentimento dos investidores deverá melhorar, conduzindo a um ressurgimento da atividade de emissão de dívida, tendo em vista o volume de emissões que atingem a maturidade durante os próximos três anos.

No que diz respeito ao tema ESG e na sequência da aprovação pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da Norma Europeia para as *green bonds* em outubro de 2023, o mercado aguarda novas divulgações sobre as mesmas, que deverão ser implementadas até ao final do ano.

O regulamento estabelece requisitos uniformes para os emitentes que pretendam utilizar a designação, ou rótulo "European green bonds" ou "EuGB" para as suas obrigações sustentáveis do ponto de vista ambiental. A norma, que é de caráter voluntário, tem por objetivo combater de forma mais agressiva o *green washing* e aumentar a confiança dos investidores no rótulo 'green bond'. A expetativa é de que, à medida que outras regiões observem o desenvolvimento da regulamentação e da taxonomia na Europa, que lidera neste tipo de rotulagem das obrigações, comecem também a convergir para as regras da UE.

No que diz respeito à atividade de ECM e na sequência de uma forte recuperação em 2023 relativamente ao ano anterior, ainda que o número de *follow-ons*, *block trades* e IPOs tenha ficado abaixo da média, espera-se que a dinâmica positiva de 2023 se mantenha e que os mercados acionistas mundiais estejam ativos em 2024.

STRUCTURED FINANCE

Visão Global

Com um vasto historial e larga experiência nas áreas de *project finance, acquisition finance* e outras operações de crédito, a Direção de Structured Finance desenvolve soluções de financiamento para os seus Clientes através das seguintes atividades:

- Estruturação, organização, montagem e subscrição de operações de crédito – transações de *acquisition finance*, *project finance*, financiamentos imobiliários, garantias bancárias e outras soluções de financiamento estruturado para empresas;
- Estruturação de operações financeiras através de emissões de obrigações em regime de *project* finance ("Project Bonds");
- Serviços pós-*closing* – gestão da carteira de crédito e agenciamento; e
- Serviços de assessoria financeira – nomeadamente em relação à estruturação de negócios de *project finance*, bem como a criação de soluções de financiamento para aquisições, refinanciamentos e outros investimentos.

Estratégia

A Direção de Structured Finance do Haitong Bank tem como principal missão a prestação de serviços e a disponibilização de soluções de financiamento especializadas e inovadoras aos seus Clientes. Com um âmbito de atuação global e uma presença local na Europa, Brasil e China, o Banco pretende corresponder às expetativas dos seus Clientes, apresentando as melhores soluções para os seus principais desafios, fortalecendo a sua posição de parceiro financeiro de excelência.

Através da sua dedicação e competência, a atividade de Structured Finance do Haitong Bank assenta numa abordagem construtiva e flexível com vista a proporcionar soluções de valor acrescentado aos seus Clientes.

OFERTA DE SERVIÇOS

- *Project finance / Project bonds*
- *Acquisition finance*
- *Financiamentos imobiliários*
- Crédito a empresas / Financiamentos intercalares
- Garantias bancárias

Valor do Produto Bancário

22,1 M€

Peso no Produto Bancário Total

29%

Destaques da Atividade

Em 2023, o produto bancário total da atividade de Structured Finance a nível global rondou os 22 milhões de euros, superando o montante atingido no ano anterior. Este resultado reflete a eficácia da estratégia do Banco e o sucesso da implementação do modelo de negócio de Structured Finance.

Atuando num ambiente muito competitivo, a área de Structured Finance enfrentou considerável volatilidade de mercado, especialmente em setores mais sensíveis às incertezas macroeconómicas resultantes da persistente tendência inflacionista, agravada pelo atual conflito na Europa. Por um lado, este contexto tem exigido um acompanhamento constante do mercado e uma seleção criteriosa das oportunidades de negócio, de forma a mitigar potenciais impactos adversos. Por outro lado, as pressões sobre o preço das transações e um contexto geral de forte concorrência implicaram a necessidade de diferenciação e de enfoque na apresentação aos Clientes de soluções personalizadas de valor acrescentado.

Beneficiando da presença global do Banco e da coordenação de esforços entre as áreas de produtos e as diversas geografias, a área de Structured Finance do Banco alargou a sua diversificação geográfica, tendo concluído novas operações na Europa, na Ásia, no Brasil e na Austrália. Os contributos das unidades mais recentes de Macau e Paris, a par das restantes geografias onde o Banco tem uma presença mais consolidada, têm desempenhado um papel fundamental na originação de novas oportunidades em diferentes mercados e jurisdições.

Numa perspetiva setorial, os setores do imobiliário e das infraestruturas, assim como as áreas de crédito a empresas, *acquisition finance* e *leverage finance* registaram uma dinâmica muito positiva.

Em Portugal, o Banco capitalizou na relação de longa data com os seus Clientes, tendo concluído duas novas operações com empresas de referência. É também de salientar o contributo positivo da atividade no mercado secundário, bem como o sucesso obtido na sindicação de uma operação imobiliária de relevo, que foi integralmente subscrita pelo Haitong Bank.

Em Espanha, a equipa focou-se nos setores da energia, telecomunicações e infraestruturas, tendo o ano sido marcado pela execução bem-sucedida de uma operação de refinanciamento de um produtor independente (IPP) líder no setor das energias renováveis.

No Reino Unido, o Haitong Bank integrou um sindicato bancário internacional e realizou uma operação de financiamento imobiliário relativa a uma carteira alargada e diversificada de ativos concentrados nos setores do lazer, consumo e indústria.

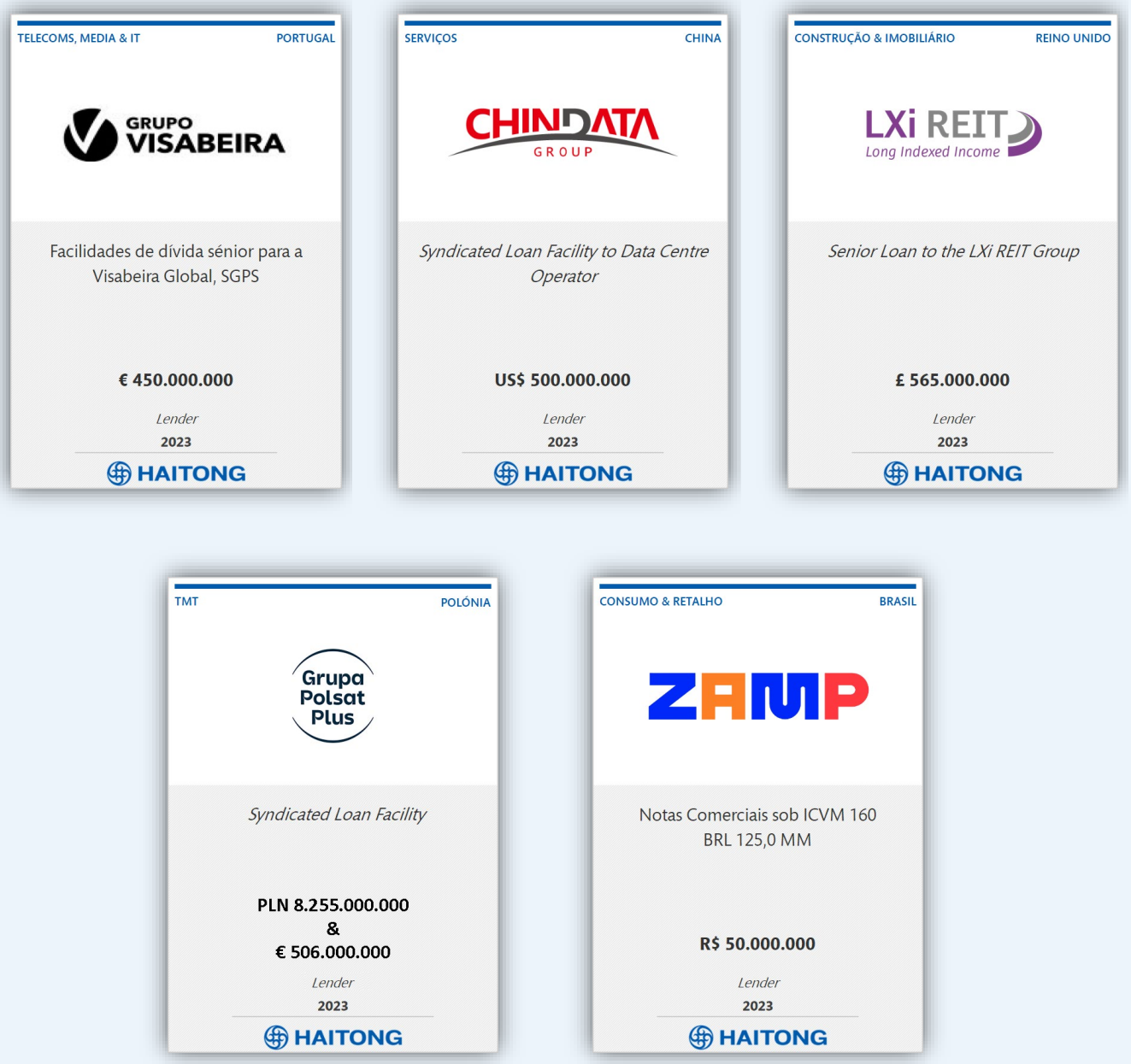
Na Ásia, através da Sucursal de Macau, o Haitong Bank tem vindo a desenvolver ativamente o negócio de Structured Finance, com resultados positivos. Durante o ano, foram concluídas com sucesso três novas transações nos setores de *data centres*, petróleo e gás e mineração.

Na Polónia, a Sucursal de Varsóvia do Haitong Bank concluiu três operações de crédito sindicado nos setores da indústria química, petróleo & gás e telecomunicações.

No Brasil, não obstante o nível elevado das taxas de juro, a atividade de Structured Finance teve um desempenho muito positivo, sobretudo tendo em vista a conclusão de várias transações no valor de aproximadamente 730 milhões de reais, com um perfil de risco setorial diversificado.

A área de Structured Finance manteve como uma das suas prioridades a gestão eficaz da carteira de crédito existente e dos serviços de agenciamento do Banco, tanto do ponto de vista de risco, como de retorno. O Banco continua a monitorizar estas carteiras de forma proativa, visando assegurar a estabilidade e a rentabilidade das suas operações de crédito.

Na atividade de Structured Finance, de um modo geral, o Haitong Bank continuou a posicionar-se como um fornecedor de soluções de financiamentos estruturados, desenhadas através de uma abordagem flexível e construtiva, focada em transações de valor acrescentado. Esta abordagem tem permitido ao Banco responder a necessidades complexas dos seus Clientes, bem como reforçar o seu posicionamento como um parceiro financeiro de confiança.



Perspetivas para 2024

Apesar da incerteza que continua a marcar o quadro macroeconómico, a área de Structured Finance deverá, em 2024, manter a trajetória seguida em 2023 em termos da afirmação da presença do Haitong Bank no mercado de concessão de crédito, aumentando o número de novas operações concluídas e estabelecendo novas relações comerciais.

O pipeline de novas operações de Structured Finance mantém-se sólido e dinâmico, caracterizando-se por uma elevada diversificação, tanto a nível geográfico como setorial.

O Haitong Bank continuará a apostar em transações de valor acrescentado, tendo em vista o aumento da sua competitividade no mercado de Structured Finance. O Banco pretende diferenciar-se e atrair Clientes que procuram opções de financiamento diferenciadas através da oferta de soluções inovadoras e personalizadas.

FUSÕES E AQUISIÇÕES

Visão Global

A Direção de Fusões e Aquisições do Haitong Bank presta serviços de consultoria na aquisição, venda ou fusão de empresas, para além de serviços de avaliações económico-financeiras.

Esta Direção conta com uma equipa de profissionais experientes, com uma forte rede local e um longo historial de execução de operações em diversas geografias. A Equipa de M&A também apoia empresas chinesas na execução da sua estratégia de internacionalização na Europa e na América Latina.

Estratégia

Num ambiente cada vez mais competitivo, a atividade de M&A do Haitong Bank tem vindo a focar-se mais no seu ângulo *cross-border*. Neste contexto, o Banco continua a alargar a sua cobertura geográfica para prestar estes serviços a uma escala mais global e integrada.

Para além da atividade local, o Departamento Sino-EU M&A é responsável pela atividade de fusões e aquisições do Banco entre a China e a Zona Euro.

OFERTA DE SERVIÇOS

- Assessoria de *sell-side* e *buy-side*
- Avaliações

Valor do Produto Bancário

10,1 M€

Peso no Produto Bancário Total

13%

O Mercado em 2023

Em 2023, o mercado global de Fusões e Aquisições (M&A) apresentou um fraco desempenho, registando os valores mais baixos dos últimos três anos em termos do número e valor de transações, principalmente devido à subida das taxas de juro, a um abrandamento do crescimento económico e ainda a um período de elevada incerteza na economia. Os dados da Mergermarket revelam um decréscimo de 25% no valor global de transações concluídas, para 3,0 biliões de euros, enquanto o número de transações diminuiu 16%, totalizando 36.820 a nível mundial.

Os mercados europeus e, em particular, o ibérico de M&A foram mais penalizados do que o mercado global, refletindo as piores condições económicas na região. Na Europa, registou-se um decréscimo de 45% no valor das transações concluídas, que se cifrou em 679 mil milhões de euros, e de 11% no número de transações, para 14.470. Na Península Ibérica, as transações concluídas ascenderam a 42 mil milhões de euros, correspondente a 1.267 transações, o que representou uma diminuição homóloga de 36% em valor e de 15% no número de transações concluídas.

De acordo com a Mergermarket, a área de M&A *cross-border* na China atingiu um total de 233 transações concluídas em 2023, o que representa uma queda de 17% em relação ao ano anterior (282 transações em 2022). O valor total das transações concluídas atingiu 17 mil milhões de dólares, que corresponde a um decréscimo de 27% face aos 24 mil milhões de dólares do ano anterior.

No mercado de M&A da Polónia, foram concluídas 340 transações em 2023, representando um decréscimo de 24,3% face ao ano anterior, no valor de cerca de 10,4 mil milhões de euros. O setor dos serviços informáticos e de software foi o mais dinâmico, representando 17,9% do total de transações concluídas em 2023, seguido pelo setor dos serviços gerais, com 12,1%, e do consumo (geral e de retalho), com 10,0%.

No Reino Unido, o mercado de M&A esteve relativamente fraco em 2023. O panorama no primeiro semestre do ano – uma diminuição de 20% em volume e de 30% em valor – manteve-se, em geral, no segundo semestre, com a inflação persistentemente elevada e as altas taxas de juro a afetarem a confiança e as avaliações das empresas.

No Brasil, a atividade de M&A registou uma desaceleração, principalmente devido às elevadas taxas de juro, sobretudo no primeiro semestre. Em 2023, foram concluídas 832 operações de M&A, no valor de mais de 52 mil milhões de dólares, tendo diminuído face às 1.280 transações de 2022. Destas 832 operações, 279 envolveram investidores internacionais, incluindo seis de licitantes chineses, nos setores da energia, IT e produtos químicos.

A partir do final de 2023, com um ambiente político mais estável, a inflação sob controlo e os cortes nas taxas de juro realizadas pelo banco central brasileiro, a atividade de M&A no Brasil tem vindo a recuperar, uma vez que os ativos brasileiros se tornam mais atrativos durante os ciclos de corte de taxas, oferecendo mais oportunidades de investimento para as empresas e instituições financeiras que desejam desenvolver negócios no Brasil.

Destaques da Atividade

Na Península Ibérica, o Haitong Bank registou uma importante dinâmica no mercado de fusões e aquisições, tendo participado diretamente numa operação emblemática e concluído com êxito três transações de relevo, entre outras, conforme descrito de seguida:

- O Haitong Bank atuou como assessor financeiro da Semapa, empresa portuguesa cotada em Bolsa, na aquisição da Triangle's, uma referência mundial na produção de quadros para bicicletas elétricas que recorre a níveis de automação únicos no mercado. Esta aquisição constituiu, para a Semapa, um importante passo no novo ciclo estratégico de diversificação, apostando em setores de futuro combinando objetivos de descarbonização e sustentabilidade com fortes perspetivas de crescimento. Esta transação foi concluída em junho de 2023 e representa um marco importante no setor;

- O Haitong Bank atuou como assessor financeiro (*sell-side*) da Aitec na venda de uma participação maioritária à Henko Partners. A Aitec S.A. é a holding de um grupo de serviços de informática, líder em Portugal, que oferece um portefólio abrangente de soluções e que opera sob a marca "Link". A Link tem escritórios em Portugal, no Brasil e no Médio Oriente. O investimento da Henko destina-se a apoiar a expansão internacional da Link, com a criação de uma plataforma com unidades de entrega na Península Ibérica e na América Latina, e clientes em toda a Europa, América Latina e Médio Oriente. Esta transação foi concluída em setembro de 2023;
- O Haitong Bank atuou como assessor financeiro (*sell-side*) da Aquaplus na venda de um parque fotovoltaico localizado em Cuenca, Espanha, à Sonnedix, a produtora internacional de energia renovável (REP). Esta transação foi concluída em janeiro de 2023.

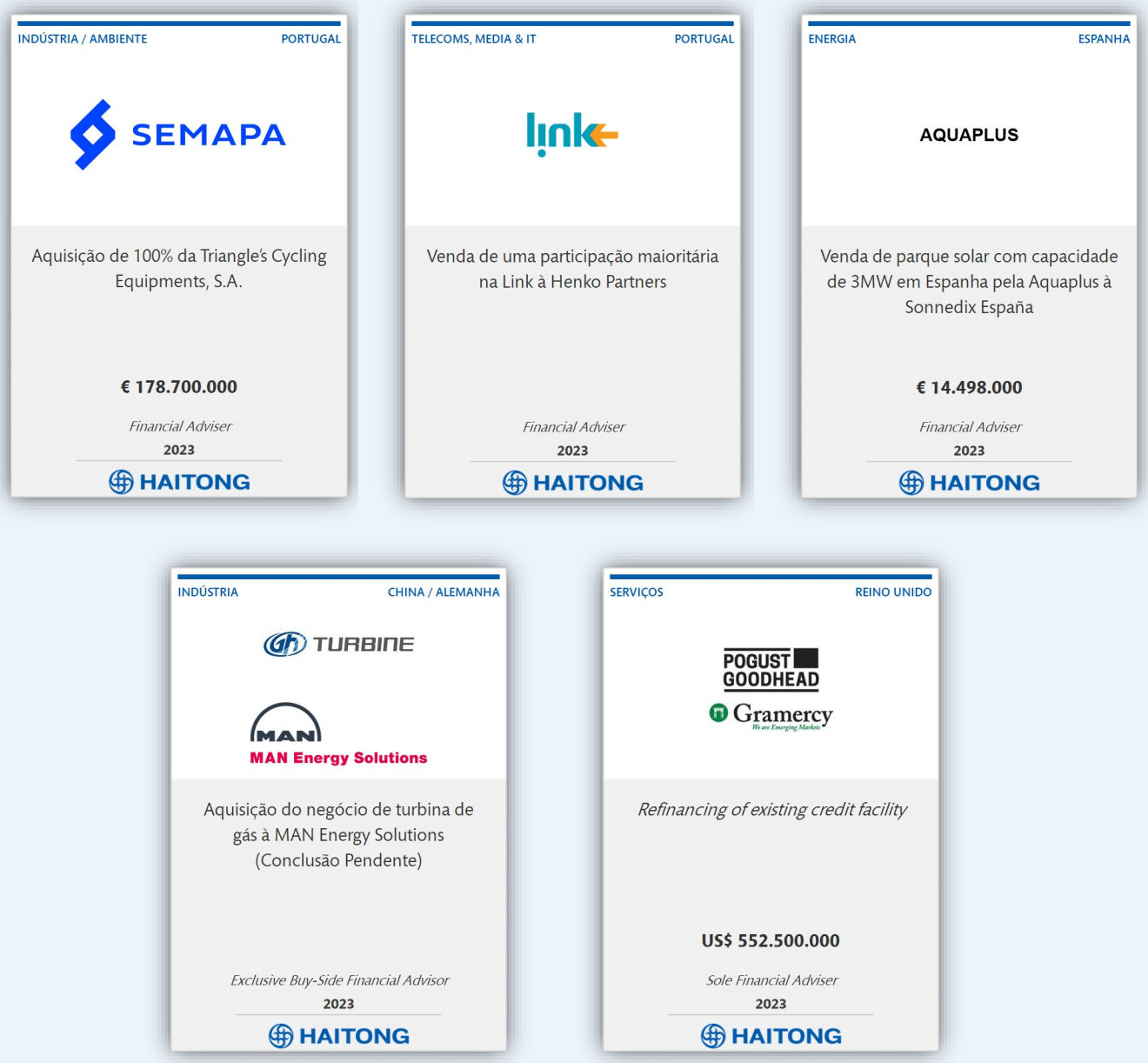
Adicionalmente, o Haitong Bank prestou assessoria financeira em duas operações de M&A (*sell-side*) nos setores dos transportes e das energias renováveis, com conclusão prevista em 2024.

No que diz respeito a transações *cross-border*, a Equipa Sino-EU, juntamente com a Equipa de M&A na Polónia, prestou assessoria ao cliente CSIC Longjiang GH Gas Turbine (GHGT) na aquisição da unidade de turbinas a gás da MAN Energy Solutions, uma subsidiária da Volkswagen. Esta transação de *carve-out* foi assinada em junho e está ainda sujeita à aprovação das entidades reguladoras competentes da China e da Alemanha. A Equipa continuará a assessorar a GHGT até à conclusão da operação. Durante o ano, a Equipa Sino-EU obteve oito novos mandatos (*buy-side*) de clientes chineses, construindo um sólido pipeline em diferentes setores, incluindo TMT, Produtos Farmacêuticos, Medicina Estética, Produtos Químicos Finos e Artigos Sanitários.

No Reino Unido, a Equipa de M&A assessorou vários clientes empresariais em mandatos de M&A *cross-border* e tem vindo a trabalhar em estreita colaboração com a Equipa da Polónia numa transação de M&A (*buy-side*), e também com a Equipa de Portugal em diversos projetos *cross-border* relacionados com a China. A nível nacional, a Equipa de M&A do Reino Unido continuou a apoiar o setor dos serviços profissionais, tendo concluído com êxito o refinanciamento de uma sociedade de advogados do Reino Unido, no montante de 552,5 milhões de dólares, por parte de um grande investidor institucional - uma operação considerada um marco no setor dos serviços jurídicos a nível mundial. A Equipa também continuou a assessorar uma Sociedade Gestora de Ativos Alternativos numa angariação de fundos no montante de 100 milhões de libras, devendo esta operação ser concluída em 2024.

No Brasil, a Equipa de M&A expandiu a sua atividade no mercado local através de várias iniciativas, tendo sido executados alguns mandatos e projetos. A maior parte destas iniciativas teve um ângulo chinês, incluindo diversas tentativas de aquisição de ativos locais por parte de empresas chinesas. Além disso, a Equipa também explorou algumas oportunidades com empresas brasileiras, em diferentes setores, nomeadamente de infraestruturas e retalho.

Durante o ano de 2023, a Equipa de M&A no Brasil trabalhou em oito projetos relacionados com a China nos setores da energia, infraestruturas e construção, tendo concluído com êxito a aquisição, pela PowerChina, de um parque solar com 430 MWp de capacidade a uma empresa local. No final de 2023, a Equipa tinha cinco mandatos em execução e dois em fase avançada de negociação.



Perspetivas para 2024

Os fatores que penalizaram o mercado de fusões e aquisições em 2023 deverão continuar a afetar esta atividade em 2024, sendo de destacar as incertezas geopolíticas em todo o mundo, a persistência das preocupações relacionadas com a inflação e o estado geral da economia mundial, a aplicação mais rigorosa das leis *antitrust*, os novos desenvolvimentos regulamentares, assim como as novas lideranças em vários países, já que muitos terão eleições nacionais este ano.

Ainda assim, o mercado de M&A tem potencial para melhorar em 2024, impulsionado pela estabilização da atividade macroeconómica global e pela convergência das expectativas dos compradores e vendedores relativamente aos preços. No final de 2023, já se observavam sinais positivos de melhoria, nomeadamente um aumento dos valores das transações de M&A no quarto trimestre relativamente ao mesmo período do ano anterior. No entanto, os compradores deverão permanecer ainda muito cautelosos em 2024, resultando em processos de *due diligence* mais rigorosos e períodos de execução mais longos.

Na Península Ibérica, as perspetivas têm vindo a melhorar, já que se espera que tanto Portugal como Espanha registem um crescimento do PIB superior ao da Zona Euro e a inflação ter mostrado sinais de abrandamento nos últimos tempos. Ainda que a apetência dos investidores possa ser afetada pela incerteza relativamente às condições económicas globais, espera-se que tendências como a transição energética, a transformação digital e o investimento em infraestruturas continuem bastante dinâmicas no futuro.

No que diz respeito às transações *cross-border*, a Equipa continuará a executar os mandatos em curso, bem como a concentrar-se na expansão e priorização do pipeline *cross-border*, tanto em oportunidades de compra como de venda. Ao mesmo tempo, a Equipa continuará a alavancar as capacidades de execução e de gestão de clientes das diferentes sucursais e escritórios para melhorar os serviços prestados a clientes.

Na Polónia, o mercado de M&A deverá melhorar gradualmente em 2024, existindo diversas transações planeadas em pipeline. Os mandatos em curso concentram-se nos seguintes setores: automóvel, economia digital (comércio eletrónico, viagens eletrónicas) e na indústria de alimentação processada. A economia polaca continua a resistir aos choques macroeconómicos e geopolíticos externos, esperando-se que este facto contribua para uma recuperação dos fluxos de negócio na atividade de M&A em 2024.

No Reino Unido, a Equipa continuará a executar os mandatos em curso, nomeadamente atuando em representação de vários clientes britânicos em projetos de angariação de fundos e prestando assessoria a um comprador europeu numa operação *cross-border*, juntamente com a Equipa polaca de M&A. A Equipa está também na fase inicial das discussões sobre uma série de projetos em pipeline entre a China e o Reino Unido com as Equipas de M&A de Lisboa, Madrid e Paris.

Em 2024, a Equipa brasileira espera continuar a implementar a sua estratégia, alavancando as sinergias resultantes da presença global do Grupo Haitong e a sua perspetiva única englobando o ângulo chinês e ibérico para melhor se posicionar no mercado brasileiro de M&A. O objetivo é assegurar novos mandatos com clientes chineses e brasileiros, especialmente nos setores da energia e das infraestruturas. Adicionalmente, a Equipa irá trabalhar em novas oportunidades em setores diversificados, nomeadamente prestando apoio a empresas brasileiras no acesso ao mercado de capitais asiático. A expetativa de uma recuperação gradual da economia nacional aponta para um cenário otimista e para um potencial aumento das transações de M&A em 2024.

FIXED INCOME

Visão Global

A atividade da Direção de Fixed Income do Haitong Bank inclui a gestão de carteiras de investimento e *trading*, funcionando também como uma "fábrica de produtos" e plataforma de distribuição de produtos de dívida e derivados OTC. A Equipa disponibiliza a sua sólida experiência nos mercados locais e globais funcionando como uma plataforma internacional, capturando os fluxos de negócio entre diferentes clientes nas diferentes regiões, mantendo-se como um *player* de relevo nos mercados domésticos nos quais o Banco está presente.

As áreas de atuação de Fixed Income têm permitido desenvolver uma grande experiência nos mercados alvo e garantir uma forte capacidade de distribuição dos produtos de dívida junto de uma base internacional de clientes institucionais.

A Direção de Fixed Income está presente em Portugal, Espanha, Polónia, Macau e Brasil, sendo responsável pela gestão da Carteira de Investimento do Haitong Bank, assim como pelo *Trading/Flow*, Distribuição para Clientes Institucionais e Sindicação.

Estratégia

A Direção de Fixed Income concentra os seus esforços na integração do ângulo chinês na atual oferta, visando tornar-se um *player* importante no que respeita a produtos chineses. Graças ao desenvolvimento de uma forte ligação com a China, juntamente com o dinamismo das equipas locais, o Banco gera sinergias, posicionando a área de Fixed Income num centro de execução de oportunidades de negócio *cross-border* de diferentes geografias.

OFERTA DE SERVIÇOS

- *Fixed Income Trading* e *Market Making*
- Gestão da Carteira de Investimento
- Derivados OTC para Clientes Institucionais
- Distribuição para Clientes Institucionais
- Sindicação

Valor do Produto Bancário

12,8 M€

Peso no Produto Bancário Total

17%

Destaques da Atividade

Portugal e Espanha

Sindicação / Vendas

Em termos de transações de mercado primário, os primeiros três trimestres de 2023 foram significativamente afetados pelas preocupações inflacionistas nos blocos americano e europeu, e também pela resposta subsequente dos bancos centrais. Esta situação levou a uma subida acentuada das taxas de juro, refletindo a alteração das políticas monetárias, o aumento dos *spreads* de crédito e as quedas nos principais mercados de ações – para além de uma maior volatilidade nos mercados em geral. Todos estes fatores contribuíram para um volume de novas emissões muito inferior ao dos anos anteriores.

Neste contexto de mercado, a equipa de Sindicação esteve essencialmente envolvida no desenvolvimento de *pitches* para novos mandatos e na organização de *non-deal roadshows* para empresas ibéricas, com o objetivo de criar condições para explorar futuras oportunidades. Neste período, é de destacar a realização de *non-deal roadshows* da Mota-Engil e da José de Mello Capital, incluindo eventos de grupo e *one-on-one* em Lisboa e Madrid, bem como os vários *pitches* feitos para novos mandatos.

Durante o último trimestre do ano, tanto as taxas de juro como os *spreads* diminuíram, e as condições de mercado permitiram o regresso da atividade de renda fixa ao mercado primário. Neste contexto, a Equipa conseguiu liderar uma das poucas emissões do ano realizadas por empresas portuguesas, atuando como *Sole Lead Manager* na emissão de obrigações da Mota-Engil, no montante de 50 milhões de euros, taxa de 7,25% e vencimento em 2028.

Em 2024, a tendência das taxas de juro e dos *spreads* de crédito deverá manter-se, embora abrandando face aos últimos meses de 2023, favorecendo o aumento das emissões no mercado primário. No entanto, este fator positivo deverá, até certo ponto, ser mitigado pela tendência predominante entre os investidores em renda fixa de se concentrarem especificamente em emissões de referência, o que não é viável para grande parte da base de emitentes do Banco. Também a crescente concessão pelos bancos de créditos (nomeadamente, empréstimos a emitentes) com *spreads* inferiores aos que podem ser obtidos no mercado obrigacionista poderá obstar a um crescimento mais rápido das emissões.

Gestão da Carteira de Investimentos

O ano de 2023 foi marcado por um aumento das taxas de juro nos mercados desenvolvidos, com a taxa principal de refinanciamento a atingir 4,50% em setembro e as taxas *Fed Funds Lower* e *Higher Bound* a subirem para 5,25% e 5,50%, respetivamente, em julho.

Ao contrário do que sucedeu em 2022, com perdas significativas nos principais índices de renda fixa, o *Benchmark Euro Aggregate* apresentou ganhos de 7% em 2023 (que comparam com perdas de 17% em 2022), enquanto o seu equivalente nos EUA avançou 5,5% (tendo recuado 13% em 2022).

Importa também referir que a falência do Silicon Valley Bank no primeiro trimestre de 2023 veio colocar os *spreads* de crédito sob forte pressão, o que permitiu a realização de alguns investimentos com *spreads* mais alargados.

A atividade da carteira bancária mostrou-se mais dinâmica durante o primeiro semestre de 2023, permitindo à Equipa efetivar alguns investimentos com *spreads* mais alargados e taxas de juro mais elevadas, registando depois um ritmo mais modesto no final do ano, em que se verificou um estreitamento dos *spreads* de crédito.

Em 2024, as taxas e os *spreads* deverão permanecer voláteis, sobretudo em função da incerteza relativamente ao momento de possíveis cortes nas taxas pelo BCE e pela FED, num contexto em que ainda subsistem receios de que uma inflação persistente possa resultar na manutenção de taxas de juro elevadas por um período de tempo mais prolongado.

Trading / Flow

O ano de 2023 caracterizou-se por um nível significativo de volatilidade, observando-se duas principais tendências. Por um lado, a atividade económica pós-COVID na China não recuperou tão rapidamente como esperado. No entanto, as taxas de juro subiram e os bancos centrais conseguiram combater a inflação sem provocar uma crise a nível mundial. Por outro lado, as taxas de juro atingiram novos máximos após o colapso de bancos regionais dos EUA, em março, provocando receios de um colapso financeiro global, que não se concretizou. No final do ano, os dados benignos sobre a inflação deram o mote para a descida das *yields* e para o aumento da propensão ao risco dos investidores, que adicionaram cada vez mais crédito e maturidades mais longas às suas carteiras.

No início de 2024, o Índice de Crédito Crossover rondava os 336 pontos base, muito longe do pico de 695 pontos base atingido em 2022. Uma grande parte da liquidez que se encontrava imobilizada enquanto se aguardava por uma maior clareza sobre a trajetória das taxas de juro acabou por ser investida no início de 2024. Do lado da oferta, muitas empresas também tentaram antecipar o financiamento, a fim de evitar possíveis surpresas.

Para 2024, prevê-se uma nova subida das curvas de rendimento através de uma aposta no potencial de valorização dos ativos mais desvalorizados e, embora ainda seja possível encontrar rendimentos mais elevados nas maturidades mais longas, aconselha-se prudência nos investimentos de longo prazo. No que respeita ao crédito, espera-se um ano relativamente favorável para o *carry*, desde que a atividade económica não desacelere, o que colocaria alguma pressão nos produtos de *high-yield*.

Brasil

Gestão da Carteira de Investimentos

O Banco Central do Brasil (BCB) iniciou o ciclo de flexibilização das taxas em 2023, baixando a taxa de referência (SELIC) de 13,75% para 11,75%.

Neste contexto, os mercados soberano e corporativo apresentaram dinâmicas opostas. Por um lado, o mercado corporativo foi afetado de modo negativo por *defaults* não antecipados em empresas de grau de investimento (*high-grade*). Até novembro de 2023, os ativos dedicados registaram ainda saídas totais de 50 mil milhões de reais, o que compara com entradas de 155 mil milhões de reais no mesmo período de 2022. No segundo semestre de 2023, este mercado recuperou, embora os *spreads* se tenham mantido mais elevados do que no final de 2022.

Esta quebra nos mercados de capitais do Brasil afetou a estratégia do Banco no que diz respeito à sua carteira local de títulos de empresas. No entanto, os piores dias para este mercado parecem já ter sido ultrapassados. Uma vez que o BCB deverá continuar a reduzir as taxas de juro em 2024 até um patamar de 9,5%, os prémios no mercado de crédito poderão diminuir. Consequentemente, a Equipa de Fixed Income prevê um influxo de fundos para ativos dedicados e um melhor desempenho neste mercado em 2024.

Por outro lado, os títulos soberanos apresentaram um ótimo desempenho, tendo em vista o início do processo de flexibilização pelo BCB e o facto de o novo governo ter demonstrado mais responsabilidade fiscal do que inicialmente esperado pelo mercado. Neste cenário, a S&P melhorou o seu *rating* soberano para o Brasil de BB- para BB no final do ano. Em resultado, as taxas a 10 anos baixaram de 12,60% para 10,35%, assistindo-se a uma forte procura por prazos mais longos por parte dos investidores estrangeiros.

A dívida soberana deverá registar mais um ano positivo em 2024, impulsionada por uma postura mais branda do BCB e por mais um ano de política fiscal responsável.

A carteira do Banco continuará investida em obrigações soberanas a taxa fixa, embora picos pontuais das taxas de juro possam proporcionar uma boa oportunidade para ampliar a carteira.

Sindicação & Vendas

Como referido anteriormente, 2023 foi um ano difícil para os mercados de capitais brasileiros. O *default* inesperado de duas importantes empresas com *rating*s elevados levou à interrupção de emissões públicas nos mercados locais de todo o tipo de empresas, não obstante o início do ciclo de flexibilização por parte do BCB, tendo este cenário persistido quase todo o ano. Apenas as emissões de títulos de empresas *high-grade* e as obrigações de bancos com balanços sólidos conseguiram explorar o mercado.

Por este motivo, a Equipa de sindicação e distribuição local focou-se na venda de Letras Financeiras do Haitong Brasil aos seus clientes institucionais, tendo ainda colaborado com outros bancos na aquisição de boas oportunidades de crédito para a sua própria carteira de crédito.

Em 2024, espera-se um melhor desempenho do mercado de capitais local, com base no aumento do interesse dos investidores na compra de obrigações com *rating high/mid-grade*, o que por sua vez aumentará o interesse das empresas em aceder a este mercado.

Polónia

De um modo geral, 2023 foi marcado por uma escalada de tensões e conflitos em todo o mundo. Do conflito na Ucrânia, à guerra em Gaza, e à situação volátil no Mar do Sul da China, o mundo assistiu a um aumento da turbulência geopolítica – uma situação que tem influência direta nos mercados financeiros. A liquidez foi reduzida e o mercado de renda fixa continuou a registar uma elevada volatilidade.

No segundo semestre de 2023, o mercado financeiro da Polónia dividiu-se entre o "antes" e o "depois" das eleições de outubro. Antes das eleições, as instituições financeiras e os investidores reduziram os seus volumes de negócio e restringiram a sua atividade, adotando claramente uma posição de "esperar para ver", devido à incerteza relativamente ao futuro e à impossibilidade de prever o resultado das eleições. No final, o desfecho das eleições acabou por impulsionar positivamente os mercados financeiros. À medida que o mercado recuperava, a equipa da Polónia registava diversos pedidos de títulos de dívida pública por parte de instituições financeiras locais. Desde as eleições, o zloty valorizou cerca de 4% em relação ao euro e 9% em relação ao dólar, enquanto o índice de ações WIG20 da Bolsa de Varsóvia registou ganhos de 16%, um dos melhores desempenhos dos mercados emergentes. O mercado de obrigações de empresas manteve-se bastante estável, enquanto as emissões de clientes de retalho diminuíram. Não obstante, o Haitong Bank conseguiu encontrar alguns investidores profissionais no mercado secundário a quem vendeu um volume significativo de obrigações de empresas, o que mostra claramente que a liquidez no mercado de obrigações de empresas está de volta.

De acordo com a denominada trajetória central das projeções do Banco Nacional da Polónia, a inflação anual deverá situar-se em 5,7% em 2024, o que poderá favorecer os ativos de renda fixa ao fazer baixar as taxas de juro. A Equipa prevê uma procura forte por obrigações do Estado e de empresas polacas, tanto por parte de instituições financeiras como não financeiras.

Macau

Gestão da Carteira de Investimentos

Em 2023, foi criada, na Sucursal de Macau, uma nova subconta para a carteira de investimentos. Esta carteira tem como objetivo aproveitar as oportunidades de investimento no mercado de crédito asiático, tirando partido tanto das sólidas relações comerciais estabelecidas pelo Banco, como da sua presença na região.

Em 2023, com as taxas norte-americanas no nível mais elevado da década, os *spreads* de crédito contraíram-se, tendo a nova oferta de obrigações chinesas diminuído cerca de 43%, para apenas 63 mil milhões de dólares, que compara com 118 mil milhões de dólares em 2022. O Banco Central da China (PBOC) manteve uma política monetária

expansionista no mercado doméstico *onshore* em 2023, baixando por duas vezes o rácio de reservas obrigatórios (RRR), num total de 0,5%, a taxa da facilidade de cedência de liquidez de médio prazo (MLF) a 1 ano num total de 25 pontos base e a taxa *Repo Rate* a 7 dias por duas vezes, num total de 20 pontos base. A política monetária favoreceu o refinanciamento da dívida no mercado *onshore* por parte dos emitentes chineses, a taxas muito mais baixas. Por outro lado, alguns emitentes emitiram obrigações denominadas em yuan *offshore* no mercado *offshore*.

No que respeita ao índice de obrigações *investment-grade* denominadas em dólares da China, o *spread* médio diminuiu de 166 pontos base para 125 pontos base e, relativamente ao índice de obrigações *high-yield* denominadas em dólares da China, o *spread* médio baixou de 1500 pontos base para 1063 pontos base. O tema dos *defaults* continuou a marcar o setor imobiliário de *high-yield* da China, assistindo-se a uma fraca recuperação das vendas de bens imobiliários. Adicionalmente, em outubro, o maior promotor do mercado imobiliário chinês, o Country Garden, entrou oficialmente em *default* relativamente a uma emissão de obrigações denominada em dólares. Neste contexto, a Equipa manteve uma atitude vigilante no acompanhamento da qualidade de crédito dos emitentes chineses e da evolução do mercado.

Flow/Trading

Na atividade de *trading,* a Equipa expandiu consideravelmente a cotação de títulos no mercado asiático de obrigações em dólares, e em particular no mercado de obrigações *offshore* da China, que representa 60% do mercado asiático. Em 2023, a Equipa aumentou a cotação de títulos para mais de 600 obrigações na região, abrangendo todos os setores em atividade. Adicionalmente, a Equipa alargou a atividade de cotação de títulos a créditos da Coreia e do Japão denominados em dólares, com o intuito de aumentar a capacidade de prestação do serviço de *market-making* a clientes.

Com uma oferta limitada de novas emissões no mercado primário, o mercado secundário tornou-se menos líquido. No segmento de *investment-grade*, os investidores atuaram mais como compradores unidirecionais para atender às necessidades de reinvestimento, estreitando-se o *spread* entre as cotações de compra e venda durante a maior parte do ano. No segmento de *high-yield*, os investidores mantiveram uma atitude cautelosa relativamente aos emitentes dos setores imobiliário e das Empresas Privadas (POE) da China, sobretudo devido à recuperação do setor imobiliário e do consumo não ter correspondido às expectativas.

Em Macau, o setor do jogo registou uma forte recuperação com o regresso dos turistas chineses após a pandemia, tendo a receita bruta do jogo atingido 183,06 mil milhões de patacas (22,8 mil milhões de dólares), um aumento de 334% relativamente a 2022. O setor do jogo, no seu conjunto, foi o que apresentou o melhor desempenho no mercado de crédito asiático de *high-yield*. O Banco acompanhou esta tendência de *trading* através dos *insights* de mercado fornecidos pela Sucursal de Macau.

Sindicação & Vendas

Em 2023, o valor das emissões *offshore* chinesas caiu 46%, para 63 mil milhões de dólares, com alguns emissores *investment-grade*, em particular empresas estatais (SOE) da administração central, a recorrerem ao mercado *onshore* de dívida em yuan para se refinanciarem. Também as empresas de TMT, imobiliário e do jogo de Macau estiveram ausentes do mercado de novas emissões. Neste contexto, as SOE e os LGFV locais da China dominaram o mercado primário em 2023.

Tendo em vista que o *spread* entre as obrigações do Tesouro dos EUA e as obrigações do Estado chinês atingiram o nível mais elevado dos últimos anos, alguns emitentes decidiram procurar um novo nicho de mercado *offshore*, nomeadamente em obrigações denominadas em CNH (offshore RMB) ou obrigações do CCDC na Free Trade Zone também denominadas em CNH.

A Equipa de sindicação esteve envolvida em diversas transações de SOE e LGFV executadas pela área de DCM do Banco. Em 2023, a Equipa participou num total de 44 transações, incluindo obrigações em dólares, obrigações denominadas em CNH e obrigações do CCDC na Free Trade Zone, tendo atuado como *Global Coordinator* em dez destas operações. Entre estas transações, a Equipa desempenhou um papel de liderança na colocação das emissões CCDC FTZ da Haitong Securities, na transação de leasing da AVIC, na transação da Sanming City Construction e na transação da Pingdu SOAM, atraindo investidores sólidos e de elevada qualidade para estas transações.

Em 2024, com a expetativa de redução das taxas por parte da FED, espera-se que os emitentes chineses *high-grade* regressem ao mercado *offshore*, permitindo a recuperação do volume de novas emissões.

CORPORATE DERIVATIVES

Visão Global

A área de Corporate Derivatives do Haitong Bank cobre várias classes de ativos tais como taxas de juro, FX e *commodities*, apoiando os seus Clientes com soluções à medida, de forma a otimizarem a sua estratégia de *hedging* contra a subida das taxas de juro, as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos e a fixação do preço de custo/venda de matérias-primas.

A Equipa tem cerca de 20 anos de experiência nas várias áreas associadas aos Derivados, tais como *structured finance* e *project finance*, mantendo um contacto direto com Diretores Financeiros e *CFO*s das mais prestigiadas empresas cotadas e não cotadas em Portugal, Espanha, na Polónia e no Brasil.

Estratégia

A área de Corporate Derivatives do Haitong Bank tem como objetivo apoiar as empresas na imunização dos seus balanços contra variáveis financeiras que possam afetar negativamente os seus lucros, permitindo-lhes manter o foco no seu negócio *core*, salvaguardar a margem dos seus produtos e, acima de tudo, proteger o valor para o acionista.

OFERTA DE SERVIÇOS

- Soluções de cobertura para empresas
- *Commodities*
- Taxa de juro
- FX

Valor do Produto Bancário

-0,9 M€

Peso no Produto Bancário Total

-1%

Destaques da Atividade

Em Portugal, o panorama financeiro de 2023 caracterizou-se por uma redução do volume de atividade nas áreas de taxa de juro e cambial do Banco, num contexto de escalada das taxas de juro e de aumento da volatilidade cambial. Adicionalmente, o setor empresarial debateu-se com a incerteza resultante de uma visão pouco clara sobre a trajetória de recuperação da inflação e do crescimento na Europa e nos EUA, no contexto da continuação do conflito na Ucrânia.

Para fazer face a esta redução de atividade, a área de Corporate Derivatives implementou diversas medidas estratégicas, incluindo a integração de novos ativos subjacentes na sua oferta global de produtos, proporcionando um leque mais abrangente de soluções de cobertura, indo assim ao encontro das diferentes necessidades dos Clientes *corporate* do Banco. Além disso, o Haitong Bank restabeleceu a sua presença na área de cobertura de risco de mercado para empresas em Espanha. Esta iniciativa estratégica permite ao Banco alargar a sua penetração a um espetro mais amplo de grupos económicos em diversos setores. Estão também em curso desenvolvimentos nas parcerias sino-portuguesas e sino-brasileiras do Banco, facilitando o estabelecimento de ligações com a Europa e a América do Sul.

No Brasil, durante o ano de 2023, a área de Corporate Derivatives centrou-se na manutenção da sua carteira de clientes. O leque estratégico de produtos desta área de negócio, oferecendo uma gama abrangente de operações de câmbio (FX) e de derivados, foi um motor essencial de receitas neste ano. Esta abordagem equilibrada permitiu à área de Corporate Derivatives capitalizar junto dos clientes os movimentos favoráveis do mercado.

Perspetivas para 2024

Em Portugal, a área de Corporate Derivatives está confiante nas recentes iniciativas estratégicas, e espera uma recuperação significativa da sua atividade em 2024, caracterizada por um maior crescimento das receitas e pelo alargamento da base de clientes.

No Brasil, o principal objetivo é expandir a base de clientes, visando o aumento da penetração no mercado, crucial para a sustentabilidade dos lucros a longo prazo.

ASSET MANAGEMENT

Visão Global

A Direção de *Asset Management* atua como um Gestor de Investimentos responsável por um leque diversificado de mandatos e carteiras de ativos, com o objetivo de maximizar o seu retorno absoluto no longo prazo, considerando o perfil de risco definido para cada mandato.

Estratégia

Esta Direção está concentrada na expansão das atividades de Fundos de Investimento Alternativos (através da licença regulatória da Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A.) e de Gestão Discricionária de Carteiras (perfis Agressivo, Flexível e Defensivo e carteiras *tailor-made*), incluindo mandatos de Gestão de Investimentos (fundos UCITS sediados no Luxemburgo e Unit Links distribuídos em Portugal), com exposição mundial às diferentes classes de ativos, em particular a carteiras de *equities* e de *fixed income*. Com um historial muito positivo da carteira de ações europeias, o Banco possui uma importante vantagem competitiva para o crescimento dos Ativos sob Gestão, a que se junta o reforço da vertente de *fixed income* do Grupo Haitong.

É também de destacar a transferência da posição contratual relativa à gestão discricionária de carteiras de clientes particulares e empresas (DPM) do Haitong Bank para a HGAM, com efeitos a 1 de julho, o que significa que a HGAM continuará a integrar nas suas atividades o negócio de gestão de ativos que tem vindo a ser desenvolvido pelo Haitong Bank. A 31 de dezembro, os mandatos de Gestão de Investimentos ascendiam a 51,5 milhões de euros.

OFERTA DE SERVIÇOS

- Gestão Discricionária de Carteiras
- Estratégias quantitativas

Valor do Produto Bancário

2,6 M€

Peso no Produto Bancário Total

3%

O Mercado em 2023

O início do ano de 2023 foi fortemente marcado pelas políticas monetárias agressivas adotadas pelos bancos centrais a nível mundial, em particular na Europa e nos Estados Unidos. Estas instituições centraram-se principalmente em conter as elevadas taxas de inflação que tinham disparado repentinamente nos anos anteriores. A Reserva Federal e o Banco Central Europeu, entre outros, não perderam tempo em aumentar as taxas de juro, provocando uma subida significativa das *yields* das obrigações. Esta estratégia, embora essencial para o controlo da inflação, teve um impacto profundo nos mercados financeiros, influenciando a dinâmica tanto dos mercados de ações como de crédito.

À medida que o ano avançava, os mercados acionistas deram sinais de que estavam a recuperar das quedas registadas em 2022. No entanto, este otimismo foi moderado pela persistência de políticas monetárias restritivas. O aumento das *yields* das obrigações, uma consequência direta das subidas agressivas das taxas, veio trazer aos mercados um nível crescente de volatilidade e incerteza. Os investidores, que inicialmente acreditavam numa rápida recuperação económica, adaptaram-se ao cenário imprevisível vivido nos mercados, ajustando constantemente as suas estratégias em resposta à evolução das condições de mercado.

A descida gradual das taxas de inflação durante os meses de verão foi um importante ponto de viragem nesta trajetória. As pressões inflacionistas persistentes observadas no período anterior começaram a dissipar-se, levando a uma reavaliação da postura de longo prazo relativamente ao nível elevado das taxas de juro. Os bancos centrais começaram a sinalizar uma possível flexibilização das suas políticas *hawkish*, proporcionando algum alívio aos mercados.

A economia dos EUA, que inicialmente se tinha mostrado relativamente resistente, começou a mostrar sinais de ceder à pressão das taxas de juro mais elevadas. Na Europa, o crescimento económico registou um abrandamento. Estes desenvolvimentos deram sinais aos bancos centrais sobre a necessidade de uma abordagem mais equilibrada. Perto do final do ano, deu-se uma mudança significativa na retórica dos bancos centrais, que adotaram um tom mais moderado; esta mudança foi fundamental para preparar o terreno para uma recuperação dos mercados financeiros.

O quarto trimestre de 2023 caracterizou-se por uma clara recuperação dos níveis de confiança do mercado. Os principais índices de ações, nomeadamente o S&P500 e o EuroStoxx50, recuperaram da turbulência verificada no início do ano, registando ganhos significativos. Para esta retoma, contribuíram também os comentários *dovish* dos principais bancos centrais, sugerindo uma potencial flexibilização das taxas de juro em 2024. O mercado obrigacionista, que tinha atravessado uma fase particularmente difícil no início do ano, registou igualmente uma recuperação substancial. Os investidores, que se tinham mostrado cautelosos devido ao desempenho negativo no início do ano, começaram a regressar ao mercado, impulsionados pela evolução dos indicadores económicos e pelos sinais dados pelos bancos centrais.

A recuperação do mercado obrigacionista foi notável, tendo em conta a queda acentuada anteriormente sofrida. Esta reviravolta foi impulsionada por uma combinação de fatores, incluindo a redução das expetativas de inflação, ajustes nas políticas dos bancos centrais e uma reavaliação geral do risco por parte dos investidores. Com o aumento da confiança, registou-se uma descida considerável das *yields* das obrigações, sobretudo na parte final do ano. Esta mudança veio trazer alívio a muitos investidores, que estavam a ser prejudicados pelo impacto de *yields* historicamente elevadas.

A nível mundial, o panorama económico foi misto. Enquanto a Europa e os EUA se debatiam com as suas dificuldades específicas, outras regiões apresentaram desempenhos económicos diversos. Os mercados emergentes, por exemplo, mostraram resiliência em certas áreas, proporcionando oportunidades de investimento alternativas. As interações económicas a nível mundial também influenciaram a forma como os bancos centrais avaliaram as políticas internas das respetivas regiões, que tiveram em conta não só os indicadores internos, mas também a conjuntura económica internacional.

Destaques da Atividade

Em 2023, foram implementadas diversas alterações na Direção de Asset Management, tendo em conta o papel crescente desempenhado pela Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. (HGAM) enquanto subsidiária do Haitong Bank responsável pela gestão de ativos. Relativamente à Gestão Discricionária de Carteiras de Clientes particulares e empresas, foi definida e implementada uma nova estrutura de comissões segmentada (gestão e custódia) em função do perfil de risco e dos ativos sob gestão dos Clientes. Adicionalmente, os Clientes do serviço de gestão discricionária de carteiras, que assenta em carteiras com determinados perfis (Agressivo, Flexível e Defensivo), bem como em carteiras *tailor-made*, foram previamente contactados e legalmente informados sobre as principais alterações a serem implementadas, as quais entraram em vigor no dia 1 de maio. Durante o mês de junho, as posições contratuais destes Clientes foram transferidas do Haitong Bank para a HGAM, tendo estas alterações sido executadas e implementadas no dia 1 de julho.

No âmbito de uma iniciativa estratégica visando diversificar e melhorar a sua carteira de investimentos, a Equipa iniciou um projeto destinado a recorrer a entidades estrangeiras para o lançamento de instrumentos *Unit Linked*. O processo de introdução destes instrumentos progrediu sem problemas e prevê-se que esteja concluído no início de 2024. Esta iniciativa deverá permitir não só alargar a gama de produtos, como também oferecer oportunidades de investimento personalizadas e alinhadas com a evolução das necessidades dos clientes.

É de realçar o desempenho muito positivo das estratégias geridas em termos absolutos e também quando comparadas com a concorrência. Os perfis de gestão discricionária Flexível e Agressivo (excluindo comissões de desempenho) cresceram 12,9% e 20,5%, respetivamente, desde o início do ano. Paralelamente, as rendibilidades dos Fundos de Investimento OICVM do Luxemburgo – White Fleet III Haitong Flexible Fund e Aggressive Fund – atingiram +11,4% e +17,8%, respetivamente, que comparam com um desempenho igualmente positivo dos principais índices de ações e de rendimento fixo. Os índices EuroStoxx 50 e EuroStoxx 600 registaram ganhos de 19,2% e 12,7%, respetivamente, e o índice Bloomberg Euro-Aggregate valorizou +7,2%.

Relativamente às Estratégias Quant, a Equipa manteve-se focada na gestão de uma estrutura de alocação alvo de 60/40, com investimento essencialmente em ETFs, que potencia o acesso a uma exposição mundial em Ações e Renda Fixa. O retorno alcançado em 2023 foi de +3%.

Perspetivas para 2024

Relativamente ao panorama financeiro para 2024, esperam-se novos desenvolvimentos, tais como a moderação da inflação e a flexibilização gradual das políticas monetárias por parte dos bancos centrais. Espera-se que esta mudança de rumo atenue o impacto do ambiente de elevadas taxas de juro vivido em 2023.

Embora possa vir a sofrer um ligeiro abrandamento, a economia mundial não deverá entrar numa recessão profunda. Este cenário é sustentado por uma redução gradual das pressões inflacionistas e uma possível flexibilização das taxas de juro pelos bancos centrais, incluindo a Reserva Federal e o Banco Central Europeu.

Nos mercados acionistas, a recuperação registada no último trimestre de 2023 e o ajustamento das avaliações proporcionam um cenário de desafios e oportunidades. Fatores geopolíticos, como o atual conflito na Ucrânia, e as tensões entre Israel e a Palestina e várias eleições a nível mundial, acrescentam uma camada de complexidade a este cenário e exigem uma abordagem cautelosa.

O ano de 2024 deverá caracterizar-se por uma postura prudente, mas otimista, em que o possível abrandamento económico poderá ser compensado pelas oportunidades decorrentes da evolução a nível da política monetária.

PRIVATE EQUITY

Visão Global

A Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A. (HGAM) tira partido das suas competências geográficas e setoriais para apoiar as empresas que pretendam expandir os seus negócios, ambicionando proporcionar aos seus investidores um retorno absoluto atrativo sobre os investimentos realizados. Historicamente, esta área de negócio tem gerido uma combinação de *seed capital* do Grupo Haitong com os fundos obtidos junto de investidores externos de primeira linha.

Atualmente, a HGAM gere um fundo de *private equity* dedicado ao segmento de capital de desenvolvimento / *buyout* na Europa ("HPEF").

Estratégia

A HGAM alavanca a sua experiência na estruturação e gestão de fundos de *private equity* enquanto competência fundamental para servir da melhor forma os interesses e objetivos de investimento dos seus Clientes. Beneficiando da sua experiência, a HGAM iniciou a estruturação de um novo fundo de *private equity,* o Haitong Iberian Core Fund, atualmente em processo de angariação de fundos.

Com o objetivo de alargar o seu âmbito de negócio, a HGAM iniciou a atividade de gestão de Fundos de Investimento Alternativos, tendo obtido a aprovação formal da CMVM para o novo Haitong China Bond Fund.

A estratégia da HGAM para 2024 assentará na conjugação das suas competências europeias e chinesas para investir em setores que beneficiem das dinâmicas que marcam ambas as regiões.

OFERTA DE SERVIÇOS

- Fundos de Buyout/Capital de Desenvolvimento
- Fundos de Investimento Alternativos
- Gestão Discricionária de Carteiras

Valor do Produto Bancário

0,6 M€

Peso no Produto Bancário Total

1%

Destaques da Atividade

Durante 2023, a HGAM manteve uma abordagem de gestão próxima das suas participadas, focada na criação de valor na carteira de investimentos.

Com o objetivo de alargar o seu âmbito de negócio, a HGAM lançou o Haitong Iberian Core Fund. Trata-se de um Fundo de *private equity* no montante de até 75 milhões de euros, vocacionado para ativos imobiliários, já aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). A assessoria ao Fundo será prestada pela Kronio Advisory.

Beneficiando da capacidade de gestão da sua Equipa, juntamente com a experiência do Grupo Haitong, a HGAM lançou um novo fundo, o Haitong China Bond Fund. Este é o primeiro produto com a marca Haitong que irá investir em Obrigações Chinesas *Offshore* em dólares, cujo processo de angariação de fundos deverá ter início no primeiro trimestre de 2024.

É também de destacar a transferência da posição contratual relativa à Gestão Discricionária de Carteiras de Clientes particulares e empresas (DPM) do Haitong Bank para a HGAM, com efeitos a 1 de julho, o que significa que a HGAM continuará a integrar nas suas atividades o negócio de gestão de ativos que tem vindo a ser desenvolvido pelo Haitong Bank. A 31 de dezembro, os ativos sob gestão da área de DPM ascendiam a 4,7 milhões de euros.

O encaixe de fundos totalizou cerca de 8,2 milhões de euros em 2023, resultantes da alienação de uma empresa participada e da distribuição de fundos de duas participadas da carteira do HPEF.

Em 2023, a área de Private Equity apresentou um lucro de 797 mil euros e o montante de capitais próprios ascendeu a 57 milhões de euros.

Perspetivas para 2024

Em 2024, a HGAM irá incorporar as restantes atividades da Direção de Asset Management do Haitong Bank, com o objetivo de se concentrar na gestão global de ativos, em particular na obtenção de mandatos de Gestão Discricionária de Carteiras e na criação de Fundos de Investimento Alternativos e Fundos de p*rivate equity*, procurando alargar o leque de clientes e a oferta de produtos.

PESSOAS

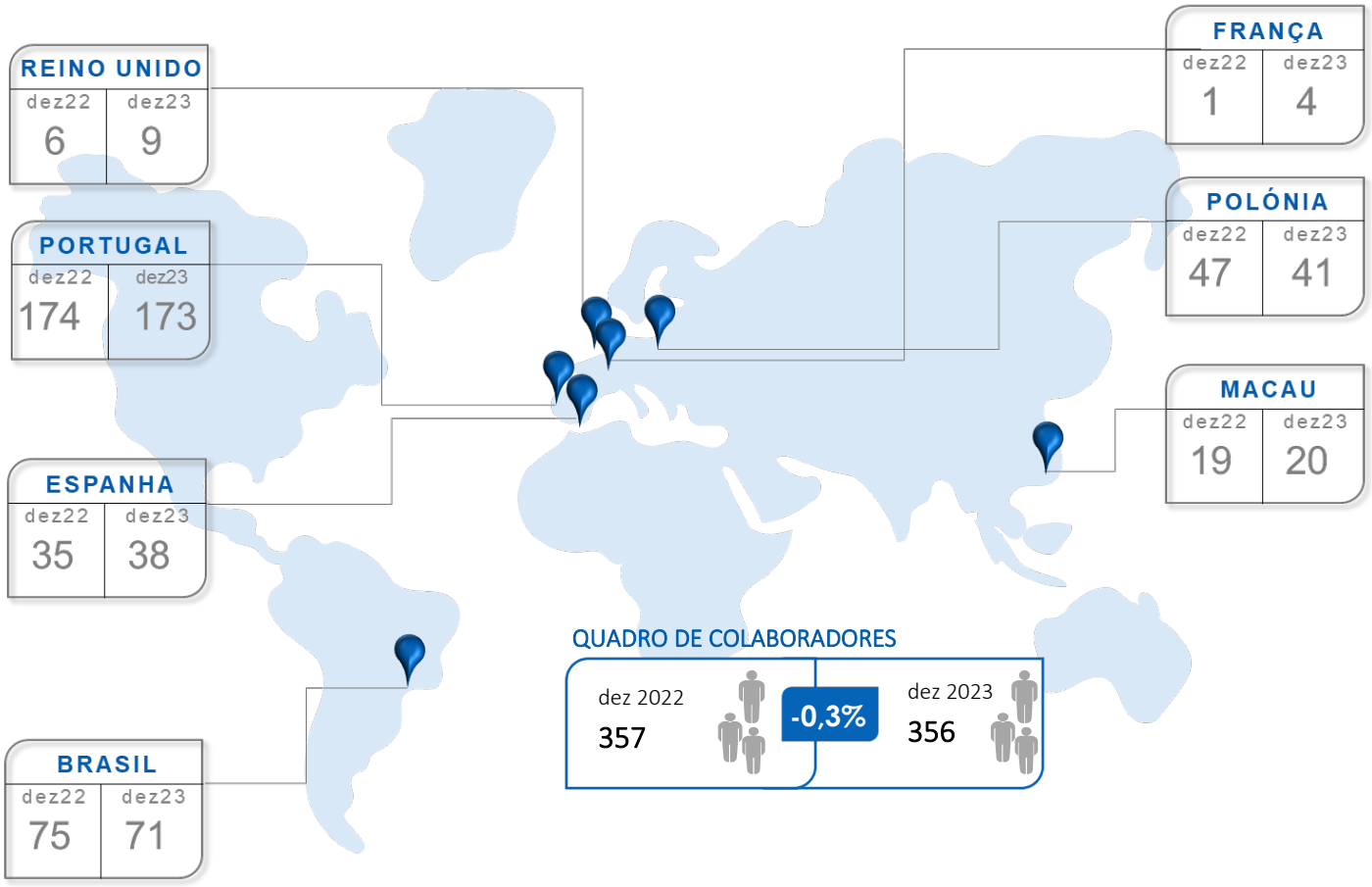
RECURSOS HUMANOS

A Importância do Capital Humano

O reconhecimento pelo Haitong Bank de que o Capital Humano é um ativo fundamental reflete-se no seu compromisso em atrair, reter e desenvolver talento de primeira linha. O Banco está ciente de que um quadro de pessoal qualificado e motivado é essencial para atingir os seus objetivos de negócio. Este compromisso vai para além do desenvolvimento profissional e da construção de uma cultura de colaboração, enfatizando o trabalho em equipa e a realização individual como componentes integrais do sucesso do Banco.

Redimensionamento geográfico do quadro de pessoal

Em 2023, Departamento de Recursos Humanos do Haitong Bank direcionou o foco da sua estratégia para a aquisição e desenvolvimento de talento. Apesar da ligeira diminuição do número total de colaboradores no Banco, o quadro de colaboradores foi aumentado estrategicamente em determinados escritórios internacionais, sobretudo em França, Macau, Espanha e Reino Unido, através de processos rigorosos de recrutamento e seleção de talento. Este redimensionamento geográfico está perfeitamente alinhado com a estratégia global do negócio, reforçando equipas específicas estrategicamente posicionadas para melhorar o desempenho do Banco.



Fonte: Haitong Bank

Diversidade e Inclusão

A diversidade e a inclusão são valores importantes para o Haitong Bank. Com uma percentagem de 38% de mulheres no seu quadro de pessoal, o Banco defende ativamente os princípios da igualdade de oportunidades. O impacto da presença significativa de mulheres em cargos de liderança sénior no Banco é evidente, sendo mais que um mero indicador estatístico.

Adicionalmente, o atual Conselho de Administração é composto por doze membros, apresentando uma composição equilibrada entre seis administradores executivos e seis não executivos. O número de membros do sexo feminino no Conselho aumentou para três, sendo que o peso global das mulheres no órgão de administração, nos órgãos de supervisão e em posições-chave ultrapassa os 30%. Esta percentagem demonstra o empenho do Banco em seguir as orientações do Banco de Portugal sobre diversidade de género, reforçando uma cultura de trabalho que prioriza e promove a inclusão a todos os níveis organizacionais.

Geografia	Idade média	Tempo médio de serviço (anos)	Nº Homens	Nº Mulheres
Portugal	43,8	13,1	103	70
Espanha	41,9	10,3	28	10
Reino Unido	39,0	4,0	5	4
Polónia	43,1	7,5	23	18
Brasil	47,5	11,5	46	25
Macau	33,0	1,1	11	9
França	33,0	0,3	4	0
Tempo médio de serviço (anos)	**43,4**	**10,8**	**62%**	**38%**

Fonte: Haitong Bank

Os Recursos Humanos enquanto parceiro de negócio

O departamento de Recursos Humanos do Haitong Bank vai mais além das funções tradicionais de um departamento de recursos humanos, ao assumir uma posição central como parceiro estratégico do negócio. Em estreita sintonia com os objetivos de curto e médio prazo do Banco, os Recursos Humanos privilegiam a mobilidade interna para otimizar a eficiência do quadro de pessoal e promover elevados níveis de motivação e retenção dos colaboradores. Além disso, os Recursos Humanos lideram de forma proativa o planeamento da sucessão, identificando e preparando metodicamente um conjunto de talentos para que estejam prontos a assumir posições críticas.

Os Recursos Humanos assumem também a liderança no que diz respeito ao planeamento dos colaboradores do Banco, esforçando-se por prever as necessidades futuras e alinhar o quadro de colaboradores com a evolução dos requisitos do Banco. Este aspeto implica a avaliação dos requisitos em termos de competências, a identificação de potenciais lacunas e a implementação de estratégias proactivas para as colmatar. Esta abordagem abrangente não só garante a conformidade com os requisitos regulamentares, como também posiciona o Banco estrategicamente, assegurando que as pessoas adequadas ocupam as posições certas, no momento certo, a fim de satisfazer as exigências dinâmicas de um cenário de negócio em constante evolução.

Os Recursos Humanos mantêm uma relação estreita e contínua com todos os departamentos do Banco, posicionando-se como um parceiro de negócio fiável e eficiente, e assegurando uma colaboração efetiva e transversal a todo o Grupo Haitong Bank.

Destaques da Atividade

No dinâmico panorama de 2023, os Recursos Humanos do Haitong Bank desempenharam um papel essencial e ativo no apoio aos órgãos de supervisão, à gestão de topo, aos comités e aos colaboradores do Banco. O âmbito das contribuições dos Recursos Humanos excedeu as suas funções convencionais, abrangendo a participação ativa em feiras de emprego, com o objetivo de reforçar o *Employer Branding* do Banco. As medidas tomadas em matéria de aquisição de talento e as iniciativas de gestão do desempenho demonstraram a abordagem proativa dos Recursos Humanos, garantindo o desenvolvimento contínuo e o desempenho otimizado do quadro de colaboradores.

No âmbito dos Recursos Humanos, a ênfase concedida às iniciativas de formação reflete o empenho no crescimento contínuo e na melhoria das competências do capital humano do Banco. A promoção de uma cultura de meritocracia traduz os esforços desenvolvidos pelos Recursos Humanos para reconhecer e recompensar os Colaboradores com base nas suas competências, desempenho e contribuições para o sucesso do Banco.

Para além disso, o Haitong Bank utiliza um sistema de gestão de desempenho transparente, em que todas as áreas de negócio e geografias aderem a indicadores-chave de desempenho (KPIs) anuais claros e específicos. Os Recursos Humanos desempenham um papel fundamental na preparação e discussão destes KPIs anuais, assegurando o alinhamento com os objetivos do Banco e fomentando uma cultura de responsabilização e de sucesso nas diversas operações do Banco.

Por último, a eficiência operacional dos serviços de Recursos Humanos demonstra a sua capacidade de adaptação e de resposta, garantindo uma gestão eficiente dos dados, a elaboração de relatórios e uma gestão eficaz dos salários e dos benefícios. Este aspeto é particularmente importante, especialmente tendo em conta o relacionamento contínuo e próximo com o acionista do Haitong Bank, fazendo realçar a importância de manter uma postura de transparência e responsabilização. Esta abordagem multidimensional não só põe em evidência a versatilidade dos Recursos Humanos, como também os posiciona como um facilitador estratégico na formação de um quadro de pessoal do Banco que assegure o sucesso sustentado.

Perspetivas para 2024

Os Recursos Humanos do Haitong Bank estão preparados para enfrentar os desafios futuros e apoiar a realização dos objetivos de negócio do Banco, à medida que se antecipam a uma conjuntura em constante evolução. Em 2024, o Departamento focar-se-á em atrair talento excecional que garanta um quadro de colaboradores dinâmico e qualificado. Adicionalmente, os Recursos Humanos prestarão o apoio necessário às iniciativas estratégicas do Banco, adotando uma cultura de conetividade através de plataformas digitais inovadoras.

O firme compromisso para com a procura e desenvolvimento de talentos, a mobilidade global e orientações consistentes, juntamente com a colaboração proactiva e o reporte regular ao Acionista, refletem o empenho dos Recursos Humanos em permanecer na vanguarda da dinâmica organizacional do Banco.

PERFORMANCE FINANCEIRA

AMBIENTE MACROECONÓMICO

O Mercado em 2023

O ano de 2023 foi marcado pela resiliência do crescimento económico mundial num contexto de taxas de juro elevadas e de inflação persistente nas economias desenvolvidas. Nos EUA, as previsões que davam como certa uma recessão não se materializaram, enquanto a Zona Euro foi impactada pela estagnação do PIB, sem uma deterioração das condições do mercado de trabalho. A reabertura da economia chinesa no primeiro semestre do ano aliviou os constrangimentos da cadeia de abastecimento global e contribuiu para a desinflação dos preços dos bens de consumo. Já a inflação global, medida pelo IPC (índice de preços no consumidor), desacelerou de 8,7% em 2022 para 6,9% em 2023, de acordo com as últimas estimativas do FMI (outubro de 2023).

O produto interno bruto (PIB) mundial avançou a um ritmo de 3,0% em 2023 (segundo estimativas do FMI), o que está próximo dos níveis potenciais, sendo, no entanto, inferior ao registado em 2022 (3,4%).

A surpreendente expansão de 2,4% do PIB dos EUA em 2023 (vs. 1,9% em 2022) ocorreu num cenário em que as taxas de juro atingiram o nível mais elevado desde 2008 e as condições de emprego se mantiveram estáveis. A Reserva Federal (FED) aumentou a *funds rate* em 100 pontos base, para 5,5% em 2023, enquanto a taxa de desemprego se manteve pelo segundo ano consecutivo nos valores mais baixos das últimas cinco décadas, em 3,6%. As condições financeiras permaneceram estáveis após a intervenção da FED em dois bancos regionais afetados por problemas de liquidez no primeiro trimestre de 2023. Simultaneamente, o impacto da política monetária mais restritiva da FED, o custo mais baixo da energia resultante de uma descida de 5,8% nos preços da gasolina e o fim dos problemas que afetavam a cadeia de abastecimento global contribuíram para reduzir o IPC de 8,0% em 2022 para 4,1% em 2023. Na ausência de uma recessão, o índice S&P500 atingiu máximos históricos, tendo subido 24,2% para 4.770 pontos em 2023.

As condições económicas mostraram-se mais adversas na Zona Euro, onde o crescimento do PIB estagnou em 0,5% em 2023 (vs. +3,4% em 2022) e a inflação se manteve resistente, em 5,5% (vs. +8,4% em 2022). Os preços da energia foram menos pressionados em 2023 devido à estratégia da UE para reduzir a sua dependência do gás russo e também à descida dos preços do petróleo. No entanto, com o desemprego a diminuir para 6,5% em 2023 (vs. 6,7% em 2022), a robustez do mercado de trabalho manteve a inflação pressionada no sentido ascendente, tendo o IPC *core* (excluindo produtos alimentares e energia) acelerado para 5,5% vs. 3,9% em 2022. Com vista a cumprir a meta da inflação de 2%, o BCE aumentou a taxa de refinanciamento em 200 pontos base, para 4,5% em 2023.

O setor financeiro mostrou-se resiliente face às condições monetárias mais restritivas impostas pelo BCE, nomeadamente o aperto quantitativo da carteira de crédito. O balanço do BCE diminuiu 13% em resultado da decisão do Banco Central de eliminar gradualmente o PSPP (Programa de Compras do Setor Público). O setor bancário da Zona Euro mostrou-se mais resiliente às condições adversas na sequência da intervenção da FED nos bancos regionais dos EUA e da decisão do Banco Nacional Suíço de apoiar a aquisição do Credit Suisse pela UBS no primeiro trimestre de 2023. Esta resiliência traduziu-se num maior apetite de risco no setor bancário da Zona Euro, refletindo-se nos *spreads* dos CDS iTraxx Sr. Financial 5Y, que diminuíram de um máximo de 131 pontos base no primeiro trimestre de 2023 para 67 pontos base em dezembro de 2023.

O PIB da Zona Euro evoluiu a ritmos diferentes em 2023, com a Alemanha em risco de recessão durante a maior parte do ano e registos de uma contração de 0,3%, após um crescimento débil de 1,8% em 2022. Por outro lado, o PIB

avançou 0,8% em França (vs. 2,5% em 2022), 2,4% em Espanha (vs. 5,8% em 2022) e 2,2% em Portugal (vs. 6,9% em 2022), de acordo com estimativas preliminares de consenso (Bloomberg, janeiro de 2024). O PIB da UE foi afetado pela continuação da guerra na Ucrânia e pelo fraco desempenho do comércio de bens e serviços com a China em 2023.

As projeções de consenso apontam para um crescimento mais fraco do que o esperado na China, com o PIB a avançar 5,2% em comparação com a estimativa inicial de 5,5% em 2023 (vs. 3,0% em 2022). As restrições impostas pela pandemia de COVID-19 no primeiro trimestre de 2023 e a recessão no setor da construção foram responsáveis por esta recuperação mais lenta da economia chinesa em 2023, de acordo com as referidas projeções. Os preços no consumidor permaneceram, em geral, moderados, com uma inflação medida pelo IPC de 0,2% em 2023, face a 2,0% em 2022. O Banco Popular da China flexibilizou ainda mais as condições de liquidez, baixando o rácio de reservas mínimas de 11% para 10,50% em 2023.

O crescimento dos mercados emergentes em 2023 foi afetado pelo enfraquecimento do PIB da China e da Europa, mantendo, no entanto, um ritmo semelhante ao registado em 2022. De acordo com estimativas preliminares, as economias dos mercados emergentes registaram um crescimento de 3,9% em 2023, que compara com 3,8% em 2022.

O crescimento do PIB no Brasil superou as estimativas iniciais de uma desaceleração, tendo crescido 3% em 2023, um ritmo semelhante ao verificado em 2022. Este crescimento foi impulsionado pelo dinamismo das exportações (+8,7% em 2023 vs. +6,2% em 2022), já que o desempenho da procura interna foi fraco. Ao manter condições monetárias restritivas no primeiro semestre de 2023, o banco central brasileiro conseguiu reduzir a inflação para 4,6% em 2023 (vs. 9,3% em 2022). A taxa de referência Selic manteve-se inalterada em 13,75% no primeiro semestre de 2023, após o que as autoridades monetárias retomaram o ciclo de flexibilização, com um corte de 200 pontos base, para 11,75%, em dezembro de 2023.

A economia da Polónia foi fortemente afetada pela proximidade da guerra na Ucrânia, pela recessão na Alemanha e pelas condições monetárias restritivas adotadas pelo banco central polaco para aliviar as pressões inflacionistas em 2023. As estimativas iniciais do PIB apontam para uma desaceleração significativa, prevendo-se um registo de 0,5% em 2023, que compara com 5,1% em 2022. Em resultado deste comportamento débil da atividade económica, a inflação medida pelo IPC diminuiu de 11,6% em 2022 para 5,2% em 2023, permitindo assim ao banco central reduzir a taxa de juro de referência de 6,75% para 5,75% em dezembro de 2023.

O fraco desempenho orçamental foi a tónica na maioria das economias desenvolvidas em 2023. Os governos da Zona Euro continuaram a registar défices acentuados, que se situaram em 3,2% do PIB em 2023 face a 3,6% em 2022, de acordo com estimativas da Comissão Europeia (Previsões do Outono de 2023). O rácio dívida/PIB da UE melhorou de 92,5% em 2022 para 90,4% em 2023.

Em 2023, seis países da zona euro, entre os quais Portugal, mantiveram um rácio dívida/PIB superior a 100%, de acordo com a Comissão Europeia. Portugal, ainda assim, reduziu o seu endividamento pelo terceiro ano consecutivo, tendo este baixado de um pico de 134% do PIB em 2020 para 103,4% do PIB em 2023. Esta melhoria justificou uma nova subida dos *ratings* soberanos atribuídos pela Moody's e pela Fitch, respetivamente para A3 (um nível, com *outlook* estável) e para A- (um nível, com *outlook* estável), perspetivando-se para o primeiro semestre de 2024 uma possível revisão em alta do *outlook* do *rating* de BBB+ atribuído pela S&P, de estável para positivo.

O *rating* da dívida soberana de Espanha permaneceu inalterado em 2023, situando-se em Baa1, atribuído pela Moody's (*outlook* estável), A pela S&P (*outlook* estável) e A- pela Fitch (*outlook* estável).

A Polónia também manteve as notações da dívida soberana inalteradas em 2023, nomeadamente em A2 (*outlook* estável) pela Moody's, A- (*outlook* estável) pela S&P e A- (*outlook* estável) pela Fitch. O rácio dívida/PIB da Polónia diminuiu pelo terceiro ano consecutivo, atingindo 50,9%, que compara com um máximo de 57,2% em 2020.

Os EUA registaram um défice orçamental de 6,1% do PIB em 2023, que compara com 6,5% em 2022, levando a que o rácio dívida/PIB se situasse em 99,4% em 2023, um aumento face ao rácio de 98,4% registado em 2022. A S&P manteve o *rating* soberano dos EUA inalterado em AA+ com *outlook* estável em 2023. Por outro lado, a Fitch baixou a sua notação de AAA para AA+, com *outlook* estável, enquanto a Moody's reduziu o *outlook* do *rating triple*-A dos EUA para negativo, devido à deterioração persistente do desempenho orçamental e à dificuldade política em aprovar, no Congresso dos EUA, um novo teto para o endividamento antes das eleições gerais de 2024.

O governo recém-eleito do Brasil conseguiu aprovar uma reforma fiscal histórica em 2023, tendo tanto a S&P como a Fitch melhorado o *rating* atribuído à dívida soberana brasileira em um nível, para BB, com *outlook* estável. A Moody's manteve o *rating* em Ba2 e o *outlook* estável, citando a persistência de um défice elevado (7,9% do PIB em 2023 face a 4,6% em 2022, com o rácio dívida/PIB a avançar para 59,3% em 2023, em comparação com 56,1% em 2022).

Já o desempenho orçamental do governo central da China continuou a deteriorar-se, com o défice orçamental a aumentar pelo segundo ano consecutivo, atingindo 5,0% do PIB em 2023, face a 4,7% em 2022 e 3,8% em 2021. A Moody's alterou para negativo o *outlook* do *rating* soberano da China, mas tanto a S&P como a Fitch mantiveram inalterados o *rating* em A+ e o *outlook* estável em 2023.

A *yield* das obrigações do Tesouro de referência a 10 anos registou uma forte volatilidade durante 2023, a mais elevada dos últimos 5 anos. A *yield* dos *Treasury Notes* a 10 anos dos EUA encerrou o ano em 3,9%, próximo do nível registado no final de 2022, tendo no entanto registado mínimos de 3,3% em março-abril devido aos receios de uma recessão, assim como um pico de 5,0% em outubro de 2023, quando as projeções de consenso aumentaram a possibilidade de novas subidas das taxas pela FED. Pouco depois, a FED anunciou uma pausa no ciclo restritivo (*tightening*), que desencadeou uma onda de expectativas de cortes nas taxas no primeiro semestre de 2024 entre os participantes do mercado, com a *yield* dos *Treasury Notes* a 10 anos a cair 160 pontos base desde os máximos atingidos em outubro até ao final de dezembro de 2023.

A *yield* do *bund* alemão a 10 anos encerrou o ano em 2,4% em dezembro de 2023, inferior ao registo no final do ano anterior (2,8% em dezembro de 2022), tendo também exibido fortes oscilações durante o ano, entre um mínimo de 2,4% e um máximo de 3,3%. As *yields* sofreram uma contração mais rápida no último trimestre de 2023, no contexto de uma onda de aversão ao risco relacionada com as perspetivas de um desempenho inferior do PIB na Zona Euro por um período de tempo prolongado e com a possibilidade de cortes nas taxas nos EUA, levando os participantes no mercado a considerar nas suas perspetivas um corte das taxas pelo BCE em 2024 mais cedo do que o esperado.

Na Ásia, o rendimento dos títulos de dívida pública chinesa a 10 anos denominados em dólares recuou 32 pontos base, para 3,2% em dezembro de 2023.

Os mercados da dívida soberana foram favoráveis aos emitentes em euros dos países periféricos em 2023. O *spread* das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos face ao *bund* alemão para o mesmo prazo contraiu-se 38,5 pontos base, para 63 pontos base, enquanto o *spread* equivalente das obrigações do governo espanhol recuou 12 pontos base, para 97 pontos base em dezembro de 2023. O *spread* das obrigações italianas a 10 anos em relação ao *Bund* alemão contraiu-se em 47 pontos base, para 167 pontos base em 2023.

A resiliência da economia num contexto monetário restritivo e o forte desempenho dos mercados de trabalho nos EUA e na Europa favoreceram os principais índices acionistas em 2023. Refletindo uma onda de otimismo renovado relativamente ao setor das tecnologias, os índices Nasdaq e Eurostoxx50 registaram ganhos de 43,4% e 19,2%, respetivamente, em 2023.

Durante 2023, os mercados de *commodities* enfraqueceram devido ao desempenho menos favorável do crescimento na Europa e na China, bem como ao custo de uma taxa de juro em dólares elevada. O índice CRB recuou 5,0% em 2023, com os setores da energia e dos produtos agrícolas a registarem as maiores quedas (-14,8% e -11,6%, respetivamente). O preço do petróleo bruto (Brent) recuou 5% em 2023, segundo os respetivos contratos, para 75,9 dólares por barril em dezembro de 2023, registando uma forte volatilidade durante o ano devido aos cortes na produção efetuados pelos membros da OPEC, ao receio de uma recessão e à guerra no Médio Oriente.

Nos mercados cambiais, o euro avançou para 1,104 face ao dólar americano em 2023 (+3,1% desde o início do ano). O Índice de Referência do Dólar caiu 2,1% em 2023, devido à perceção de que a FED teria atingido o pico do ciclo restritivo (*tightening*). As moedas dos mercados emergentes tiveram um desempenho misto. O real brasileiro apreciou 8,2% face ao dólar em 2023, devido à manutenção de taxas de juro elevadas e à bem-sucedida contenção da inflação (IPC) em níveis próximos da meta do banco central brasileiro. Seguindo uma trajetória semelhante, o Zloty polaco avançou 10,0% face ao dólar em 2023. Devido a uma retoma económica mais débil do que o esperado e à perspetiva de taxas de juro baixas pelo Banco Popular da China, o yuan chinês recuou para CNY/USD7,1 (-2,9%) em 2023.

Mercados cambiais (taxa de câmbio e % de variação)				
		2022	2023	% Variação
EUA	Dollar Index	103,52	101,33	-2,1%
Euro	USD/EUR	1,07	1,10	3,1%
Reino Unido	USD/GBP	0,89	0,87	-2,1%
China	CNY/USD	6,90	7,10	2,9%
Macau	MOP/USD	8,04	8,05	0,1%
Brasil	BRL/USD	5,29	4,85	-8,2%
Polónia	PLN/USD	4,38	3,94	-10,0%

Fonte: Bloomberg | Análise: Haitong Bank | Última Atualização: 15/01/2024

Perspetivas para 2024

Prevê-se um certo abrandamento da atividade económica mundial em 2024, com o risco de uma recessão na Europa e um *soft landing* da economia dos EUA no primeiro semestre de 2024. Prevê-se, igualmente, que o PIB chinês cresça a um ritmo próximo ou inferior à meta de 5% em 2024.

Variação no produto interno bruto (%) - Consenso					
	2020	2021	2022	2023	2024
Global	-3,0%	6,2%	3,4%	*3,0%*	*2,6%*
Zona Euro	-6,1%	5,9%	3,4%	*0,5%*	*0,5%*
EUA	-2,2%	5,8%	1,9%	*2,4%*	*1,3%*
Portugal	-8,3%	6,2%	6,9%	*6,9%*	*1,5%*
Espanha	-11,2%	6,4%	5,8%	*5,8%*	*1,5%*
Reino Unido	-10,4%	9,6%	4,5%	*0,5%*	*0,3%*
Polónia	-2,0%	6,9%	5,1%	*2,1%*	*1,1%*
Brasil	-3,3%	5,0%	3,0%	*2,4%*	*1,3%*
China	2,2%	8,4%	3,0%	*5,2%*	*4,5%*
Macau	-54,2$	19,3%	-26,8%	*74,4%*	*27,2%*

** Estimativas de Consenso (Bloomberg) jan 24 | Bold = Atual; Itálico = Consenso - Fonte: Bloomberg*

O ano de 2024 será marcado por um calendário eleitoral intenso, com eleições marcadas nos EUA, na Índia, na Rússia e no México, bem como para o Parlamento Europeu. As tensões geopolíticas deverão permanecer elevadas devido à continuação da guerra na Ucrânia, às tensões no Médio Oriente e à possibilidade de novas tensões relacionadas com o comércio com a China e os EUA/UE. A atividade industrial global deverá continuar a evoluir no sentido de uma profunda remodelação sob a forma de *reshoring* (regresso à geografia original), *nearshoring* (deslocação para locais próximos e mais acessíveis) e "*friend-shoring*" (deslocação para locais onde é menos provável que ocorram sanções comerciais e problemas relacionadas com o acesso à tecnologia).

No principal cenário do Banco, e de acordo com as políticas monetárias dos EUA, Zona Euro e Reino Unido, as taxas de juro deverão baixar no segundo semestre de 2024. A expetativa é de que a FED comece a reduzir a *fund rate* em setembro de 2024, de 5,50% para 4,75% em dezembro de 2024. Por outro lado, o BCE deverá manter a taxa de refinanciamento inalterada em 4,50% até outubro de 2024, baixando-a depois para 3,75% até dezembro de 2024.

A inflação manteve-se mais elevada do que o previsto em 2023, devido à resiliência do mercado de trabalho nos EUA e na Europa. A menos que ocorra uma deterioração nos mercados de trabalho, as pressões salariais nestas economias deverão persistir, mantendo a inflação *core* (especialmente a inflação dos serviços) pressionada em alta até 2025. De acordo com as expectativas consensuais, a inflação *core* em 2024, que é um indicador da inflação a longo prazo, deverá abrandar de 4,2% em 2023 para 2,6% nos EUA e de 5,5% em 2023 para 2,6% na Zona Euro. Em ambos os casos, a meta para a inflação dos bancos centrais, de 2%, deverá continuar por cumprir em 2024 e é provável que ponha em causa as opiniões dos participantes no mercado relativamente à possibilidade de antecipação do ciclo de cortes nas taxas para o primeiro semestre de 2024.

Quanto à taxa de referência dos *Treasury Notes* dos EUA a 10 anos, esta deverá baixar para um intervalo de 3,00% a 3,50% e a *yield* do *bund* alemão a 10 anos deverá oscilar no intervalo de 1,75% a 3,00% em 2024. Com base na perspetiva de um crescimento débil do PIB mundial, prevê-se que o dólar e o euro se mantenham como refúgios de liquidez em 2024. Com o BCE a demorar mais tempo do que a FED a realizar cortes nas taxas de juro, o euro deverá avançar para um intervalo de EUR/USD1,10-EUR/USD1,15. As moedas dos mercados emergentes deverão permanecer voláteis, com possíveis melhorias em 2024, em resultado dos cortes previstos nas taxas pelos bancos centrais das economias desenvolvidas, especialmente a FED.

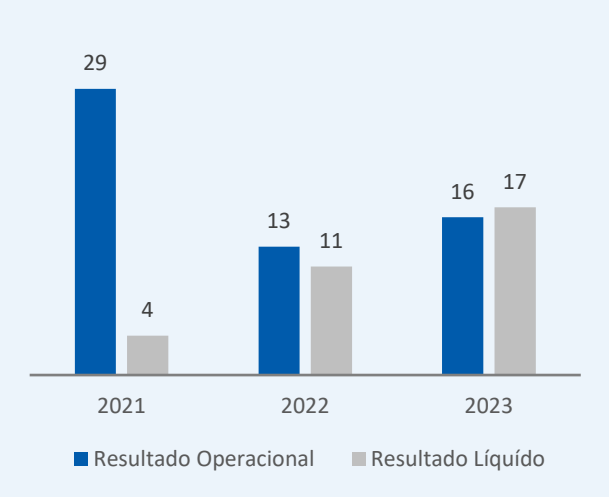
As agências de *rating* abstiveram-se de efetuar alterações significativas nas notações da dívida soberana da Zona Euro em 2023. A subida da inflação acima das expectativas também contribuiu para o aumento da receita fiscal, assim como para a redução dos défices orçamentais na Zona Euro em 2023. Os riscos de deterioração dos *ratings* soberanos dever-se-ão tornar mais visíveis no caso de o reequilíbrio fiscal se prolongar até ao final de 2024 (acordo da UE). Uma recessão em *hard landing* poderá constituir um risco originando a descida do *rating* soberano da Itália (S&P BBB/estável; Moody's Baa3/estável; e Fitch BBB/estável) e da França (S&P AA/negativo; Moody's Aa2/estável; e Fitch AA-/estável). O Instrumento de Proteção da Transmissão do BCE, anunciado em 2022, poderá ser posto à prova no caso de uma recessão profunda e de um nível extremo de volatilidade nos mercados financeiros do euro em 2024.

Em 2024, as classes de ativos de maior risco deverão manter-se expostas à volatilidade devido ao risco de recessão na Europa, à recuperação mais fraca do que o previsto da economia chinesa, ao abrandamento do PIB dos EUA e à persistência de tensões geopolíticas no Médio Oriente.

ANÁLISE FINANCEIRA

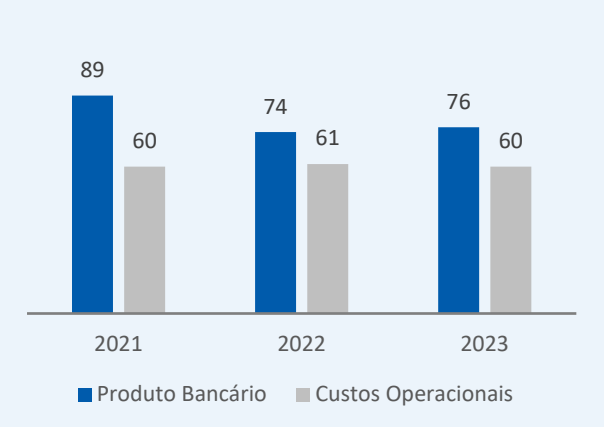
Em 2023, o resultado líquido do Haitong Bank atingiu 17 milhões de euros, um valor bastante superior aos 11 milhões de euros apresentados no ano anterior. O Banco atingiu este desempenho no contexto de uma difícil conjuntura vivida nesse ano, caracterizada por duas guerras, na Ucrânia e no Médio Oriente, pelo crescimento mais lento do que o esperado na China, devido à reabertura tardia da economia local, e pela estagnação geral na zona euro. Este bom desempenho do Banco foi também sustentado pela manutenção de uma abordagem conservadora à tomada de risco na sua atividade e de um controlo rigoroso do mesmo. Assim, não foram registadas imparidades significativas em 2023, o que permitiu um aumento homólogo de 55% do Resultado Líquido, para o qual também contribuiu em muito a reversão de provisões durante o ano. Esta reversão de provisões, no valor de 11 milhões de euros, relacionou-se sobretudo com contingências fiscais no Brasil.

Resultado Operacional e Resultado Líquido (milhões de euros)



O Produto Bancário consolidado ascendeu a 76 milhões de euros no final de 2023, que compara com 74 milhões de euros em 2022. O aumento significativo da Margem Financeira Líquida, de 14 milhões de euros em 2022 para 36 milhões de euros em 2023, ligado à atividade de Structured Finance, mais do que compensou o desempenho modesto das Comissões. De facto, a atividade do Banco geradora de Comissões, sobretudo concentrada nas áreas de M&A e DCM, teve um desempenho inferior ao orçamento, tendo sido afetada pelo ritmo mais lento do negócio relacionado com a China.

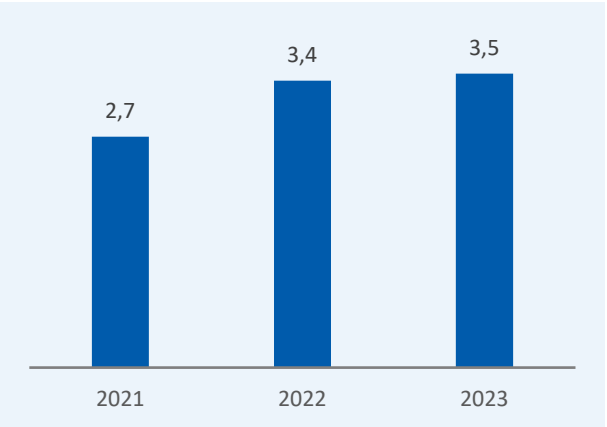
Produto Bancário e Custos Operacionais (milhões de euros)



Os Resultados Operacionais atingiram 16 milhões de euros, o que representa um aumento de 25% face aos 13 milhões de euros registados em 2022. No que diz respeito aos Custos Operacionais, o Banco mantém uma rigorosa disciplina de custo. Em 2023, os Custos Operacionais (incluindo Custos com Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Depreciações e Amortizações) mantiveram-se relativamente estáveis face ao ano anterior, tendo diminuído 2% para 60 milhões de euros, face aos 61 milhões de euros registados em 2022.

O Ativo Total atingiu 3,5 mil milhões de euros, uma subida de 2% face ao total de 3,4 mil milhões de euros no final de 2022. O crescimento do ativo em 82 milhões de euros em 2023 teve origem principalmente na Carteira de Títulos, já que a Carteira de Crédito diminuiu 11% relativamente a dezembro de 2022, para 689 milhões de euros. A Carteira de Títulos para Negociação aumentou 14%, para 848 milhões de euros, tendo beneficiado da atividade de *trading* no Brasil.

Ativo Total (mil milhões de euros)



No que diz respeito à Qualidade do Ativo, o Banco continuou a apresentar indicadores sólidos em 2023, com um rácio NPL de 1,2% e um rácio NPE de 1,4%. O Banco manteve ainda uma sólida posição de Capital, com um rácio CET1 de 19,0% e um rácio de Capital Total de 23,8%.

No que respeita ao funding, o Banco continuou a diversificar as suas fontes de financiamento, assegurando assim um *mix* de financiamento equilibrado e uma posição de liquidez confortável. Ao longo do ano, o Banco conseguiu expandir significativamente os depósitos de empresas e de retalho, e utilizou colaterais para obter fundos nos mercados monetários, de modo a otimizar os custos de financiamento. Tendo em vista melhorar a qualidade da sua oferta de depósitos de retalho, o Haitong Bank continuou a desenvolver diversas iniciativas, incluindo a análise de novos mercados e tomando novas medidas no âmbito do desenvolvimento de uma plataforma própria de banca online.

Relativamente a iniciativas estratégicas, importa destacar as autorizações regulamentares obtidas para a Sucursal de Londres passar do regime de passaporte comunitário europeu para o regime regulamentar do Reino Unido, em paralelo com a expansão das atividades reguladas de Structured Finance, Assessoria em M&A e Fixed Income em Londres. Adicionalmente, em janeiro de 2024, o Banco de Portugal informou o Haitong Bank de que não existiam obstáculos de natureza prudencial ou impedimentos legais ao alargamento das atividades regulamentadas da Sucursal de Macau, tais como a aceitação de depósitos e a concessão de empréstimos a empresas.

Por fim, em 2023 foi aprovada uma resolução destinada a aumentar o capital social do Haitong Bank através da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e da sua aquisição pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco. Em consequência, o capital social do Banco passou a ser de 871.277.660,00 euros, tendo os Estatutos do Banco sido alterados em conformidade.

EVENTOS CORPORATIVOS

- Em março de 2023, a Sucursal de Londres do Haitong Bank recebeu, por parte do regulador britânico - a Financial Conduct Authority (FCA) - a aprovação da candidatura ao Regime Regulamentar Total do Reino Unido.
- Em maio de 2023, o Haitong Bank, S.A. concluiu o processo de liquidação da Haitong Ancillary Services Poland SP Zoo.
- Em dezembro de 2023, foi deliberado o aumento do capital social do Haitong Bank, S.A. em 7.998.935,00 euros, para um total de 871.277.660,00 euros. Este aumento de capital, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreu da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco, relativos aos anos fiscais de 2017 e 2018, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (READ).
- Em janeiro de 2024, o Banco de Portugal informou o Haitong Bank da sua não oposição à alteração do plano de negócios da Sucursal de Macau, particularmente ao alargamento a atividades reguladas como sejam a captação de depósitos e a concessão de crédito a empresas. Encontram-se ainda pendentes algumas etapas para a conclusão deste processo.

RATING

Haitong Bank, S.A.	Counterparty Credit Rating
09 de fevereiro de 2024	BB / Negativo / B
25 de janeiro de 2023	BB / Estável / B
16 de setembro de 2022	BB / Estável / B
Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.	**Counterparty Credit Rating**
09 de fevereiro de 2024	BB / Negativo / B
20 de dezembro de 2023	BB / Estável / B
17 de agosto de 2023	BB- / Positivo / B
04 de agosto de 2022	BB- / Estável / B

Fonte: S&P

A 9 de fevereiro de 2024, a Standard & Poor's ("S&P") reviu o *outlook* do *rating* do Haitong Bank de "Estável" para "Negativo", no seguimento de uma revisão similar na casa-mãe, Haitong Securities Co. Ltd.. As notações de *rating* de crédito de longo prazo e de curto prazo permaneceram em "BB" e "B", respetivamente.

A 20 de dezembro de 2023, a S&P subiu a notação de *rating* de crédito de longo prazo do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. para "BB" e o *outlook* para "Estável". Esta decisão resultou da melhoria do *rating* atribuído à dívida soberana brasileira em um nível, para BB, com *outlook* "Estável" por parte da S&P e da Fitch. Contudo, no dia 9 de fevereiro de 2024 e em consequência de revisão do Outlook do Haitong Bank, S.A., o Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. viu o *outlook* do seu *rating* igualmente revisto para "Negativo".

TESOURARIA

O Mercado em 2023

Ao longo do primeiro semestre de 2023, o panorama económico mundial continuou a ser influenciado pelas principais forças que emergiram em 2022. Estas forças, que incluem a política monetária restritiva adotada pelos bancos centrais para combater a inflação, o aumento dos preços das *commodities* e a fragmentação geoeconómica decorrente do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, exerceram uma influência contínua sobre a atividade económica.

Adicionalmente, a quebra inesperada de dois bancos regionais nos Estados Unidos, em março de 2023, e a subsequente perda de confiança no Credit Suisse, um banco importante a nível mundial, causaram perturbações nos mercados financeiros. Estes eventos suscitaram preocupações quanto à estabilidade financeira e conduziram a um aumento do escrutínio e das iniciativas regulatórias para fazer face às vulnerabilidades expostas por estes incidentes.

Em julho de 2023, o FED decidiu aumentar a taxa Fed Funds para 5,50% e em setembro o BCE subiu a taxa de refinanciamento para 4,50%. Ambos os bancos centrais assinalaram que estas subidas seriam provavelmente suficientes ("the ground is already likely covered") no atual ciclo de aperto. No entanto, tanto o BCE como o FED reafirmaram a necessidade de manter as taxas inalteradas durante um período de tempo significativo para garantir que a taxa de inflação *core* permaneça ancorada perto da meta de 2%. A inflação na Europa e nos EUA abrandou, com a inflação *core* a descer para os níveis mais baixos dos últimos 12 meses, embora muito acima da meta de 2%.

A manutenção de perspetivas pouco animadoras para a economia mundial em 2024, marcada pelos riscos iminentes de uma recessão, de uma crise energética e pelo atual conflito na Ucrânia, é agravada pelo aumento das tensões militares no Médio Oriente. Esta conjugação de fatores coloca desafios adicionais ao panorama económico global.

	Yields a 10 anos			
País	**Final de 2022**	**Mínimo 2023**	**Máximo 2023**	**Final de 2023**
Alemanha	2,565%	1,893% (dez)	2,966% (out)	2,021%
Itália	4,698%	3,474% (dez)	4,979% (out)	3,690%
Espanha	3,649%	2,819% (dez)	4,066% (out)	2,981%
Portugal	3,579%	2,467% (dez)	3,686% (out)	2,626%
Grécia	4,565%	2,957% (dez)	4,611% (jan)	3,051%
EUA	3,877%	3,308% (abr)	4,990% (out)	3,879%

Fonte: Haitong Bank

A economia do Brasil excedeu as expectativas em 2023, apresentando um notável crescimento do PIB de 3,3%, acima das projeções iniciais de 2,9%. Este bom desempenho foi impulsionado pelo aumento da procura global por matérias-primas, como a soja e o minério de ferro, juntamente com o aumento da despesa pública e um setor de serviços muito dinâmico. Em particular, as exportações brasileiras atingiram níveis recorde, elevando a balança comercial para um valor sem precedentes de 98,8 mil milhões de dólares e tornando o país na nona maior economia do mundo.

Apesar de um pico de 5,8% em janeiro, a inflação diminuiu de forma constante, no Brasil, atingindo 4,6% em dezembro, graças a uma política monetária mais restritiva conjugada com uma abordagem disciplinada por parte do banco central. Esta melhoria das leituras da inflação permitiu ao BCB iniciar o processo de flexibilização em agosto. O corte total das taxas em 2023 foi de 200 pontos base e o mercado antecipa cortes adicionais de 200 pontos base para 2024.

O real brasileiro mostrou-se resiliente, começando o ano em USD/BRL 5,44 e terminando em USD/BRL 4,85. Esta notável valorização reflete uma maior confiança na economia e o aumento da entrada de capitais, proporcionando estabilidade e condições favoráveis ao comércio e investimento internacionais.

Refletindo esta evolução positiva, a S&P melhorou o *rating* do Brasil de BB- para BB.

Destaques da Atividade

Apesar do contexto económico difícil, o Haitong Bank manteve uma posição de liquidez confortável e uma estrutura de financiamento equilibrada durante 2023.

Adicionalmente, o Banco conseguiu aumentar os depósitos de retalho e de empresas, tendo ainda utilizado colaterais para obter fundos nos mercados monetários.

Depósitos de Retalho

Em 2023, o Banco prosseguiu a sua estratégia de levantamento de fundos através de plataformas online de depósitos para particulares, tendo-se verificado um aumento significativo dos volumes neste período. Efetivamente, este canal provou ser uma fonte estável de financiamento, com benefícios claros nos rácios de liquidez NSFR e LCR.

Tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de depósitos de retalho, o Banco continuou a desenvolver diversas iniciativas, incluindo a análise de novos mercados e, mais recentemente, o desenvolvimento de uma plataforma própria de banca online.

Financiamento através do Eurosistema

O Banco continuou a acompanhar de perto as decisões de política monetária do BCE, tendo aumentado os ativos elegíveis e consequentemente a sua capacidade de financiamento. Durante o ano, venceram-se duas importantes operações - a PELTRO em janeiro e a TLTRO III.3 em março - tendo o Banco aumentado a sua *pool* de ativos elegíveis.

Brasil

A fim de manter a estratégia de diversificação das suas fontes de financiamento, o Haitong Bank no Brasil emitiu 162 milhões de reais em CDBs indexados ao IPCA e 72 milhões de reais em títulos associados aos seus ativos no setor agrícola (LCA).

O Banco efetuou ainda a sua primeira emissão pública de Letras Financeiras para instituições não financeiras e particulares, no montante de 116 milhões de reais.

Relativamente à almofada de liquidez, a estratégia passou por reduzir a almofada total para 800 milhões de reais no final de 2023, um nível ainda confortável para o Banco, mas sempre sujeito a uma gestão cautelosa do rácio *Net Stable Funding* (NSFR), tal como definido na Política de Apetite ao Risco do Haitong Bank.

Perspetivas para 2024

O principal objetivo do Departamento de Tesouraria para 2024 é continuar a assegurar a liquidez necessária para a execução do plano de negócios do Banco, com um especial foco na gestão do custo de financiamento. Para o efeito, o Banco pretende manter uma estrutura de financiamento estável e diversificada, composta essencialmente por depósitos de retalho, financiamento de longo prazo através de empréstimos sindicados e/ou emissões de obrigações e também através da utilização de colaterais para obter financiamento nos mercados de capitais.

GESTÃO DE RISCO

GOVERNANCE

O Conselho de Administração é o responsável final pelo sistema de gestão de risco do Haitong Bank. O Conselho de Administração está devidamente ciente dos tipos de riscos a que o Banco está exposto e dos processos utilizados para identificar, avaliar, monitorizar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que o Haitong Bank está sujeito, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de uma estrutura de gestão de risco apropriada e eficaz.

O esquema abaixo descreve a estrutura de Comités e Comissões relevantes para a função de gestão de risco no Banco.

Comissão de Risco

A Comissão de Risco tem como missão monitorizar de forma contínua o desenvolvimento e implementação da estratégia/ apetite de risco do Banco e certificar-se de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

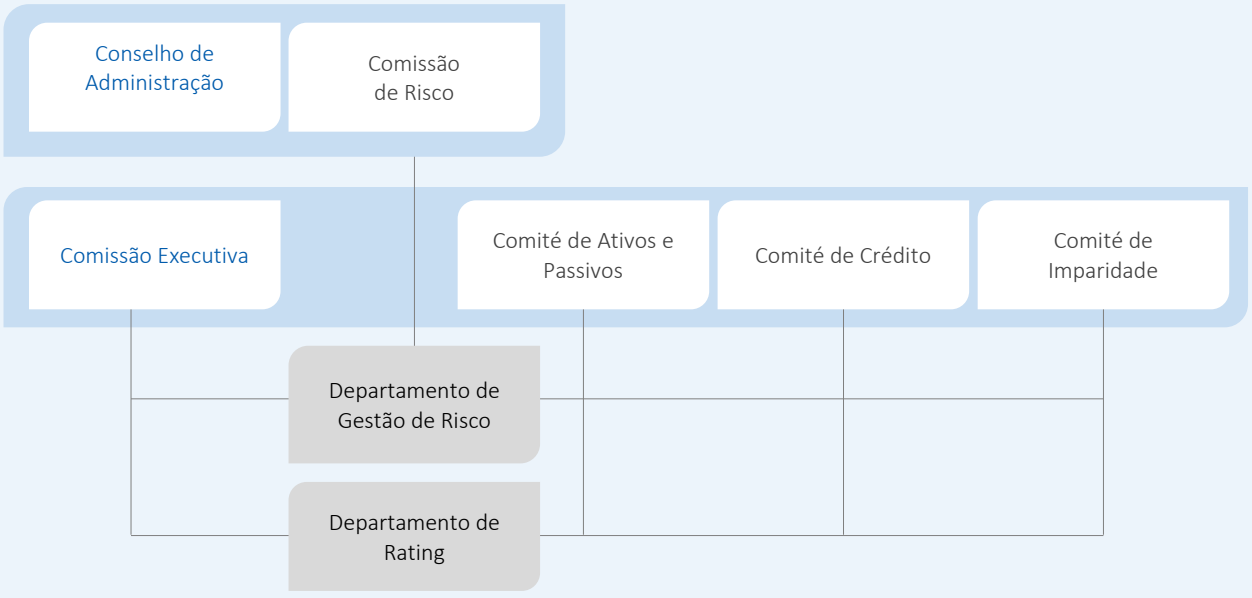
Comité de Ativos e Passivos

O Comité de Ativos e Passivos ("Assets and Liabilities Committee" ou "ALCO") tem como missão aconselhar a Comissão Executiva na gestão dos ativos e passivos do Banco, incluindo a supervisão do planeamento de capital, da liquidez/ *funding*, da gestão do risco de ativos e passivos, do *pricing* e da política de investimento, em consonância com a estratégia de negócio e os requisitos regulamentares aplicáveis.

Departamento de Gestão de Risco

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

GOVERNO DE GESTÃO DE RISCO



Departamento de Rating

Conjuntamente com o Departamento de Gestão de Risco, o Departamento de Rating faz parte da Função de Controlo de Risco do Haitong Bank. O Departamento de Rating desempenha um importante papel no apoio ao processo de tomada de decisão do Comité de Crédito e da Comissão Executiva, e na avaliação individual de imparidade em sede de Comité de Imparidade.

Comité de Crédito

O Comité de Crédito, estabelecido pela Comissão Executiva, é responsável por emitir pareceres sobre operações de crédito a serem submetidas, respetivamente, à aprovação da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, de acordo com o definido na Política de Apetite ao Risco ("RAF") do Banco.

Comité de Imparidade

O Comité de Imparidade do Haitong Bank é responsável por analisar e propor os montantes de imparidade a serem atribuídos aos clientes de crédito sujeitos a análise individual.

Apetite de Risco

A estratégia do Haitong Bank visa interligar clientes e oportunidades de negócio através da vasta rede do Banco, aliando a sua experiência de longa data na Europa e na América Latina com a capacidade de originação *cross-border* do Grupo no mercado chinês. O Haitong Bank continuará a apoiar os seus clientes corporativos na Europa e na América Latina, a par da sua crescente base de clientes chineses.

Sendo um Banco com clientes maioritariamente corporativos e institucionais, as principais atividades de negócio desenvolvidas atualmente são: DCM, Structured Finance, Fusões e Aquisições, Fixed Income, Corporate Derivatives e Asset Management.

O Haitong Bank está ciente de que a sua função de gestão de risco constitui um fator-chave para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. A visão global do risco do Banco é estabelecida em torno dos seguintes três princípios orientadores:

- **Capital:** O Haitong Bank pretende manter reservas de capital prudentes e superiores aos requisitos de capital tanto internos como regulamentares;
- **Liquidez e Financiamento:** O Haitong Bank como um todo e cada uma das suas subsidiárias individualmente visam manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio/longo prazo; e
- **Resultados:** O Grupo tem como objetivo gerar resultados recorrentes que garantam a sua sustentabilidade e um nível razoável de retorno para o Acionista.

RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do devedor ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco. Sendo a categoria de risco mais relevante aquela a que se encontra exposta a atividade do Banco, a sua gestão e controlo são suportados por processos abrangentes de identificação, avaliação, quantificação e reporte do risco.

PRÁTICAS DE GESTÃO

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

Ratings Internos

No Haitong Bank, os *ratings* internos, que medem a probabilidade de *default* a um ano, são atribuídos através de ferramentas internas de *rating* desenvolvidas pela Standard and Poor's ('S&P'). A atribuição de *ratings* internos é realizada por um grupo de analistas experientes integrados nas equipas de Lisboa, Madrid, Varsóvia; Macau. Londres e São Paulo.

Monitorização

As atividades de acompanhamento e controlo do risco de crédito têm por objetivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e identificar atempadamente situações que indiciem uma deterioração de risco, bem como elaborar estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, a função de monitorização do risco de crédito e o seu respetivo desenvolvimento são objetivamente assumidas como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco.

Processo de Recuperação de Crédito

O Departamento de Special Portfolio Management do Haitong Bank gere os ativos não produtivos (*non-performing exposures*) do Banco, propondo e implementando estratégias de restruturação e/ou de recuperação de crédito com o objetivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

ANÁLISE DO RISCO DE CRÉDITO

Carteira de Crédito

Estrutura da carteira de crédito

Em dezembro de 2023, a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendia a 696 milhões de euros, o que representa uma redução de aproximadamente 89 milhões de euros face a dezembro de 2022.

Carteira de Crédito por Segmentos de Produto e Geografia (milhares de euros)

	dezembro 2023			dezembro 2022		
	Doméstico	**Internacional**	**Total**	**Doméstico**	**Internacional**	**Total**
Carteira de Crédito[1]	**262 760**	**433 565**	**696 325**	**257 343**	**528 253**	**785 596**
Specialized Lending	125 294	102 223	**227 517**	160 681	140 859	**301 540**
Crédito a empresas	96 158	296 852	**393 010**	47 279	350 763	**398 042**
Outros	41 308	34 490	**75 798**	49 383	36 631	**86 014**

[1] *Bruto de provisões- Fonte: Haitong Bank*

Carteira de Crédito por Segmento e Setor

	dezembro 2023				dezembro 2022			
	Specialized Lending	**Crédito a empresas**	**Outros**	**Total**	***Specialized Lending***	**Crédito a empresas**	**Outros**	**Total**
TOTAL	**32,6%**	**56,6%**	**10,8%**	**100,0%**	**38,6%**	**50,6%**	**10,8%**	**100,0%**
Energia	10,7%	7,4%	0,0%	18,1%	12,1%	9,3%	0,0%	21,4%
Infraestruturas de transportes	11,3%	3,3%	0,0%	14,6%	13,6%	5,3%	0,0%	18,9%
Imobiliário	5,9%	0,0%	5,5%	11,4%	10,9%	0,0%	5,0%	15,9%
Comércio e Serviços	0,0%	9,1%	0,0%	9,1%	0,0%	7,9%	0,0%	7,9%
Indústria de petróleo e gás	2,7%	4,6%	0,0%	7,3%	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%
Telecomunicações	0,0%	7,0%	0,0%	7,0%	0,0%	6,8%	0,0%	6,8%
Instituições financeiras não bancárias	0,0%	0,0%	5,3%	5,3%	0,0%	0,0%	5,8%	5,8%
Indústria química	0,0%	4,4%	0,0%	4,4%	0,0%	1,9%	0,0%	1,9%
Metalúrgica & Mineração	0,0%	4,2%	0,0%	4,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saúde	0,0%	2,9%	0,0%	2,9%	0,0%	1,0%	0,0%	1,0%
Automóveis e peças de automóveis	0,0%	2,9%	0,0%	2,9%	0,0%	2,6%	0,0%	2,6%
Construção e Obras Públicas	0,0%	2,7%	0,0%	2,7%	0,0%	1,0%	0,0%	1,0%
Retalho	0,0%	2,6%	0,0%	2,6%	0,0%	2,6%	0,0%	2,6%
Bens de investimento	0,0%	2,2%	0,0%	2,2%	0,0%	2,2%	0,0%	2,2%
Arrendamento e Locação	1,9%	0,0%	0,0%	1,9%	1,8%	0,0%	0,0%	1,8%
Alimentação, bebidas e tabaco	0,0%	1,4%	0,0%	1,4%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%
Agricultura e Bens alimentares	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%	0,0%	3,3%	0,0%	3,3%
Cooperativas agrícolas	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%	0,0%	1,0%	0,0%	1,0%
Embalagens	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%
Outros	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Transportes	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,5%	0,0%	0,7%
Materiais de construção	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Papel e produtos florestais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	1,0%
Fundos e Gestores de Ativos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Haitong Bank

Perfil de Ratings Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de rating internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito. O seguinte quadro apresenta a distribuição da carteira de crédito por níveis de rating interno.

Perfil de *Rating* da Carteira de Crédito

	dezembro 2023	dezembro 2022
[aaa+; a-]	0,1%	2,8%
[bbb+; bbb-]	19,0%	10,7%
[bb+; bb-]	64,5%	65,7%
[b+; b-]	16,4%	20,8%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank

Indicadores de Risco

Indicadores de Risco de Crédito (milhares de euros)

	dezembro 2023	dezembro 2022
Carteira de Crédito	**696 325**	**785 595**
Carteira de Crédito Não Produtivo (NPL)	**8 219**	**9 766**
Rácio de Crédito não Produtivo	1,2%	1,2%
Imparidade do Crédito Não Produtivo	**3 975**	**6 310**
Cobertura de Crédito não Produtivo	48,4%	64,6%
Exposição de risco de crédito bruta	**2 595 074**	**2 679 463**
Exposições não produtivas (NPE) [(1)]	**36 648**	**13 243**
Rácio NPE	1,4%	0,5%
Cobertura de Exposições não Produtivas por Imparidades	30,7%	52,2%
Crédito reestruturado ("forborne")	**23 194**	**60 314**
das quais exposições produtivas (%)	50,6%	84,1%

(1) O Banco segue o critério definido para exposições não produtivas com base nas Orientações da EBA sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06) de 21 de outubro de 2018, bem como a classificação definida de acordo com a Parte 2 "Instruções respeitantes aos modelos" do Anexo V do Regulamento de Execução (UE) 2018/1627 da Comissão Europeia, de 9 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) n. 680/2014, respeitante à avaliação prudente no quadro do relato para fins de supervisão

Fonte: Haitong Bank

O rácio de *Non Performing Loans* (NPL) manteve-se inalterado em 1,2% em dezembro de 2023 em comparação com dezembro de 2022, resultando das normas prudentes no momento da originação do crédito e das medidas de redução do crédito não produtivo empreendidas pelo Banco.

Títulos de Rendimento Fixo

Estrutura da Carteira

A carteira de títulos de rendimento fixo em dezembro de 2023 apresenta um total líquido de 1.894 milhões de euros, representando um aumento de 131 milhões de euros face a dezembro de 2022, em resultado do aumento de dívida soberana e da carteira de investimentos *corporate*.

Carteira de Títulos de Rendimento Fixo por Setor (milhares de euros)

	dezembro 2023	dezembro 2022
Total	**1 893 764**	**1 762 578**
Administração pública	1 307 314	1 248 597
Bancos	99 464	80 304
Imobiliário	87 111	76 931
Construção e Obras Públicas	37 666	44 875
Energia	36 650	41 456
Retalho	33 716	14 108
Indústria química	29 137	11 913
Telecomunicações	28 556	26 929
Metalúrgica & Mineração	26 443	9 447
Alimentação, bebidas e tabaco	24 201	10 510
Automóveis e peças de automóveis	22 105	16 870
Água e saneamento	22 062	20 802
Transportes	20 203	3 629
Comércio e Serviços	15 806	1 456
Indústria de petróleo e gás	14 067	17 404
Instituições financeiras não bancárias	13 238	30 639
Bens de investimento	13 141	26 468
Saúde	11 173	21 958
Infraestruturas de transportes	10 017	1 419
Alojamento e Turismo	8 853	7 394
Tecnologia e equipamento informático	8 637	1 742
Agricultura e Bens alimentares	6 798	20 399
Fundos e Gestores de Ativos	5 661	15 997
Papel e produtos florestais	4 348	2 723
Bens de consumo e vestuário	4 312	5 135
Media e Entretenimento	3 085	0
Materiais de construção	0	1 782
Outros	0	1 691

Fonte: Haitong Bank

Perfil de Ratings Internos

Em dezembro de 2023, a carteira de renda fixa do Banco apresentava o seguinte perfil:

Perfil de *Rating* da Carteira de Títulos de Rendimento Fixo

	dezembro 2023	dezembro 2022
[aaa; a-]	7,0%	7,9%
[bbb+; bbb-]	26,4%	26,6%
[bb+; bb-]	64,6%	61,9%
[b+; b-]	2,0%	3,7%
[ccc+; lccc]	0,0%	0,0%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank

Carteira de Derivados

Estrutura da Carteira

O risco de contraparte subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro e taxa de câmbio ascendia a aproximadamente 65 milhões de euros em dezembro de 2023, o que representa uma redução de 36 milhões de euros face a dezembro de 2022.

No que respeita à distribuição setorial, em dezembro de 2023, 43% da exposição global resultou de transações com contrapartes do setor de infraestruturas de transportes, seguido por 26% em bancos.

Carteira de Derivados por Setor (milhares de euros)

	dezembro 2023	dezembro 2022
Total	**65 014**	**101 006**
Infraestruturas de transportes	27 963	28 128
Bancos	17 002	21 821
Instituições financeiras não bancárias	5 463	16 689
Indústria química	5 443	15 308
Papel e produtos florestais	4 738	5 235
Indústria de petróleo e gás	1 543	14
Agricultura e Bens alimentares	927	108
Fundos e Gestores de Ativos	701	701
Energia	576	729
Corretagem	333	355
Outros	260	832
Alimentação, bebidas e tabaco	65	10 229
Construção e Obras Públicas	0	857

Fonte: Haitong Bank

Perfil de Ratings Internos

O Banco assume o risco de contraparte subjacente à carteira de derivados ao fornecer soluções de cobertura para clientes *corporate* (incluindo contrapartes *Project Finance*). Em dezembro de 2023, a exposição do Banco a instrumentos derivados estava essencialmente concentrada em operações de *swap* de taxa de juro.

Perfil de *Ratings* da Carteira de Derivados

	dezembro 2023	dezembro 2022
[aaa+;a-]	21,7%	28,4%
[bbb+;bbb-]	48,1%	31,5%
[bb+;bb-]	26,2%	24,7%
[b+;b-]	4,1%	14,6%
[ccc+;lccc]	0,0%	0,7%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas em posições patrimoniais ou extrapatrimoniais resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e spreads de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado na sua carteira de negociação e carteira bancária.

O Haitong Bank tem implementadas políticas, procedimentos e sistemas de gestão do risco de mercado que permitem avaliar e controlar todos os fatores de risco de mercado a que o Banco está exposto.

As tarefas de identificação, monitorização, controlo e reporte do risco de mercado são desenvolvidas pela unidade de Controlo do Risco de Mercado, que trabalha de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas entidades do Grupo, as quais detêm as competências adequadas para avaliar as atividades desenvolvidas e os riscos incorridos por cada uma.

Para que a organização tenha uma imagem clara dos riscos incorridos e do apetite de risco desejado, é utilizado um vasto conjunto de medidas de risco, e respetivos limites, complementado com limites de *stop loss* e de concentração. Estas medidas de risco incluem o *Value at Risk* (VaR) e medidas de sensibilidade a variações em taxas de juro, spreads de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e volatilidade.

RISCO DE CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Práticas de Gestão

O Haitong Bank estima as potenciais alterações no valor de mercado das posições na carteira de negociação e posição cambial global, considerando um VaR por simulação histórica, um período de investimento de 10 dias úteis, um período de observação de 1 ano e um nível de confiança de 99%.

Em dezembro de 2023, o VaR do Haitong Bank, totalizava 4,7 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 5,7 milhões de euros quando comparado com dezembro de 2022.

Value at Risk por fator de risco (milhões de euros)

	dezembro 2023	dezembro 2022
Cambial	4,8	10,1
Taxa de Juro	1,0	0,6
Ações e Mercadorias	0,0	0,0
Spread de Crédito	0,3	0,6
Covariância	-1,4	-0,9
Global VaR	**4,7**	**10,4**

Fonte: Haitong Bank

A principal variação verifica-se no Risco Cambial e resulta de um aumento significativo da volatilidade da taxa de câmbio EUR/BRL. No início de novembro de 2022, o BRL desvalorizou significativamente face ao EUR durante um período muito curto de tempo (aproximadamente 1 semana), tendo regressado aos valores habituais no final desse período. Assim, como o VaR assume um período de observação de 1 ano, em novembro de 2023 as observações em causa deixaram de estar incluídas no cálculo do VaR, levando a uma diminuição do VaR para Risco Cambial.

RISCOS DA CARTEIRA BANCÁRIA

Os outros riscos da carteira bancária resultam de movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis em exposições *non-trading* que o Banco detém no seu balanço.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco atual ou potencial para o capital e ganhos do Banco decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro que afetam as posições da carteira bancária do Banco.

O Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de IRRBB e avaliar os efeitos das mudanças de mercado no âmbito da sua atividade, e gere o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num horizonte temporal de 1 ano.

Alterações nas taxas de juros podem afetar o valor económico subjacente dos ativos, passivos e instrumentos extrapatrimoniais do Banco, dado que o valor presente dos fluxos de caixa futuros varia aquando da variação das taxas de juro. A alteração nas taxas de juros também afeta as receitas do Banco, aumentando ou diminuindo a sua margem financeira (NII).

Em dezembro de 2023, o impacto no valor económico da carteira bancária, sob um choque paralelo na curva de rendimentos de +/- 200 pontos base foi estimado em 14,5 milhões de euros.

Risco de Spread de Crédito

O *spread* de crédito, que representa a capacidade de o emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade, é um dos fatores a considerar na avaliação de ativos e reflete a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro de risco e a taxa de juro referente a um ativo sem risco na mesma moeda e com a mesma maturidade.

Em dezembro de 2023, o impacto no valor económico da carteira bancária para este risco foi estimado em 11 milhões de euros.

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

RISCO DO FUNDO DE PENSÕES

O risco de Fundo de Pensões resulta da possibilidade das responsabilidades do Fundo excederem o valor dos ativos na carteira do Fundo, exigindo ao Haitong Bank uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões. Caso contrário, se o rendimento dos ativos da carteira do Fundo de Pensões estiver alinhado com a evolução das responsabilidades do Fundo, o Haitong Bank só terá de fazer as contribuições regulares para o Fundo (o custo normal do plano de pensões).

RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impacto negativo nos resultados ou no capital, resultantes de procedimentos internos desadequados ou da sua implementação negligente, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. O risco jurídico e de IT incluem-se nesta definição. Desta forma, o risco operacional é visto como o somatório dos riscos operacional e de sistemas de informação.

Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visam assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco.

As metodologias de gestão em vigor têm por base os princípios e emitidos pelo Comité de Basileia para risco operacional e pelas Diretrizes do BCE no que refere a orientações sobre a Avaliação de Riscos das TIC.

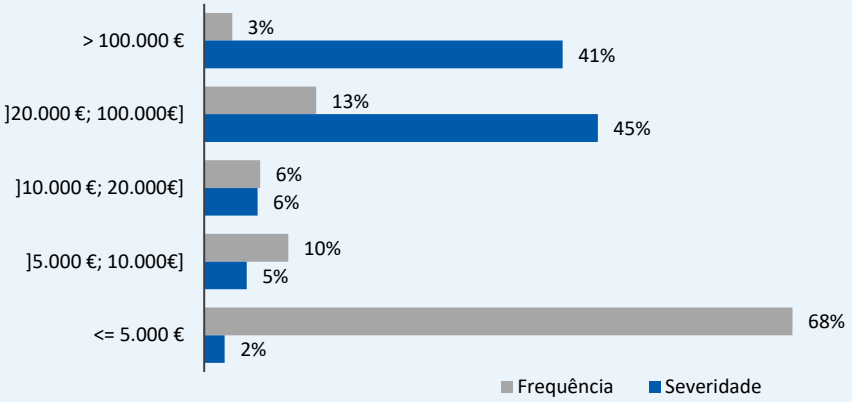
A função de gestão do risco operacional, suportada por uma estrutura exclusivamente dedicada ao acompanhamento deste risco, compreende os seguintes processos:

- Identificação e avaliação dos riscos e controlos através de exercícios de autoavaliação dos processos, riscos e controlos;
- Identificação e avaliação dos riscos operacionais em novos produtos e serviços, nomeadamente no ambiente de IT do Banco, incluindo a necessidade de implementar novos controlos para mitigar os riscos identificados;
- Identificação, análise e reporte de eventos de risco operacional;
- Monitorização do risco através de um conjunto de indicadores de risco selecionados;
- Cálculo dos requisitos de capital de acordo com o Método Padrão.

ANÁLISE DO RISCO OPERACIONAL

Os eventos de risco operacional identificados são reportados de forma a permitir a sua caracterização completa e sistematizada e o controlo das ações de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as categorias de risco do Banco de Portugal, por linhas de negócio e tipologias de eventos de Basileia.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por evento de perda

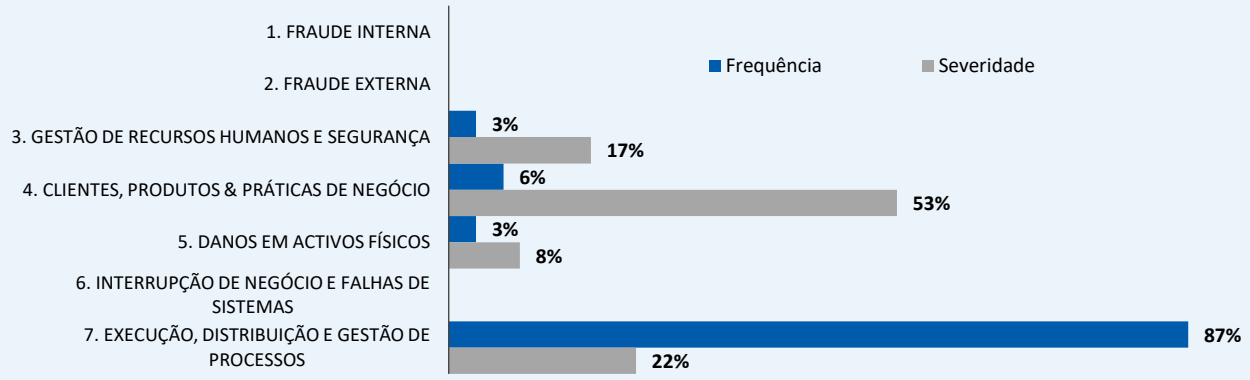


Fonte: Haitong Bank; Eventos de Risco Operacional, dezembro de 2023

Até *dezembro* de 2023, 68% dos eventos de perda registados foram inferiores a 5.000 euros.

Seguindo a caracterização de eventos operacionais definida por Basileia, verificou-se que em 2023, 87% dos eventos operacionais estavam relacionados com Execução, Distribuição e Gestão de Processos, estando 22% das perdas operacionais reportadas associadas a este risco. A tipologia Clientes, Produtos & Práticas de Negócio representou o maior montante de perdas do exercício, correspondendo a 53% do total de perdas de eventos de risco operacional.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por tipo de evento



Fonte: Haitong Bank; Eventos de Risco Operacional, dezembro de 2023

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco que resulta da incapacidade, atual ou futura, de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

Práticas de Gestão

A gestão da liquidez e do financiamento é um elemento-chave na estratégia de negócio do Haitong Bank e constitui, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental para assegurar a sua robustez e resiliência.

A gestão de liquidez e a estratégia de financiamento do Haitong Bank são da responsabilidade da Comissão Executiva, que assegura a gestão da liquidez do Banco de forma integrada, incluindo a tesouraria de todas as entidades do Haitong Bank.

Assente num modelo de organização sólido, e no sentido de dotar o Banco de proteção face a cenários adversos, a gestão do risco de liquidez do Haitong Bank tem como objetivo alcançar uma estrutura de financiamento adequada, tanto ao nível da sua composição, como ao nível do seu perfil de maturidades, consistente com os seguintes princípios:

- Assegurar a capacidade de cumprir as obrigações atempadamente e a um custo razoável;
- Cumprir os requisitos regulamentares de liquidez em todas as geografias em que o Banco opera;
- Garantir o total alinhamento com o apetite de risco de liquidez e *funding*;
- Disponibilizar um buffer de liquidez imediata suficiente para garantir a capacidade de reagir a qualquer evento de stress que possa restringir a capacidade de acesso ao mercado quer em condições normais quer em condições de stress;
- Desenvolver uma base diversificada de investidores e manter o acesso a múltiplas fontes de financiamento, procurando minimizar o custo de financiamento; e
- Desenvolver de forma contínua um quadro interno adequado à identificação, medição, contenção, monitorização e mitigação do risco de liquidez.

POSIÇÃO DE LIQUIDEZ

Rácio de Cobertura de Liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez (LRC) previsto na CRD IV (Diretiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover a robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de ativos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de stress.

Em dezembro de 2023, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 275%, o que representa uma posição de liquidez de curto prazo resiliente, cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos regulamentares.

Rácio de Cobertura de Liquidez (milhares de euros)

	dezembro 2023	dezembro 2022
Ativos de Elevada Qualidade	831 617	615 793
Saídas Líquidas a 30 Dias	302 215	261 353
Rácio de Cobertura de Liquidez	275%	236%

Fonte: Haitong Bank

Net Stable Funding Ratio

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia aprovou o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) em outubro de 2014, no âmbito da reforma regulamentar de Basileia III. O NSFR foi transposto para a legislação da União Europeia pelo Regulamento 2019/876, tendo entrado em vigor a partir de junho de 2021.

O NSFR é uma medida estrutural que procura promover a estabilidade a mais longo prazo, incentivando os bancos a gerir de forma adequada os desfasamentos de maturidades através do financiamento de ativos de longo prazo com passivos de longo prazo.

Em dezembro de 2023, o Haitong Bank alcançou um NSFR de 151% assegurando assim um perfil de financiamento de médio longo prazo adequado.

Rácio de Financiamento Estável Líquido

	dezembro 2023	dezembro 2022
Rácio de Financiamento Estável Líquido	151%	145%

Fonte: Haitong Bank

GESTÃO DE CAPITAL

Ao nível da gestão do capital, o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objetivos e políticas de apetite de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo por isso um elemento crítico para a estabilidade e sustentabilidade financeira da instituição.

Práticas de Gestão

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objetivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes objetivos:

- Permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos;
- Cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital; e
- Assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital e apetite de risco.

Complementando a perspetiva regulatória, o Haitong Bank executa periodicamente uma autoavaliação interna de capital baseada no risco (ICAAP) que consiste numa medição prospetiva dos riscos materiais incorridos pelo Haitong Bank (incluindo os não cobertos pelo capital regulamentar do Pilar 1).

Adicionalmente, como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank desenvolve um Plano de Recuperação que estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e identifica a lista de ações e estratégias pré-definidas para responder a um evento adverso em termos de capital.

RÁCIOS REGULAMENTARES DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

Solvabilidade

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – Risk Weighted Assets) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*), quer a inclusão/ dedução de novos elementos (*phased-in*) nos quais as instituições possam acomodar os novos requisitos. O período transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estendeu até ao final de 2022.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD IV permitiu que a inclusão desta reserva de fundos próprios fosse faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD IV, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis bancos portugueses considerados como "Outras Instituições de Importância Sistémica" (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). O Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contracíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1) e que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia nas jurisdições sob a sua supervisão. No dia 31 de dezembro de 2023, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco para contrapartes domésticas. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal.

A dezembro 2023, os rácios de capital do Haitong Bank foram calculados de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 2013/36/EU) e são apresentados na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	dezembro 2023		dezembro 2022	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	19,0%	19,0%	17,4%	17,3%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	23,7%	23,7%	21,7%	21,7%
Rácios Fundos Próprios Totais	23,8%	23,8%	21,8%	21,8%

Fonte: Haitong Bank

A gestão prudente de capital implementada pelo Haitong Bank permite-lhe manter uma sólida posição de capital.

Alavancagem

A regulamentação CRR II/CRD V introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco como medida complementar. Este rácio de alavancagem compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição e visando evitar o acumular de alavancagem excessiva no setor bancário e definindo um limite adicional de suporte aos requisitos de capital com ponderação de risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco.

A dezembro de 2023, os rácios de alavancagem determinados à luz da metodologia prevista no regime de Basileia III / CRR II, em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Alavancagem

	dezembro 2023	dezembro 2022
Período Transitório	11,5%	12,2%
Implementação Plena	11,5%	12,2%

Fonte: Haitong Bank

RELATÓRIO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos Resultados Consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Juros e proveitos similares	5	230 548	120 909
Juros e custos similares	5	194 973	106 509
Margem financeira		**35 575**	**14 400**
Rendimentos de serviços e comissões	6	36 692	45 475
Encargos com serviços e comissões	6	(7 431)	(4 317)
Resultados de instrumentos de negociação	7	1 924	25 385
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	8	844	(595)
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	9	1 447	604
Resultados de Contabilidade de cobertura	10	-	-
Resultados de reavaliação cambial	11	(518)	(6 360)
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	12	1 944	713
Outros resultados operacionais	13	5 617	(1 244)
Proveitos operacionais		**76 094**	**74 061**
Custos com pessoal	14	39 971	39 604
Gastos gerais administrativos	16	14 619	15 396
Depreciações e amortizações	25 e 26	5 643	6 360
Provisões	31	(11 389)	(2 160)
Imparidade em ativos financeiros	31	621	2 006
Custos operacionais		**49 465**	**61 206**
Resultado antes de impostos		**26 629**	**12 855**
Impostos			
Correntes	32	4 757	3 870
Diferidos	32	4 108	(1 958)
		8 865	**1 912**
Resultado líquido do exercício		**17 764**	**10 943**
Atribuível aos acionistas do Banco	17	**17 262**	**11 107**
Atribuível aos interesses que não controlam	35	**502**	**(164)**
		17 764	**10 943**
Resultados por ação básicos (em euros)	17	0,10	0,07
Resultados por ação diluídos (em euros)	17	0,10	0,07

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido do exercício			
Atribuível aos acionistas do Banco		17 262	11 107
Atribuível aos interesses que não controlam	17 e 35	502	(164)
		17 764	**10 943**
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Remensurações de responsabilidades com beneficio definido, líquidas de impostos	35	(4 722)	11 182
		(4 722)	**11 182**
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Diferenças de câmbio			
Diferenças de câmbio resultantes de subsidiárias em moeda estrangeira	35	5 532	11 484
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de impostos	35	5 819	(8 644)
		11 351	**2 840**
Total outro rendimento integral do exercício		**6 629**	**14 022**
Outro rendimento integral total		**24 393**	**24 965**
Atribuível aos acionistas do Banco		**22 694**	**22 792**
Atribuível aos interesses que não controlam		**1 699**	**2 173**
		24 393	**24 965**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Activo			
Caixa e equivalentes de caixa	18	17 164	25 828
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		893 703	811 079
Activos financeiros detidos para negociação		880 215	794 541
Títulos	19	848 480	745 603
Instrumentos financeiros derivados	20	31 735	48 938
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		13 488	16 538
Títulos	22	13 464	16 518
Crédito a clientes	24	24	20
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22	226 584	295 493
Activos financeiros pelo custo amortizado		2 090 669	1 983 622
Títulos	22	818 722	721 519
Aplicações em instituições de crédito	23	583 288	490 318
Crédito a clientes	24	688 659	771 785
Outros activos tangíveis	25	11 883	14 678
Activos intangíveis	26	1 814	2 666
Activos por impostos		127 643	132 440
Activos por impostos correntes	32	21 806	22 550
Activos por impostos diferidos	32	105 837	109 890
Outros activos	27	129 182	150 314
Total de Activo		**3 498 642**	**3 416 120**
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação		25 878	39 556
Títulos	19	846	97
Instrumentos financeiros derivados	20	25 032	39 459
Passivos financeiros ao custo amortizado		2 726 784	2 643 228
Recursos de instituições de crédito	28	916 921	1 354 051
Recursos de clientes	29	1 174 221	747 140
Responsabilidades representadas por títulos	30	635 642	542 037
Provisões	31	9 867	19 111
Passivos por impostos		14 451	13 270
Passivos por impostos correntes	32	8 657	7 476
Passivos por impostos diferidos	32	5 794	5 794
Outros passivos	33	69 233	72 919
Total de Passivo		**2 846 213**	**2 788 084**
Capital Próprio			
Capital	34	871 278	863 279
Prémios de emissão	34	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	34	105 042	105 042
Reservas de reavaliação	35	(4 876)	(10 605)
Outras reservas e resultados transitados	35	(367 854)	(370 665)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		17 262	11 107
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		**629 648**	**606 954**
Interesses que não controlam	35	22 781	21 082
Total de Capital Próprio		**652 429**	**628 036**
Total de Passivo e Capital Próprio		**3 498 642**	**3 416 120**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		**844 769**	**8 796**	**108 773**	**(1 926)**	**(376 071)**	**3 552**	**587 893**	**18 954**	**606 847**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	35	-	-	-	(8 679)	-	-	(8 679)	35	(8 644)
Diferenças de câmbio	35	-	-	-	-	9 182	-	9 182	2 302	11 484
Remensurações de responsabilidades com beneficio definido, líquidas de impostos	35	-	-	-	-	11 182	-	11 182	-	11 182
Resultado líquido do exercício	35	-	-	-	-	-	11 107	11 107	(164)	10 943
Total do rendimento integral do exercício		**-**	**-**	**-**	**(8 679)**	**20 364**	**11 107**	**22 792**	**2 173**	**24 965**
Aumento de capital	34	18 510	-	-	-	(18 510)	-	-	-	-
Constituição de reservas	34	-	-	-	-	3 552	(3 552)	-	-	-
Reembolso de outros instrumentos de capital	34	-	-	(3 731)	-	-	-	(3 731)	-	(3 731)
Juros de capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(45)	(45)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		**863 279**	**8 796**	**105 042**	**(10 605)**	**(370 665)**	**11 107**	**606 954**	**21 082**	**628 036**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:										
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	35	-	-	-	5 729	-	-	5 729	90	5 819
Diferenças de câmbio	35	-	-	-	-	4 425	-	4 425	1 107	5 532
Remensurações de responsabilidades com beneficio definido, líquidas de impostos	35	-	-	-	-	(4 722)	-	(4 722)	-	(4 722)
Resultado líquido do exercício	35	-	-	-	-	-	17 262	17 262	502	17 764
Total do rendimento integral do exercício		**-**	**-**	**-**	**5 729**	**(297)**	**17 262**	**22 694**	**1 699**	**24 393**
Aumento de capital	34	7 999	-	-	-	(7 999)	-	-	-	-
Constituição de reservas (ver Nota 33)		-	-	-	-	11 107	(11 107)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		**871 278**	**8 796**	**105 042**	**(4 876)**	**(367 854)**	**17 262**	**629 648**	**22 781**	**652 429**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022 (Reexpresso)
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		234 292	104 786
Juros e custos pagos		(176 349)	(106 509)
Serviços e comissões recebidas		39 257	45 453
Serviços e comissões pagas		(7 431)	(4 317)
Recuperações de Operações abatidas ao ativo	13	11 773	637
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(58 018)	(64 992)
		43 524	**(24 942)**
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Activos e passivos financeiros de negociação		(96 845)	(369 666)
Aplicações em instituições de crédito		(3 062)	(20 372)
Recursos de instituições de crédito	28	(439 124)	594 272
Crédito a clientes		81 064	(153 748)
Recursos de clientes e outros empréstimos	29	440 663	(417 242)
Outros activos e passivos operacionais		13 321	57 612
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**39 541**	**(334 086)**
Impostos sobre os lucros pagos		(2 609)	(1 028)
		36 932	**(335 114)**
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Compra de investimentos em títulos		(390 819)	(469 780)
Venda e reembolsos de investimentos em títulos		374 022	251 683
Compra de imobilizações	25 e 26	(1 506)	(1 586)
Venda de imobilizações	25 e 26	51	2
		(18 252)	**(219 681)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	30	77 035	519 422
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados	30	(11 658)	(4 135)
Reembolso de outros instrumentos de capital	34	-	(3 731)
Rendas pagas por operações de locação	33	(2 720)	(3 129)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**62 657**	**508 427**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**81 337**	**(46 368)**
Caixa e equivalentes no início do exercício		489 477	535 845
Caixa e equivalentes no fim do exercício		570 814	489 477
		81 337	**(46 368)**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	18	5	7
Disponibilidades em bancos centrais	18	3 015	3 008
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	16 009	23 752
Aplicações em instituições de crédito	23	551 785	462 710
Total		**570 814**	**489 477**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de dezembro. O início das atividades do Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em setembro de 2015, a Haitong International Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Macau e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil. Em junho de 2022, o Haitong Bank, S.A. concluiu o processo de abertura de um escritório de representação em Paris.

A Sucursal de Londres do Haitong Bank recebeu da FCA a aprovação da candidatura do Banco ao Regime Regulamentar Total do Reino Unido em março de 2023.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong International Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong. Sendo o Haitong Securities CO., LTD., a entidade ao nível máximo de consolidação (ultimate parent company).

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Atividade	% interesse económico[1]	Método de consolidação	Capitais próprios	Ativo	Lucro (prejuízo) do exercício
Haitong Bank S.A.	**1983**	**-**	**Portugal**	**Banca**	**100%**	**Integral**	**635 370**	**2 443 883**	**12 253**
Haitong Global Asset Management SGOIC S.A.	1988	2005	Portugal	Gestão de ativos	100%	Integral	56 891	57 464	797
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	1973	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral	80 402	1 187 185	(9 389)
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral	1 779	1 780	612
Haitong Negócios, SA	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral	33 803	39 297	1 918
Haitong do Brasil DTVM S.A.	2009	2009	Brasil	Gestão de ativos	80%	Integral	8 225	8 795	545
Haitong Securities do Brasil S.A.	1973	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral	19 332	25 026	1 870

(1) Não existem presentemente restrições sobre o controlo de subsidiárias.

O Haitong Bank iniciou em 2013 um plano de simplificação do seu grupo. No âmbito desse processo foram tomadas diversas medidas, incluindo a alienação e a fusão de diversas participações. O processo de simplificação manteve-se ao longo de 2023, sendo as principais alterações à estrutura do grupo apresentadas abaixo.

Subsidiárias

- Em maio de 2023, o Haitong Bank, S.A. concluiu o processo de liquidação da Haitong Ancillary Services Poland SP Zoo.

Durante o exercício de 2023, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	
	Reembolsos	
	Outros Investimentos (a)	Total
Empresas subsidiárias		
Haitong Ancillary Services	1 759	1 759
Total	**1 759**	**1 759**

(a) Liquidação

- Em janeiro de 2022 foi outorgada a escritura pública que deu início formal ao processo de liquidação da Haitong Ancillary Services Poland SP Zoo.
- Em janeiro de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 15 000 milhares de reais (2 499 milhares de euros).
- Em março de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. subscreveu integralmente o aumento de capital da Fundo FI Multimercado Treasury, a que correspondeu um investimento de 70 000 milhares de reais (13 205 milhares de euros).

Durante o exercício de 2022, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias detalham-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022		
	Aquisições		
	Valor de aquisição	Outros Investimentos (a)	Total
Empresas subsidiárias			
FI Multimercado Treasury	-	15 704	15 704
Total	**-**	**15 704**	**15 704**

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, nº 5/2015), as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A., (Banco, Haitong Bank ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor na União Europeia a 1 de janeiro de 2023.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros ativos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 1 de março de 2024 e serão submetidas à aprovação do acionista único, sendo que é esperado que sejam aprovadas sem alterações.

Comparabilidade de informação

O Grupo procedeu, em 31 de dezembro de 2023, ao nível da demonstração dos fluxos de caixa à reclassificação (i) das Aplicações em Instituições de Crédito da rubrica de Fluxos de caixa de atividades operacionais – Variação nos ativos e passivos operacionais para a rubrica Caixa e equivalentes no início e no fim do exercício, e (ii) reclassificação de pagamentos relativos a rendas de locações financeiras de outros ativos e passivos operacionais para rendas pagas por operações de locação.

No seguimento desta alteração, o Grupo procedeu à correção dos comparativos a 31 de dezembro de 2022, sendo a reexpressão apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022 (Reexpresso)	Ajustamento	31.12.2022
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Aplicações em instituições de crédito	(20 372)	415 410	(435 782)
Outros activos e passivos operacionais	57 612	3 129	54 483
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Rendas pagas por operações de locação	(3 129)	(3 129)	-
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	**34 111**	**415 410**	**(381 299)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	535 845	47 300	488 545
Caixa e equivalentes no fim do exercício	489 477	462 710	26 767
	(46 368)	**415 410**	**(461 778)**
Caixa e equivalentes engloba:			
Aplicações em instituições de crédito	462 710	462 710	-
Total	**462 710**	**462 710**	**-**

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os ativos, passivos, proveitos e custos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos exercícios cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando tem o poder de dirigir as actividades relevantes da entidade, e está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo sobre uma subsidiária que constitua um negócio, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Quando o Grupo deixa de ter controlo, quaisquer interesses remanescentes na entidade são remensurados para o justo valor nessa data, sendo a alteração no valor contabilístico reconhecida em resultados do exercício. O justo valor corresponde ao valor contabilístico inicial, para efeitos da mensuração subsequente do interesse remanescente enquanto associada, empreendimento conjunto ou ativo financeiro. Adicionalmente, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros rendimentos integrais respeitantes a essa entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos e passivos relacionados. Tal poderá implicar que os valores previamente reconhecidos em outros rendimentos integrais sejam reclassificados para resultados do exercício.

Não existem presentemente restrições sobre o controlo de subsidiárias.

Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do grupo.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio médias do exercício;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

2.3. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados.

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente:

i. Ativos financeiros detidos para negociação; e
ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio sob os quais os mesmos são geridos.

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. é gerido de acordo com um modelo de negócio cujo objetivo é deter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio hold to collect), e
ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados essencialmente instrumentos de dívida, aplicações em Instituições de Crédito, Crédito a clientes.

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. é gerido de acordo com um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda (modelo de negócio hold to collect and sale), e
ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de actividades à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral". Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efectuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32. O Banco não detém instrumentos para os quais aplicou esta opção irrevogável prevista na IFRS 9, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores e/ou o instrumento não cumpra com os requisitos do teste SPPI.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado" ou de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. O Banco não adoptou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

- ativos financeiros na sub-categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - Ativos financeiros detidos para negociação", quando sejam:

  i. originados ou adquiridos com o objectivo de serem transacionados no curto prazo;
  ii. parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de acções recentes com o objectivo de obter ganhos no curto prazo; e
  iii. instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contracto de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados – Ativos financeiros detidos para negociação, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos (se remunerarem efetivamente o capital investido) associados a estas carteiras são reconhecidos na rubrica de "resultados de instrumentos de negociação" da demonstração de resultados.

- ativos financeiros na sub-categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados- ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados", quando sejam:

  i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).
  ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como detidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados – ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos (se remunerarem efetivamente o capital investido) associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de "Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções da gestão para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes, pouco significativas, próximas do vencimento do ativo, as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros e/ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortizações antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa e/ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado pelos custos de transação directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transação directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Grupo não tivesse efectuado a transação. Se o Grupo considerar que os mesmos são diretamente atribuíveis à transação os mesmos são especializados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Grupo procede à mensuração subsequente dos ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo histórico.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Este preço é estimado pelo Banco de acordo com uma hierarquia condizente com os requisitos a IFRS 13. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como (i) a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, (ii) técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros e prémio/desconto são registados em margem financeira, utilizando a taxa de juro efectiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (excepto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
b) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos de recuperação.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente.
b) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva e registados em margem financeira.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros e prémio/desconto têm um procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado.
b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.
c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.
d) Os ganhos ou perdas associadas à contabilidade de cobertura são reconhecidos em resultados.
e) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adoptada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo

financeiro é recalculado como o valor actual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efectiva original do ativo.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Grupo decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afectados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência.

Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um ativo financeiro nas seguintes situações:

a) quando transfere esse ativo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse ativo são transferidos para outra entidade;
b) quando se verifica uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento;
c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse ativo.

Ativos abatido ao ativo (Write-off)

O Grupo reconhece um ativo abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as acções de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os ativos abatidos ao ativo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

Eventuais recuperações posteriores à passagem do instrumento para write-off deverão ser registados como recuperações ganhos extraordinários, com impacto na demonstração de resultados em outros resultados operacionais.

Ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são ativos que apresentam evidências objectivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um ativo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- ativos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contracto original, o qual apresentava evidências objectivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contracto que reflecte as perdas de imparidade incorridas;
- ativos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflecte as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efectiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de cash flows descontados).

Imparidade de ativos financeiros

O Grupo determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspetiva prospectiva (*forward looking*).

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo. O Grupo reconhece as perdas por imparidade em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral contra a reserva de justo valor, pelo que o seu reconhecimento não reduz o valor de balanço dos instrumentos.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida (designadamente, as garantias outros compromissos irrevogáveis) são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

Modelo de Imparidade

Nos termos da IFRS 9, o Grupo determina as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*, ou ECL) através de um modelo prospectivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconómicos, assim como outras informações prospectivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três Stages tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- Stage 1 – *Performing*: ativos financeiros para os quais não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- Stage 2 – *Under Performing*: ativos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- Stage 3 – *Non-Performing*: ativos financeiros para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O modelo coletivo de imparidade implementado pelo Grupo é aplicável a todos os instrumentos financeiros classificados em Stage 1, que não apresentem quaisquer sinais de alerta, e para determinar as perdas mínimas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos contratos no caso de exposições com aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (classificados em Stage 2).

Adicionalmente, os vinte maiores devedores empresariais (*corporate*) do Grupo são sujeitos anualmente à análise individual de *staging*, com vista à confirmação de que não apresentam sinais de alerta prévios que possam suscitar a transferência para Stage 2.

As exposições em Stage 2 são analisadas individualmente, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor, os eventos considerados pela CRR (*Capital Requirements Regulation*) na definição de incumprimento e os eventos definidos na IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Stage 3. As

exposições para as quais se confirme a sua adequada classificação em Stage 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento financeiro, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*. Todos os clientes em Stage 3 estão sujeitos a uma análise de imparidade individual.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em Stage 1, exceto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objetiva de imparidade (*Purchased or originated credit impaired* - "POCI"). Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Um aumento no risco de crédito pode resultar numa transferência de Stage 1 para Stage 2 ou Stage 3. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em Stage 1 com uma perda de crédito esperada a 12 meses. Caso contrário, na eventualidade de se verificar um aumento significativo do risco de crédito face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para Stage 2 e, consequentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para Stage 3 ocorre mediante uma evidência objetiva de imparidade.

Quando um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objetiva de imparidade (Stage 3), é reclassificado para Stage 2, após considerado o devido período de quarentena. É assumido que, quando um ativo financeiro recupera de Stage 3, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em Stage 2. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em Stage 3, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). As exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para Stage 1.

A Nota 39 – Gestão dos Riscos de Atividade revela os inputs do modelo de imparidade coletiva do Grupo, bem como os ajustamentos realizados para incorporação de informação prospetiva.

Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- Crédito a clientes;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Instrumentos de dívida - títulos;
- Outros activos - devedores e outras contas a receber;
- Caixa e equivalentes de caixa;

- Garantias prestadas e outros compromissos financeiros perante terceiros.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- Ativos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (Stage 1 – *Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de *default* que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).
- Ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (Stage 2 – *Under Performing* e Stage 3 – *Non-Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas *lifetime* apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento, ponderada pela probabilidade de incumprimento no caso das exposições classificadas em Stage 2.
- Linhas de crédito não utilizados: o montante de imparidade associado aos compromissos de crédito não utilizados à data de referência é apurado multiplicando pelo fator de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;
- Garantias financeiras: o valor de imparidade é apurado tendo por base a diferença entre o valor atual dos reembolsos e os montantes que o Grupo espera recuperar.

Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Grupo considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de três abordagens: (i) abordagem quantitativa (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (*warning signals*) e (iii) avaliação de sinais de alerta prévios (*early warning signals*), a fim de detetar eventos e/ou circunstâncias que possam indicar um aumento significativo do risco de crédito (*significant increase in credit risk* ou "SICR").

Adicionalmente, o Grupo avalia o aumento significativo do risco de crédito através de uma abordagem quantitativa que foi alvo de atualização em 2023. Para este efeito, o Grupo definiu uma matriz de transição baseada numa metodologia interna de *pricing*. Esta abordagem envolve a comparação entre o rating do instrumento financeiro à data de reporte vis-à-vis o rating na data do reconhecimento inicial, sendo que a deterioração de risco de crédito necessária para uma reclassificação em Stage 2 variará dependendo da classificação inicialmente atribuída ao instrumento financeiro.

Os sinais de alerta internos utilizados são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido (considerando capital, juros, taxas ou outros encargos) há mais de 30 dias; (ii) clientes com crédito em situação de incumprimento na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) clientes com sinais de alerta ativados nos últimos três meses; e (vi) outras situações pontuais/excecionais (*ad-hoc*). O Grupo identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos *triggers* (i), (iii), (v) e (vi) ativados; e (b) devedores com *triggers* (ii) e (iv) ativados simultaneamente.

A avaliação de sinais de alerta prévios inclui a revisão anual em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva das 20 maiores exposições produtivas, com o intuito de confirmar que os clientes mais significativos não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Stage 2.

Adicionalmente, o Grupo implementou o procedimento de preparar trimestralmente para clientes classificados em Stage 1 um questionário denominado "*Questionário Early Warning Signals*" que visa identificar de forma oportuna

indicadores de aumento significativo de risco de crédito e, para clientes classificados em Stage 1 e 2, o referido questionário permite ainda identificar de forma tempestiva indicadores que possam traduzir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor cumprir na integra as suas obrigações de crédito, indiciando créditos em situação de imparidade.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Grupo, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Stage 3. As exposições para as quais se confirme a sua adequada classificação em Stage 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento, através da utilização de um modelo de imparidade

Definição de incumprimento

No âmbito da IFRS 9, o Grupo considera os seus ativos financeiros como estando em incumprimento aplicando uma definição semelhante à utilizada para efeitos prudenciais. Assim, o Grupo define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições com valores materialmente vencidos há mais de 90 dias; 2) reduzida probabilidade de reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias, independentemente da existência de montantes vencidos; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (*pulling effect*).

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao ativo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração de resultados do grupo (em todo ou parte); e vi) outras condições (*ad-hoc*) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adotada pelo Grupo cumpre com o artigo 178º da CRR e segue a definição da Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) para exposições não produtivas ("NPE"), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

Definição de exposições diferidas

A definição interna de exposições diferidas, i.e., que foram sujeitas a medidas de reestruturação (*forberance)* por dificuldades financeiras do devedor segue a definição regulamentar. Entende-se por medidas de reestruturação uma concessão acordada entre o Banco e um devedor que se depare ou seja provável que se venha a deparar com dificuldades para respeitar os seus compromissos financeiros. Uma exposição só pode ser tratada como diferida (*forborne*) se o devedor estiver a atravessar dificuldades financeiras que tenham levado o Grupo a fazer algum tipo de concessão.

Uma concessão pode envolver uma perda para o Banco e deve referir-se a uma das seguintes ações:

i. uma alteração aos termos e condições originais de um contrato que não teria sido aprovada se o devedor não estivesse a ter problemas financeiros que o impossibilitassem de cumprir o serviço da dívida;
ii. um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse a enfrentar dificuldades financeiras.

Ao conceder medidas de reestruturação a exposições produtivas com aumento significativo do risco de crédito, o Banco avalia se essas medidas podem levar a uma reclassificação dessa exposição para não produtiva, estando essa avaliação sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

a) caso a diferença entre o valor atual líquido dos fluxos de caixa antes e depois do acordo de reestruturação exceda um determinado limiar(1%), a exposição passa a ser considerada como não produtiva;
b) caso se apliquem outros indicadores que possam suscitar uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de *forbearance* adotada pelo Grupo segue o artigo 47ºB da CRR, bem como os princípios do Banco Central Europeu e os critérios de referência aplicáveis às exposições diferidas estabelecidos pelo Banco de Portugal ao abrigo da Carta Circular CC/2018/00000062, de novembro de 2018.

2.4.2 Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza derivados financeiros como ferramenta de gestão de riscos financeiros, principalmente para cobrir o risco de taxa de juro. Quando estas operações cumprem determinados requisitos definidos nas IFRS, consideram-se operações de cobertura contabilísticas. Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.
Neste âmbito, o Grupo aplica as disposições da IFRS 9 em relação à contabilidade de cobertura.

O Grupo realiza uma documentação formal da relação de cobertura que inclui a identificação do instrumento de cobertura e do elemento coberto, a natureza do risco a ser coberto e como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre os requisitos de eficácia da cobertura. Para que se verifique o requisito de eficácia:

a) deve haver uma relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura,
b) o risco de crédito da contraparte do elemento coberto ou do instrumento de cobertura não deve ter um efeito dominante sobre as alterações de valor resultantes dessa relação económica, e
c) o rácio de cobertura da relação de contabilidade de cobertura, entendida como a parte do elemento coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (fair value hedge), o valor de balanço desse ativo ou passivo é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto.

As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Estas variações são reconhecidas em resultados de contabilidade de cobertura.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios de exigibilidade da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. No que respeita ao ativo ou passivo coberto, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é amortizado em resultados pelo período de vida útil remanescente do item coberto. Se o elemento coberto for vendido, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é reconhecido na totalidade em resultados do período.

2.4.3 Passivos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado; ou
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

a) Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados (i) os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, (ii) os passivos que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou (iii) os passivos que se enquadrem na definição de derivado.

b) Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação 8ask-rpice). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de recompra é registada diretamente em resultados.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transacções efectuadas pelo Grupo no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subsequentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito próprio do passivo é reconhecida em outro rendimento integral; e
- o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido diretamente em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e custos equiparados" com base na taxa de juro efetiva de cada instrumento.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis de acordo com a IFRS 9, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos similares", com base no método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.4.4 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de "Juros e proveitos similares" ou "Juros e custos similares" (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. A taxa efetiva inclui as eventuais comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transação, excepto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (cujas comissões referidas são reconhecidas diretamente em resultados).

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contractos classificados no stage 1 ou stage 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contracto sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contracto é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os ativos financeiros incluídos no stage 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e. para ativos financeiros que entrem em stage 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para ativos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do ativo financeiro.

Quanto aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor dos derivados de cobertura de justo valor é reconhecida nas rubricas de rendimentos ou de custos com juros. Sendo que para os restantes derivados a componente de juro decorrente da variação de justo valor não é separada, sendo assim apresentada em resultados de ativos e passivos detidos para negociação.

2.4.5 Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contractos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contracto de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contracto. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.4.6 Contratos de garantia de performance

As garantias de performance são contratos que resultam na compensação de uma das partes caso a mesma não cumpra a obrigação contratual, comercial ou legal.

Quando a garantia de performance confere ao Grupo direitos contratuais de indemnização para recuperar quaisquer pagamentos efetuados ao titular da garantia por parte do requerente e esses direitos são cobertos por colaterais, são tratadas como um compromisso de empréstimo concedido ao requerente, se o Grupo concluir que não existe nenhum evento com substância comercial que possa fazer com que o Grupo incorra numa perda resultante do acordo de garantia.

As garantias de performance são inicialmente reconhecias ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Este valor é amortizado linearmente ao longo da vida do contrato.

No final de cada período de reporte, os contratos de garantias de performance são mensurados pelo maior valor entre (i) o seu valor não amortizado no momento de reconhecimento inicial e (ii) o valor da provisão determinada com base nos modelos de perdas de crédito esperadas.

2.5. ATIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA E EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.6. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado com instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declarados.

2.7. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Esta possibilidade legal não pode depender de acontecimentos futuros, devendo ser executável no decurso da atividade do Grupo, ou mesmo em caso de insolvência ou falência do Grupo ou das suas contrapartes.

2.8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo histórico deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo histórico inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	4 a 10
Equipamento informático	3 a 6
Instalação de interiores	4 a 10
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro equipamento	2 a 10

As vidas úteis dos outros ativos tangíveis são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de balanço um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada.

2.9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

O Haitong apenas reconhece ativos intangíveis relativos a software. Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

As despesas com o desenvolvimento interno com software, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o Grupo.

SaaS (Software as a Service) são contratos de serviços que proporcionam ao Grupo o direito de acesso a software de um fornecedor via soluções cloud durante um determinado período.

Os custos incorridos para configurar ou personalizar e as taxas de utilização para obter acesso ao software são reconhecidos como despesas operacionais à medida que os serviços prestados.

Caso existam custos incorridos relacionados com o desenvolvimento específico do SaaS (Software as a Service) que melhore, modifique, ou crie capacidades adicionais, e que cumpram com a definição e os critérios previstos na IAS 38 são reconhecidos como um ativo intangível.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.10. CONTRATOS DE LOCAÇÃO (IFRS 16)

Conforme estabelecido na IFRS 16, no início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contracto transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo avalia se:

- o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este ativo poderá ser explicita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o ativo não é identificável;
- o Grupo tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do ativo durante o período contratado; e
- o Grupo tem o direito de direccionar o uso do ativo. O Grupo tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o ativo é usado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o ativo é usado é predeterminada, o Grupo tem o direito de direccionar o uso do ativo se:

  - o Grupo tem o direito de operar o ativo; ou

  - o Grupo desenhou o ativo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Conforme previsto na IFRS 16, o Grupo optou por não aplicar os requisitos desta norma aos contractos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contractos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor (até 5 000 EUR). Foi utilizada também a opção de não aplicar esta norma a locações de ativos intangíveis.

Como locatário

O Grupo reconhece um ativo sob direito de uso em Outros activos tangíveis e um passivo de locação em Outros passivos na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até a data de início, adicionado de quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo sob direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos ativos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efectuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contracto, ao valor presente dos pagamentos contratuais estimados. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contracto de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Grupo. Geralmente, o Grupo usa a taxa incremental de financiamento do Grupo como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;
- pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e
- o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente, incrementado pelo custo com juros e diminuído pelos pagamentos das rendas ao locador, sendo reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contabilístico do ativo sob direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Locações de ativos de curto prazo e baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de locação de bens que tenham prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os custos associados a esses contratos diretamente em resultados em gastos gerais administrativos.

Como locador

Quando o Banco actua como locador, determina, no início do contracto, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao ativo sob direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao ativo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao ativo subjacente.

O Banco atualmente não realiza operações de sale and leaseback.

2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Pensões

Portugal

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 15, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para o Banco, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Em Portugal, existem dois planos de pensões de benefícios definidos. Um plano que decorre do ACT do setor bancário e previsto nas cláusulas 94ª a 103ª do mesmo acordo; e um plano de pensões complementar, que vigorou para os respectivos participantes e beneficiários, até 30 de dezembro de 2020 e que se mantém, a partir desta data, exclusivamente para os respetivos beneficiários e eventuais futuros beneficiários, por morte daqueles. Os planos de pensões de benefícios definidos prevêem o valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. Em 30 de dezembro de 2020, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no ativo ao serviço do Banco.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma prevista no ACTV) e que serve de base ao cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos. Caso ocorra uma liquidação ou corte num plano de benefícios definidos, o diferencial entre (i) o valor presente da obrigação de benefícios definidos determinado à data da liquidação e (ii) o montante da liquidação, incluindo o valor de ativos do plano a transferir; é registado em “Custos com pessoal”.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias ou do reembolso de contribuições efetuadas.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, em concreto Espanha, Reino Unido, Polónia e Brasil, o Grupo Haitong Bank suporta planos de pensões de contribuição definida. Nestes casos, as contribuições estão definidas previamente e os benefícios no momento da reforma vão depender do valor das contribuições entregues e dos rendimentos acumulados.

Benefícios de saúde

Portugal

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

O SAMS também se aplica aos familiares dos colaboradores, de acordo com a clausula 110ª "Beneficiários" do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário ("ACT")

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, o Grupo Haitong Bank suporta planos de assistência médica locais, complementares aos sistemas de segurança social em prática em cada geografia onde opera. Nomeadamente:

- França

O Grupo oferece aos seus colaboradores do Escritório de Paris seguros complementares de saúde e seguros pessoais, nomeadamente através da seguradora Malakoff Humanis.

A Malakoff Humanis providencia o reembolso complementar das despesas de saúde sobre a parte que não é reembolsada pela Segurança Social Francesa e ainda indemniza o colaborador beneficiário em caso de acidente.

- Espanha

A Sucursal de Espanha proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através de uma seguradora de saúde denominada ASISA. Esta empresa privada é responsável pela cobertura das despesas médicas em caso de consultas de diagnóstico, tratamentos, internamentos e cirurgias.

- Brasil

O Grupo proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através de um Serviço de Assistência Médica específico. A empresa que dá acesso ao reembolso para tratamento de doenças e preservação da saúde é a operadora Care Plus, líder no segmento de saúde corporativa no Brasil que pertence à Bupa Global, uma das maiores seguradoras de saúde do mundo.

A Care Plus possui rede própria de médicos, além do sistema de reembolso de procedimentos e consultas médicas, bem como acesso a hospitais e laboratórios em todo o território nacional.

- Macau

A Sucursal de Macau proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através do Grupo American International Assurance ("AIA").

A AIA é o maior grupo cotado de seguros de vida na zona Ásia-Pacífico e oferece aos seus beneficiários cobertura médica mundial e seguro de vida de grupo. A AIA possui ainda uma extensa rede de médicos e de clínicas em toda a região, além de um sistema de reembolso online de fácil acesso à disposição dos seus beneficiários.

- Reino Unido

Na Sucursal de Londres, os benefícios de saúde para os colaboradores são obtidos através de um seguro médico privado prestado pela seguradora de saúde Bupa Health UK, a principal empresa de seguros de saúde no Reino Unido e uma das maiores do mundo. Os colaboradores têm acesso a tratamentos de saúde física e mental, tratamentos em hospitais privados, consultas privadas, acesso a um serviço digital de medicina geral, atendimento ambulatório e ainda acesso a uma rede de laboratórios em todo o Reino Unido.

- Polónia

A Sucursal do Haitong em Varsóvia oferece aos seus colaboradores benefícios de saúde através da Medicover. A Medicover é uma empresa privada que oferece diversos serviços de saúde, incluindo atendimento ambulatório e especializado e acesso a uma rede de hospitais, laboratórios e pontos de colheita de sangue fornecidos sob duas secções – Serviços de Saúde e Serviços de Diagnóstico. A Medicover também proporciona aos nossos colaboradores os benefícios exigidos no âmbito da medicina do trabalho.

Os colaboradores das geografias são abrangidos por planos de contribuição definida.

Prémio de Carreira

Em Portugal, nos termos do novo ACT, assinado em 5 de julho de 2016, está previsto o pagamento por parte do Grupo de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício.

O valor das responsabilidades do Grupo com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para as pensões de reforma.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.12. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e que não resultem do reconhecimento simultâneo numa única transação, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

A partir de 1 de janeiro de 2019 o Banco adotou a nova norma interpretativa da IAS 12 - IFRIC 23 – 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' - e que vem recomendar os requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar na existência de incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento, devendo refletir a melhor estimativa efetuada pela entidade quanto ao desfecho presumível da situação em discussão. Essa estimativa apurada com base no valor esperado ou valor mais provável deve ser registada pela entidade em Ativo ou passivo por imposto sobre o rendimento com base na norma IAS 12 e não pela IAS 37.

O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020).

Adicionalmente, foi publicada a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificada uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.13. ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos seguindo o tratamento previsto pela IAS 37.

2.14. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contractos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contracto formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contracto ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.15. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos quando (ou à medida que) seja satisfeita uma obrigação de desempenho (performance obligation) ao transferir um serviço, tendo por base o preço de transação associado a essa obrigação de desempenho, da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de uma determinada obrigação de desempenho, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando cada uma das obrigações de desempenho tiverem sido concluídas;
- Os rendimentos de serviços e comissões relativos a obrigações de desempenho satisfeitas ao longo do tempo são reconhecidos em resultados no decorrer do período a que essas obrigações de desempenho vão sendo concretizadas;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.16. REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.17. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação com risco imaterial de flutuação do justo valor, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito.

Os fluxos provenientes de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e pelo custo amortizado são alocados a atividades de investimento, por sua vez, os fluxos dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados são alocados à atividade operacional.

2.19. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Grupo analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para a emissão. Neste âmbito, podem ser identificados dois tipos de eventos:

i) Aqueles que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e,
ii) Aqueles que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que não sejam considerados eventos ajustáveis, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas na Nota 40.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram efetuadas, tendo em conta a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, considerando o contexo de incerteza que resulta do impacto do conflito Rússia-Ucrânia na actual conjuntura económica. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E DÍVIDA AO JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O Grupo efetua uma revisão periódica dos ativos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.4.1.

Análise Individual

O Departamento de Gestão de Risco identifica todas as posições sujeitas à análise individual de *staging* – as vinte maiores exposições *corporate* em Stage 1, as exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (Stage 2) e as exposições em imparidade (Stage 3) –, sendo estas objeto de discussão em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva. No caso das exposições em Stage 1, a análise individual de *staging* é realizada com o intuito de confirmar que os maiores devedores do Banco não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Stage 2. As exposições em Stage 2 são analisadas individualmente, tendo em vista a verificação da inexistência de elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e de eventos considerados pela CRR na definição de *default* e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Stage 3.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade e Comissão Executiva inclui: a) informação histórica (exposição por contrato e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respetiva valorização); e b) cenários de recuperação com cash flows esperados descontados à data atual, utilizando a taxa de juro efetiva que foi determinada no reconhecimento inicial, para obtenção das perdas esperadas para cada cenário desenvolvido.

Os cenários de recuperação são influenciados por perspetivas futuras, contemplando não apenas um cenário mais expectável (cenário base), como também cenários alternativos (cenários otimistas ou pessimistas). Para cada um dos cenários apresentados, são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados, os respetivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a atividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras históricas, eventos subsequentes e projeções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais

(apresentando as respetivas metodologias de avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos. Os cenários de recuperação são ponderados de acordo com a sua probabilidade estimada de ocorrência.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Análise Coletiva

A avaliação de imparidade no modelo coletivo baseia-se na avaliação do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados para cada crédito, utilizando parâmetros de risco predefinidos, suportados por informação externa.

Considerando as especificidades das carteiras de crédito do Grupo Haitong Bank, o modelo coletivo é suportado em informação externa para todos os principais parâmetros de risco utilizados. Os principais parâmetros utilizados são: (i) a probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD) (ii) perda dado o incumprimento (*Loss Given Default* – LGD), (iii) a exposição no momento do *default* (*Exposure at Default)*, (iv) *Haircut* de colaterais, e (v) fator de conversão de crédito (*Credit Conversion Factor* – CCF) para exposições fora do balanço (*off-balance exposures*).

- A probabilidade de incumprimento (PD) reflete a probabilidade de incumprimento num determinado período. O Grupo leva em consideração as PD disponibilizadas pela Standard & Poor's (S&P). O processo de atribuição de rating – e *driver* para aplicação das PDs - é realizado internamente com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de riscos e o processo de cálculo de imparidade. As PDs divulgadas pela S&P são, pela sua natureza, PDs *Through-the-Cycle* (TTC). Como tal, e para cumprir os requisitos da IFRS 9, o Grupo procede à conversão das referidas PDs para informação point-in-time (PiT) e *forward-looking*. Esta conversão é efetuada de acordo com uma metodologia interna que assenta na correlação das PDs divulgadas pela S&P com variáveis macroeconómicas explicativas selecionadas.;
- A Perda dado o incumprimento (LGD) reflete a magnitude da perda no momento do incumprimento. O Grupo aplica LGD com base nas referências (*benchmarks*) da Moody's (taxas de recuperação), dependendo do tipo de devedor (*corporate* ou soberano) e do grau de colateralização (colateralizado ou não).
- A Exposição no momento do Default (EAD) é determinada como o custo amortizado de cada instrumento financeiro tendo por base o método da taxa de juro efetiva.
- *O Grupo aplica o Haircut* de colaterais (*collateral haircut*) baseado nos critérios de elegibilidade e requisitos de capital regulatório (CRR).
- Fator de conversão de crédito (CCF) para posições *extra-patrimoniais* é baseado na CRR e o CCF aplica-se a todas as garantias e linhas de crédito (exposições fora do balanço).

O Grupo atualizou os inputs do modelo de imparidade coletiva em 2023 no que se refere à incorporação de informação prospetiva, conforme informação apresentada na Nota 39 – Gestão dos Riscos de Atividade.

3.2 IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

O histórico de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afetados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Grupo com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros, determinadas a partir de um plano de negócios considerado razoável.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da atividade do Grupo e à perspetiva de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza sobre o tratamento fiscal de um conjunto de realidades do Grupo.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo com impacto nas demonstrações financeiras.

O Grupo cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

3.3 PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxa de desconto das responsabilidades, tábuas de mortalidade, taxas de crescimento salarial e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Para efeitos de justo valor das obrigações e instrumentos de capital, é privilegiada a utilização da sua cotação, nomeadamente o preço de compra corrente (bid-price). Na ausência dessa cotação, o Banco estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte, podendo requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Relativamente aos passivos financeiros, o Grupo aplica a mesma hierarquia de valorização, mas considerando o ask-price.

Em relação aos derivados, são considerados fatores de risco de mercado (ex. curvas de taxa de juro e taxas de câmbio) que alimentam os modelos de avaliação implementados para cada derivado. Adicionalmente, é calculado o CVA para o qual são utilizados, entre outros, LGD, PD e Rácio do Colateral.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia resultar em valorizações diferentes daquelas reportadas.

3.5 CLASSIFICAÇÃO DE CONTRATOS DE GARANTIA DE PERFORMANCE

O Grupo analisou os contratos de garantia de performance emitidos para avaliar se os mesmos cumpririam a definição de contratos de seguro no âmbito da IFRS 17.

O Grupo concluiu que os seus contratos de garantia de performance expõem o Banco unicamente ao risco de crédito do requerente porque (i) todos os contratos exigem que os clientes que solicitam uma garantia garantam totalmente as suas obrigações de indemnizar o Grupo como emitente e (ii) não existem cenários com substância comercial em que o Banco teria de pagar montantes adicionais significativos aos titulares de tais garantias.

Assim, o Grupo contabiliza estes contratos como compromissos de empréstimo de acordo com a IFRS 9. O valor bruto das garantias de desempenho emitidas e contabilizadas como compromissos de empréstimo é 90 808 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 55 404 milhares de euros) (ver Nota 37) e o valor contabilístico do passivo relacionado reconhecido nas demonstrações financeira é de 1 866 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1 682 milhares de euros) em 31 de dezembro de 2023. A receita com comissões reconhecida para estas garantias de performance foi de 77 milhares de euros (2022: 70 milhares de euros) para o período terminado em 31 de dezembro de 2023.

3.6 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida tendo por base a perspetiva do Cosnelho de Administração suportada com a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais (jurisprudência) , os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

3.7 PRAZO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

O Grupo aplica julgamento para determinar o prazo de locação de alguns contratos, nos quais se encontra na posição de locatário, e que incluem opções de renovação e rescisão contratuais. O Grupo determina o prazo da locação como o prazo não cancelável da locação, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de renovação se for razoavelmente certo que seja exercida, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescisão, se for razoavelmente certo que não seja exercida.

Esta avaliação tem impacto no prazo de locação, que poderá afetar significativamente o montante dos passivos da locação e dos ativos sob direito de uso reconhecidos.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1 DESCRIÇÃO DOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Fusões e Aquisições

A Direção de Fusões e Aquisições (F&A) presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

Mercado de Capitais

A Direção de Mercado de Capitais abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e equity direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, empresas públicas e entidades estatais.

A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões cross-border, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, obrigações ligadas ao tema ESG, *project bonds*, programas de papel comercial e gestão de passivo.

A área de Equity Capital Markets (ECM) é desenvolvida com base nas oportunidades que vão surgindo, pressupondo uma análise caso a caso, e abrange maioritariamente aumentos de capital, ofertas públicas de aquisição, instrumentos de capital e admissões à negociação (ou saídas de Bolsa) de clientes corporativos.

Corporate Derivatives

A Área de Corporate Derivatives do Haitong Bank cobre várias classes de ativos, nomeadamente taxas de juro, FX e *commodities*, e apoia as empresas na imunização do seu balanço contra variáveis financeiras que possam afetar adversamente os seus resultados, permitindo-lhes focar-se no seu negócio e fazer o *lock-in* da margem nos seus produtos. Neste sentido, as empresas conseguem otimizar a sua estratégia de *hedging* contra a subida das taxas de juro e contra as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos, e ainda otimizar a fixação do preço de custo/venda de matérias-primas.

Fixed Income

Composta por equipas especializadas em Trading, Sindicação e Distribuição, a Direção de Fixed Income oferece serviços de *market-making* para títulos de dívida corporativa e soberana, capacidade de distribuição internacional e multiproduto, capacidade de sindicação para diferentes produtos de dívida e produção de produtos estruturados para clientes institucionais. A presença em várias geografias e a combinação da sua capacidade de originação e distribuição estimulam a identificação de novas oportunidades de negócio e promovem a atividade *cross-border*.

A Direção de Fixed Income é também responsável pela gestão das carteiras de Investimento e de Trading do Haitong Bank, de acordo com as políticas de investimento e limites pré-definidos pela Comissão Executiva.

Para além do referido anteriormente, a Direção de Fixed Income no Brasil tem como missão a gestão dos diversos fatores de risco aos quais o Banco está exposto localmente, tais como: taxas de juro fixas, inflação, FX e *equities*, bem como os que são originados através da carteira proprietária e estratégica da mesa de operações do Banco (carteira de negociação e carteira bancária), seguindo as diretrizes internas e de acordo com as políticas de investimento aprovadas pela Comissão Executiva e Conselho de Administração do Haitong Brasil.

Structured Finance

A Direção de Structured Finance tem como objetivo desenvolver soluções de financiamento para os seus Clientes, nomeadamente nas áreas de *acquisition / leverage finance, project finance*, ou financiamentos corporativos e imobiliários, bem como prestar serviços de assessoria financeira e de estruturação e *arranging* a operações de financiamento.

Corporate Solutions

O objetivo da Direção de Corporate Solutions é estabelecer relacionamentos com clientes em vários setores, identificar oportunidades de negócios e atrair negócios para as áreas de produto do Banco.

Esta unidade também monitoriza oportunidades *cross-border* com o objetivo de garantir uma ligação comercial entre as várias regiões geográficas do Grupo.

Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de funding atuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como manter e gerir um nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria é também responsável pela gestão da carteira própria de HQLA do Banco.

Private Equity

O segmento de Private Equity, desenvolvido pela subsidiária Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A., tem por objetivo apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

Centro Corporativo

O Centro Corporativo não corresponde a uma área de negócio; trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, bem como a áreas tais como Compliance, CEO Office, Departamento Financeiro, Corporate Solutions, entre outras.

Special Portfolio Management

O objetivo da área de Special Portfolio Management (SPM) consiste em gerir todas as exposições do Banco classificadas como não-produtivas, de acordo com os critérios do IFRS9.

A área de SPM gere também todas as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido apenas como agente, no caso de as operações estarem em situação de incumprimento ou serem classificadas como não-produtivas.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS8, não são de individualização obrigatória (Direção de Asset Management e outros centros de receita.

4.2. CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DA ACTIVIDADE E RESULTADOS AOS SEGMENTOS

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS 8.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A actividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos ativos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 parâmetros específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes operações são alocadas aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA´s (*Service Level Agreements*).

Juros ativos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Resultados de serviços e comissões

De acordo com a política definida pelo Grupo, o resultado com a prestação de serviços e comissões é reconhecido no momento da entrega do serviço aos seus clientes.

Ativos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os ativos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros ativos tangíveis, os Ativos intangíveis.

Ativos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os ativos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Macau e Polónia e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efectuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

(milhares de euros)

	31.12.2023												
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Corporate Derivatives	Fixed Income	Equities	Private Equity	Tesouraria	Corporate Solutions	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	16 160	(29)	169	(16)	(8)	2 450	(22)	-	14 250	(22)	2 645	(2)	35 575
Serviço a Clientes	5 682	130	11 071	10 581	(93)	751	34	514	(1 333)	8	(190)	2 638	29 793
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	**21 842**	**101**	**11 240**	**10 565**	**(101)**	**3 201**	**12**	**514**	**12 917**	**(14)**	**2 455**	**2 636**	**65 368**
Resultados Op Financeiras e diversos	546	11 574	(1 116)	(52)	(935)	9 259	(37)	55	(745)	-	(1 807)	-	16 742
Custos Deduzindo Produto Bancário	(326)	11	(39)	(11)	59	(665)	(7)	(15)	(659)	-	(4 326)	(37)	(6 015)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	88	(83)	-	-	32	994	-	-	(2 104)	56	1 010	6	(1)
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	**22 150**	**11 603**	**10 085**	**10 502**	**(945)**	**12 789**	**(32)**	**554**	**9 409**	**42**	**(2 668)**	**2 605**	**76 094**
Custos Operativos	**3 022**	**890**	**3 914**	**2 486**	**1 771**	**4 625**	**272**	**823**	**1 034**	**1 919**	**38 725**	**752**	**60 233**
Custos com Pessoal	2 370	540	2 893	1 973	1 076	2 423	81	754	442	1 620	25 396	403	39 971
Outros custos administrativos	508	302	789	421	573	1 988	174	52	544	172	8 756	340	14 619
Depreciações e Amortizações	144	48	232	92	122	214	17	17	48	127	4 573	9	5 643
RESULTADO BRUTO	**19 128**	**10 713**	**6 171**	**8 016**	**(2 716)**	**8 164**	**(304)**	**(269)**	**8 375**	**(1 877)**	**(41 393)**	**1 853**	**15 861**
Imparidade e Provisões	**(52)**	**243**	**131**	**88**	**-**	**(1 739)**	**-**	**4**	**(194)**	**-**	**12 284**	**3**	**10 768**
Imparidade de crédito	3 670	(87)	-	-	-	-	-	-	(232)	-	41	-	3 392
Imparidade de títulos	(1 769)	-	-	-	-	(1 770)	-	-	35	-	531	-	(2 973)
Provisões líquidas e outras imparidades	(1 953)	330	131	88	-	31	-	4	3	-	11 712	3	10 349
Resultado antes de impostos	**19 076**	**10 956**	**6 302**	**8 104**	**(2 716)**	**6 425**	**(304)**	**(265)**	**8 181**	**(1 877)**	**(29 109)**	**1 856**	**26 629**
Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8 865	8 865
Resultado Líquido do exercício	**19 076**	**10 956**	**6 302**	**8 104**	**(2 716)**	**6 425**	**(304)**	**(265)**	**8 181**	**(1 877)**	**(29 109)**	**(7 009)**	**17 764**
Atribuível aos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	502	502
Atribuível aos accionistas do Banco	**19 076**	**10 956**	**6 302**	**8 104**	**(2 716)**	**6 425**	**(304)**	**(265)**	**8 181**	**(1 877)**	**(29 109)**	**(7 511)**	**17 262**

Nota: Não existe anulação interna entre segmentos

(milhares de euros)

	31.12.2022											
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	Corporate Derivatives	Fixed Income	Equities	Private Equity	Tesouraria	Corporate Solutions	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	13 325	230	(9)	(6)	(4)	(6 375)	(101)	(6)	1 793	(7)	2 038	3 522	14 400
Serviço a Clientes	5 532	332	14 355	13 805	(45)	4 131	576	849	(2 649)	1 809	(1 300)	4 199	41 594
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	**18 857**	**562**	**14 346**	**13 799**	**(49)**	**(2 244)**	**475**	**843**	**(856)**	**1 802**	**738**	**7 721**	**55 994**
Resultados Op Financeiras e diversos	1 684	2 169	187	47	7 309	20 242	(2)	45	(3 373)	-	(3 841)	(111)	24 356
Custos Deduzindo Produto Bancário	(365)	-	(13)	(28)	(150)	(397)	(16)	(18)	(1 363)	(1)	(3 898)	(40)	(6 289)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	1 076	(1 073)	-	(810)	(201)	218	-	1	1 910	39	(1 332)	172	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	**21 252**	**1 658**	**14 520**	**13 008**	**6 909**	**17 819**	**457**	**871**	**(3 682)**	**1 840**	**(8 333)**	**7 742**	**74 061**
Custos Operativos	**3 284**	**713**	**3 788**	**2 610**	**1 597**	**4 513**	**1 282**	**683**	**1 049**	**1 663**	**38 700**	**1 478**	**61 360**
Custos com Pessoal	2 368	484	2 739	2 134	849	2 181	729	442	501	1 366	24 757	1 054	39 604
Outros custos administrativos	781	181	793	360	585	2 033	479	131	487	167	9 029	370	15 396
Depreciações e Amortizações	135	48	256	116	163	299	74	110	61	130	4 914	54	6 360
RESULTADO BRUTO	**17 968**	**945**	**10 732**	**10 398**	**5 312**	**13 306**	**(825)**	**188**	**(4 731)**	**177**	**(47 033)**	**6 264**	**12 701**
Imparidade e Provisões	**(1 980)**	**181**	**175**	**(604)**	**46**	**(521)**	**7**	**111**	**840**	**-**	**1 905**	**(6)**	**154**
Imparidade de crédito	(758)	(390)	-	-	-	-	-	-	(139)	-	28	(3)	(1 262)
Imparidade de títulos	1 119	-	-	(1)	-	(487)	-	-	(27)	-	(312)	-	292
Provisões líquidas e outras imparidades	(2 341)	571	175	(603)	46	(34)	7	111	1 006	-	2 189	(3)	1 124
Resultado antes de impostos	**15 988**	**1 126**	**10 907**	**9 794**	**5 358**	**12 785**	**(818)**	**299**	**(3 891)**	**177**	**(45 128)**	**6 258**	**12 855**
Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 912	1 912
Resultado Líquido do exercício	**15 988**	**1 126**	**10 907**	**9 794**	**5 358**	**12 785**	**(818)**	**299**	**(3 891)**	**177**	**(45 128)**	**4 346**	**10 943**
Atribuível aos interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(164)	(164)
Atribuível aos accionistas do Banco	**15 988**	**1 126**	**10 907**	**9 794**	**5 358**	**12 785**	**(818)**	**299**	**(3 891)**	**177**	**(45 128)**	**4 510**	**11 107**

Nota: Não existe anulação interna entre segmentos

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	31.12.2023				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido*	(9 684)	16 766	2 351	7 829	17 262
Ativo líquido	1 907 803	329 969	1 204 933	55 937	3 498 642
Investimentos em ativos					
tangíveis	404	47	402	22	875
intangíveis	492	2	123	14	631

**Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco*

(milhares de euros)

	31.12.2022				
	Portugal	Resto Europa	América	Ásia	Total
Resultado líquido	(9 893)	18 171	(382)	3 211	11 107
Ativo líquido	1 781 732	484 763	1 136 002	13 623	3 416 120
Investimentos em ativos					
tangíveis	325	375	118	87	905
intangíveis	516	125	40	-	681

**Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco*

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	61 935	-	61 935	39 764	-	39 764
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	15 929	-	15 929	6 092	-	6 092
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	21 080	-	21 080	15 093	-	15 093
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	93 535	93 535	-	42 884	42 884
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	36 237	-	36 237	16 795	-	16 795
Outros juros e proveitos similares	1 832	-	1 832	281	-	281
	137 013	**93 535**	**230 548**	**78 025**	**42 884**	**120 909**
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	102 162	-	102 162	30 778	-	30 778
Juros de responsabilidades representadas por títulos	46 981	-	46 981	22 531	-	22 531
Juros de recursos de clientes	42 202	-	42 202	52 410	-	52 410
Juros de locações	818	-	818	412	-	412
Outros juros e custos similares	2 810	-	2 810	378	-	378
	194 973	**-**	**194 973**	**106 509**	**-**	**106 509**
	(57 960)	**93 535**	**35 575**	**(28 484)**	**42 884**	**14 400**

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 324 milhares de euros e 1 875 milhares de euros relativos a contractos marcados como stage 2 e como stage 3, respetivamente (31 de dezembro de 2022: 5 501 milhares de euros 278 milhares de euros, respetivamente).

A rubrica de Juros e custos similares – Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito tem registado um custo de 860 milhares de euros associado às operações TLTRO III (31 de dezembro 2022 correspondia a um custo negativo de 98 milhares de euros). Tem também registado um custo de 312 milhares de euros associado às operações PELTRO (31 de dezembro 2022 correspondia a um custo de 667 milhares de euros).

Para cada tranche TLTRO III, está a ser feita a periodificação da taxa de juro efetiva. Esta taxa juro considera as taxas de juro aplicáveis a cada operação no período decorrido, de acordo com a estimativa do Banco quanto ao cumprimento das metas de variação do volume de crédito elegível definidas pelo BCE.

A 31 de dezembro de 2023, encontra-se viva apenas uma operação de TLTRO III com um valor nominal de 11 060 milhares de euros (31 de dezembro 2022 correspondia a um valor nominal de 99 660 milhares de euros). (ver nota 28).

A rúbrica juros de locações refere-se ao gasto de juros relativo aos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16.

As taxas médias de juro verificadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício encontra-se apresentado na Nota 39.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante de Juros e proveitos similares apresenta a seguinte distribuição por área geográfica:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Juros e proveitos similares		
Brasil	139 696	78 269
Portugal	26 937	8 869
Polónia	14 861	11 061
Espanha	11 260	5 407
Luxemburgo	8 961	3 309
Itália	5 745	1 247
China	-	5 008
Países Baixos	3 816	-
Reino Unido	2 914	3 292
Irlanda	2 796	1 328
Ilhas Cayman	2 475	-
França	-	662
Outros	11 087	2 457
	230 548	**120 909**

NOTA 6 – RENDIMENTOS E ENCARGOS SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	27 895	34 224
Por garantias prestadas	1 634	1 666
Por operações realizadas com títulos	7 163	9 585
	36 692	**45 475**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	114	1 814
Por operações realizadas com títulos	1 994	1 881
Por garantias recebidas	360	277
Outros custos com serviços e comissões	4 963	345
	7 431	**4 317**
	29 261	**41 158**

Em 31 de dezembro de 2023, o rendimento de serviços e comissões inclui um montante de 16 607 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 24 003 milhares de euros) realizado com partes relacionadas com o Grupo Haitong (Nota 37).

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por área geográfica:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de serviços e comissões		
China	21 973	28 004
Portugal	6 944	5 496
Brasil	1 755	1 929
Polónia	1 514	2 234
Reino Unido	1 283	502
Espanha	834	1 980
Ilhas Virgem	744	2 082
Luxemburgo	580	992
Hong Kong	520	-
Irlanda	374	-
Ilhas Caimão	-	730
Outros	171	1 526
	36 692	**45 475**

NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE NEGOCIAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos e passivos de negociação		
Títulos de negociação		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2 560	(19 626)
De outros emissores	1 716	(2 383)
Ações	207	171
	4 483	**(21 838)**
Instrumentos financeiros derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	(3 163)	11 425
Contratos sobre taxas de juro	4 431	35 280
Contratos sobre ações/índices	(792)	254
Outros	(3 035)	264
	(2 559)	**47 223**
	1 924	**25 385**

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 19 e 20.

NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Crédito a clientes	2	(2)
Ações	878	240
Outros títulos de rendimento variável	(36)	(833)
	844	**(595)**

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22 e 24.

NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	193	-
De outros emissores	1 254	604
	1 447	**604**

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 10 - RESULTADOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Resultados de Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura (Nota 21)	248	-
Elementos cobertos (Nota 22)	(248)	-
	-	-

O Grupo realiza coberturas contabilísticas utilizando futuros de taxa de juro. Encontram-se registadas nesta rubrica as variações de justo valor dos derivados designados para cobertura bem como a respetiva variação do risco coberto dos instrumentos de dívida designados para cobertura (ver notas 21 e 22). Em 2022 não foram realizadas coberturas contabilísticas.

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 21 e 22.

NOTA 11 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Reavaliação Cambial	(518)	(6 360)
	(518)	**(6 360)**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.. A exposição dos ativos e passivos, por moeda, é apresentada na Nota 39.

NOTA 12 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Recuperação de Crédito	-	637
Alienação de crédito a clientes	403	-
Ganhos/Perdas em Investimentos ao Custo Amortizado	2 710	76
Ganhos/Perdas em Outros Ativos ao Custo Amortizado	(1 169)	
	1 944	**713**

Em 2023, o Banco procedeu à venda créditos e títulos, no valor global de 21 milhões de euros e de 67 milhões de euros, respetivamente. Estas transações geraram um resultado de 403 mil euros de mais valias da venda de créditos e de 2 710 euros de mais valias na venda das obrigações. As vendas enquadram-se no modelo de negócio de Hold to Collect, dado que foram infrequentes ou pouco significativas, ou motivadas por aumento significativo do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração.

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 13 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Outros serviços de clientes	542	1 904
Impostos directos e indirectos	(3 686)	(3 633)
Ativos não financeiros	(77)	195
Sub-leasing	450	442
Outros resultados de exploração	(3 385)	(152)
Recuperações de Operações abatidas ao ativo		
Recuperações de Crédito (Nota 24)	2 831	-
Recuperações de títulos (Nota 22)	8 868	-
Outras recuperações	74	-
	5 617	**(1 244)**

Os impostos diretos e indiretos incluem:

- 2 009 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (31 de dezembro de 2022: 1 480 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de dezembro;

- 827 milhares de euros relativos ao custo relacionado com o Programas de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/CONFINS) (31 de dezembro de 2022: 1 195 milhares de euros), criados através do art. 239 da Constituição de 1988 e as Leis Complementares 7, de 07 de setembro de 1970, e 8, de 03 de dezembro de 1970; e pela Lei Complementar 70 de 30/12/1991.

Os Outros resultados de exploração incluem 1 153 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição para o Fundo de Resolução Nacional e Fundo de Resolução Europeu (31 de dezembro de 2022: 1 346 milhares de euros).

Em 2023, ocorreu uma recuperação de 8 868 milhares de euros relativos a um instrumento de dívida.

NOTA 14 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Vencimentos e salários		
Remunerações	31 670	30 200
Prémios de carreira (ver Nota 15)	56	(21)
Impacto Acordos Rescisão	34	248
Custos com pensões de reforma (ver Nota 15)	19	137
Outros encargos sociais obrigatórios	6 087	6 113
Outros custos	2 105	2 927
	39 971	**39 604**

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Haitong Bank, em funções a 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Pessoal Identificado (1)	Total
Dezembro de 2023			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 822	8 219	10 041
Remunerações variáveis	959	1 691	2 650
Total	**2 781**	**9 910**	**12 691**
Dezembro de 2022			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 809	9 203	11 012
Remunerações variáveis	870	1 266	2 136
Total	**2 679**	**10 469**	**13 148**

(1) Excluindo os membros do Conselho de Administração

Considera-se na categoria de "Pessoal Identificado" os colaboradores cujo âmbito das suas funções possa ter um impacto no perfil de risco do Banco ("Identified Staff").

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo Haitong Bank não apresenta crédito concedido a Órgãos de Administração.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo Haitong Bank analisa-se como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Funções diretivas	182	187
Funções de chefia	3	3
Funções específicas	145	141
Funções administrativas	22	24
Funções auxiliares	10	10
Total Grupo HT Bank (media)	**365**	**362**

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresentava nos seus quadros um total de 356 colaboradores, comparável com 357 em dezembro 2022.

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Banco, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo, contudo, lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2023	**31.12.2022**
Pressupostos Financeiros		
Taxa de desconto	3,59%	4,23%
Taxa de crescimento de pensões	2024: 2,00% 2025: 1,20% ≥2026: 0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial	2024: 2,25% 2025: 1,45% ≥2026: 0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 -3 anos	TV 88/90 -3 anos
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A taxa de desconto usada como referência a 31 de dezembro de 2023 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a high quality corporate bonds e (ii) a duration das responsabilidades (16 anos).

Os participantes nos planos de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2023	31.12.2022
Activos	86	90
Ex-colaboradores com direitos adquiridos	83	81
Reformados	51	46
Sobreviventes	9	10
TOTAL	**229**	**227**

Os Ex-colaboradores com direitos adquiridos correspondem a colaboradores que cessaram a sua actividade no Banco em 2023 e 2022, tendo mantido direitos sobre o plano de pensões.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas e ex-colaboradores com direitos adquiridos	30 838	25 177
Activos	9 212	7 739
	40 050	**32 916**
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	**52 788**	**49 786**
Excesso de cobertura/(Valores a entregar ao fundo)	12 738	16 870
Activos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Nota 26 e 32)	**12 738**	**16 870**
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	28 749	23 957

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias ou do reembolso de contribuições efetuadas.

Os pensionistas incluem os ex-colaboradores, com direitos adquiridos no âmbito do Plano Social.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Responsabilidades iniciais	**32 916**	**50 066**
Custo do serviço corrente (ver Nota 13)	19	137
Custo dos juros	1 374	730
Contribuições dos participantes	90	86
Remensurações:	6 640	(17 388)
- Alteração de pressupostos financeiros	4 831	(19 692)
- (Ganhos)/perdas de experiência	1 809	2 304
Pensões pagas pelo fundo	(1 023)	(963)
Impacto de acordos de rescisão (ver Nota 13)	34	248
Responsabilidades finais	**40 050**	**32 916**

As responsabilidades com Benefícios de saúde estavam integralmente cobertas pelo Fundo de Pensões e correspondem a 31 de dezembro de 2023 a 2 500 milheres de euros (31 de dezembro de 2022: 2 026 milhares de euros).

Tendo por base a situação em 31 de dezembro de 2023, a análise de sensibilidade a alterações nos pressupostos actuariais, revela os seguintes impactos:

- Um aumento de 25 pontos base na taxa de desconto faria reduzir as responsabilidades em cerca de 1.545 milhares de euros, uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades em cerca de 1.604 milhares de euros.
- Um aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários e pensões faria aumentar as responsabilidades em cerca de 1.786 milhares de euros, uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades em cerca de 1.713 milhares de euros.

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial dos fundos	**49 786**	**56 260**
Rendimento real do fundo	3 935	(5 305)
Contribuições dos empregados	90	86
Pensões pagas pelo fundo	(1 023)	(963)
Transferência de responsabilidades	-	(292)
Saldo final dos fundos	**52 788**	**49 786**

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações	76,96%	64,60%
Acções	20,78%	28,40%
Investimento alternativo	0,00%	5,20%
Liquidez	2,26%	1,80%
Total	**100%**	**100%**

Todos os ativos (exceto os de Liquidez) são cotados e avaliados com base em preços de mercado.

Foi efetuado um exercício de adequação entre ativos e responsabilidades do Fundo de Pensões, tendo em consideração as políticas de investimento, de contribuição e de financiamento pretendidas pelo Associado, que deu origem à estratégia de investimentos. O VaR da relação entre os ativos financeiros do fundo e as responsabilidades do plano de pensões é estimado periodicamente ao longo do ano para monitorizar se o nível de volatilidade expectável entre os ativos financeiros do fundo e as responsabilidades do plano de pensões se enquadram no orçamento de risco definido pelo Banco.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Banco.

A evolução dos desvios actuariais acumulados reflectidos em outro rendimento integral pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Desvios actuariais acumulados em 1 de Janeiro	**23 957**	**35 223**
- Alteração de pressupostos actuariais	4 831	(19 692)
- (Ganhos)/perdas de experiência	(39)	8 426
Desvios actuariais acumulados em 31 de Dezembro	**28 749**	**23 957**

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Custo do serviço corrente (ver Nota 14)	19	137
Custo / (Proveitos) de juros	(713)	(87)
Custos do exercício	**(694)**	**50**

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros e proveitos/custos similares.

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**16 870**	**6 194**
Custo do exercício	694	(50)
Ganhos / (perdas) atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(4 792)	11 266
Contribuições do Grupo	-	-
Impacto Acordos Rescisão	(34)	(248)
Transferência para outros fundos	-	(292)
Saldo final	**12 738**	**16 870**

A contribuição normal prevista para o ano de 2024 é de 137 milhares de euros. Este valor corresponde a um custo de 4,58% do valor previsto dos salários pensionáveis para 2024, e não considera a dedução da contribuição dos colaboradores admitidos no setor após 1 de janeiro de 1995 (contribuição global de 5% sobre a sua retribuição mínima mensal).

No entanto, como o fundo de pensões se encontra integralmente financiado a 31 de dezembro de 2023, não se prevê a necessidade do Associado realizar contribuições durante o ano de 2024.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Responsabilidades	(40 050)	(32 916)	(50 066)	(52 754)	(84 043)
Saldo dos fundos	52 788	49 786	56 260	53 072	78 792
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**12 738**	**16 870**	**6 194**	**318**	**(5 251)**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	1 809	2 304	(142)	(1 352)	(2 088)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	(1 848)	6 122	(2 518)	(1 733)	(5 796)

Prémios de carreira

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de carreira são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Responsabilidades iniciais	**574**	**595**
Custo do exercício (Ver Nota 14)	56	(21)
Responsabilidades finais (ver Nota 33)	**630**	**574**

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são idênticos aos apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 33).

NOTA 16 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Comunicações e expedição	2 922	3 281
Rendas e alugueres	629	506
Deslocações e representação	661	459
Conservação e reparação	717	784
Seguros	149	150
Publicidade e publicações	48	100
Judiciais e contencioso	148	269
Serviços especializados		
Informática	3 882	3 333
Mão de obra eventual	16	10
Trabalho independente	590	898
Outros serviços especializados	3 103	3 620
Outros custos	1 754	1 986
	14 619	**15 396**

Na rubrica Rendas e alugueres são apresentados os custos referentes aos contractos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contractos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor, conforme descrito na política contabilística 2.10.

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

O detalhe das remunerações atribuídas a auditores PwC e à sua rede, segundo a natureza e a sociedade pela qual os serviços foram prestados, durante o exercício de 2023 é o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2023
PwC SROC	**444**
Auditoria	240
Outros serviços de garantia de fiabilidade	195
Outros serviços que não de garantia de fiabilidade	9
Empresas da rede PwC [(1)]	**357**
Auditoria	339
Outros serviços que não de garantia de fiabilidade	18
Valor total dos serviços acordados	**801**

(1) De acordo com a definição de "rede" estabelecida pela Comissão Europeia na sua Recomendação nº C(2002) 1873, de 16 de maio de 2002

Os honorários acordados para o exercício de 2022 com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022
Revisão legal das contas anuais (Haitong Bank)	492
Revisão legal das contas anuais (subsidiárias)	160
Outros serviços de garantia de fiabilidade	74
Consultoria fiscal	-
Outros serviços que não revisão legal das contas	71
Valor total dos serviços acordados	**797**

Os valores apresentados não consideram o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Os honorários relativos à auditoria às demonstrações financeiras correspondem aos acordados para o exercício de 2023 e 2022. Os honorários apresentados para os restantes serviços respeitam a valores acordados durante o exercício de 2023 e 2022.

NOTA 17 - RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados básicos por ação são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco [1]	17 262	11 107
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	**172 708**	**169 435**
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	**0,10**	**0,07**

(1) Corresponde ao resultado líquido do exercício ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

NOTA 18 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	5	7
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1	30
Outros bancos centrais	3 013	2 978
	3 015	**3 008**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	1 464	4 255
	1 464	**4 255**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	14 546	19 497
	14 546	**19 497**
	19 029	**26 767**
Perdas por imparidade (Nota 31)	(1 865)	(939)
	17 164	**25 828**

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de caráter obrigatório, que tem por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2023 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0% (31 de dezembro de 2022: 2,50%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2023 foi incluído no período de manutenção de 20 de dezembro de 2023 a 30 de janeiro de 2024, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 1 801 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1 818 milhares de euros).

NOTA 19 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO – TÍTULOS

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos de negociação		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	802 024	711 470
De outros emissores	46 435	34 098
Ações	21	35
	848 480	**745 603**
Passivos de negociação		
Vendas a descoberto	846	97
	846	**97**
	849 326	**745 700**

A 31 de dezembro de 2023, a rubrica de ativos financeiros detidos para negociação, inclui 594 596 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 493 143 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 36).

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	4 876	5 124
De 3 meses a um ano	15 087	5 980
De um a cinco anos	278 909	58 441
Mais de cinco anos	549 587	676 023
Duração indeterminada	21	35
	848 480	**745 603**

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.4.1, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica dos ativos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 470	798 554	802 024	968	710 502	711 470
De outros emissores	38 014	8 421	46 435	30 829	3 269	34 098
Ações	21	-	21	35	-	35
Total valor de balanço	**41 505**	**806 975**	**848 480**	**31 832**	**713 771**	**745 603**

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Adicionalmente, o Banco efetua Backtesting a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço, sendo apresentado o seu justo valor na Nota 36. Quando os mesmos são vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda. Estes passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização do Banco.

NOTA 20 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Instrumentos financeiros derivados (ativos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	1 336	7 559
Contratos sobre taxas de juro	30 399	41 161
Outros contratos	-	218
	31 735	**48 938**
Instrumentos financeiros derivados (passivos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	3 143	7 405
Contratos sobre taxas de juro	21 889	31 836
Outros contratos	-	218
	25 032	**39 459**
	6 703	**9 479**

Os derivados de negociação a 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		647	2 218		4 168	4 455
- compras	178 828			105 236		
- vendas	178 839			105 244		
Currency Swaps		39	275		1 100	557
- compras	95 818			142 988		
- vendas	96 036			142 544		
Currency Futures		-	-		-	-
- compras	44 227			43 618		
- vendas	196 680			67 988		
Currency Interest Rate Swaps		-	-		1 178	1 222
- compras	-			2 288		
- vendas	-			2 440		
Currency Options		650	650		1 113	1 171
- compras	151 614			217 951		
- vendas	169 143			232 552		
	1 111 185	**1 336**	**3 143**	**1 062 849**	**7 559**	**7 405**
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps		30 206	21 696		40 657	31 333
- compras	663 543			897 504		
- vendas	663 543			897 504		
Interest Rate Caps & Floors		193	193		504	503
- compras	20 365			32 197		
- vendas	20 365			32 197		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	278 343			99 012		
- vendas	94 611			323 132		
	1 740 770	**30 399**	**21 889**	**2 281 546**	**41 161**	**31 836**
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps		-	-		218	218
- compras	-			3 256		
- vendas	-			3 256		
Equity / Index Options		-	-		-	-
- compras	5 403			5 764		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- vendas	3 680			3 255		
	9 083	**-**	**-**	**15 531**	**218**	**218**
Total	**2 861 038**	**31 735**	**25 032**	**3 359 926**	**48 938**	**39 459**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
	Venda	Compra		Venda	Compra	
Até 3 meses	511 124	380 709	(1 489)	520 950	436 035	(172)
De 3 meses a um ano	265 409	301 938	(408)	178 374	188 445	(59)
De um a cinco anos	479 130	588 478	8 608	729 202	720 858	9 888
Mais de cinco anos	167 235	167 015	(8)	381 586	204 476	(178)
	1 422 898	**1 438 140**	**6 703**	**1 810 112**	**1 549 814**	**9 479**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos derivados ativos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre o Grupo e diversas instituições financeiras (contratos ao abrigo de ISDA com CSA). Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados a rubrica de "Outros ativos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação" (Nota 27) e "Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação" (Nota 33). O justo valor associado aos futuros, encontra-se refletido na rubrica de Outros Ativos (Nota 27).

NOTA 21 – DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2023 é analisada como segue:

(milhares de euros)

			31.12.2023						
			Instrumento de cobertura			Instrumento coberto			
Risco coberto	Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	Nominal	Ativo [1]	Variação de justo valor	Ativo [1]	Ajustamentos de cobertura de justo valor	Variação de justo valor	Resultados de Contabilidade de cobertura
Taxa de Juro	Futuros	Instrumentos de dívida	19 900	-	248	29 663	690	(248)	-

(1) Valor de balanço excluindo os ajustamentos de cobertura de justo valor e Imparidade

As variações de justo valor associadas aos ativos acima descritos e os respetivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do período na rubrica de Resultados de Contabilidade de cobertura (Nota 10). No que respeita ao justo valor dos futuros, este encontra-se refletido na rubrica de Outros Ativos (Nota 27).

A 31 de dezembro de 2022 não era realizada cobertura do risco de taxa de juro.

NOTA 22 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		
Acções	4 472	12 647
Outros títulos de rendimento variável	8 992	3 871
	13 464	**16 518**
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	43 540	92 975
De outros emissores	183 044	202 518
	226 584	**295 493**
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	464 332	444 153
De outros emissores	354 390	277 366
	818 722	**721 519**
	1 058 770	**1 033 530**

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Grupo avalia regularmente se existe evidência de imparidade nas suas carteiras de títulos, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo [1]	Reserva de justo valor [2]		Cobertura de JV (Nota 21)	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	45 040	166	(1 566)	-	(100)	43 540
De outros emissores	191 671	1 196	(7 157)	217	(2 883)	183 044
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**236 711**	**1 362**	**(8 723)**	**217**	**(2 983)**	**226 584**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	96 921	140	(3 626)	-	(460)	92 975
De outros emissores	215 316	500	(12 469)	-	(829)	202 518
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**312 237**	**640**	**(16 095)**	**-**	**(1 289)**	**295 493**

(1) Custo amortizado incluindo juro corrido

(2) Inclui todas as componentes de reserva de reavaliação, incluindo ajustamentos de cobertura e imparidade

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo [1]	Cobertura de JV (Nota 21)	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	464 713	-	(381)	464 332
De outros emissores	356 607	473	(2 690)	354 390
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**821 320**	**473**	**(3 071)**	**818 722**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	444 577	-	(424)	444 153
De outros emissores	278 604	-	(1 238)	277 366
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**723 181**	**-**	**(1 662)**	**721 519**

(1) Custo amortizado incluindo juro corrido

A 31 de dezembro de 2023, a rubrica de ativos financeiros inclui 721 227 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 661 988 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Banco, a que corresponde um justo valor de 710 210 milhares de euros.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	131 327	24 820
De 3 meses a um ano	91 106	140 901
De um a cinco anos	713 953	768 302
Mais de cinco anos	108 920	82 989
Duração indeterminada	13 464	16 518
	1 058 770	**1 033 530**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, as carteiras de investimento em títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Cotados [1]	Não cotados	Total	Cotados [1]	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	422 220	85 652	507 872	436 787	100 341	537 128
De outros emissores	347 237	190 197	537 434	318 323	161 561	479 884
Ações	18	4 454	4 472	5	12 642	12 647
Outros títulos de rendimento variável	-	8 992	8 992	-	3 871	3 871
Total valor de balanço	**769 475**	**289 295**	**1 058 770**	**755 115**	**278 415**	**1 033 530**

(1) Inclui Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral e Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados valorizados ao justo valor (Nível 1) ver Nota 38.

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Adicionalmente, o Banco efetua *Backtesting* a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 39.

Títulos abatidos ao ativo

O movimento dos exercícios de 2023 e 2022 do valor dos títulos abatidos ao ativo é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	**21 037**	**22 672**
Diminuições:		
Recuperação de capital e juros abatidos ao ativo (Nota 13)	(8 868)	(1 635)
Saldo no fim do exercício	**12 169**	**21 037**

O Grupo reconhece um título abatido ao ativo quando não tem expectativas de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Os títulos abatidos ao ativo são registados em contas extrapatrimoniais (ver nota 36), e as recuperações em outros resultados operacionais (ver nota 13).

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os títulos abatidos ao ativo correspondem a instrumentos de dívida.

NOTA 23 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	560 561	436 666
	560 561	**436 666**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	6 458	5 949
Operações com acordo de revenda	3 228	19 180
Aplicações de muito curto prazo	8 968	28 543
Outras aplicações	4 088	-
	22 742	**53 672**
	583 303	**490 338**
Perdas por imparidade (Nota 31)	(15)	(20)
	583 288	**490 318**

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses (Equivalentes de caixa)	551 785	462 710
Até 3 meses (Outros)	3 228	19 179
De 3 meses a um ano	28 290	8 449
	583 303	**490 338**

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 39.

Aplicações em instituições de crédito abatidas ao ativo

O movimento dos exercícios de 2023 e 2022 do valor das aplicações em instituições de crédito abatidas ao ativo é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	**15 077**	**15 077**
Saldo no fim do exercício	**15 077**	**15 077**

A totalidade do saldo da rubrica respeita a uma aplicação abatida ao ativo e para a qual não existiram movimentações em 2023 e 2022.

O Grupo reconhece uma aplicação em instituições de crédito abatida ao ativo quando não tem expectativas de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. As aplicações em instituições de crédito abatidas ao ativo são registadas em contas extrapatrimoniais (ver nota 36), e as recuperações em outros resultados operacionais (ver nota 13).

NOTA 24 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Ao justo valor através de resultados		
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	24	22
	24	**22**
Reavaliação de créditos ao justo valor	-	(2)
	24	**20**
Ao custo amortizado		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	168 028	214 245
A particulares		
Habitação	-	2
	168 028	**214 247**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	525 480	568 880
	525 480	**568 880**
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	2 793	2 448
	2 793	**2 448**
	696 301	**785 575**
Perdas por imparidade (Nota 31)	(7 642)	(13 790)
	688 659	**771 785**
	688 683	**771 805**

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	1 603	2 130
De 3 meses a um ano	19 880	24 258
De um a cinco anos	542 661	496 796
Mais de cinco anos	129 364	259 943
Duração indeterminada[1]	2 817	2 470
	696 325	**785 597**

(1) Corresponde a capital e juros vencidos.

Crédito abatido ao ativo

O movimento dos exercícios de 2023 e 2022 do valor dos créditos abatidos ao ativo é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	**84 038**	**82 706**
Aumentos:		
Créditos abatidos ao ativo	3 139	-
Diminuições:		
Recuperação de capital e juros abatidos ao ativo (Nota 13)	(2 831)	(579)
Remissão de créditos abatidos ao ativo	(49 102)	-
Efeito cambial	1 195	1 911
Saldo no fim do exercício	**36 440**	**84 038**

O Grupo reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Os créditos abatidos ao ativo são registados em contas extrapatrimoniais (ver nota 36) e as recuperações em outros resultados operacionais (ver nota 13).

NOTA 25 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Imóveis		
De serviço próprio	1	1
Beneficiações em edifícios arrendados	8 744	8 299
	8 745	**8 300**
Equipamento		
Equipamento informático	10 507	11 884
Instalações interiores	1 487	2 025
Mobiliário e material	2 205	3 020
Máquinas e ferramentas	866	1 094
Material de transporte	336	327
Equipamento de segurança	151	272
Outros	246	299
	15 798	**18 921**
	24 543	**27 221**
Direito de uso		
Edifícios	22 333	21 396
Viaturas	277	353
Equipamento informático	102	84
	22 712	**21 833**
	47 255	**49 054**
Depreciação acumulada	(35 372)	(34 376)
	11 883	**14 678**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

			Direito de Uso				
	Imóveis	Equipamento	Imóveis	Equipamento Informático	Viaturas	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição							
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**7 436**	**17 823**	**13 780**	**112**	**576**	**1 697**	**41 424**
Adições	-	713	-	-	-	192	905
Abates / vendas	-	(702)	-	-	-	-	(702)
Transferências	929	967	-	-	-	(1 889)	7
Variação cambial e outros movimentos	(65)	120	7 616	(28)	(223)	-	7 420
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**8 300**	**18 921**	**21 396**	**84**	**353**	**-**	**49 054**
Adições	46	457	372	-	-	-	875
Abates / vendas	(41)	(3 124)	-	-	-	-	(3 165)
Transferências	337	(524)	-	-	-	-	(187)
Variação cambial e outros movimentos	103	68	565	18	(76)	-	678
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**8 745**	**15 798**	**22 333**	**102**	**277**	**-**	**47 255**
Depreciações							
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**6 381**	**16 931**	**7 835**	**30**	**272**	**-**	**31 449**
Depreciações do exercício	525	727	3 258	27	117	-	4 654
Abates / vendas	-	(701)	-	-	-	-	(701)
Variação cambial e outros movimentos	82	73	(973)	(17)	(191)	-	(1 026)
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**6 988**	**17 030**	**10 120**	**40**	**198**	**-**	**34 376**
Depreciações do exercício	341	721	2 993	24	68	-	4 147
Abates / vendas	(14)	(3 113)	-	-	-	-	(3 127)
Transferências	342	(529)	-	-	-	-	(187)
Variação cambial e outros movimentos	100	46	124	10	(117)	-	163
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**7 757**	**14 155**	**13 237**	**74**	**149**	**-**	**35 372**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2023	**988**	**1 643**	**9 096**	**28**	**128**	**-**	**11 883**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2022	**1 312**	**1 891**	**11 276**	**44**	**155**	**-**	**14 678**

NOTA 26 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	23 559	35 806
Outras	173	1 009
	23 732	**36 815**
Imobilizações em curso	756	507
	24 488	**37 322**
Amortização acumulada	(22 674)	(34 656)
	(22 674)	**(34 656)**
	1 814	**2 666**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**34 121**	**998**	**1 394**	**36 513**
Adições:				
Adquiridas a terceiros	286	-	395	681
Abates / vendas	(54)	-	-	(54)
Transferências	1 279	-	(1 287)	(8)
Variação cambial	174	11	5	190
Saldo a 31 de Dezembro 2022	**35 806**	**1 009**	**507**	**37 322**
Adições:				
Adquiridas a terceiros	30	-	601	631
Abates / vendas	(12 897)	(841)	(8)	(13 746)
Transferências	535	-	(348)	187
Variação cambial	85	5	4	94
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**23 559**	**173**	**756**	**24 488**
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**31 961**	**934**	**-**	**32 895**
Amortizações do exercício	1 695	11	-	1 706
Abates / vendas	(53)	-	-	(53)
Variação cambial e outros movimentos	106	2	-	108
Saldo a 31 de Dezembro 2022	**33 709**	**947**	**-**	**34 656**
Amortizações do exercício	1 484	12	-	1 496
Abates / vendas	(12 892)	(841)	-	(13 733)
Transferências	187	-	-	187
Variação cambial e outros movimentos	66	2	-	68
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**22 554**	**120**	**-**	**22 674**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2023	**1 005**	**53**	**756**	**1 814**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2022	**2 097**	**62**	**507**	**2 666**

Em 2023 foi realizada uma revisão dos ativos intangíveis em utilização, o que levou ao abate de 12 897 milhares de euros do custo de aquisição e à ao abate de depreciações de 12 892 milhares de euros.

NOTA 27 - OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 20)	18 662	29 095
Sector público administrativo	65 608	57 336
Devedores por operações sobre Futuros	2 941	3 159
Outros devedores diversos	10 077	15 673
Valores de créditos e derivados a receber	9 891	17 286
	107 179	**122 549**
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 31)	(12 479)	(12 441)
	94 700	**110 108**
Outros ativos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística		
e outras disponibilidades	4 949	780
Outros ativos	5 470	5 389
	10 419	**6 169**
Proveitos a receber	**-**	**(1)**
Despesas com custo diferido	**7 347**	**7 190**
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	231	5
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	2 709
Outras operações a regularizar	3 747	7 264
	3 978	**9 978**
Pensões de reforma (Nota 15)	12 738	16 870
	129 182	**150 314**

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica do Setor público administrativo inclui (i) um depósito judicial no Brasil de 26 745 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 23 459 milhares de euros) relativos a um processo PIS/COFINS, até 2014; (ii) e 13 126 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 10 505 milhares de euros) relativos a processos fiscais no Brasil em curso desde 2015 (Nota 36). Esta rubrica inclui também o valor de depósito-caução efetuado à Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao abrigo do crédito tributário (confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira) inerente ao REAID no valor de 6 147 milhares de euros.

Relativamente ao depósito-caução ao abrigo do REAID o nº 8 do artº 6º da Portaria 2016 (na redação resultante da Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro) estabelece que "No prazo máximo de três meses a contar da confirmação da conversão de ativos por impostos diferidos em crédito tributário prevista na Portaria n.º 259/2016, de 4 de outubro, o sujeito passivo constitui um depósito a favor do Estado, em entidade a indicar pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, no montante correspondente ao preço de exercício do direito potestativo de aquisição da totalidade dos direitos de conversão, o qual é reduzido, na respetiva proporção, sempre que haja entrega ao Estado do preço relativo aos direitos potestativos de aquisição exercidos ou exercício pelo Estado dos direitos de conversão."

A rubrica - Outros devedores diversos inclui maioritariamente comissões a receber de clientes pela prestação de serviços pelo Banco.

A rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, evidencia o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respetiva liquidação financeira.

NOTA 28 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Recursos de bancos centrais		
Banco de Portugal	11 397	298 418
	11 397	**298 418**
Recursos de outras instituições de crédito		
No país		
Outros recursos	45 565	25 179
	45 565	**25 179**
No estrangeiro		
Operações com acordo de recompra	607 919	618 521
Outros recursos	252 040	411 933
	859 959	**1 030 454**
	916 921	**1 354 051**

A 31 de dezembro de 2023, encontra-se viva uma operação de TLTRO III com um valor nominal de 11 060 milhares de euros (31 de dezembro 2022 correspondia a um valor nominal de 99 660 milhares de euros em operação de TLTRO e de 200 000 milhares de euros em operação de PELTRO).

A rubrica Operações com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado monetário sendo um instrumento para gestão de tesouraria do Banco. Os Outros recursos correspondem a aplicações de médio e longo prazo realizadas por outras instituições de crédito.

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	540 128	894 125
De 3 meses a um ano	61 915	36 959
De um a cinco anos	312 814	391 719
Mais de cinco anos	2 064	31 248
	916 921	**1 354 051**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação com os movimentos na demonstração de fluxos de caixa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**1 354 051**	**759 397**
Fluxos de caixa	(439 124)	594 272
Outras alterações	1 994	382
Saldo final	**916 921**	**1 354 051**

As taxas médias de juro verificadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 29 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	36 192	55 247
	36 192	**55 247**
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	782 198	667 763
	782 198	**667 763**
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	354 535	22 623
Outros Depósitos	1 296	1 500
Outros	-	7
	355 831	**24 130**
	1 174 221	**747 140**

A rubrica Operações de venda com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado com contrapartes não financeiras.

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Exigível à vista	36 192	55 247
Exigível a prazo		
Até 3 meses	269 223	198 860
De 3 meses a um ano	311 784	307 296
De um a cinco anos	201 191	161 607
	782 198	667 763
Outros recursos		
Até 3 meses	302 947	24 130
De 3 meses a um ano	17 522	-
De um a cinco anos	35 362	-
	355 831	24 130
	1 174 221	**747 140**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação com os movimentos na demonstração de fluxos de caixa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**747 140**	**1 164 000**
Fluxos de caixa	440 663	(417 242)
Outras alterações	(13 582)	382
Saldo final	**1 174 221**	**747 140**

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 39.

NOTA 30 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Responsabilidades representados por títulos		
Outras Obrigações	635 642	542 037
	635 642	**542 037**

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 38.

Durante 2023 o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 77 035 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 519 422 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 11 658 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 4 135 milhares de euros).

As características essenciais destes recursos emitidos decompõem-se como segue:

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - IPCA BRINTLAG0001	BRL	2022	2 084	2024	IPCA 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - IPCA BRINTLAG0019	BRL	2022	34	2024	IPCA 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0027	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0035	BRL	2022	109	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0043	BRL	2022	55	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0050	BRL	2022	29	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0068	BRL	2022	7	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0076	BRL	2022	20	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0084	BRL	2022	67	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0092	BRL	2022	79	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00A3	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00B1	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00C9	BRL	2022	30	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00D7	BRL	2022	66	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00E5	BRL	2022	32	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00F2	BRL	2022	32	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00G0	BRL	2022	26	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00H8	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00I6	BRL	2022	7	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00J4	BRL	2022	9	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00K2	BRL	2022	73	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00L0	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00M8	BRL	2022	142	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00N6	BRL	2022	113	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00O4	BRL	2022	7	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00P1	BRL	2022	41	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00Q9	BRL	2022	13	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00R7	BRL	2022	58	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00S5	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00T3	BRL	2022	28	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00U1	BRL	2022	32	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00V9	BRL	2022	37	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG00W7	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00X5	BRL	2022	41	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00Y3	BRL	2022	44	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG00Z0	BRL	2022	17	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0100	BRL	2022	37	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0118	BRL	2022	44	2024	PRÉ 100%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0126	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0134	BRL	2022	25	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0142	BRL	2022	18	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0159	BRL	2022	33	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0167	BRL	2022	17	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0175	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0183	BRL	2022	7	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0191	BRL	2022	11	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01A1	BRL	2022	96	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01B9	BRL	2022	38	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01C7	BRL	2022	55	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01D5	BRL	2022	9	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01E3	BRL	2022	1	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01F0	BRL	2022	18	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01G8	BRL	2022	8	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01H6	BRL	2022	67	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01I4	BRL	2022	4	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01J2	BRL	2022	7	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01K0	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01L8	BRL	2022	50	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01M6	BRL	2022	2	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01N4	BRL	2022	11	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01O2	BRL	2022	21	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01P9	BRL	2022	13	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01Q7	BRL	2022	59	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01R5	BRL	2022	44	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01S3	BRL	2022	179	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01T1	BRL	2022	15	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01U9	BRL	2022	21	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01V7	BRL	2022	-	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG01W5	BRL	2022	49	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01X3	BRL	2022	2	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01Y1	BRL	2022	5	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG01Z8	BRL	2022	33	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0209	BRL	2022	12	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0217	BRL	2022	4	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0225	BRL	2022	41	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0233	BRL	2022	2	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0241	BRL	2022	43	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0258	BRL	2022	119	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0266	BRL	2022	4	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0274	BRL	2022	21	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0282	BRL	2022	37	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0290	BRL	2022	12	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02A9	BRL	2022	12	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02B7	BRL	2022	71	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02C5	BRL	2022	2	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02D3	BRL	2022	24	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02E1	BRL	2022	27	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02F8	BRL	2022	60	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02G6	BRL	2022	78	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02H4	BRL	2022	2	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02I2	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02J0	BRL	2022	7	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02K8	BRL	2022	2	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02L6	BRL	2022	1	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02M4	BRL	2022	44	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02N2	BRL	2022	42	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02O0	BRL	2022	20	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02P7	BRL	2022	2	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02Q5	BRL	2022	4	2024	CDI 97,5%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02R3	BRL	2022	34	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02S1	BRL	2022	33	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02T9	BRL	2022	130	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02U7	BRL	2022	26	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02V5	BRL	2022	49	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02W3	BRL	2022	15	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02X1	BRL	2022	19	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG02Y9	BRL	2022	4	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG02Z6	BRL	2022	14	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0308	BRL	2022	41	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0316	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0324	BRL	2022	3	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0332	BRL	2022	9	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0340	BRL	2022	102	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0357	BRL	2022	38	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0365	BRL	2022	26	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0373	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0381	BRL	2022	54	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0399	BRL	2022	8	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03A7	BRL	2022	14	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03B5	BRL	2022	36	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03C3	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03D1	BRL	2022	137	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03E9	BRL	2022	91	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03F6	BRL	2022	14	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03G4	BRL	2022	2	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03H2	BRL	2022	53	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03I0	BRL	2022	15	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03J8	BRL	2022	47	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03K6	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03L4	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03M2	BRL	2022	11	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03N0	BRL	2022	13	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03O8	BRL	2022	11	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03P5	BRL	2022	39	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03Q3	BRL	2022	3	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03R1	BRL	2022	42	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03S9	BRL	2022	43	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03T7	BRL	2022	10	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03U5	BRL	2022	30	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03V3	BRL	2022	4	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03W1	BRL	2022	6	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03X9	BRL	2022	36	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG03Y7	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG03Z4	BRL	2022	128	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0407	BRL	2022	10	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0415	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0423	BRL	2022	12	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0431	BRL	2022	68	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0449	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0456	BRL	2022	4	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0464	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0472	BRL	2022	64	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0480	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0498	BRL	2022	17	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04A5	BRL	2022	5	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04B3	BRL	2022	100	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04C1	BRL	2022	16	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04D9	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04E7	BRL	2022	37	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04F4	BRL	2022	28	2024	CDI 95%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04G2	BRL	2022	5	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04H0	BRL	2022	51	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04I8	BRL	2022	43	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04J6	BRL	2022	2	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04K4	BRL	2022	49	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04L2	BRL	2022	12	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04M0	BRL	2022	117	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04N8	BRL	2022	40	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04O6	BRL	2022	7	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04P3	BRL	2022	462	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04Q1	BRL	2022	127	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04R9	BRL	2022	74	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04S7	BRL	2022	11	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04T5	BRL	2022	117	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04U3	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04V1	BRL	2022	2	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG04W9	BRL	2022	20	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04X7	BRL	2022	6	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04Y5	BRL	2022	10	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG04Z2	BRL	2022	6	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0506	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0514	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0522	BRL	2022	19	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0530	BRL	2022	50	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0548	BRL	2022	43	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0555	BRL	2022	277	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0563	BRL	2022	11	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0571	BRL	2022	43	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0589	BRL	2022	4	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0597	BRL	2022	35	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05A2	BRL	2022	116	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05B0	BRL	2022	163	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05C8	BRL	2022	5	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05D6	BRL	2022	167	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05E4	BRL	2022	134	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05F1	BRL	2022	3	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05G9	BRL	2022	12	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05H7	BRL	2022	514	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05I5	BRL	2022	151	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05J3	BRL	2022	87	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05K1	BRL	2022	44	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05L9	BRL	2022	68	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05M7	BRL	2022	30	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05N5	BRL	2022	55	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05O3	BRL	2022	116	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05P0	BRL	2022	132	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05Q8	BRL	2022	111	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05R6	BRL	2022	140	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05S4	BRL	2022	56	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05T2	BRL	2022	18	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05U0	BRL	2022	47	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05V8	BRL	2022	42	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05W6	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05X4	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG05Y2	BRL	2022	36	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG05Z9	BRL	2022	16	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0605	BRL	2022	7	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0613	BRL	2022	3	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0621	BRL	2022	43	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0639	BRL	2022	375	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0647	BRL	2022	49	2024	PRÉ 100%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0654	BRL	2022	27	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0662	BRL	2022	77	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0670	BRL	2022	85	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0688	BRL	2022	18	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0696	BRL	2022	54	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06A0	BRL	2022	495	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06B8	BRL	2022	11	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06C6	BRL	2022	56	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06D4	BRL	2022	4	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06E2	BRL	2022	251	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06F9	BRL	2022	71	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06G7	BRL	2022	13	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06H5	BRL	2022	3	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06I3	BRL	2022	43	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06J1	BRL	2022	91	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06K9	BRL	2022	43	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06L7	BRL	2022	23	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06M5	BRL	2022	63	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06N3	BRL	2022	5	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06O1	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06P8	BRL	2022	21	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06Q6	BRL	2022	25	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06R4	BRL	2022	484	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06S2	BRL	2022	45	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06T0	BRL	2022	23	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06U8	BRL	2022	8	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06V6	BRL	2022	89	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06W4	BRL	2022	22	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG06X2	BRL	2022	28	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06Y0	BRL	2022	58	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG06Z7	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0704	BRL	2022	12	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0712	BRL	2022	3	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0720	BRL	2022	76	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0738	BRL	2022	920	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0746	BRL	2022	208	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0753	BRL	2022	28	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0761	BRL	2022	21	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0779	BRL	2022	5	2024	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0787	BRL	2022	14	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG0795	BRL	2022	15	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07A8	BRL	2022	42	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07B6	BRL	2022	74	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07C4	BRL	2022	131	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07D2	BRL	2022	40	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07E0	BRL	2022	210	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07F7	BRL	2022	109	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07G5	BRL	2022	20	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07H3	BRL	2022	205	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07I1	BRL	2022	38	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07J9	BRL	2022	13	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07K7	BRL	2022	73	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07L5	BRL	2022	43	2024	CDI 97,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07M3	BRL	2022	54	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07N1	BRL	2022	6	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07O9	BRL	2022	35	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07P6	BRL	2022	33	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07Q4	BRL	2022	6	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07R2	BRL	2022	343	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07S0	BRL	2022	2	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLAG07T8	BRL	2022	51	2024	PRÉ 100%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07U6	BRL	2022	182	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07V4	BRL	2022	2	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07W2	BRL	2022	209	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07X0	BRL	2022	11	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07Y8	BRL	2022	205	2024	CDI 98%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG07Z5	BRL	2023	153	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0803	BRL	2023	53	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0811	BRL	2023	7	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0829	BRL	2023	23	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0837	BRL	2023	107	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0845	BRL	2023	375	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0852	BRL	2023	4	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0860	BRL	2023	37	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0878	BRL	2023	19	2025	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0886	BRL	2023	16	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG0894	BRL	2023	2	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08A6	BRL	2023	40	2025	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08B4	BRL	2023	2	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08C2	BRL	2023	40	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08D0	BRL	2023	35	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08E8	BRL	2023	18	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08F5	BRL	2023	26	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08G3	BRL	2023	39	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08H1	BRL	2023	12	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08I9	BRL	2023	45	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08J7	BRL	2023	44	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08K5	BRL	2023	10	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08L3	BRL	2023	9	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08M1	BRL	2023	21	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08N9	BRL	2023	224	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08O7	BRL	2023	76	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08P4	BRL	2023	2	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08Q2	BRL	2023	51	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08R0	BRL	2023	45	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08S8	BRL	2023	50	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08T6	BRL	2023	3	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08U4	BRL	2023	130	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08V2	BRL	2023	50	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLAG08W0	BRL	2023	8	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG08X8	BRL	2023	2	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG08Y6	BRL	2023	10	2024	CDI 94,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG08Z3	BRL	2023	386	2024	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0902	BRL	2023	60	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0910	BRL	2023	223	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0928	BRL	2023	124	2024	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0936	BRL	2023	93	2024	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0944	BRL	2023	173	2024	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0951	BRL	2023	739	2024	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0969	BRL	2023	329	2024	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0977	BRL	2023	18	2024	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0985	BRL	2023	11	2024	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0993	BRL	2023	71	2024	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09A4	BRL	2023	19	2024	CDI 90%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09B2	BRL	2023	52	2024	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09C0	BRL	2023	40	2024	CDI 92%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09D8	BRL	2023	57	2024	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09E6	BRL	2023	292	2024	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09F3	BRL	2023	26	2024	CDI 92,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09G1	BRL	2023	21	2024	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09H9	BRL	2023	112	2024	CDI 91%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09I7	BRL	2023	50	2024	CDI 92%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG09J5	BRL	2023	429	2024	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AI2	BRL	2023	43	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AJ0	BRL	2023	5	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AK8	BRL	2023	80	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AL6	BRL	2023	2	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AM4	BRL	2023	132	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AN2	BRL	2023	29	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AO0	BRL	2023	41	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AP7	BRL	2023	90	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AQ5	BRL	2023	36	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AR3	BRL	2023	20	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AT9	BRL	2023	11	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AU7	BRL	2023	44	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AV5	BRL	2023	40	2025	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AW3	BRL	2023	74	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AX1	BRL	2023	6	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AY9	BRL	2023	12	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0AZ6	BRL	2023	51	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B01	BRL	2023	142	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B19	BRL	2023	132	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B27	BRL	2023	32	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B35	BRL	2023	7	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B43	BRL	2023	24	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B50	BRL	2023	16	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B68	BRL	2023	51	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B76	BRL	2023	68	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B84	BRL	2023	20	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0B92	BRL	2023	40	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BA7	BRL	2023	76	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BB5	BRL	2023	54	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BC3	BRL	2023	2	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BD1	BRL	2023	44	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BE9	BRL	2023	2	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BF6	BRL	2023	30	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BG4	BRL	2023	60	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BH2	BRL	2023	17	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BI0	BRL	2023	38	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BJ8	BRL	2023	2	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BK6	BRL	2023	42	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BL4	BRL	2023	63	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BM2	BRL	2023	40	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BN0	BRL	2023	72	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BO8	BRL	2023	25	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BP5	BRL	2023	20	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BQ3	BRL	2023	14	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BR1	BRL	2023	20	2025	CDI 94,5%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BS9	BRL	2023	192	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BT7	BRL	2023	155	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BU5	BRL	2023	2	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BV3	BRL	2023	20	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BW1	BRL	2023	11	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BX9	BRL	2023	43	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BY7	BRL	2023	293	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0BZ4	BRL	2023	10	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C00	BRL	2023	17	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C18	BRL	2023	10	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C26	BRL	2023	111	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C34	BRL	2023	10	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C42	BRL	2023	269	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C59	BRL	2023	44	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C67	BRL	2023	4	2025	CDI 94%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C75	BRL	2023	19	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C83	BRL	2023	50	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0C91	BRL	2023	213	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CA5	BRL	2023	21	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CB3	BRL	2023	255	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CC1	BRL	2023	10	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CD9	BRL	2023	3	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CE7	BRL	2023	21	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CF4	BRL	2023	41	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CG2	BRL	2023	4	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CH0	BRL	2023	4	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CI8	BRL	2023	2	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CJ6	BRL	2023	363	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CK4	BRL	2023	7	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CL2	BRL	2023	8	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CM0	BRL	2023	38	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CN8	BRL	2023	12	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CO6	BRL	2023	18	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CP3	BRL	2023	84	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CQ1	BRL	2023	11	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CR9	BRL	2023	439	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CS7	BRL	2023	50	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CT5	BRL	2023	36	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CU3	BRL	2023	7	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CV1	BRL	2023	40	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CW9	BRL	2023	51	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CX7	BRL	2023	439	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CY5	BRL	2023	37	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0CZ2	BRL	2023	78	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D09	BRL	2023	3	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D17	BRL	2023	6	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D25	BRL	2023	291	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D33	BRL	2023	15	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D41	BRL	2023	26	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D58	BRL	2023	44	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D66	BRL	2023	183	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D74	BRL	2023	2	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D82	BRL	2023	3	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0D90	BRL	2023	161	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DA3	BRL	2023	110	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DB1	BRL	2023	14	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DC9	BRL	2023	11	2025	CDI 94%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DE5	BRL	2023	5	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DF2	BRL	2023	280	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DG0	BRL	2023	7	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DH8	BRL	2023	106	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DI6	BRL	2023	169	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DJ4	BRL	2023	17	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DM8	BRL	2023	68	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DQ9	BRL	2023	57	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DR7	BRL	2023	18	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DS5	BRL	2023	105	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DT3	BRL	2023	61	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DU1	BRL	2023	10	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DV9	BRL	2023	13	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLAG0DW7	BRL	2023	40	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLC07652	BRL	2022	35	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLC07660	BRL	2022	138	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 BRINTLC07678	BRL	2022	174	2024	CDI 97%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLC076L3	BRL	2022	24	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLC076N9	BRL	2022	29	2024	PRÉ 100%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LCA PRE RES 4410 LCA NOVA PRE RES 4410 - 2 BRINTLC076O7	BRL	2022	21	2024	PRÉ 100%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLC07V60	BRL	2023	14	2025	CDI 93%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLC07V86	BRL	2023	90	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLC07W51	BRL	2023	66	2025	CDI 96%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLC07W69	BRL	2023	8	2025	CDI 95%
HT_BR	LCA RES 4410 LCA NOVA RES 4410 - DESAGIADO BRINTLC07WC7	BRL	2023	6	2025	CDI 93%
HT_BR	LCI RES 4410 LCI NOVA RES 4410 - DESAGIADA BRINTLLCB0N1	BRL	2023	224	2024	CDI 92%
HT_BR	LCI RES 4410 LCI NOVA RES 4410 - DESAGIADA BRINTLLCB0O9	BRL	2023	196	2024	CDI 92%
HT_BR	LCI RES 4410 LCI NOVA RES 4410 - DESAGIADA BRINTLLCB0P6	BRL	2023	72	2024	CDI 92%
HT_BR	LCI RES 4410 LCI NOVA RES 4410 - DESAGIADA BRINTLLCB0Q4	BRL	2023	9	2024	CDI 92%
HT_BR	LCI RES 4410 LCI NOVA RES 4410 - DESAGIADA BRINTLLCB0R2	BRL	2023	94	2024	CDI 92%
HT_BR	LCI RES 4410 LCI NOVA RES 4410 - DESAGIADA BRINTLLCB0S0	BRL	2023	29	2024	CDI 92%
HT_BR	LCI RES 4410 LCI NOVA RES 4410 - DESAGIADA BRINTLLCB0T8	BRL	2023	37	2024	CDI 92%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI674	BRL	2021	4 951	2024	IPCA 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI682	BRL	2021	1 496	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI690	BRL	2021	2 493	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6A5	BRL	2021	249	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6B3	BRL	2021	374	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6C1	BRL	2021	1 870	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6D9	BRL	2021	623	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6I8	BRL	2021	124	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6K4	BRL	2022	268	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6L2	BRL	2022	488	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6M0	BRL	2022	1 037	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6N8	BRL	2022	549	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6O6	BRL	2022	98	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6P3	BRL	2022	610	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6Q1	BRL	2022	7 058	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6R9	BRL	2022	487	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6T5	BRL	2022	243	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6U3	BRL	2022	244	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6V1	BRL	2022	220	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6W9	BRL	2022	98	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6X7	BRL	2022	488	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6Y5	BRL	2022	147	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI6Z2	BRL	2022	171	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI708	BRL	2022	195	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI716	BRL	2022	244	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI724	BRL	2022	366	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI732	BRL	2022	977	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI740	BRL	2022	562	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI757	BRL	2022	1 221	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI773	BRL	2022	1 465	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI781	BRL	2022	854	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI799	BRL	2022	1 409	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7A3	BRL	2022	4 179	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7B1	BRL	2022	510	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7C9	BRL	2022	5 928	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7D7	BRL	2022	2 017	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7E5	BRL	2022	1 919	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7F2	BRL	2022	1 045	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7G0	BRL	2022	956	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7H8	BRL	2022	1 672	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7I6	BRL	2022	957	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7J4	BRL	2022	954	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7K2	BRL	2022	7 521	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7L0	BRL	2022	2 183	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7M8	BRL	2022	3 725	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7N6	BRL	2022	807	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7O4	BRL	2022	4 618	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7P1	BRL	2022	2 071	2025	CDI 100%

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7Q9	BRL	2022	1 785	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7R7	BRL	2022	3 333	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7S5	BRL	2022	24	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7T3	BRL	2022	71	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7U1	BRL	2022	1 661	2026	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7V9	BRL	2022	591	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7X5	BRL	2022	591	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI7Z0	BRL	2022	5 875	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI807	BRL	2022	3 514	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI815	BRL	2022	936	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI823	BRL	2022	234	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI831	BRL	2022	466	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI849	BRL	2022	409	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI856	BRL	2022	464	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI864	BRL	2022	3 006	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI872	BRL	2022	6 930	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI880	BRL	2022	808	2026	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI898	BRL	2022	29	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8A1	BRL	2022	5 226	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8B9	BRL	2022	36 121	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8C7	BRL	2022	11 694	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8D5	BRL	2022	3 395	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8E3	BRL	2022	4 127	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8F0	BRL	2022	223	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8G8	BRL	2022	555	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8H6	BRL	2022	3 882	2024	CDI 113,5%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8I4	BRL	2022	1 109	2024	CDI 113,5%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8J2	BRL	2022	445	2024	CDI 113,5%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8K0	BRL	2022	112	2024	CDI 113,5%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8L8	BRL	2022	334	2026	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8M6	BRL	2022	1 522	2024	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8N4	BRL	2022	1 719	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8O2	BRL	2023	1 073	2026	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG DESAGIADA BRINTLLFI8P9	BRL	2023	3 517	2025	CDI 111,25%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8Q7	BRL	2023	14 557	2025	CDI 114%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8R5	BRL	2023	1 299	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8S3	BRL	2023	5 989	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8T1	BRL	2023	5 934	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8U9	BRL	2023	3 956	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8V7	BRL	2023	9 780	2025	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8W5	BRL	2023	10 032	2026	CDI 100%
HT_BR	LF NOVA PRE LF HAITONG PRE BRINTLLFI8X3	BRL	2023	2 041	2026	PRÉ 100%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLFI8Y1	BRL	2023	5 662	2025	CDI 100%
HB_PT	HAITIB Float 02/08/25 Corp	EUR	2022	231 331	2025	EURIBOR 3M +1.45%
HB_PT	HAITIB 4 05/29/27 Corp	USD	2022	135 958	2027	4%
Total				**635 642**		

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	31 134	6 737
De 3 meses a um ano	125 433	5 617
De um a cinco anos	479 075	529 683
	635 642	**542 037**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação com os movimentos na demonstração de fluxos de caixa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**542 037**	**26 750**
Fluxos de caixa	65 377	515 287
Outras alterações	28 228	-
Saldo final	**635 642**	**542 037**

NOTA 31 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**18 955**	**984**	**19 939**
Dotações líquidas	(2 857)	697	(2 160)
Utilizações	(1 613)	-	(1 613)
Diferenças de câmbio e outras	2 954	(9)	2 945
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**17 439**	**1 672**	**19 111**
Dotações líquidas	(11 713)	324	(11 389)
Utilizações	(140)	-	(140)
Diferenças de câmbio e outras	2 292	(7)	2 285
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**7 878**	**1 989**	**9 867**

As provisões para garantias e as provisões para outros compromissos correspondem a 1 816 milhares de euros e 173 milhares de euros respetivamente (2022: 931 milhares de euros e 741 milhares de euros).

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a atividade do Grupo. As principais contingências em curso são apresentadas na nota 36.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2023
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 18)	939	997	-	-	(71)	1 865
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 22)	1 289	1 468	(55)	228	53	2 983
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 23)	20	(4)	-	-	-	16
Crédito a clientes (ver Nota 24)	13 790	(3 393)	(3 146)	17	374	7 642
Títulos (ver Nota 22)	1 662	1 505	(106)	-	10	3 071
Outros activos (ver Nota 27)	12 441	48	(25)	-	15	12 479
	30 141	**621**	**(3 332)**	**245**	**381**	**28 056**

(milhares de euros)

	31.12.2021	Dotações / Reversões	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2022
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 18)	1	996	-	(58)	939
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 22)	837	(723)	(43)	1 218	1 289
Activos financeiros pelo custo amortizado					
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 23)	916	(1 008)	-	112	20
Crédito a clientes (ver Nota 24)	11 968	1 260	(38)	600	13 790
Títulos (ver Nota 22)	1 210	431	-	21	1 662
Outros activos (ver Nota 27)	11 306	1 050	-	85	12 441
	26 238	**2 006**	**(81)**	**1 978**	**30 141**

NOTA 32 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente no exercício de 2023 e 2022 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC de 21% acrescida de uma taxa de 1,5% referente à Derrama Municipal de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 milhares euros e inferior a 7 500 milhares euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 milhares euros e inferior a 35 000 milhares euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (quando aplicável).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Assim, para o ano de 2023, o imposto diferido foi apurado à taxa de 26,24%.

Relativamente à atividade em Portugal, foi publicada em 4 de setembro de 2019, a Lei nº 98/2019, que veio alterar o regime fiscal aplicável em matéria de imparidade das instituições de crédito e de outras instituições financeiras. No artigo 4º da referida lei é estabelecido um período de adaptação de 5 anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, nos termos do qual se mantém aplicável o regime vigente à data de entrada da presente lei, salvo se existir comunicação dirigida ao Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da opção pelo regime definitivo. Tendo em conta que para o exercício de 2023 este regime era optativo, o Banco não procedeu à sua adesão até à data. Assim, o Banco considerou, para efeitos de apuramento do lucro tributável e do registo e análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos com referência a 31 de dezembro de 2023, que o valor da imparidade do crédito e de provisões para garantias para efeitos de IRC corresponde ao valor das provisões caso se mantivesse em vigor a remissão para o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95.

Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos ativos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

a) Apuramento de resultado líquido negativo;
b) Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REAID deixou de ser aplicado aos impostos diferidos ativos referentes aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

O crédito tributário reconhecido nas contas com referência a 31 de dezembro de 2023, o qual contempla igualmente os reembolsos já ocorridos por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira e a respetiva reserva especial, podem ser analisados no quadro que se segue:

(milhares de euros)

Ano	Crédito tributário	Reserva especial
2015	5 281	5 809
2016	20 529	22 582
2017	9 060	9 966
2018	233	255
2020	433	476
2021	(15 078)	-
2022	(5 414)	(16 585)
2023	(174)	(5 956)
Total	**14 870**	**16 547**

O crédito tributário e a respetiva reserva especial foram objeto de registo no decurso do exercício seguinte ao do crédito tributário, numa rubrica de ativo por imposto corrente e de outras reservas, respetivamente.

Em 2021, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2015 e 2016, no montante de 15 078 milhares de euros.

Por sua vez, no decurso do exercício de 2022, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2017 e 2018 no montante de 5 414 milhares de euros.

Em 2023, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência ao exercício de 2020 no montante de 174 milhares de euros.

No âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido ao acionista do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro.

No exercício de 2023, o acionista do Banco exerceu o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão atribuídos ao Estado (1.548 milhares de direitos de conversão) ao abrigo do regime especial dos impostos diferidos relativos ao exercício de 2017 e 2018. Deste modo, o valor da reserva especial, em 2023, diminuiu na proporção do n.º de direitos adquiridos pelo acionista ao Estado português (5 956 milhares de euros). Em 2022, o acionista também exerceu o seu direito potestativo ao abrigo do REAID com referência ao exercício de 2015 e 2016 tendo a reserva diminuído, nesse exercício, em 16 585 milhares de euros.

Por sua vez, para o exercício de 2020, caso o acionista não exerça o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, no exercício em que o Estado exerça esses direitos, irá exigir ao Banco o respetivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial e consequente emissão e entrega gratuita de ações ordinárias representativas do capital social do Banco, podendo ser necessário ajustar o valor da reserva inicialmente constituída.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido positivo com referência a 31 de dezembro de 2023, não haverá possibilidade de conversão de qualquer saldo de impostos diferidos abrangidos por este regime em crédito tributário, com referência a este exercício.

Em julho de 2019 e em janeiro de 2020, o Banco foi notificado dos Relatórios de Inspeção Final relativos a 2015 e 2016, respetivamente, ambos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nesses relatórios, alguns procedimentos adotados pelo Banco, nomeadamente no que se refere à aplicação do REAID e à aceitação fiscal de determinados custos, são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Neste sentido, não concordando o Banco com essas correções, em novembro de 2019 foi submetida uma Reclamação Graciosa relativa ao Relatório de Inspeção fiscal de 2015 e, em abril de 2020, uma Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2016. Atualmente para o exercício de 2015 as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de Impugnação Judicial e para o exercício de 2016 em sede de Recurso Hierárquico.

Em janeiro de 2021 o Banco recebeu o Relatório de Inspeção fiscal de 2017 e 2018 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nestes relatórios, à semelhança do que aconteceu nos Relatórios de Inspeção fiscal de 2015 e 2016, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2021, submeteu reclamação graciosa para contestar os Relatórios de Inspeção de 2017 e de 2018. Atualmente as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de recurso hierárquico.

Em maio de 2023 o Banco recebeu o relatório de inspeção fiscal de 2020 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Neste relatório, à semelhança no que aconteceu nos relatórios de inspeção fiscal de 2015 a 2018, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela AT.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2023, submeteu Reclamação graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2020.

Por último, refere-se ainda que, no âmbito da inspeção fiscal aos exercícios de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020 a Autoridade Tributária e Aduaneira efetuou correções ao crédito tributário destes exercícios, reduzindo-o no valor total de 14 870 milhares de euros (do montante total de 35 536 milhares de euros).

A Administração do Banco considera que a análise fiscal adotada respeita a legislação em vigor e, assim sendo, estima que não é provável que a posição da Autoridade Tributária prevaleça. Ainda assim, esta correção caso se verificasse materializar-se-ia no reconhecimento de imposto diferido ativo. Adicionalmente, o Conselho de Administração

acredita que quaisquer outras correções que possam eventualmente materializar-se, relacionadas com os exercícios inspecionados, não terão impacto material quer no capital do Banco quer no resultado do Banco no exercício de 2023, na medida em que afetam essencialmente prejuízos fiscais que ainda não foram utilizados e para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos.

A atividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria coletável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis.

Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Macau	12%

As subsidiárias localizadas no Brasil encontram-se sujeitas a tributação sobre os respetivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor no respetivo país. Nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço nos exercícios de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o rendimento	6 936	7 506	(8 657)	(7 476)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	14 870	15 044	-	-
Imposto corrente ativo/(passivo)	**21 806**	**22 550**	**(8 657)**	**(7 476)**

A variação ocorrida na rubrica de crédito de imposto ao abrigo do Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos diz respeito ao recebimento por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, no decurso do exercício de 2023, do crédito tributário de 2020.

De acordo com a legislação em vigor, o acionista do Haitong Bank poderá exercer o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão até três anos contados a partir da confirmação da conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário pela Autoridade Tributária e Aduaneira, o que, no caso do exercício de 2020, será até maio de 2026.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Instrumentos financeiros derivados	(6 843)	10 554	-	-	(6 843)	10 554
Títulos	2 282	4 556	-	-	2 282	4 556
Crédito a clientes	16 798	23 809	-	-	16 798	23 809
Provisões	(1 865)	3 871	-	-	(1 865)	3 871
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	5 511	5 342	-	-	5 511	5 342
Depreciações (IFRS 16)	1 780	-	-		1 780	-
Outros	7 801	5 324	(5 794)	(5 794)	2 007	(470)
Prejuízos fiscais reportáveis	80 373	56 434	-	-	80 373	56 434
Imposto diferido ativo/(passivo)	**105 837**	**109 890**	**(5 794)**	**(5 794)**	**100 043**	**104 096**
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	**105 837**	**109 890**	**(5 794)**	**(5 794)**	**100 043**	**104 096**

O imposto referido em "Outros" corresponde, em Portugal, ao crédito de imposto das sucursais (6 270 milhares de euros) e imposto diferido referente ao justo valor através de resultados (- 376 milhares de euros). O remanescente corresponde ao Brasil e diz respeito essencialmente a imposto diferido referente a contingências legais (905 milhares de euros) e outras Despesas relacionadas com o Pessoal (395 milhares de euros).

O Grupo apenas reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados no futuro. Do total de ativo por imposto diferido referente aos prejuízos fiscais, 31 560 milhares de euros dizem respeito ao Haitong Bank em Portugal e o valor remanescente corresponde ao Brasil.

O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020).

Adicionalmente, foi publicada a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificada uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

Deste modo, para o Haitong Bank em Portugal, o prejuízo fiscal de 2014 e 2019 não tem caducidade e o prejuízo fiscal 2015 e 2016 tem como ano de caducidade 2029 e 2030, respetivamente.

O montante de imposto diferido não reconhecido relativos a prejuízos fiscais, por ano de origem é apresentado na tabela seguinte:

(milhares de euros)

Prejuízo fiscal	2023	2022	Caducidade
2017	106 450	106 450	2024
2018	7 738	7 738	2025
2019	645	645	sem caducidade
	114 833	**114 833**	

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	104 096	94 931
Reconhecido em resultados	(4 108)	1 958
Reconhecido em reservas de justo valor	(2 201)	3 024
Reconhecido em outras reservas	70	(2)
Variação cambial e outros	2 186	4 185
Saldo final (Ativo/(Passivo))	**100 043**	**104 096**

Os impostos reconhecidos em resultados e reservas a dezembro de 2023 e 2022 tiveram o seguinte desdobramento:

(milhares de euros)

	31.12.2023		31.12.2022	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	17 811	-	(5 146)	-
Investimento em títulos	-	2 201	-	(3 024)
Crédito a clientes	7 168	-	4 340	-
Provisões	5 883	-	58	-
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	(98)	(70)	(137)	2
Depreciações (IFRS 16)	(1 780)	-		
Outros	(2 385)	-	(442)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(22 491)	-	(631)	-
	4 108	**2 131**	**(1 958)**	**(3 022)**
Impostos Correntes	4 757	-	3 870	-
Total do imposto reconhecido	**8 865**	**2 131**	**1 912**	**(3 022)**

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023		31.12.2022	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam		**26 628**		**12 855**
Taxa de imposto do Haitong Bank	26.2		26.2	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		6 987		3 373
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(0.8)	(203)	18.2	2 342
Dividendos excluídos de tributação	(1.5)	(400)	(1.8)	(232)
Benefícios fiscais	(0.2)	(55)	(0.3)	(43)
Imparidade de filiais e associadas	3.9	1 036	(19.9)	(2 558)
Contribuição sobre o sector bancário	1.8	489	3.3	421
Utilização de prejuízos fiscais	0.0	-	0.5	60
Imposto sobre lucros das sucursais	8.0	2 124	12.5	1 604
Diferenças resultantes de consolidação	(0.7)	(198)	(8.7)	(1 123)
Outros movimentos de acordo com a estimativa de impostos	(4.0)	(1 054)	(16.6)	(2 130)
Tributação autónoma	0.5	139	1.5	198
	33.2	**8 865**	**14.9**	**1 912**

NOTA 33 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	16 701	13 622
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 20)	13 651	10 019
Credores diversos		
Passivo de locação	9 911	11 811
Credores por operações sobre valores mobiliários	1 548	5 320
Credores por fornecimento de bens	1 811	973
Outros credores	7 347	7 694
	50 969	**49 439**
Custos a pagar		
Prémios de final de carreira (Nota 15)	630	574
Outros custos a pagar	6 607	7 554
	7 237	**8 128**
Receitas com proveito diferido	**542**	**368**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	901	3 432
Operações cambiais a liquidar	549	1 076
Outras operações a regularizar	9 035	10 476
	10 485	**14 984**
	69 233	**72 919**

A rubrica do Sector público administrativo inclui 13,170 milhares de euros a pagar de contribuições PIS e Cofins, incorridas após 31 de Dezembro de 2014 (Nota 36)

A rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, evidencia o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respetiva liquidação financeira.

Na sub-rubrica Custos a pagar – Outros custos a pagar corresponde a responsabilidades para com colaboradores referentes a remunerações.

A rubrica Passivos de locação representa os compromissos atuais das rendas futuras decorrentes da adoção da IFRS 16, e apresenta o seguinte movimento durante os exercícios de 2023 e 2022:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**11 811**	**7 096**
Aumentos/Reduções	327	7 957
Atualizações	425	(456)
Pagamentos	(2 720)	(3 129)
Outras variações	68	343
Saldo final	**9 911**	**11 811**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os cash flows contratuais não descontados, são os seguintes:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	3	6
3 a 12 meses	647	38
1 a 2 anos	131	1 361
2 a 5 anos	9 652	10 504
Mais de 5 anos	-	2 367
Total	**10 433**	**14 276**

NOTA 34 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Ações ordinárias

Até 3 de agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista único do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os ativos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 20 000 milhares de euros, através da emissão de 4 000 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados "Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments", no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 2022, foram deliberadas duas resoluções para aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 2 630 milhares de euros a 1 de julho, para 847 399 milhares de euros e em 15 879 milhares de euros a 6 de dezembro, para 863 278 milhares de euros.

Em 19 de dezembro de 2023, o Banco realizou um aumento de capital de 7 999 milhares de euros, através da emissão de 1 600 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi totalmente subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Estes aumentos de capital realizados em 2023 e 2022, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreram da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco. No caso do aumento de capital de 2023 relativos aos anos fiscais de 2016 e 2017 e no caso do aumento de capital de 2022 relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAID).

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social do Haitong Bank ascende 871 278 milhares de euros (dezembro 2022: 863 279 milhares de euros) e encontra-se representado por 174 255 532 acções (dezembro 2022: 172 655 745 ações) de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detidas pelo Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efetuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Durante o exercício de 2011, foi efetuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

O Banco procedeu no dia 20 de abril de 2022, ao reembolso antecipado integral destas obrigações, ao preço de reembolso, correspondente ao valor nominal de 3 731 milhares de euros.

Em março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 ("Additional Tier 1"), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados "Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments". Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo de 7.5%, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Desde a sua emissão em 2018, o Banco não efetuou qualquer pagamento de juros associado a estes instrumentos.

NOTA 35 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal apenas pode ser utilizada para as finalidades previstas no artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais. Uma dessas finalidades é a cobertura "da parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas" (artigo 296.º, alínea b) do CSC).

Uma vez que o Banco apresenta prejuízos acumulados relativos a exercícios anteriores, não foi reforçada a Reserva Legal no ano de 2023, sendo o lucro relativo a esse exercício levado na totalidade a Outras Reservas e Resultados Transitados, para cobertura desses prejuízos.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no período e/ou em períodos anteriores, bem como de eventuais ajustamentos por via da contabilidade de cobertura. O valor destas reservas é apresentado líquido de impostos diferidos.

Na rubrica de outras reservas está incluído a reserva especial ao abrigo do REAID no montante correspondente a 16 547 milhares de euros a dezembro de 2023 (22 504 milhares de euros a dezembro 2022).

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**(3 218)**	**1 292**	**(1 926)**	**39 878**	**(27 470)**	**(178 128)**	**(210 351)**	**(376 071)**
								-
Desvios atuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	11 182	-	-	11 182
Alterações de justo valor	(11 703)	3 024	(8 679)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	9 182	-	9 182
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	3 552	3 552
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	(18 510)	(18 510)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**(14 921)**	**4 316**	**(10 605)**	**39 878**	**(16 288)**	**(168 946)**	**(225 309)**	**(370 665)**
Desvios atuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	(4 722)	-	-	(4 722)
Alterações de justo valor	7 930	(2 201)	5 729	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	4 425	-	4 425
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	11 107	11 107
Aumento de capital							(7 999)	(7 999)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**(6 991)**	**2 115**	**(4 876)**	**39 878**	**(21 010)**	**(164 521)**	**(222 201)**	**(367 854)**

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**(10 605)**	**(1 926)**
Variação de justo valor	6 679	(10 980)
Cobertura de Justo valor	(217)	
Imparidade reconhecida no exercício	1 468	(723)
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(2 201)	3 024
Saldo final	**(4 876)**	**(10 605)**

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023		31.12.2022	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	9 466	(891)	5 130	(901)
Haitong Securities do Brasil S.A.	4 037	462	3 597	295
Haitong Negócios S.A.	7 279	701	6 245	202
Haitong do Brasil DTVM S.A.	1 644	108	1 455	77
FI Multimercado Treasury	355	122	4 655	163
	22 781	**502**	**21 082**	**(164)**

O movimento de Interesses que não controlam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Interesses que não controlam no início do exercício	**21 082**	**22 014**
Dividendos a distribuir	-	(45)
Variação da reserva de justo valor	90	148
Variação cambial e outros	1 107	(821)
Resultado líquido do exercício	502	(214)
Interesses que não controlam no fim do exercício	**22 781**	**21 082**

Em 2022, o valor de dividendos a distribuir, diz respeito a juros do capital próprio que Haitong Banco de Investimento do Brasil determinou pagar, no montante de 223 mil euros, dos quais 45 mil euros serão pagos ao acionista minoritário.

NOTA 36 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	137 763	151 279
Activos financeiros dados em garantia	1 304 797	1 128 394
	1 442 560	**1 279 673**
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	75 370	164 360
	75 370	**164 360**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transações no montante de 10 000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 10 000 milhares de euros), (ii) no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado no montante de 11 720 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 301 733 milhares de euros), (iii) no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária no montante de 2 000 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1 500 milhares de euros) e (iv) 208 433 milhares de euros de colateral livre não utilizado (31 de dezembro 2022: 73 856 milhares de euros). Os valores anteriormente descritos dizem respeito ao valor após haircut aplicado pelo Banco de Portugal, sendo que o justo valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 253 702 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 420 726 milhares de euros);

- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 207 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 108 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 105 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 108 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 1 008 353 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 655 655 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao abrigo de contratos de compensação de derivados 42 429 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 51 797 milhares de euros).

O valor nominal das posições dos derivados contratados encontra-se apresentado nas notas 20 e 21. Os ativos abatidos ao ativo são apresentados também nas respetivas notas, em particular Nota 22, Nota 23 e Nota 24.

Os títulos recebidos em operações com acordo de revenda (Nota 23) tem um justo valor de 2.926 milhares de euros (31 de Dezembro de 2022: 22.818 milhares de euros).

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	25 400	35 500
Outras responsabilidades por prestação de serviços	164 613	614 798
	190 013	**650 298**

Em Outras responsabilidades por prestações de serviços estão considerados os valores relativos aos ativos de clientes investidos em Gestão de Carteiras.

Passivos contingentes

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é atualmente réu em um processo relacionado com o aumento do capital social do BES ocorrido em junho de 2014.

No que respeita a este processo (ação instaurada por vários fundos de investimento), depois de proferida decisão de 1.ª instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, e este confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Foram interpostos recursos de revisão extraordinária e para o Tribunal Constitucional, todos eles mantendo o anteriormente decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa. O processo baixou à 1.ª instância para prosseguimento dos seus termos, aguardando-se marcação de audiência prévia.

O Haitong Bank é ainda réu em 8 processos, todos relacionados com emissões de instrumentos financeiros realizadas por entidades do GES (Rioforte e ESI – Espirito Santo International).

Desde o início destes processos, em 2015, é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma.

Esta opinião foi, entretanto, corroborada por diversas decisões judiciais.

De facto, dos 78 processos instaurados contra o Banco relacionados com emissões de papel comercial e de outros instrumentos financeiros de entidades do GES, já transitaram em julgado 49 desses processos, com a absolvição total do Haitong Bank, tendo ocorrido a desistência do pedido pelos Autores em 21 processos.

Em Julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova ação judicial proposta contra si e contra antigos administradores, relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013 e 2014, proposta pelo Fundo de Recuperação de Créditos "FRC – INQ – Papel Comercial ESI e Rio Forte" ("FRC"), ao qual foram alegadamente cedidos, pelos lesados do BES, os créditos emergentes das referidas emissões, que perfazem o montante de € 517 500 099.71, ao qual acresce juros. O Haitong Bank apresentou a sua contestação a esta ação em 25 de junho 2020 e encontra-se a aguardar o agendamento pelo tribunal da audiência prévia.

Na opinião dos advogados externos a quem foi confiado este processo movido pelo FRC, o mesmo não tem uma sustentabilidade jurídica sólida e por isso consideram pouco provável a condenação do Haitong Bank.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa aos referidos processos judiciais.

Sem prejuízo do acima exposto quanto ao desfecho favorável ao Haitong Bank dos processos em causa, e para efeitos de cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, entende-se que não é possível quantificar um montante expectável de eventuais perdas que poderiam decorrer para o Haitong Bank, individualmente considerado, tendo em conta que tais processos foram intentados contra diversas entidades e não apenas contra o Haitong Bank.

Em julho de 2021 a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) aplicou uma coima ao Haitong Bank, no âmbito da sua participação como agente nas emissões de papel comercial da ESI e da Rio Forte entre setembro 2013 e fevereiro 2014. A CMVM considerou que o Haitong Bank (designado à data dos factos Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.) deu um contributo causal para que o Banco Espírito Santo, SA – Em Liquidação divulgasse aos seus clientes que subscreveram papel comercial emitido pela ESI, entre setembro e dezembro de 2013, e pela Rio Forte, entre 9 de Janeiro e 24 de fevereiro de 2014, notas informativas contendo informações não verdadeiras, incompletas, desatualizadas e ilícitas, violando o dever de prestação de informações de qualidade, previsto no art. 7.º do Código dos Valores Mobiliários. A violação, com dolo, do referido dever de prestação de informação com qualidade é punível com coima de € 25 000 a € 5 000 000, em cada um dos casos (ESI e Rio Forte) e o Conselho de Administração da CMVM decidiu aplicar ao Haitong Bank uma coima única no valor de 300 000 euros, suspensa na sua execução em 100 000 euros, pelo período de dois anos.

O Haitong Bank impugnou a decisão administrativa perante o Tribunal Judicial e em 15 de fevereiro de 2022, o Tribunal de primeira instância julgou improcedente a impugnação apresentada pelo Haitong Bank, condenando-o numa coima única conjunta de 400 000 euros, suspendendo parcialmente a execução da coima única conjunta cominada de 400 000 euros no montante de 200 000, pelo período de 2 anos. O Haitong Bank recorreu da decisão em causa para o Tribunal da Relação de Lisboa, tendo o referido recurso sido julgado totalmente improcedente. O Haitong Bank recorreu desta decisão para o Tribunal Constitucional e em 13 de julho de 2023 foi notificado da não-admissão do referido recurso.

Assim, a referida decisão transitou em julgado tendo a respectiva coima no valor de €200.000,00 sido paga.

Em Junho de 2022, o Haitong Bank foi citado no âmbito de uma ação cível intentada contra si, no valor de 4 905 460,96€, movida pela REDITUS GESTÃO, S.A. e pela GREENDRY LDA (Autoras), no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível. Os Requerentes argumentam que o Banco violou as suas obrigações enquanto Agente Escrow.

O Haitong Bank contestou a referida acção encontrando-se o processo judicial a seguir os seus trâmites em 1.º instância, estando agendada a audiência prévia para o dia 20/02/2024.

No Brasil, encontra-se em discussão judicial a constitucionalidade da lei aplicável à incidência das contribuições para o Programa de Integração Social ("PIS") e para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") sobre outras receitas que não sejam aquelas decorrentes da venda de bens e da prestação de serviços. Suportadas em decisão judicial, as entidades do Grupo no Brasil, depositam mensalmente, os valores objeto de discussão judicial e entregam ao Fisco diretamente apenas aqueles valores que incidem sobre as receitas de serviços, os quais não são objeto desta discussão. Os valores objeto de depósito judicial estão contabilizados em balanço, nos outros ativos. A partir de 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei 12.973/14, que clarificou a legislação fiscal das contribuições para o PIS e Cofins, que passaram a incidir não apenas sobre as receitas das vendas de bens e serviços, mas também sobre todas as receitas da atividade operacional, qualquer que seja a sua natureza. Os valores a pagar pelas contribuições após 31 de Dezembro de 2014 são contabilizados em balanço, nos outros passivos. É entendimento do Grupo, com base em pareceres dos seus consultores legais, que a possibilidade de vir a sofrer uma decisão judicial contrária ao Banco no que diz respeito às contribuições até 31 de Dezembro de 2014 é inferior a 50%, razão pela qual o Haitong Bank não regista qualquer provisão para esta contingência.

Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2023 a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 357 mil euros (31 de dezembro de 2022: 517 mil euros), tendo por base uma taxa contributiva de 0,57% calculada em conformidade com a Instrução 22/2021 do Banco de Portugal.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (Novo Banco), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 377 milhões de euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3 823 milhões de euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Em dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) ao Banco Santander Totta, S.A. (Santander Totta), por 150 milhões de euros, também no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2 255 milhões de euros, que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1 766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português.

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao BES (processo que deu origem à criação do Novo Banco) e em 2015 ao Banif criaram incertezas relacionadas com o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução, que é significativo, bem como com o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Foi neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução, por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nos seus rendimentos regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução assumiu que está assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.

Adicionalmente, no dia 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017. O Fundo Lone Star passou a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%. Adicionalmente, as condições aprovadas incluem um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas. As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto de 3 890 milhões de euros durante um período de 8 anos.

Atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco não se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, não obstante esta possibilidade estar prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, as presentes demonstrações financeiras não refletem qualquer eventual exigência futura ao Banco de contribuições especiais ou quaisquer contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, bem como o mecanismo de capitalização contingente referido no parágrafo precedente.

NOTA 37 –PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Grupo realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023					
	Crédito	Outros	Total	Passivos	Proveitos	Custos
Ultimate parent company e Accionistas						
HAITONG SECURITIES CO., LTD	-	-	-	-	14 983	-
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	-	18
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	1 001	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	36 810	-	36 810	3 444	3 063	4 997
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	-	-	648	316	94
TOTAL	**36 810**	**-**	**36 810**	**4 092**	**19 363**	**5 109**

(milhares de euros)

	31.12.2022					
	Crédito	Outros	Total	Passivos	Proveitos	Custos
Ultimate parent company e Accionistas						
HAITONG SECURITIES CO., LTD	-	-	-	-	22 000	-
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	531	-
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	1 000	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	45 772	299	46 071	1 331	1 791	1 264
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	-	-	6 774	452	5
TOTAL	**45 772**	**299**	**46 071**	**8 105**	**25 774**	**1 269**

A rubrica de proveitos a 31 de dezembro de 2023 inclui o montante de 16 607 milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de dezembro de 2022: 24 003 milhares de euros).

O valor das transacções do Grupo Haitong realizadas com entidades relacionadas em que o Administrador e/ou familiar tenham influência significativa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023						
	Ativos				Passivos	Proveitos	Custos
	Crédito	Títulos	Outros	Total			
Entidades com influência relevante							
Mota Engil SGPS	861	14 357	-	15 218	4	1 308	178
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão SGPS SA	-	-	-	-	2	1 375	-
Fundo de pensões Haitong Bank	-	-	52 788	52 788	0	3 935	-
TOTAL	**861**	**14 357**	**52 788**	**68 006**	**6**	**6 618**	**178**

(milhares de euros)

	31.12.2022					
	Ativos			Passivos	Proveitos	Custos
	Crédito	Títulos	Total			
Entidades com influência relevante						
Mota Engil SGPS	-	14 919	14 919	18	217	198
TOTAL	**-**	**14 919**	**14 919**	**18**	**217**	**198**

Todas as transações com Partes Relacionadas são realizadas em condições normais de mercado. Quando não for possível determinar as condições de mercado aplicáveis a uma determinada transação com uma Parte Relacionada, o Grupo aplica um referencial de comparabilidade para avaliar as condições de mercado.

NOTA 38 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis diretamente no mercado, são obtidos de instrumentos transacionados ativamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Grupo realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a refletir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor atual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2023						
Caixa e Equivalentes de Caixa	17 164	-	-	-	17 164	17 164
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	41 505	798 565	8 410	848 480	848 480
Instrumentos financeiros derivados	-	-	29 621	2 114	31 735	31 735
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	18	5 092	8 354	13 464	13 464
Crédito a clientes	-	-	-	24	24	24
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	119 194	42 722	64 668	226 584	226 584
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Titulos	818 722	-	-	-	818 722	807 912
Aplicações em instituições de crédito	583 288	-	-	-	583 288	583 288
Crédito a clientes	688 659	-	-	-	688 659	684 404
Ativos financeiros	**2 107 833**	**160 717**	**876 000**	**83 570**	**3 228 120**	**3 213 055**
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	846	-	-	846	846
Instrumentos financeiros derivados	-		25 032	-	25 032	25 032
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	916 921	-	-	-	916 921	916 921
Recursos de clientes	1 174 221	-	-	-	1 174 221	1 174 221
Responsabilidades representadas por títulos	635 642	-	-	-	635 642	632 185
Passivos financeiros	**2 726 784**	**846**	**25 032**	**-**	**2 752 662**	**2 749 205**
31 de Dezembro de 2022						
Caixa e Equivalentes de Caixa	25 828	-	-	-	25 828	25 828
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	31 832	713 771	-	745 603	745 603
Instrumentos financeiros derivados	-	-	48 404	534	48 938	48 938
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	5	7 953	8 560	16 518	16 518
Crédito a clientes	-	-	-	20	20	20
Ativos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	121 510	84 712	89 271	295 493	295 493
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Titulos	721 519	-	-	-	721 519	675 804
Aplicações em instituições de crédito	490 318	-	-	-	490 318	490 318
Crédito a clientes	771 785	-	-	-	771 785	763 967
Ativos financeiros	**2 009 450**	**153 347**	**854 840**	**98 385**	**3 116 022**	**3 062 489**
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	97	-	-	97	97
Instrumentos financeiros derivados	-	-	39 237	222	39 459	39 459
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	1 354 051	-	-	-	1 354 051	1 354 051
Recursos de clientes	747 140	-	-	-	747 140	747 140
Responsabilidades representadas por títulos	542 037	-	-	-	542 037	535 311
Passivos financeiros	**2 643 228**	**97**	**39 237**	**222**	**2 682 784**	**2 676 058**

Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registados ao justo valor são classificados em três níveis definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

Nível 1 – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e acções e derivados listados e transaccionados em mercados regulados.

Nível 2 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são ativos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivados OTC não complexos, acções ilíquidas e fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivados de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contractos de garantia (ISDA com CSA - Credit Support Annex), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte, e o CVA (Credit Value Adjustment) não é considerado significativo. Adicionalmente, estão incluídos derivados financeiros negociados em mercado de balcão (OTC), que não possuem CSA assinado, mas em que o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de default determinada por modelos internos, etc) para a avaliação do CSA não é significativo no valor do derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

Nível 3 - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivados OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e acções não transaccionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinada e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivado (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

Para a valorização destes instrumentos são inputs não observáveis o Spread de Crédito, no caso das obrigações e o CVA no caso dos derivados. Para efeitos de cálculo do CVA são utilizados, entre outros, LGD, PD e Rácio do Colateral.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 nos ativos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação		Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2022	**-**	**312**	**8 560**	**20**	**89 271**	**98 163**
Resultados reconhecidos em Margem financeira	489	-	-		2 187	**2 676**
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	23	(133)	(120)	2	-	**(228)**
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	-	84	**84**
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	-	2 465	**2 465**
Outras variações de justo valor	51	383	(86)	2	2 050	**2 400**
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	-	(725)	**(725)**
Aquisições	7 847	-	-	-	27 566	**35 413**
Saídas	-	-	-	-	(42 125)	**(42 125)**
Reembolsos	-	-	-	-	1 212	**1 212**
Fluxos financeiros derivados	-	(397)	-	-	-	**(397)**
Transferências de outros níveis	-	1 949	-	-	567	**2 516**
Transferências para outros níveis	-	-	-	-	(17 884)	**(17 884)**
Saldo final a 31 de Dezembro de 2023	**8 410**	**2 114**	**8 354**	**24**	**64 668**	**83 570**

Em 2023, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 4 393 milhares de euros de Nível 1 para Nível 2, 566 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3 e 1 175 milhares de euros Nível 3 para Nível 2. Com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram também transferidos ativos financeiros de negociação no valor de 719 milhares de euros de Nível 1 para Nível 2.

Relativamente aos instrumentos derivados, durante o ano de 2023, foram transferidos 1 949 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%."

(milhares de euros)

	Ativos e Passivos financeiros detidaos para negociação	Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2021	**19**	**11 478**	**22**	**93 240**	**104 759**
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-		4 829	**4 829**
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	502	(1 792)	(2)	-	**(1 292)**
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	138	**138**
Imparidade em ativos financeiros	-	-	-	1 348	**1 348**
Outras variações de justo valor	(13)	572	-	468	**1 027**
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	(1 214)	**(1 214)**
Aquisições	-	-	-	61 082	**61 082**
Saídas	-	(1 635)	-	(11 000)	**(12 635)**
Reembolsos	-	(63)	-	(58 754)	**(58 817)**
Fluxos financeiros derivados	(271)	-	-	-	**(271)**
Transferências provenientes de actividades que foram descontinuadas	-	-	-	-	**-**
Transferências de outros níveis	75	-	-	-	**75**
Transferências para outros níveis	-	-	-	(866)	**(866)**
Saldo final a 31 de Dezembro de 2022	**312**	**8 560**	**20**	**89 271**	**98 163**

Em 2022, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 866 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2.

Relativamente aos instrumentos derivados, em 2022, foram transferidos 75 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%.

Com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram ainda transferidos Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 4 564 milhares de Nível 1 para Nível 2 e ativos de negociação de 1 273 milhares de Nível 1 para Nível 2 e ativos de negociação de 657 milhares de Nível 2 para Nível 1.

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2023, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas swap:

(%)

	31.12.2023			31.12.2022		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	3,90	5,40	3,64	1,89	4,32	3,44
1 mês	3,85	5,35	5,80	1,88	4,46	3,47
3 meses	3,91	5,33	5,88	2,13	4,77	3,87
6 meses	3,86	5,15	5,82	2,69	5,16	4,37
1 ano	2,89	4,76	5,52	3,69	4,76	4,69
3 anos	2,56	3,75	4,67	3,31	4,33	4,56
5 anos	2,44	3,53	4,45	3,24	4,02	4,32
7 anos	2,44	3,48	4,46	3,20	3,90	4,13
10 anos	2,49	3,48	4,52	3,20	3,84	3,99
15 anos	2,56	3,51	4,68	3,14	3,81	3,91
20 anos	2,52	3,49	4,86	2,92	3,74	3,83

Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

(pontos de base)

Indice	Série	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
31.12.2023					
CDX USD Main	**31**	33,60	56,70	78,70	98,20
iTraxx Eur Main	**30**	33,10	58,20	79,00	98,70
iTraxx Eur Senior Financial	**30**	-	67,00	-	103,70
31.12.2022					
CDX USD Main	**31**	56,90	82,00	101,70	117,80
iTraxx Eur Main	**30**	66,40	90,60	107,50	123,20
iTraxx Eur Senior Financial	**30**	-	99,30	-	128,90

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the Money):

(%)

	31.12.2023			31.12.2022		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	87,75	98,08	101,15	99,45	92,63	127,11
3 anos	108,84	124,75	146,46	123,34	143,55	169,91
5 anos	104,91	121,07	148,19	124,84	143,58	167,18
7 anos	101,38	115,54	141,96	121,78	135,76	158,58
10 anos	97,01	108,39	132,46	115,50	125,08	147,39
15 anos	91,09	98,61	123,41	106,94	109,68	130,46

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*):

Cambial	Cotação		Volatilidade (%)				
	31.12.2023	31.12.2022	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,1050	1,0666	6,71	6,46	6,45	6,46	6,58
EUR/GBP	0,8691	0,8869	4,52	4,92	5,28	5,55	5,71
EUR/CHF	0,9260	0,9847	6,01	5,54	5,50	5,47	5,48
EUR/PLN	4,3395	4,6808	6,58	6,71	6,87	6,89	6,95
EUR/CNY	7,8509	7,3582	5,65	5,59	5,59	5,71	5,73
USD/BRL a)	4,8523	5,2865	12,12	12,64	13,22	13,57	13,92

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD and EUR/BRL

Índices acionistas

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices acionistas e respetivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		Volatilidade implícita (%)
	31.12.2023	31.12.2022	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	4 521	3 794	19%	13,70	20,24	13,57
PSI 20	6 396	5 726	12%	10,79	13,56	0,00
IBEX 35	10 102	8 229	23%	12,45	13,38	0,00
DAX	16 752	13 924	20%	11,73	13,53	13,53
S&P 500	4 311	3 585	20%	10,42	12,62	11,25
BOVESPA	24 952	19 436	28%	15,13	17,07	-

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento atual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de instituições de crédito

Tendo em conta os instrumentos financeiros em causa, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 39 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais financeiras estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e compromissos de crédito – e em produtos derivados – swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

Os portfolios de crédito do Grupo são monitorizados permanentemente, com uma interação próxima entre as equipas de negócio e de gestão de risco durante as fases sequenciais do ciclo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito, rácios de produtividade, provisionamento e métricas de concentração é efetuado de forma contínua.

São igualmente objeto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas de negócio.

Cálculo da ECL

A norma IFRS 9 prevê um modelo de "três stages" para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Grupo Haitong Bank, a perda de crédito esperada (ECL) é determinada de acordo com a informação detalhada com o capítulo 2.4.1., Imparidade de Ativos Financeiros e Modelo Financeiro:

- Stage 1 – *Performing*: O cálculo de imparidade é realizado com base na perda de crédito esperada para 12 meses, a qual é determinada como o valor atual da exposição em risco à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) de 12 meses e pela perda dado o incumprimento;
- Stage 2 – *Under Performing*: O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de possíveis situações de incumprimento que possam ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento. A ECL reflete o valor presente dos fluxos de caixa esperados e a PD ao longo do remanescente período de vigência do instrumento financeiro. Para o cálculo da ECL, o Grupo considera a PD diária intra-período à data de referência.
- Stage 3 – *Non-Performing*: O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Grupo (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vetor de medição a análise individual de imparidade. No modelo coletivo, aplicável para instrumentos financeiros classificados em Stage 1 e para determinar a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros classificados em Stage 2, os principais parâmetros de cálculo são:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* – PD): reflete a probabilidade de incumprimento num dado período. O Grupo toma em consideração as PD facultadas pela S&P, ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade.

- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* – LGD): magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Grupo aplica a LGD com base nos *benchmarks* da Moody's que cobrem um amplo período histórico.
- Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default* – EAD): a exposição esperada em caso de incumprimento. O parâmetro EAD é calculado dependendo do tipo de ativo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada Stage é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo fator de conversão de crédito (de acordo com a CRR- *Capital Requirements Regulation*).

Informação Prospetiva

No âmbito do exercício de *forward-looking*, o Grupo ajustou as probabilidades de incumprimento ao longo do ciclo económico (i.e., as *probability of default through-the-cycle* ou "PD TTC"), incorporando informação macroeconómica prospetiva, o que gera probabilidades de incumprimento "*point-in-time*" (ou "PD PiT"). As PD TTC são as probabilidades de incumprimento fornecidas pela S&P, tendo o Grupo desenvolvido uma metodologia de análise para estimar as PD PiT, que tem por suporte o conceito de Fator Escalar (ou *Variable Scalar*), i.e., o coeficiente que converte a PD TTC em PD PiT.

A informação prospetiva utilizada pelo Grupo assenta numa abordagem simplificada, baseada em princípios de razoabilidade e proporcionalidade, atenta a dimensão e perfil do Banco. Considerando as características da carteira do Grupo e, tendo em conta, a sua presença mundial, a principal alteração do exercício prospetivo para 2023 prende-se com a adoção de uma análise macroeconómica global em vez de uma abordagem exclusivamente focada em Portugal.

Foi implementada uma abordagem baseada em cenários suportados por informações externas, o que fornece granularidade suficiente para atender aos requisitos regulatórios e contabilísticos. A cenarização incorpora um caso base e um cenário negativo, ponderados pela sua probabilidade de ocorrência, respetivamente, 80% e 20%.

A tabela abaixo sistematiza os pressupostos considerados para cada cenário, considerando que o Grupo teve em consideração as projeções existentes de entidades conceituadas.

	PIB Global *(Taxa de variação homóloga – preços constantes)*		Inflação Global *(% variação IPC médio)*		Taxa EURIBOR 3-meses *(em valor)*	
Cenário / Ano	**Pessimista**	**Base**	**Pessimista**	**Base**	**Pessimista**	**Base**
2024	2.60%	2.94%	4.40%	5.79%	4.00%	3.70%
2025	3.00%	3.20%	3.40%	4.62%	3.50%	3.10%
2026	3.25%	3.20%	3.50%	4.23%	3.50%	2.68%

O exercício de *forward-looking* do Grupo é aplicado ao modelo coletivo de imparidade e cobre igualmente as operações com aumento significativo de risco de crédito, i.e., em Stage 2, nomeadamente, para os anos em que as projeções económicas estão disponíveis.

A atualização do exercício anual de *forward-looking* em 31 de dezembro de 2023 levou a um reforço dos valores de imparidade em aproximadamente 1.510 mil euros.

O Grupo procedeu ainda a uma análise de sensibilidade com referência a 31 de dezembro de 2023, que assentou na avaliação do impacto caso se verifique uma variação de 10% nos parâmetros externos considerados no modelo coletivo para o cálculo das perdas de crédito esperadas (PD e LGD). Para tal, foi aplicado um choque de +10% na PD PiT e no parâmetro da LGD, verificando-se que o impacto nas perdas de crédito esperadas resultaria num aumento de cerca de 542 mil euros e 571 mil euros, respetivamente.

Adicionalmente, o Grupo tem realizado o exercício regular de testes de esforço às suas carteiras de crédito, os quais se baseiam numa análise de sensibilidade para avaliar os potenciais impactos sobre os principais indicadores de qualidade de ativos/perfil de risco, resultantes de choques específicos afetando o mercado como um todo, as contrapartes e determinadas geografias.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na norma IFRS 9, detalhados por Stage, à data de 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2023								
	Stage 1			Total Stage 1	Stage 2	Total Stage 2	Stage 3	Total Stage 3	Total
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]		Impaired [d]		
Crédito a Clientes	744	674 900	-	**675 644**	12 462	**12 462**	8 219	**8 219**	**696 325**
Garantias	12 454	108 524	-	**120 978**	-	**-**	16 785	**16 785**	**137 763**
Instrumentos de Dívida	120 739	908 577	-	**1 029 316**	20 588	**20 588**	8 127	**8 127**	**1 058 031**
Crédito a Bancos	554 283	29 021	-	**583 304**	-	**-**	-	**-**	**583 304**
Caixa & Equivalentes de Caixa	10 713	4 646	-	**15 359**	-	**-**	3 665	**3 665**	**19 024**
Devedores e outros ativos	-	1 346	8 731	**10 077**	-	**-**	9 891	**9 891**	**19 968**
Compromissos com Terceiros	-	24 000	-	**24 000**	-	**-**	-	**-**	**24 000**
Total Bruto	**698 933**	**1 751 014**	**8 731**	**2 458 678**	**33 050**	**33 050**	**46 687**	**46 687**	**2 538 415**

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2022												
	Stage 1					Total Stage 1	Stage 2			Total Stage 2	Stage 3	Total Stage 3	Total
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Doubtful [lccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Doubtful [lccc]		Impaired [d]		
Crédito a Clientes	21 733	702 161	-	-	2	**723 896**	51 933	-	-	**51 933**	9 768	**9 768**	**785 597**
Garantias	11 827	118 648	-	-	-	**130 475**	-	-	18 112	**18 112**	2 692	**2 692**	**151 279**
Instrumentos de Dívida	138 262	897 156	-	-	-	**1 035 418**	-	-	-	**-**	-	**-**	**1 035 418**
Crédito a Bancos	468 658	21 680	-	-	-	**490 338**	-	-	-	**-**	-	**-**	**490 338**
Caixa & Equivalentes de Caixa	15 432	5 832	-	-	1 696	**22 960**	-	3 800	-	**3 800**	-	**-**	**26 760**
Devedores e outros ativos	7	1 861	285	41	13 467	**15 661**	-	-	-	**-**	17 298	**17 298**	**32 959**
Total Bruto	**655 919**	**1 747 338**	**285**	**41**	**15 165**	**2 418 748**	**51 933**	**3 800**	**18 112**	**73 845**	**29 758**	**29 758**	**2 522 351**

A 31 de dezembro de 2023, e 31 de dezembro de 2022 a maioria das exposições sem rating atribuído corresponde a saldos com outros devedores.

A 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade ascende a 3.0 milhões de Euros (31 de dezembro de 2022: 3 milhões de Euros), correspondente a exposições a bancos centrais.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por setor de atividade, Stage e dias de atraso, a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Ativos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de atividade, stage e dias de atraso	31.12.2023																			
	Stage 1						Total Stage 1		Stage 2		Total Stage 2		Stage 3				Total Stage 3		Total	
	Sem dias de atraso		1 - 29 dias		Mais de 181 dias (1)				Sem dias de atraso				Sem dias de atraso		Mais de 181 dias					
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Total exposição Bruta	Total valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Total exposição Bruta	Total valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Total exposição Bruta	Total valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	6 838	63	-	-	-	-	**6 838**	**63**	4 979	70	**4 979**	**70**	-	-	-	-	**-**	**-**	**11 817**	**133**
Cooperativas agrícolas	4 839	46	-	-	-	-	**4 839**	**46**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**4 839**	**46**
Automóveis e peças de automóveis	35 825	72	-	-	-	-	**35 825**	**72**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**35 825**	**72**
Bancos	647 740	89	-	-	1 632	1 632	**649 372**	**1 721**	-	-	**-**	**-**	3 665	1 865	-	-	**3 665**	**1 865**	**653 037**	**3 586**
Materias de construção	13	13	-	-	190	190	**203**	**203**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**203**	**203**
Bens de investimento	39 032	147	-	-	40	40	**39 072**	**187**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**39 072**	**187**
Químicos	47 188	793	-	-	-	-	**47 188**	**793**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**47 188**	**793**
Comércio e prestação de serviços	76 488	664	-	-	95	95	**76 583**	**759**	-	-	**-**	**-**	3 521	1 178	-	-	**3 521**	**1 178**	**80 104**	**1 937**
Construção e engenharia	111 772	197	17	-	407	407	**112 196**	**604**	-	-	**-**	**-**	569	216	1 596	1 591	**2 165**	**1 807**	**114 361**	**2 411**
Bens de consumo e vestuário	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**	-	-	**-**	**-**	3 908	1 867	-	-	**3 908**	**1 867**	**3 908**	**1 867**
Embalagens	1 882	28	-	-	-	-	**1 882**	**28**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**1 882**	**28**
Alimentação, bebidas e tabaco	18 170	32	-	-	-	-	**18 170**	**32**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**18 170**	**32**
Fundos e gestores de activos	5 665	3	-	-	-	-	**5 665**	**3**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**5 665**	**3**
Administrações centrais	465 457	381	-	-	214	214	**465 671**	**595**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**465 671**	**595**
Saúde	20 114	103	-	-	-	-	**20 114**	**103**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**20 114**	**103**
Produtos de consumo	38	19	-	-	-	-	**38**	**19**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**38**	**19**
Media e entretenimento	-	-	-	-	94	94	**94**	**94**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**94**	**94**
Metais e minas	49 563	78	-	-	-	-	**49 563**	**78**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**49 563**	**78**
Instituições financeiras não bancárias	41 105	381	-	-	-	-	**41 105**	**381**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**41 105**	**381**
Petróleo e gás	64 008	262	-	-	-	-	**64 008**	**262**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**64 008**	**262**
Papel e produtos florestais	23 835	31	-	-	60	60	**23 895**	**91**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**23 895**	**91**
Energia	176 945	784	-	-	57	57	**177 002**	**841**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**177 002**	**841**
Imobiliário	133 283	1 764	-	-	149	144	**133 432**	**1 908**	3 754	278	**3 754**	**278**	-	-	-	-	**-**	**-**	**137 186**	**2 186**
Arrendamento e Locação	13 483	69	-	-	-	-	**13 483**	**69**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**13 483**	**69**
Retalho	51 002	297	-	-	-	-	**51 002**	**297**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**51 002**	**297**
Telecomunicações	65 778	269	-	-	13	3	**65 791**	**272**	-	-	**-**	**-**	15 913	1 428	-	-	**15 913**	**1 428**	**81 704**	**1 700**
Transportes	19 789	95	-	-	-	-	**19 789**	**95**	731	5	**731**	**5**	-	-	-	-	**-**	**-**	**20 520**	**100**
Infra-estruturas de transportes	100 325	103	-	-	-	-	**100 325**	**103**	2 999	91	**2 999**	**91**	2 184	839	9 891	3 907	**12 075**	**4 746**	**115 399**	**4 940**
Água e Saneamento	1 710	8	-	-	-	-	**1 710**	**8**	8 415	31	**8 415**	**31**	-	-	-	-	**-**	**-**	**10 125**	**39**
Outros	11 498	630	-	-	3 202	3 202	**14 700**	**3 832**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**14 700**	**3 832**
Total	**2 233 385**	**7 421**	**17**	**-**	**6 153**	**6 138**	**2 239 555**	**13 559**	**20 878**	**475**	**20 878**	**475**	**29 760**	**7 393**	**11 487**	**5 498**	**41 247**	**12 891**	**2 301 680**	**26 925**

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Stage 1).

Ativos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de atividade, stage e dias de atraso	31.12.2022																	
	Stage 1				Total Stage 1		Stage 2		Total Stage 2		Stage 3				Total Stage 3		Total	
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias [1]				Sem dias de atraso				Sem dias de atraso		Mais de 181 dias [1]					
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Total exposição Bruta	Total valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Total exposição Bruta	Total valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Total exposição Bruta	Total valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	40 109	287	-	-	**40 109**	**287**	5 670	161	**5 670**	**161**	-	-	-	-	**-**	**-**	**45 779**	**448**
Cooperativas agrícolas	7 696	42	-	-	**7 696**	**42**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**7 696**	**42**
Automóveis e peças de automóveis	31 815	60	-	-	**31 815**	**60**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**31 815**	**60**
Bancos	540 413	86	1 617	1 617	**542 030**	**1 703**	3 800	938	**3 800**	**938**	-	-	-	-	**-**	**-**	**545 830**	**2 641**
Materias de construção	-	-	191	191	**191**	**191**	-	-	**-**	**-**	12	12	-	-	**12**	**12**	**203**	**203**
Bens de investimento	49 542	89	40	40	**49 582**	**129**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**49 582**	**129**
Químicos	23 717	725	-	-	**23 717**	**725**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**23 717**	**725**
Comércio e prestação de serviços	59 006	415	92	92	**59 098**	**507**	-	-	**-**	**-**	4 916	1 111	-	-	**4 916**	**1 111**	**64 014**	**1 618**
Construção e engenharia	115 808	368	407	407	**116 215**	**775**	-	-	**-**	**-**	762	239	2 448	2 444	**3 210**	**2 683**	**119 425**	**3 458**
Bens de consumo e vestuário	4 483	88	-	-	**4 483**	**88**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**4 483**	**88**
Embalagens	5 350	105	-	-	**5 350**	**105**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**5 350**	**105**
Alimentação, bebidas e tabaco	2 365	46	-	-	**2 365**	**46**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**2 365**	**46**
Fundos e gestores de activos	14 412	15	-	-	**14 412**	**15**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**14 412**	**15**
Administrações centrais	445 808	424	214	214	**446 022**	**638**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**446 022**	**638**
Saúde	7 947	43	-	-	**7 947**	**43**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**7 947**	**43**
Alojamento e turismo	-	-	-	-	**-**	**-**	-	-	**-**	**-**	-	-	2 127	2 127	**2 127**	**2 127**	**2 127**	**2 127**
Produtos de consumo	38	17	-	-	**38**	**17**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**38**	**17**
Holdings de investimento	1	-	-	-	**1**	**-**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**1**	**-**
Media e entretenimento	-	-	94	94	**94**	**94**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**94**	**94**
Metais e minas	15 421	17	-	-	**15 421**	**17**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**15 421**	**17**
Instituições financeiras não bancárias	50 640	150	-	-	**50 640**	**150**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**50 640**	**150**
Petróleo e gás	39 299	187	-	-	**39 299**	**187**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**39 299**	**187**
Papel e produtos florestais	10 334	45	60	60	**10 394**	**105**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**10 394**	**105**
Energia	167 472	964	57	57	**167 529**	**1 021**	36 521	3 526	**36 521**	**3 526**	-	-	-	-	**-**	**-**	**204 050**	**4 547**
Imobiliário	183 385	1 899	166	166	**183 551**	**2 065**	3 754	278	**3 754**	**278**	-	-	-	-	**-**	**-**	**187 305**	**2 343**
Arrendamento e Locação	13 917	76	-	-	**13 917**	**76**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**13 917**	**76**
Retalho	34 336	230	-	-	**34 336**	**230**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**34 336**	**230**
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	**-**	**-**	-	-	**-**	**-**	7 395	40	-	-	**7 395**	**40**	**7 395**	**40**
Telecomunicações	70 112	293	-	-	**70 112**	**293**	18 112	453	**18 112**	**453**	-	-	-	-	**-**	**-**	**88 224**	**746**
Transportes	4 051	22	-	-	**4 051**	**22**	1 182	22	**1 182**	**22**	-	-	-	-	**-**	**-**	**5 233**	**44**
Infra-estruturas de transportes	141 280	201	-	-	**141 280**	**201**	4 806	301	**4 806**	**301**	2 185	729	9 891	3 569	**12 076**	**4 298**	**158 162**	**4 800**
Água e Saneamento	17 737	143	-	-	**17 737**	**143**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**17 737**	**143**
Outros	3 844	623	3 235	3 235	**7 079**	**3 858**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**7 079**	**3 858**
Total	**2 100 338**	**7 660**	**6 173**	**6 173**	**2 106 511**	**13 833**	**73 845**	**5 679**	**73 845**	**5 679**	**15 270**	**2 131**	**14 466**	**8 140**	**29 736**	**10 271**	**2 210 092**	**29 783**

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Stage 1).

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e Stage de imparidade.

Crédito a clientes

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Grupo Haitong Bank para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	744	-	-	-	**744**
Monitoring	[bbb+;b-]	674 900	12 462	-	-	**687 362**
Impaired	[d]	-	-	6 039	2 156	**8 195**
Valor bruto		**675 644**	**12 462**	**6 039**	**2 156**	**696 301**
Imparidade (Nota 31)		3 224	443	2 926	1 049	**7 642**
Valor líquido		**672 420**	**12 019**	**3 113**	**1 107**	**688 659**
Justo valor através de resultados		-	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	24	-	**24**
Valor bruto		**-**	**-**	**24**	**-**	**24**
Reavaliação		-	-	-	-	**-**
Valor líquido		**-**	**-**	**24**	**-**	**24**
Total bruto		**675 644**	**12 462**	**6 063**	**2 156**	**696 325**
Total imparidade		3 224	443	2 926	1 049	7 642
Total reavaliação		-	-	-	-	-
Total líquido		**672 420**	**12 019**	**3 137**	**1 107**	**688 683**

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	21 733	-	-	-	**21 733**
Monitoring	[bbb+;b-]	702 161	51 933	-	-	**754 094**
Impaired	[d]	-	-	7 590	2 156	**9 746**
Not rated		2	-	-	-	**2**
Valor bruto		**723 896**	**51 933**	**7 590**	**2 156**	**785 575**
Imparidade (Nota 31)		3 192	4 288	5 580	730	**13 790**
Valor líquido		**720 704**	**47 645**	**2 010**	**1 426**	**771 785**
Justo valor através de resultados		-	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	22	-	**22**
Valor bruto		**-**	**-**	**22**	**-**	**22**
Reavaliação		-	-	(2)	-	**(2)**
Valor líquido		**-**	**-**	**20**	**-**	**20**
Total bruto		**723 896**	**51 933**	**7 612**	**2 156**	**785 597**
Total imparidade		3 192	4 288	5 580	730	13 790
Total reavaliação		-	-	(2)	-	(2)
Total líquido		**720 704**	**47 645**	**2 030**	**1 426**	**771 805**

Garantias prestadas

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Garantias prestadas		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	12 454	-	-	-	**12 454**
Monitoring	[bbb+;b-]	108 524	-	-	-	**108 524**
Substandard	[ccc+;ccc]	-	-	-	-	**-**
Impaired	[d]	-	-	16 785	-	**16 785**
Total bruto		**120 978**	**-**	**16 785**	**-**	**137 763**
Imparidade (Nota 31)		87	-	1 729	-	**1 816**
Total líquido		**120 891**	**-**	**15 056**	**-**	**135 947**

(milhares de euros)

Garantias prestadas		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	11 827	-	-	-	**11 827**
Monitoring	[bbb+;b-]	118 648	-	-	-	**118 648**
Doubtful	[lccc]	-	18 112	-	-	**18 112**
Impaired	[d]	-	-	2 692	-	**2 692**
Total bruto		**130 475**	**18 112**	**2 692**	**-**	**151 279**
Imparidade (Nota 31)		138	453	340	-	**931**
Total líquido		**130 337**	**17 659**	**2 352**	**-**	**150 348**

Instrumentos de dívida da carteira bancária

O quadro apresenta em seguida um sumário da carteira de instrumentos de dívida ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral do Grupo Haitong Bank, a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	103 564	-	-	-	**103 564**
Monitoring	[bbb+;b-]	706 629	8 416	-	-	**715 045**
Substandard	[ccc+;ccc]	-	-	-	-	**-**
Impaired	[d]	-	-	2 711	-	**2 711**
Valor bruto		**810 193**	**8 416**	**2 711**	**-**	**821 320**
Imparidade (Nota 31)		1 624	32	1 415	-	**3 071**
Ajustamentos de Cobertura		473	-	-	-	**473**
Valor líquido		**809 042**	**8 384**	**1 296**	**-**	**818 722**
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	17 176	-	-	-	**17 176**
Monitoring	[bbb+;b-]	201 947	12 172	-	-	**214 119**
Impaired	[d]	-	-	5 416	-	**5 416**
Valor bruto		**219 123**	**12 172**	**5 416**	**-**	**236 711**
Imparidade (Nota 31)		560	186	2 237	-	**2 983**
Reavaliação		(6 656)	-	(705)	-	**(7 361)**
Ajustamentos de Cobertura		217	-	-	-	**217**
Valor líquido		**212 124**	**11 986**	**2 474**	**-**	**226 584**
Total bruto		**1 029 316**	**20 588**	**8 127**	**-**	**1 058 031**
Total imparidade		2 184	218	3 652	-	6 054
Total reavaliação		(6 656)	-	(705)	-	(7 361)
Total Ajustamentos de Cobertura		690	-	-	-	690
Total líquido		**1 021 166**	**20 370**	**3 770**	**-**	**1 045 306**

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	103 200	-	-	-	**103 200**
Monitoring	[bbb+;b-]	619 981	-	-	-	**619 981**
Valor bruto		**723 181**	**-**	**-**	**-**	**723 181**
Imparidade (Nota 31)		1 662	-	-	-	**1 662**
Valor líquido		**721 519**	**-**	**-**	**-**	**721 519**
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	35 062	-	-	-	**35 062**
Monitoring	[bbb+;b-]	277 175	-	-	-	**277 175**
Valor bruto		**312 237**	**-**	**-**	**-**	**312 237**
Imparidade (Nota 31)		1 289	-	-	-	**1 289**
Reavaliação		(15 455)	-	-	-	**(15 455)**
Valor líquido		**295 493**	**-**	**-**	**-**	**295 493**
Total bruto		**1 035 418**	**-**	**-**	**-**	**1 035 418**
Total imparidade		2 951	-	-	-	2 951
Total reavaliação		(15 455)	-	-	-	(15 455)
Total líquido		**1 017 012**	**-**	**-**	**-**	**1 017 012**

Depósitos e Disponibilidades

O quadro apresenta em seguida um sumário dos depósitos e disponibilidades do Grupo Haitong Bank, a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	10 713	-	-	-	**10 713**
Monitoring	[bbb+;b-]	4 646	-	-	-	**4 646**
Impaired	[d]	-	-	3 665	-	**3 665**
Total bruto		**15 359**	**-**	**3 665**	**-**	**19 024**
Imparidade (Nota 31)		-	-	1 865	-	**1 865**
Total líquido		**15 359**	**-**	**1 800**	**-**	**17 159**

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	15 432	-	-	-	**15 432**
Monitoring	[bbb+;b-]	5 832	-	-	-	**5 832**
Substandard	[ccc+;ccc]	-	3 800	-	-	**3 800**
Not rated		1 696	-	-	-	**1 696**
Total bruto		**22 960**	**3 800**	**-**	**-**	**26 760**
Imparidade (Nota 31)		1	938	-	-	**939**
Total líquido		**22 959**	**2 862**	**-**	**-**	**25 821**

Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Grupo Haitong Bank, a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	554 284	-	-	-	**554 284**
Monitoring	[bbb+;b-]	29 020	-	-	-	**29 020**
Total bruto		**583 304**	**-**	**-**	**-**	**583 304**
Imparidade (Nota 31)		16	-	-	-	**16**
Total líquido		**583 288**	**-**	**-**	**-**	**583 288**

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	468 658	-	-	-	**468 658**
Monitoring	[bbb+;b-]	21 680	-	-	-	**21 680**
Total bruto		**490 338**	**-**	**-**	**-**	**490 338**
Imparidade (Nota 31)		20	-	-	-	**20**
Total líquido		**490 318**	**-**	**-**	**-**	**490 318**

Devedores e outros ativos

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de devedores e outros ativos do Haitong Bank, para 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Devedores e outros activos		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	1 347	-	-	-	**1 347**
Impaired	[d]	-	-	-	9 891	**9 891**
Not rated		8 730	-	-	-	**8 730**
Total bruto		**10 077**	**-**	**-**	**9 891**	**19 968**
Imparidade (Nota 31)		8 572	-	-	3 907	**12 479**
Total líquido		**1 505**	**-**	**-**	**5 984**	**7 489**

(milhares de euros)

Devedores e outros activos		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	7	-	-	-	**7**
Monitoring	[bbb+;b-]	1 861	-	-	-	**1 861**
Substandard	[ccc+;ccc]	285	-	-	-	**285**
Doubtful	[lccc]	41	-	-	-	**41**
Impaired	[d]	-	-	7 407	9 891	**17 298**
Not rated		13 467	-	-	-	**13 467**
Total bruto		**15 661**	**-**	**7 407**	**9 891**	**32 959**
Imparidade (Nota 31)		8 820	-	52	3 569	**12 441**
Total líquido		**6 841**	**-**	**7 355**	**6 322**	**20 518**

Compromissos financeiros com terceiros

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de Compromissos financeiros com terceiros do Haitong Bank, para 31 de dezembro de 2023:

(milhares de euros)

Compromissos com Terceiros		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	24 000	-	-	-	**24 000**
Total bruto		**24 000**	**-**	**-**	**-**	**24 000**
Imparidade (Nota 31)		36	-	-	-	**36**
Total líquido		**23 964**	**-**	**-**	**-**	**23 964**

Não se verificavam Compromissos Financeiros com terceiros com referência a 31 de dezembro de 2022.

Durante o ano de 2023, ocorreram as seguintes movimentações:

(milhares de euros)

	Dos quais:			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**2 418 748**	**73 845**	**29 758**	**2 522 351**
Aumentos/reduções de exposição	175 602	(41 805)	(8 827)	**124 970**
Transferências:				**-**
de stage 1	(29 912)	20 588	9 324	**-**
de stage 2	-	(19 578)	19 578	**-**
de stage 3	-	-	-	**-**
Write-off	(25)	-	(3 146)	**(3 171)**
Cessões	(105 735)	-	-	**(105 735)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**2 458 678**	**33 050**	**46 687**	**2 538 415**

Durante o ano de 2022, uma exposição totalizando 18.8 milhões de euros foi transferida de Stage 2 (perdas de crédito esperadas "lifetime") para Stage 1 (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

A utilização de proteção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Grupo são as cauções financeiras (proteção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (proteção pessoal de crédito com efeito de substituição).

O Grupo Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a *haircuts* de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Grupo considera o valor das garantias reais após a aplicação do *haircut*.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital de empresas cotadas em bolsa e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

A valorização da caução de contas bancárias é realizada numa base trimestral, de acordo com as informações fornecidas pelo banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital de empresas não cotadas, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

À data de 31 de dezembro de 2023, o montante de instrumentos financeiros para os quais não se identificaram perdas de crédito esperadas decorrente da existência de garantia (i.e., sempre que a exposição dado o incumprimento líquida de garantias detidas for igual a zero), foi de 11.896 mil euros, contabilizado na carteira de garantias.

Em seguida apresenta-se por classe de rating o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento (EAD) para todos os ativos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada Stage e para os instrumentos POCI.

(milhares de euros)

31.12.2023									
Classe de rating		Stage 1		Stage 2		Stage 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	698 933	688 971	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 751 013	1 616 663	33 050	32 968	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	-	-	-	-	-	-	-	-
Doubtful	[lccc]	-	-	-	-	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	34 640	26 316	12 047	12 048
Not rated		8 732	8 729	-	-	-	-	-	-
Total		**2 458 678**	**2 314 363**	**33 050**	**32 968**	**34 640**	**26 316**	**12 047**	**12 048**

(milhares de euros)

31.12.2022									
Classe de rating		Stage 1		Stage 2		Stage 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	655 919	643 738	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 747 338	1 548 026	51 933	51 760	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	285	285	3 800	3 800	-	-	-	-
Doubtful	[lccc]	41	41	18 112	9 056	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	17 709	17 321	12 047	12 047
Not rated		15 165	15 161	-	-	-	-	-	-
Total		**2 418 748**	**2 207 251**	**73 845**	**64 616**	**17 709**	**17 321**	**12 047**	**12 047**

Exposições Não Produtivas e Exposições Diferidas

De acordo com as definições definidas no Anexo V do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2018/1627, de 8 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) No. 680/2014, no que diz respeito à avaliação prudente para reportes regulatórios, o Grupo divulga as exposições não produtivas e diferidas ("*forborne exposures*").

As definições de exposições não produtivas e exposições diferidas encontram-se na secção 2.4.1.

Neste sentido, a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Cobertura	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	**2 558 427**	**6 322**	**0,2%**	**2 666 219**	**12 459**	**0,5%**
Exposições Não Produtivas (NPE)	**36 647**	**11 244**	**30,7%**	**13 244**	**6 915**	**52,2%**
Instrumentos de dívida da carteira bancária	7 422	3 652	49,2%	-	-	0,0%
Crédito a Clientes	8 219	3 975	48,4%	9 766	6 310	64,6%
Caixa & Equivalentes de Caixa	3 665	1 865	50,9%	-	-	0,0%
Garantias prestadas	16 785	1 729	10,3%	2 692	340	12,6%
Compromissos de crédito	556	23	4,1%	786	265	33,7%
Total	**2 595 074**	**17 566**	**0,7%**	**2 679 463**	**19 374**	**0,7%**
NPE ratio	**1,4%**			**0,5%**		
NPL ratio	**1,2%**			**1,2%**		

A 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as exposições diferidas apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Cobertura	Exposição bruta e reavaliações	Imparidade e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	**2 546 696**	**5 883**	**0,2%**	**2 615 468**	**8 193**	**0,3%**
Exposições Diferidas Produtivas	**11 731**	**439**	**3,7%**	**50 751**	**4 266**	**8,4%**
Crédito a Clientes	11 731	439	3,7%	50 751	4 266	8,4%
Exposições Diferidas Não Produtivas	**11 462**	**5 413**	**47,2%**	**9 563**	**5 606**	**58,6%**
Instrumentos de dívida da carteira bancária	2 711	1 415	52,2%	-	-	0,0%
Crédito a Clientes	8 195	3 975	48,5%	8 777	5 341	60,9%
Compromissos de crédito	556	23	4,1%	786	265	33,7%
Exposições Não Produtivas	**25 185**	**5 831**	**23,2%**	**3 681**	**1 309**	**35,6%**
Instrumentos de dívida da carteira bancária	4 711	2 237	47,5%	-	-	0,0%
Crédito a Clientes	24	-	0,0%	989	969	98,0%
Caixa & Equivalentes de Caixa	3 665	1 865	50,9%	-	-	0,0%
Garantias prestadas	16 785	1 729	10,3%	2 692	340	12,6%
Total	**2 595 074**	**17 566**	**0,7%**	**2 679 463**	**19 374**	**0,7%**

Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham fatores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afetar a solvência do Grupo –, o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do grupo para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por setores de atividade, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

Indústria	31.12.2023								
	Crédito a clientes					Ativos de negociação		Títulos	
	Valor Bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Intrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Agricultura e bens alimentares	4 979	-	70	-	-	23	1	6 838	63
Cooperativas agrícolas	4 839	-	46	-	-	-	-	-	-
Automóveis e peças de automóveis	20 240	-	33	-	-	514	-	21 648	56
Bancos	-	-	-	-	-	22 802	8 554	76 765	103
Corretagem	-	-	-	-	-	-	46	-	-
Materiais de construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de investimento	15 090	-	132	-	-	1 667	2	11 489	14
Indústria química	30 298	-	82	-	-	3 108	1 949	26 082	52
Comércio e Serviços	63 637	-	1 685	-	-	-	-	15 873	67
Construção e Obras Públicas	17 222	1 620	88	1 591	-	1 925	-	35 906	145
Bens de consumo e vestuário	-	1 197	-	452	-	-	-	5 741	1 430
Embalagens	1 882	-	28	-	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	9 671	-	11	-	-	-	-	24 238	37
Fundos e Gestores de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	14 657	3
Administração pública	744	-	-	-	-	799 442	-	508 353	481
Saúde	20 112	-	103	-	-	11	-	11 217	55
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	1 305	-	7 549	2
Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e entretenimento	-	-	-	-	-	3 085	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	29 047	-	46	-	-	-	-	26 521	78
Instituições financeiras não bancárias	36 810	-	378	-	-	2 186	3 412	11 059	7
Indústria de petróleo e gás	50 477	-	230	-	-	568	451	13 531	32
Papel e produtos florestais	-	-	-	-	-	520	81	3 835	6
Energia	125 962	-	639	-	-	1 336	191	37 687	2 373
Imobiliário	79 507	-	580	-	-	1 733	-	90 211	379
Arrendamento e Locação	13 483	-	69	-	-	-	-	-	-
Retalho	18 216	-	181	-	-	1 048	-	32 784	116
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	18	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	3 181	-	5 481	26
Telecomunicações	48 951	-	179	-	-	2 740	11	25 975	159
Transportes	731	-	5	-	-	510	-	19 788	95
Infraestruturas de transportes	101 610	-	1 015	-	-	-	17 037	10 065	48
Água e Saneamento	-	-	-	-	-	776	-	21 513	227
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**693 508**	**2 817**	**5 600**	**2 043**	**-**	**848 480**	**31 735**	**1 064 824**	**6 054**

(milhares de euros)

Indústria	31.12.2022							
	Crédito a clientes				Ativos de negociação		Títulos	
	Valor Bruto		Imparidade		Títulos	Intrumentos financeiros derivados	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura e bens alimentares	25 548	-	337	-	278	9	20 231	110
Cooperativas agrícolas	7 696	-	42	-	-	-	-	-
Automóveis e peças de automóveis	20 165	-	38	-	-	-	16 912	42
Bancos	-	-	-	-	4 047	13 261	76 383	126
Corretagem	-	-	-	-	494	430	-	-
Materiais de construção	-	-	-	-	1 782	-	-	-
Bens de investimento	17 596	-	62	-	3 336	-	23 159	27
Indústria química	14 968	-	48	-	3 842	9 621	8 097	26
Comércio e Serviços	61 686	-	1 391	-	601	-	939	5
Construção e Obras Públicas	5 607	2 468	60	2 444	1 292	441	43 977	359
Bens de consumo e vestuário	-	-	-	-	-	-	5 202	67
Embalagens	5 350	-	105	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	2 365	-	46	-	-	1 178	10 522	12
Fundos e Gestores de Ativos	-	-	-	-	1 600	-	26 235	15
Administração pública	1 231	-	-	-	711 469	-	538 012	884
Saúde	7 946	-	43	-	-	-	22 078	120
Alojamento e turismo	2 127	-	2 127	-	-	-	7 445	1
Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e entretenimento	-	-	-	-	1 197	4	-	-
Metalúrgica & Mineração	-	-	-	-	-	-	9 459	12
Instituições financeiras não bancárias	45 626	-	146	-	3 866	6 945	26 855	82
Indústria de petróleo e gás	25 102	-	125	-	3 269	-	14 197	62
Papel e produtos florestais	7 572	-	41	-	-	458	2 727	3
Energia	167 448	-	4 383	-	1 692	137	39 894	129
Imobiliário	124 397	-	589	-	791	29	81 189	489
Arrendamento e Locação	13 917	-	76	-	-	-	-	-
Retalho	20 210	-	212	-	-	-	14 126	18
Programação informática	-	-	-	-	-	-	5	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	1 742	-	-	-
Telecomunicações	53 086	-	200	-	1 430	237	25 663	164
Transportes	5 232	-	44	-	657	-	2 998	26
Infraestruturas de transportes	148 250	-	1 231	-	1 419	16 188	-	-
Água e Saneamento	-	-	-	-	799	-	20 176	172
Outros	2	-	-	-	-	-	-	-
Total	**783 127**	**2 468**	**11 346**	**2 444**	**745 603**	**48 938**	**1 036 481**	**2 951**

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por país de risco, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, encontra-se apresentada conforme se segue:

(milhares de euros)

País de Risco	31.12.2023								
	Crédito a clientes				Reavaliação	Ativos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade			Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido				
Australia	29 047	-	46	-	-	-	-	-	-
Austria	-	-	-	-		1 527	-	5 481	26
Bélgica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bermudas	-	-	-	-	-	776	-	-	-
Brasil	72 299	1 197	1 320	452	-	805 574	2 593	236 440	4 492
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	11 190	19
Canada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
China	-	-	-	-	-	6 210	-	87 791	611
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 130	7
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	23 199	33
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 693	3
França	39 733	-	204	-	-	6	180	55 888	43
Alemanha	20 240	-	33	-	-	5 871	782	23 446	26
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	22 816	26
Guatemala	17 198	-	86	-		-	-	-	-
Hong-Kong	-	-	-	-	-	5 943	-	8 127	3
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	10 311	12
Irlanda	36 810	-	378	-	-	-	-	-	-
Itália	-	-	-	-	-	1 863	-	178 809	266
Japão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luxemburgo	-	-	-	-	-	2 582	-	18 669	11
Macau	-	-	-	-	-	2 484	-	-	-
Países Baixos	-	-	-	-	-	719	-	10 808	8
Panama	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Polónia	86 060	1 620	226	1 591	-	368	430	32 237	46
Portugal	185 046	-	1 072	-	-	7 885	16 932	184 816	285
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	23 574	27
Singapura	-	-	-	-	-	23	-	-	-
Espanha	132 425	-	1 992	-	-	3 384	859	93 712	52
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	7 732	9
Suiça	-	-	-	-	-	2 000	-	-	-
Reino Unido	49 474	-	213	-	-	-	3 562	8 078	23
Estados Unidos América	25 176	-	29	-	-	1 265	6 397	9 877	26
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**693 508**	**2 817**	**5 599**	**2 043**	**-**	**848 480**	**31 735**	**1 064 824**	**6 054**

(milhares de euros)

País de Risco	31.12.2022								
	Crédito a clientes				Reavaliação	Ativos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade			Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido				
Bermudas	-	-	-	-	-	799	-	-	-
Brasil	121 737	969	5 242	969	-	711 216	9 925	186 778	1 034
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	10 972	22
Canada	-	-	-	-	-	186	-	-	-
China	-	-	-	-	-	5 076	-	137 579	727
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 237	8
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	10 165	19
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 727	3
França	-	-	-	-	-	610	1 142	60 113	53
Alemanha	20 165	-	38	-	-	-	4 244	10 155	22
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	22 702	43
Hong-Kong	-	-	-	-	-	6 915	-	-	-
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	17 908	15
Irlanda	45 626	-	146	-	-	-	299	-	-
Itália	-	-	-	-	-	2 163	-	177 976	281
Japão	-	-	-	-	-	723	-	-	-
Luxemburgo	90 864	-	595	-	-	-	-	32 554	19
Países Baixos	-	-	-	-	-	3 988	-	-	-
Polónia	94 894	1 499	188	1 475	-	288	29	34 065	176
Portugal	211 714	-	3 231	-	-	6 691	17 024	199 709	425
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	23 847	30
Singapura	-	-	-	-	-	278	-	-	-
Espanha	137 622	-	1 638	-	-	3 173	9 415	77 731	29
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	7 783	15
Suiça	-	-	-	-	-	841	-	-	-
Reino Unido	60 503	-	268	-	-	-	6 860	14 480	30
Estados Unidos América	-	-	-	-	-	1 433	-	-	-
Ilhas Virgens Britânicas	-	-	-	-	-	1 223	-	-	-
Outros	2	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**783 127**	**2 468**	**11 346**	**2 444**	**-**	**745 603**	**48 938**	**1 036 481**	**2 951**

Conflito Rússia - Ucrânia

O conflito Rússia-Ucrânia provocou perturbações nas condições económicas mundiais e desencadeou tumultos nos mercados financeiros e de crédito.

Pese embora as implicações globais do conflito não sejam totalmente conhecidas, nem os efeitos indiretos passíveis de quantificar ou prever, a conclusão geral é de que nenhum dos mutuários analisados sofreu à data um impacto decorrente do conflito.

Monitorização do Fundo de Pensões

A gestão do Fundo de Pensões é assegurada pelo GNB Fundo de Pensões, responsável por garantir a implementação e acompanhamento da estratégia de investimento dos fundos, respeitando os limites definidos na Política de Investimento dos mesmos. O Haitong Bank delega na Mercer Portugal a responsabilidade pela validação independente dos pressupostos atuariais assumidos, bem como pela definição da metodologia da avaliação atuarial.

Estas entidades têm também a responsabilidade de fornecer a informação necessária para o devido acompanhamento dos fundos de pensões relevante por parte dos diferentes órgãos do Banco, encarregues de monitorizar este risco, nomeadamente a Comissão Executiva, a Comissão de Acompanhamento Independente e a Comissão de Risco.

Risco do Fundo de Pensões

A carteira de ativos do Fundo essencialmente constituída por ações, obrigações e unidades de participação (fundos de investimento e ETF's), os riscos inerentes aos ativos do Fundo são os específicos dos vários tipos de investimento (risco de crédito, mercado, liquidez, etc.). No que respeita aos passivos do Fundo, sendo constituídos por responsabilidades de pagamento de pensões, apresentam vários riscos atuariais, que podem ter impacto negativo no valor das responsabilidades do Fundo: taxa de inflação, crescimento dos salários e pensões, evolução das tábuas de mortalidade e respetivo aumento da esperança média de vida e taxa de desconto.

O Risco do Fundo de Pensões está integrado no *Risk Appetite Framework* (RAF) do Banco, sendo monitorizado mensalmente em termos da evolução dos ativos, responsabilidades e da taxa de desconto. O Risco do Fundo de Pensões é quantificado para efeitos de capital interno no âmbito do exercício de ICAAP do Haitong Bank.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de incorrer em perdas, nas posições dentro e fora do balanço, resultantes de movimentos adversos nos preços de mercado, nomeadamente, nos preços de ações, taxas de juros, taxas de câmbio e spreads de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado tanto na carteira de negociação como na carteira bancária.

O principal mecanismo para gerir o risco de mercado na carteira de negociação é na aplicação da política de apetite de risco, de onde a definição de limites é uma componente chave. O Banco estabelece, para todo o grupo, limites de value-at-risk (VaR) para risco de mercado na carteira de negociação.

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial de posições a justo valor devido a movimentos de mercado e não devem ser excedidos num período de tempo definido e com um nível de confiança definida. O Haitong Bank estima o VaR a partir das variações históricas reais das variáveis de mercado ao longo de um período de um ano, um horizonte temporal de dez dias e reavalia todas as posições para cada cenário de mercado considerando um nível de confiança de 99%.

(milhares de euros)

	31.12.2023				31.12.2022			
	dezembro	Média	Máximo	Mínimo	dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	4 804	9 794	12 770	4 515	10 123	7 623	10 584	5 969
Risco taxa de juro	1 008	1 022	2 943	231	550	708	1 218	191
Ações e Mercadorias	6	6	9	5	8	7	10	4
Spread de Crédito	268	380	717	180	604	655	882	420
Covariância	(1 420)	(1611)	(3886)	(528)	(908)	n.a.	n.a.	n.a.
VaR Global	**4 665**	**9 592**	**12 553**	**4 402**	**10 377**	**8 994**	**12 694**	**6 584**

Informação não auditada

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, bem como os respetivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários	368 914	15 929	4,32%	561 757	6 092	1,08%
Crédito a clientes	786 747	61 935	7,87%	729 567	39 764	5,45%
Aplicações em títulos	1 888 497	150 852	7,99%	741 386	74 772	10,09%
Contas caução	26 407	1 832	6,94%	57 926	281	0,49%
Activos financeiros	**3 070 565**	**230 548**	**7,50%**	**2 090 636**	**120 909**	**5,78%**
Recursos monetários	1 009 575	102 161	10,12%	1 008 547	30 778	3,05%
Recursos de clientes	1 004 230	42 202	4,20%	922 290	52 410	5,68%
Responsabilidades representadas por títulos	566 976	46 981	8,29%	439 167	22 531	5,13%
Outros recursos	15 922	3 629	22,79%	18 009	790	4,39%
Passivos financeiros	**2 596 703**	**194 973**	**7,51%**	**2 388 013**	**106 509**	**4,46%**
Resultado Financeiro		**35 575**			**14 400**	

Fonte: Haitong Bank

Considerando que, a posição cambial aberta é a maior fonte de risco de mercado, o Haitong Bank gere cada exposição por moeda. Em dezembro de 2023 e dezembro de 2022, a exposição dos ativos e passivos, por moeda, era a seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AOA	3	-	3	7	-	7
AUD	14	-	14	14	-	14
BRL	106 915	7 751	114 665	91 343	14 226	105 568
CAD	36	-	36	36	-	36
CHF	(112)	-	(112)	22	-	22
CNY	6 481	-	6 481	12 149	-	12 149
DKK	199	-	199	201	-	201
GBP	35 592	(36 592)	(1 000)	37 059	(37 523)	(464)
HKD	(313)	-	(313)	(777)	-	(777)
JPY	37	-	37	41	-	41
MOP	4 788	-	4 788	5 177	-	5 177
MXN	11	-	11	10	-	10
NOK	10	-	10	11	-	11
PLN	(30 986)	56 919	25 933	57 038	(33 307)	23 732
SEK	36	-	36	36	-	36
TRY	-	-	-	1	-	1
USD	8 278	(5 036)	3 243	38 012	(36 727)	1 285
Total	**130 989**	**23 042**	**154 031**	**240 380**	**(93 331)**	**147 049**

Nota: activo / (passivo)
Fonte: Haitong Bank

A principal fonte de risco cambial do Haitong Bank provém da subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

O risco de mercado da carteira bancária resulta principalmente das atividades fora das unidades de negociação e de certos itens fora do balanço patrimonial, incorporando considerações de diferentes tratamentos contábeis das transações. Os riscos mais significativos na carteira bancária são a variação do risco de taxa de juro (IRRBB) e do risco de *spread* de crédito (CSRBB).

No que respeita ao IRRBB, o Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de risco de taxa de juro e avaliar o efeito das alterações do mercado no âmbito das suas atividades, e gerir o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num determinado horizonte de tempo.

Para medir o valor económico, o Banco utiliza um modelo de run-off do balanço, onde os ativos e passivos existentes não são substituídos à medida que maturam, e por outro lado, para medir a margem financeira, o Banco segue um modelo de balanço estável, onde os contratos que maturam são substituídos como contratos semelhantes, mas com taxas iguais às taxas forward na maturidade.

Em dezembro de 2023 e dezembro de 2022, o perfil de reprecificação do Banco para posições sensíveis ao risco de taxa de juro era o seguinte:

(milhares de euros)

Maturidade	31.12.2023			31.12.2022		
	Ativos	Passivos	Posição Líquida	Ativos	Passivos	Posição Líquida
Mais de 3 meses	1 441 155	(1 416 033)	25 122	1 230 605	(1 379 015)	(148 410)
Entre 3 e 6 meses	405 155	(354 026)	51 129	274 841	(461 926)	(187 085)
Entre 6 e 12 meses	95 380	(187 187)	(91 807)	287 198	(123 321)	163 877
Entre 1 e 5 anos	525 188	(299 773)	225 414	651 417	(280 952)	370 465
Mais de 5 anos	63 413	(19 941)	43 472	106 392	(50 397)	55 995
Total	**2 530 291**	**(2 276 961)**	**253 330**	**2 550 453**	**(2 295 611)**	**254 842**

Fonte: Haitong Bank

Assim, o impacto de diferentes choques nas curvas de rendimentos, medidos pelo valor económico do capital próprio e pela margem financeira, foi o seguinte:

(milhares de euros)

Cenários	31.12.2023		31.12.2022	
	Delta EVE	Delta NII	Delta EVE	Delta NII
Subida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	(14 544)	2 690	(23 379)	4 355
Descida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	2 963	(2 690)	6 999	(4 355)
Subida paralela da curva de rendimentos	(17 347)	n.a.	(24 865)	n.a.
Descida paralela da curva de rendimentos	4 854	n.a.	8 130	n.a.
Aumento do declive da curva de rendimentos	(313)	n.a.	1 382	n.a.
Diminuição do declive da curva de rendimentos	(3 586)	n.a.	(7 063)	n.a.
Aumento das taxas de curto prazo	(8 836)	n.a.	(13 780)	n.a.
Diminuição das taxas de curto prazo	2 114	n.a.	5 150	n.a.
% Fundos Próprios	2,70%	0,50%	4,36%	0,81%
% Fundos Próprios de Nível 1	3,24%	0,50%	4,65%	0,81%

Fonte: Haitong Bank
Informação não auditada

No que respeita ao CSRBB, o Haitong Bank visa capturar alterações na perceção do mercado sobre a qualidade de crédito de instrumentos individuais com risco de crédito, quer devido a alterações nos níveis de incumprimento esperados, quer devido a alterações na liquidez do mercado. Alterações nas perceções subjacentes da qualidade de crédito podem amplificar os riscos já decorrentes do risco da curva de rendimentos, sendo este risco também definido como qualquer tipo de risco de spread de ativos e/ou passivos de instrumentos com risco de crédito que não é explicado pelo IRRBB, nem pelo crédito esperado /risco de salto para o padrão.

Para mensurar mensalmente o CSRBB, o Haitong Bank considera uma abordagem de simulação de VaR histórico com período de detenção de um ano, período de observação de cinco anos e nível de confiança de 99,9%.

(milhares euros)

	31.12.2023		31.12.2022	
	Requisito CSR	Posições HTCS	Requisito CSR	Posições HTCS
Haitong Bank S.A.	9 905	166 402	8 157	188 690
dos quais: Soberanos	205	6 511	522	13 526
dos quais: Empresas	9 701	159 891	7 636	175 163
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	2 397	60 182	2 693	106 803
dos quais: Soberanos	1 858	37 029	1 717	79 449
dos quais: Empresas	540	23 153	976	27 354
Covariância	(1 534)	n.a.	(2 187)	n.a.
Global	**10 769**	**226 584**	**8 663**	**295 493**
Duração média (em anos)	**-**	**2,32**	**-**	**1,81**

Fonte: Haitong Bank
Informação não auditada

A média anual do requisito de capital para CSRBB é de 11,0 milhões de euros em dezembro de 2023, o que representa um aumento face aos 7,3 milhões de euros em dezembro de 2022.

Reformas das taxas de juro de referência

O Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho (conhecida como EU Benchmark Regulation ou BMR) veio estabelecer um quadro comum para assegurar que as taxas de juro de referência cumprem determinados requisitos que garantam a sua fiabilidade e eficiência bem como protejam o consumidor e investidor, o que implicou um conjunto de reformas, atualmente em curso, das taxas de juro de referência com implicações diversas para as atividades das instituições financeiras.

O Banco detém fallbacks provisions nos seus contratos de acordo com a prática de mercado para responder a uma descontinuidade das taxas. Não existem à data de 31 de Dezembro de 2023 contratos de financiamento cuja taxa do contrato esteja associada a taxas Libors que estão previstas serem descontinuadas. O Banco detém derivados cujas taxas estão previstas ser descontinuadas estando a ser negociadas as respetivas alterações contratuais. Os contratos em causa estão ao abrigo de contratos ISDA.

A reforma das taxas de referência na Polónia substitui o índice WIBOR pelo índice WIRON. A partir de dezembro de 2022, os bancos poderão utilizar o índice WIRON, enquanto a implementação gradual do índice para contratos e instrumentos financeiros está prevista para 2023-2027. A partir de 2028, está prevista a utilização ampla do índice WIRON. A WIRON é um índice desenvolvido, com base em transações de depósitos, por provedores de dados (9 remetentes de dados) com bancos, instituições financeiras e grandes empresas.

O Banco reconhece exposições de crédito com vencimento após 2028, e sendo assim, parte da exposição estará indexada ao índice WIRON. Existem derivados de taxas de juro que ultrapassam o prazo e aplicar-se-á a alteração obrigatória para WIRON (2028). Portanto, haverá necessidade de alteração dos contratos com os clientes referentes a esses produtos. Portanto, existirá necessidade de alterar contratos com os clientes deste tipo de produtos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

No âmbito da declaração de visão de risco aprovada pelo Conselho de Administração, o Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento de médio e longo prazo sustentável, tanto ao nível do Grupo como ao nível das suas subsidiárias.

Para tal, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua atividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade direta da Comissão Executiva, assessorada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO). As equipas locais de tesouraria asseguram a gestão de liquidez em cada um dos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, S. Paulo e Varsóvia), sob a coordenação global do CEO do Haitong Bank.

O Banco gere a sua liquidez estabelecendo uma política de risco de liquidez, monitorizando um conjunto de indicadores de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, executando testes de stress e definindo planos de contingência e através do estabelecimento de limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 31 de dezembro de 2023, o Banco detinha 832 milhões de Euros de ativos líquidos de alta qualidade (616 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022), dos quais 541 milhões de Euros correspondiam a depósitos disponíveis junto de Bancos Centrais (459 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022). O valor remanescente de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia e por obrigações do tesouro brasileiro denominadas em reais brasileiros e detidas pela subsidiária do Haitong Bank no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2023 o Haitong Bank detinha um excedente de 529 milhões de Euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 275% (236% em dezembro de 2022), confortavelmente acima dos limites internos e regulamentares.

(milhões de euros)

Rácio de cobertura de Liquidez	dezembro 2023	dezembro 2022
Ativos Líquidos de Elevada Qualidade	832	616
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	529	355
Rácio de Cobertura de Liquidez	**275%**	**236%**

Fonte: Haitong Bank
Informação não auditada

O financiamento do Haitong Bank por parte do Banco de Portugal ascendeu a 12 milhões de euros a 31 de dezembro de 2023 (302 milhões de euros em dezembro de 2022) obtidos através das facilidades Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO) com vencimento em 2024.

No ano de 2023, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram empréstimos de longo prazo de bancos, obrigações emitidas pelo Haitong Bank e pela sua subsidiária brasileira, operações com acordo de recompra (repos), depósitos de clientes (particulares, empresas e clientes institucionais) e financiamentos colateralizados do Banco Central.

Em situações de stress de mercado em que o valor dos derivados sofre impactos significativos, podem ser exigidos montantes adicionais de colateral ao Haitong Bank devido à existência de acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. Credit Support Annex) principalmente com instituições financeiras. As posições de derivados e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas notas 20 e 27, respetivamente.

A 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2023						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	17 164	-	-	-	-	-	17 164
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	5 028	14 313	433 320	941 129	-	1 393 790
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	13 464	13 464
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	16 334	11 196	180 051	42 936	-	250 517
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	127 415	91 130	558 342	60 882	-	837 769
Aplicações em instituições de crédito	551 206	6 780	28 588	-	-	-	586 574
Crédito a clientes	1 203	12 990	82 227	648 051	107 836	-	852 307
Instrumentos derivados	-	253 933	54 263	168 102	8 673	18 987	503 958
	569 573	422 480	281 717	1 987 866	1 161 456	32 451	4 455 543
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	265 834	264 531	69 947	348 024	34 460	-	982 796
Recursos de clientes	63 074	536 993	339 155	266 299	-	-	1205 521
Responsabilidades representadas por títulos	-	34 563	147 095	510 423	-	-	692 081
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	846	-	-	-	-	-	846
Instrumentos derivados	-	256 442	52 183	146 954	4 145	10 130	469 854
	329 754	1 092 529	608 380	1 271 700	38 605	10 130	3 351 098

A 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa contratuais não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2022						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	25 828	-	-	-	-	-	25 828
Ativos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	21 595	22 485	193 779	1194 133	-	1431 992
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	16 518	16 518
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	26 509	99 763	187 059	248 915	-	562 246
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	5 061	22 856	37 180	697 673	-	762 770
Aplicações em instituições de crédito	462 739	19 241	8 436	-	-	-	490 416
Crédito a clientes	971	29 860	144 528	600 603	183 358	-	959 320
Instrumentos derivados	-	233 965	59 639	156 783	12 142	27 584	490 113
	489 538	336 231	357 707	1 175 404	2 336 221	44 102	4 739 203
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	139 747	774 775	55 160	440 288	50 452	-	1 460 422
Recursos de clientes	60 205	204 289	315 741	180 813	-	-	761 048
Responsabilidades representadas por títulos	-	8 710	16 909	593 014	-	-	618 633
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	96	-	-	-	-	-	96
Instrumentos derivados	-	226 356	56 545	139 555	5 477	9 830	437 763
	200 048	1 214 130	444 355	1 353 670	55 929	9 830	3 277 962

Os cash flows não descontados de derivados são calculados como cash flows brutos de cada lado da operação, sem considerar posições líquidas.

Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídicos estão incluídos nesta definição. Desta forma, considera-se o risco operacional como o cômputo dos riscos operacionais e de sistemas de informação (IT).

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das actividades regulares de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD V (Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – Risk Weighted Assets) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (phased-out) quer a inclusão/dedução de novos elementos (phased-in). O período transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estendeu até ao final de 2022.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD permitiu que a inclusão desta reserva de fundos próprios fosse faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis Bancos portugueses considerados como "Outras Instituições de Importância Sistémica" (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). O Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia. No dia 31 de dezembro de 2023, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor da posição total em risco para contrapartes domésticas. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto no âmbito do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal. A 1 de fevereiro de 2022, o Banco de Portugal, enquanto autoridade responsável pela supervisão em base consolidada do Haitong Bank, SA, comunicou a decisão relativa ao processo anual de revisão e avaliação de supervisão (SREP 2021), segundo o qual atribui ao Haitong Bank um requisito específico de fundos próprios de 4%, a cumprir sempre a partir de 1 de julho de 2022, determinado ao abrigo das disposições conjuntas do artigo 116.ºC (1), (2)(a), (3)(b) e (4) do RGICSF.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método "Standard" tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método "The Standardized Approach" – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Grupo Haitong Bank para 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	31.12.2023		31.12.2022	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácio de fundos próprios principais de Nível 1	19,0%	19,0%	17,4%	17,3%
Rácio de fundos próprios de Nível 1	23,7%	23,7%	21,7%	21,7%
Rácio de Fundos Próprios Totais	23,8%	23,8%	21,8%	21,8%

Fonte: Haitong Bank
Informação não auditada

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de dezembro de 2023 e a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração do Banco, não se verificou nenhum acontecimento subsequente que exigisse ajustamentos ou modificações às mesmas.

NOTA 41 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas, interpretações, emandas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos)	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Os trabalhos desenvolvidos ao nível do Inclusive Framework da OCDE relativos ao BEPS Pillar 2 resultaram na adoção das regras do modelo Globe (Global anti-Erosion Rules) ao nível da UE com a publicação da Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022.

De forma resumida, este modelo pretende assegurar que os lucros de grandes grupos multinacionais fiquem sujeitos a um nível mínimo de tributação efetiva não inferior a 15% em todas as jurisdições onde se encontrem. Essa tributação mínima opera por via de um denominado Top-up Tax cujo apuramento e cobrança fica primariamente a cargo da jurisdição onde se encontre a denominada Ultimate Parent Entitity (UPE) do grupo multinacional ou uma sociedade holding intermédia desse grupo. Porém, quando esse mecanismo não for acionado é ativada a Undertaxed Payments Rule (UTPR) ao nível das sociedades detidas.

O desenvolvimento dos trabalhos por parte da OCDE vieram mostrar que grande parte das jurisdições pretendem adotar uma solução denominada por Qualified Domestic Minimum Top-up Tax (QDMTT) que se baseia na criação de um imposto doméstico que determine que um eventual nível de tributação abaixo do limite de 15% nesse país seja cobrado e constitua receita fiscal do próprio país e não da jurisdição fiscal onde se encontre a UPE.

Em Portugal, e com referência a 31 de dezembro de 2023, ainda não ocorreu a transposição da Diretiva (UE) 2022/2523 para a legislação interna. Deste modo, o Banco, enquanto entidade pertencente a um Grupo multinacional cuja UPE é o Haitong Securities Co.Ltd., sedeado em Xangai, encontra-se a analisar os eventuais impactos que a transposição desta Diretiva poderá ter ao nível do Grupo Haitong, nomeadamente a possibilidade ou não de aplicação de safeharbours previstos no regime transitório.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emandas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants"	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024

Estas emendas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

Normas, interpretações, emandas e revisões ainda não adoptadas pela união europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

RELATÓRIO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstração dos Resultados Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Juros e proveitos similares	4	91 227	43 408
Juros e custos similares	4	62 102	22 624
Margem financeira		**29 125**	**20 784**
Rendimentos de instrumentos de capital	5	-	178
Rendimentos de serviços e comissões	6	35 282	43 528
Encargos com serviços e comissões	6	(7 106)	(4 011)
Resultados de instrumentos de negociação	7	(962)	10 228
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	8	860	238
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	9	1 447	604
Resultados de Contabilidade de cobertura	10	-	-
Resultados de reavaliação cambial	11	187	(6 748)
Resultados de desreconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	12	1 944	3
Outros resultados operacionais	13	5 385	(588)
Proveitos operacionais		**66 162**	**64 216**
Custos com pessoal	14	30 181	30 902
Gastos gerais administrativos	16	11 115	11 233
Depreciações e amortizações	25 e 26	4 605	5 084
Provisões	32	(2 424)	74
Imparidade em ativos financeiros	32	2 470	(7 638)
Custos operacionais		**45 947**	**39 655**
Resultado antes de impostos		**20 215**	**24 561**
Impostos			
Correntes	33	3 264	2 437
Diferidos	33	4 699	2 909
		7 963	**5 346**
Resultado líquido do exercício		**12 252**	**19 215**
Resultados por ação básicos (em euros)	17	0,07	0,11
Resultados por ação diluídos (em euros)	17	0,07	0,11

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Individual dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido do exercício		**12 252**	**19 215**
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Remensurações de responsabilidades com benefícios definidos, líquidas de impostos	36	(4 722)	11 182
		(4 722)	**11 182**
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de impostos	36	5 369	(8 819)
		5 369	**(8 819)**
Outro rendimento integral total		**647**	**2 363**
Total do rendimento integral do exercício		**12 899**	**21 578**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Ativo			
Caixa e Equivalentes de Caixa	18	13 784	14 888
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		75 238	85 987
Ativos financeiros detidos para negociação		65 650	73 399
Títulos	19	42 906	34 387
Instrumentos financeiros derivados	20	22 744	39 012
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		9 588	12 588
Títulos	22	9 564	12 568
Crédito a clientes	24	24	20
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22	166 402	188 690
Ativos financeiros pelo custo amortizado		1 882 047	1 792 978
Aplicações em instituições de crédito	23	576 795	471 139
Crédito a clientes	24	635 426	655 290
Títulos	22	669 826	666 549
Outros ativos tangíveis	25	9 428	11 964
Ativos intangíveis	26	1 359	2 105
Investimentos em subsidiárias e associadas	27	150 311	156 221
Ativos por impostos		74 908	82 348
Ativos por impostos correntes	33	16 184	17 086
Ativos por impostos diferidos	33	58 724	65 262
Outros ativos	28	70 405	99 445
Total de Ativo		**2 443 882**	**2 434 626**
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação		23 371	38 575
Títulos	19	846	96
Instrumentos financeiros derivados	20	22 525	38 479
Passivos financeiros ao custo amortizado		1 735 420	1 708 635
Recursos de instituições de crédito	29	628 573	842 834
Recursos de clientes	30	739 559	494 949
Responsabilidades representadas por títulos	31	367 288	370 852
Provisões	32	1 118	3 635
Passivos por impostos		12 917	11 753
Passivos por impostos correntes	33	7 123	5 959
Passivos por impostos diferidos	33	5 794	5 794
Outros passivos	34	35 686	49 557
Total de Passivo		**1 808 512**	**1 812 155**
Capital Próprio			
Capital	35	871 278	863 279
Prémios de emissão	35	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	35	105 042	105 042
Reservas de reavaliação	36	(4 064)	(9 433)
Outras reservas e resultados transitados	36	(357 934)	(364 428)
Resultado líquido do exercício		12 252	19 215
Total de Capital Próprio		**635 370**	**622 471**
Total de Passivo e Capital Próprio		**2 443 882**	**2 434 626**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Total	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		**844 769**	**8 796**	**108 773**	**(614)**	**(366 250)**	**(366 864)**	**9 150**	**604 624**
Outros movimentos registados diretamente no capital próprio:									
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	36	-	-	-	(8 819)	-	(8 819)	-	(8 819)
Remensurações de responsabilidades com beneficio definido, líquidas de impostos	36	-	-	-	-	11 182	11 182	-	11 182
Resultado líquido do exercício	36	-	-	-	-	-	-	19 215	19 215
Total do rendimento integral do exercício		**-**	**-**	**-**	**(8 819)**	**11 182**	**2 363**	**19 215**	**21 578**
Aumento de capital	35	18 510	-	-	-	(18 510)	(18 510)		-
Reembolso de outros instrumentos de capital	35	-	-	(3 731)	-	-	-		(3 731)
Transferência para reservas	36	-	-	-	-	9 150	9 150	(9 150)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		**863 279**	**8 796**	**105 042**	**(9 433)**	**(364 428)**	**(373 861)**	**19 215**	**622 471**
Outros movimentos registados diretamente no capital próprio:									
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	36	-	-	-	5 369	-	5 369	-	5 369
Remensurações de responsabilidades com beneficio definido, líquidas de impostos	36	-	-	-	-	(4 722)	(4 722)	-	(4 722)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	12 252	12 252
Total do rendimento integral do exercício		**-**	**-**	**-**	**5 369**	**(4 722)**	**647**	**12 252**	**12 899**
Aumento de capital	35	7 999	-	-	-	(7 999)	(7 999)	-	-
Transferência para reservas	36	-	-	-	-	19 215	19 215	(19 215)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		**871 278**	**8 796**	**105 042**	**(4 064)**	**(357 934)**	**(361 998)**	**12 252**	**635 370**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022 (Reexpresso)
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		92 991	39 273
Juros e custos pagos		(49 808)	(11 952)
Serviços e comissões recebidas		36 277	43 268
Serviços e comissões pagas		(7 106)	(4 011)
Recuperações de Operações abatidas ao ativo	13	8 868	3
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(44 067)	(47 877)
		37 155	**18 704**
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Ativos e passivos financeiros de negociação		(8 417)	10 786
Aplicações em instituições de crédito		(20 425)	(5 300)
Recursos de instituições de crédito	29	(219 927)	121 500
Crédito a clientes		21 749	(138 253)
Recursos de clientes e outros empréstimos	30	237 639	(314 438)
Outros ativos e passivos operacionais		9 886	56 587
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		**57 660**	**(250 414)**
Impostos sobre os lucros pagos		(1 198)	2 643
		56 462	**(247 771)**
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento			
Alienação e liquidação de investimentos em subsidiárias	27	1 758	-
Dividendos recebidos		-	178
Compra de investimentos em títulos		(116 090)	(312 275)
Venda e reembolsos de investimentos em títulos		145 926	161 788
Compra de imobilizações	25 e 26	(982)	(1 367)
Venda de imobilizações	25 e 26	46	3
		30 658	**(151 673)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	31	-	363 816
Emissão de outros instrumentos de capital	35	-	(3 731)
Rendas pagas por operações de locação	34	(2 311)	(2 656)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(2 311)**	**357 429**
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		**84 809**	**(42 015)**
Caixa e equivalentes no início do exercício		478 537	520 552
Caixa e equivalentes no fim do exercício		563 346	478 537
		84 809	**(42 015)**
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	18	4	5
Disponibilidades em bancos centrais	18	2 984	2 981
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	12 661	12 841
Aplicações em instituições de crédito	23	547 697	462 710
Total		**563 346**	**478 537**

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Diretor do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

NOTA 1 – ACTIVIDADE

O Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objetivo de alargar o âmbito da atividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de dezembro. O início das atividades do Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a refletir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em setembro de 2015, a Haitong International Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Macau e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil. Em junho de 2022, o Haitong Bank, S.A. concluiu o processo de abertura de um escritório de representação em Paris.

A Sucursal de Londres do Haitong Bank recebeu da FCA a aprovação da candidatura do Banco ao Regime Regulamentar Total do Reino Unido em março de 2023.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong International Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong. Sendo o Haitong Securities CO., LTD., a entidade ao nível máximo de consolidação (ultimate parent company).

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, nº 5/2015), as demonstrações financeiras do Haitong Bank, S.A., (Banco ou Haitong Bank) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor na União Europeia a 1 de janeiro de 2023.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros ativos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras individuais, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 1 de março de 2024 e serão submetidas à aprovação do acionista único, sendo que é esperado que sejam aprovadas sem alterações.

Comparabilidade de informação

O Banco procedeu, em 31 de dezembro de 2023, ao nível da demonstração dos fluxos de caixa à reclassificação (i) das Aplicações em Instituições de Crédito da rubrica de Fluxos de caixa de atividades operacionais – Variação nos ativos e passivos operacionais para a rubrica Caixa e equivalentes no início e no fim do exercício, (ii) reclassificação de pagamentos relativos a rendas de locações financeiras de outros ativos e passivos operacionais para rendas pagas por operações de locação.

No seguimento desta alteração, o Banco procedeu à correção dos comparativos a 31 de dezembro de 2022, sendo a reexpresssão apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022 (Reexpresso)	Ajustamento	31.12.2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Aplicações em instituições de crédito	(5 300)	415 410	(420 710)
Outros ativos e passivos operacionais	56 587	2 656	53 931
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Rendas pagas por operações de locação	(2 656)	(2 656)	-
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	**48 631**	**415 410**	**(366 779)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	520 552	47 300	473 252
Caixa e equivalentes no fim do exercício	478 537	462 710	15 827
	(42 015)	**415 410**	**(457 425)**
Caixa e equivalentes engloba:			
Aplicações em instituições de crédito	462 710	462 710	-
Total	**462 710**	**462 710**	**-**

2.2. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1. Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente:

i. Ativos financeiros detidos para negociação; e
ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio sob os quais os mesmos são geridos.

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. é gerido de acordo com um modelo de negócio cujo objetivo é deter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio hold to collect), e
ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados essencialmente instrumentos de dívida, aplicações em Instituições de Crédito, Crédito a clientes.

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. é gerido de acordo com um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda (modelo de negócio hold to collect and sale), e
ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de atividades à qual se aplica a IFRS 3, o Banco pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral". Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32. O Banco não deté instrumentos para os quais aplicou esta opção irrevogável prevista na IFRS 9, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" se o modelo de negócio definido pelo Banco para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores e/ou o instrumento não cumpra com os requisitos do teste SPPI.

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado" ou de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. O Banco não adoptou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

- ativos financeiros na sub-categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - Ativos financeiros detidos para negociação", quando sejam:
  i. originados ou adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo;

ii. parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de acções recentes com o objectivo de obter ganhos no curto prazo; e
iii. instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

- ativos financeiros na sub-categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados", quando sejam:

  i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI);
  ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como detidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados – ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos (se remunerarem efetivamente o capital investido) associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de "Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções da gestão para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes, pouco significativas, próximas do vencimento do ativo, as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros e/ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortizações antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa e/ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado pelos custos de transação directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transação directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efectuado a transação. Se o Banco considerar que os mesmos são diretamente atribuíveis à transação os mesmos são especializados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Banco procede à mensuração subsequente dos ativos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo histórico.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Este preço é estimado pelo Banco de acordo com uma hierarquia condizente com os requisitos a IFRS 13. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como (i) a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, (ii) técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros e prémio/desconto são registados em margem financeira, utilizando a taxa de juro efectiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (excepto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
b) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos de recuperação.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente.
b) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva e registados em margem financeira.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros e prémio/desconto têm um procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado.
b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.
c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.
d) Os ganhos ou perdas associadas à contabilidade de cobertura são reconhecidos em resultados.
e) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adoptada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda

decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor actual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efectiva original do ativo.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Banco decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afectados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria efeturada de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência.

Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um ativo financeiro nas seguintes situações:

a) quando transfere esse ativo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse ativo são transferidos para outra entidade;
b) quando se verifica uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento:
c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse ativo.

Ativos abatido ao ativo (Write-off)

O Banco reconhece um ativo abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as acções de recuperação desenvolvidas pelo Banco se revelarem infrutíferas. Os ativos abatidos ao ativo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

Eventuais recuperações posteriores à passagem do instrumento para write-off deverão ser registados como recuperações ganhos extraordinários, com impacto na demonstração de resultados em outros resultados operacionais.

Ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são ativos que apresentam evidências objectivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um ativo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- ativos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contrato original, o qual apresentava evidências objectivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contrato que reflecte as perdas de imparidade incorridas;
- ativos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflecte as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efectiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de cash flows descontados).

Imparidade de ativos financeiros

O Banco determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspetiva prospetiva (*forward looking*).

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo. O Banco reconhece as perdas por imparidade em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral contra a reserva de justo valor, pelo que o seu reconhecimento não reduz o valor de balanço dos instrumentos.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida (designadamente, as garantias outros compromissos irrevogáveis) são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

Modelo de Imparidade

Nos termos da IFRS 9, o Banco determina as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*, ou ECL) através de um modelo prospetivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta fatores macroeconómicos, assim como outras informações prospetivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três Stages tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- Stage 1 – ***Performing***: ativos financeiros para os quais não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade refletirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- Stage 2 – ***Under Performing***: ativos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- Stage 3 – ***Non-Performing***: ativos financeiros para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O modelo coletivo de imparidade implementado pelo Banco é aplicável a todos os instrumentos financeiros classificados em Stage 1 que não apresentem quaisquer sinais de alerta, e para determinar as perdas mínimas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos contratos no caso de exposições com aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (classificados em Stage 2).

Adicionalmente, os vinte maiores devedores empresariais (*corporate*) do Banco são sujeitos anualmente à análise individual de *staging*, com vista à confirmação de que não apresentam sinais de alerta prévios que possam suscitar a transferência para Stage 2.

As exposições em Stage 2 são analisadas individualmente, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor, os eventos considerados pela CRR (*Capital Requirements Regulation*) na definição de incumprimento e os eventos definidos na IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Stage 3. As exposições para as quais se confirme a sua adequada classificação em Stage 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento financeiro, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*. Todos os clientes em Stage 3 estão sujeitos a uma análise de imparidade individual.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em Stage 1, exceto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objetiva de imparidade (*Purchased or originated credit impaired* - "POCI"). Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Um aumento no risco de crédito pode resultar numa transferência de Stage 1 para o 2 ou Stage 3. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em Stage 1 com uma perda de crédito esperada a 12 meses. Caso contrário, na eventualidade de se verificar um aumento significativo do risco de crédito face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para Stage 2 e, consequentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para Stage 3 ocorre mediante uma evidência objetiva de imparidade.

Quando um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objetiva de imparidade (Stage 3), é reclassificado para Stage 2, após considerado o devido período de quarentena. É assumido que, quando um ativo financeiro recupera de Stage 3, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em Stage 2. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em Stage 3, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). As exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para Stage 1.

A Nota 38 – Gestão dos Riscos de Atividade revela os inputs do modelo de imparidade coletiva do Banco, bem como os ajustamentos realizados para incorporação de informação prospetiva.

Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para ativos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contrato, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para ativos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de ativos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- Crédito a clientes;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Instrumentos de dívida - títulos;
- Outros activos - devedores e outras contas a receber;
- Caixa e equivalentes de caixa;
- Garantias prestadas e outros compromissos financeiros perante terceiros.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- Ativos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (Stage 1 – *Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de *default* que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).
- Ativos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (Stage 2 – *Under Performing* e Stage 3 – *Non Performing*): correspondem às perdas de crédito esperadas *lifetime* apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento, ponderada pela probabilidade de incumprimento no caso das exposições classificadas em Stage 2.
- Linhas de crédito não utilizados: o montante de imparidade associado aos compromissos de crédito não utilizados à data de referência é apurado multiplicando pelo factor de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;
- Garantias financeiras: o valor de imparidade é apurado tendo por base a diferença entre o valor atual dos reembolsos e os montantes que o Banco espera recuperar.

Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Banco considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Banco identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de três abordagens: (i) abordagem quantitativa; (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (*warning signals*) e (iii) avaliação de sinais de alerta prévios (*early warning signals*), a fim de detetar eventos e/ou circunstâncias que possam indicar um aumento significativo do risco de crédito (*significant increase in credit risk* ou "SICR").

Adicionalmente, o Banco avalia o aumento significativo do risco de crédito através de uma abordagem quantitativa que foi alvo de atualização em 2023. Para este efeito, o Banco definiu uma matriz de transição baseada numa metodologia interna de *pricing*. Esta abordagem envolve a comparação entre o rating do instrumento financeiro à data de reporte vis-à-vis o rating na data do reconhecimento inicial, sendo que a deterioração de risco de crédito necessária para uma reclassificação em Stage 2 variará dependendo da classificação inicialmente atribuída ao instrumento financeiro.

Os sinais de alerta internos são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido (considerando capital, juros, taxas ou outros encargos) há mais de 30 dias; (ii) clientes com crédito em situação de incumprimento na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) clientes com sinais de alerta ativados nos últimos três meses; e (vi) outras situações pontuais/excecionais (*ad-hoc*). O Banco identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos *triggers* (i), (iii), (v) e (vi) ativados; e (b) devedores com *triggers* (ii) e (iv) ativados simultaneamente.

A avaliação de sinais de alerta prévios inclui a revisão anual em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva das 20 maiores exposições produtivas, com o intuito de confirmar que os clientes mais significativos não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Stage 2.

Adicionalmente, o Banco implementou o procedimento de preparar trimestralmente para clientes classificados em Stage 1 um questionário denominado "Questionário *Early Warning Signals*" que visa identificar de forma oportuna indicadores de aumento significativo de risco de crédito e, para clientes classificados em Stage 1 e 2, o referido questionário permite ainda identificar de forma tempestiva indicadores que possam traduzir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor cumprir na integra as suas obrigações de crédito, indiciando créditos em situação de imparidade.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Banco, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Stage 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Stage 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento, através da utilização de um modelo de imparidade coletiva *lifetime*, determinando a taxa de imparidade mínima aplicável aos instrumentos financeiros.

Definição de incumprimento

No âmbito da IFRS 9, o Banco considera os seus ativos financeiros como estando em incumprimento aplicando uma definição semelhante à utilizada para efeitos prudenciais. Assim, o Haitong Bank define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições com valores materialmente relevantes vencidos há mais de 90 dias; 2) reduzida probabilidade de reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias, independentemente da existência de montantes vencidos; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (*pulling effect*).

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao ativo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração de resultados do banco (em todo ou parte); e vi) outras condições (*ad-hoc*) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adotada pelo Banco cumpre com o artigo 178º da CRR e segue a definição da Autoridade Bancária Europeia ("EBA") para exposições não produtivas ("NPE"), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

Definição de exposições diferidas

A definição interna de exposições diferidas, i.e., que foram sujeitas a medidas de reestruturação (*forbeance*) por dificuldades financeiras do devedor segue a definição regulamentar. Entende-se por medidas de reestruturação uma concessão acordada entre o Banco e um devedor que se depare ou seja provável que se venha a deparar com dificuldades para respeitar os seus compromissos financeiros. Uma exposição só pode ser tratada como diferida (*forborne*) se o devedor estiver a atravessar dificuldades financeiras que tenham levado o Banco a fazer algum tipo de concessão.

Uma concessão pode envolver uma perda para o Banco e deve referir-se a uma das seguintes ações:

i. uma alteração aos termos e condições originais de um contrato que não teria sido aprovada se o devedor não estivesse a ter problemas financeiros que o impossibilitassem de fazer face ao serviço da dívida;
ii. um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse a enfrentar dificuldades financeiras.

Ao conceder medidas de reestruturação a exposições produtivas com aumento significativo do risco de crédito, o Banco avalia se essas medidas podem levar a uma reclassificação dessa exposição para não produtiva, estando essa avaliação sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

a) caso a diferença entre o valor atual líquido dos fluxos de caixa antes e depois do acordo de reestruturação exceda um determinado limiar (1%), a exposição passa a ser considerada como não produtiva;
b) caso se apliquem outros indicadores que possam suscitar uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de *forbearance* adotada pelo Banco segue o artigo 47ºB da CRR, bem como os princípios do Banco Central Europeu e os critérios de referência aplicáveis às exposições diferidas estabelecidos pelo Banco de Portugal ao abrigo da Carta Circular CC/2018/00000062, de novembro de 2018.

2.3.2. Contabilidade de cobertura

O Banco utiliza derivados financeiros como ferramenta de gestão de riscos financeiros, principalmente para cobrir o risco de taxa de juro. Quando estas operações cumprem determinados requisitos definidos nas IFRS, consideram-se operações de cobertura contabilísticas. Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Neste âmbito, o Banco aplica as disposições da IFRS 9 em relação à contabilidade de cobertura.

O Banco realiza uma documentação formal da relação de cobertura que inclui a identificação do instrumento de cobertura e do elemento coberto, a natureza do risco a ser coberto e como o Banco avalia se a relação de cobertura cumpre os requisitos de eficácia da cobertura. Para que se verifique o requisito de eficácia:

a) deve haver uma relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura,
b) o risco de crédito da contraparte do elemento coberto ou do instrumento de cobertura não deve ter um efeito dominante sobre as alterações de valor resultantes dessa relação económica, e
c) o rácio de cobertura da relação de contabilidade de cobertura, entendida como a parte do elemento coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

Cobertura de justo valor *(fair value hedge)*

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (fair value hedge), o valor de balanço desse ativo ou passivo é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto.

As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Estas variações são reconhecidas em resultados de contabilidade de cobertura.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios de exigibilidade da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. No que respeita ao ativo ou passivo coberto, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é amortizado em resultados pelo período de vida útil remanescente do item coberto. Se o elemento coberto for vendido, o ajustamento ao valor contabilístico do instrumento coberto é reconhecido na totalidade em resultados do exercício.

2.3.3. Passivos Financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado; ou

- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

a) Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados (i) os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, (ii) os passivos que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou (iii) os passivos que se enquadrem na definição de derivado.

b) Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Banco pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação ask-rpice). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Banco emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de recompra é registada diretamente em resultados.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transacções efectuadas pelo Banco no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subsequentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito próprio do passivo é reconhecida em outro rendimento integral; e
- o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido diretamente em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Juros e custos equiparados" com base na taxa de juro efetiva de cada instrumento.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis de acordo com a IFRS 9, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos similares", com base no método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.3.4. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de "Juros e proveitos similares" ou "Juros e custos similares" (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. A taxa efetiva inclui as eventuais comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transação, excepto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (cujas comissões referidas são reconhecidas diretamente em resultados).

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no Stage 1 ou Stage 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os ativos financeiros incluídos no Stage 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e. para ativos financeiros que entrem em Stage 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para ativos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efectiva reflete as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do ativo financeiro.

Quanto aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor dos derivados de cobertura de justo valor é reconhecida nas rubricas de rendimentos ou de custos com juros. Sendo que para os restantes derivados a componente de juro decorrente da variação de justo valor não é separada, sendo assim apresentada em resultados de ativos e passivos detidos para negociação.

2.3.5. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o exercício a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no exercício a que dizem respeito.

2.3.6. Contratos de garantia de performance

As garantias de performance são contratos que resultam na compensação de uma das partes caso a mesma não cumpra a obrigação contratual, comercial ou legal.

Quando a garantia de performance confere ao Banco direitos contratuais de indemnização para recuperar quaisquer pagamentos efetuados ao titular da garantia por parte do requerente e esses direitos são cobertos por colaterais, são tratadas como um compromisso de empréstimo concedido ao requerente, se o Banco concluir que não existe nenhum evento com substância comercial que possa fazer com que o Banco incorra numa perda resultante do acordo de garantia.

As garantias de performance são inicialmente reconhecias ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Este valor é amortizado linearmente ao longo da vida do contrato.

No final de cada período de reporte, os contratos de garantias de performance são mensurados pelo maior valor entre (i) o seu valor não amortizado no momento de reconhecimento inicial e (ii) o valor da provisão determinada com base nos modelos de perdas de crédito esperadas.

2.4. ATIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA E EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.5. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado com instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declarados.

2.6. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Esta possibilidade legal não pode depender de acontecimentos futuros, devendo ser executável no decurso da atividade do Banco, ou mesmo em caso de insolvência ou falência do Banco ou das suas contrapartes.

2.7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo histórico deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. O custo histórico inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	4 a 10
Equipamento informático	3 a 6
Instalações de interiores	4 a 10
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro Equipamento	2 a 10

As vidas úteis dos outros ativos tangíveis são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de balanço um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada.

2.8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros; e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

O Haitong apenas reconhece ativos intangíveis relativos a software. Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

As despesas com o desenvolvimento interno com software, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para o Banco.

SaaS (Software as a Service) são contratos de serviços que proporcionam ao Banco o direito de acesso a software de um fornecedor via soluções cloud durante um determinado período.

Os custos incorridos para configurar ou personalizar e as taxas de utilização para obter acesso ao software são reconhecidos como despesas operacionais à medida que os serviços prestados.

Caso exitam custos incorridos relacionados com o desenvolvimento específico do SaaS (Software as a Service) que melhore, modifique, ou crie capacidades adicionais, e que cumpram com a definição e os critérios previstos na IAS são reconhecidos como um ativo intangível.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.9. CONTRATOS DE LOCAÇÃO (IFRS 16)

Conforme estabelecido na IFRS 16, no início de um contracto, o Banco avalia se um contrato é ou contém uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Banco avalia se:

- o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este ativo poderá ser explicita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o ativo não é identificável;
- o Banco tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do ativo durante o período contratado; e
- o Banco tem o direito de direccionar o uso do ativo. O Banco tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o ativo é usado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o ativo é usado é predeterminada, o Banco tem o direito de direcionar o uso do ativo se:
  - o Banco tem o direito de operar o ativo; ou
  - o Banco desenhou o ativo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Conforme previsto na IFRS 16, o Banco optou por não aplicar os requisitos desta norma aos contractos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contractos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor (até 5 000 USD). Foi utilizada também a opção de não aplicar esta norma a locações de ativos intangíveis.

Como locatário

O Banco reconhece um ativo sob direito de uso em Outros activos tangíveis e um passivo de locação em Outros passivos na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo sob direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos ativos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efetuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contrato, ao valor presente dos pagamentos contratuais estimados. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contracto de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Banco. Geralmente, o Banco usa a taxa incremental de financiamento do Banco como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;
- pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e

- o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente, incrementado pelo custo com juros e diminuído pelos pagamentos das rendas ao locador, sendo reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contabilístico do ativo sob direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Locações de ativos de curto prazo e baixo valor

O Banco optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de locação de bens que tenham prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de ativos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Banco reconhece os custos associados a esses contratos diretamente em resultados em gastos gerais administrativos.

Como locador

Quando o Banco atua como locador, determina, no início do contrato, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao ativo sob direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao ativo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao ativo subjacente.

O Banco atualmente não realiza operações de sale and leaseback.

2.10. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Pensões

Portugal

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 15, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para o Banco, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Em Portugal, existem dois planos de pensões de benefícios definidos. Um plano que decorre do ACT do sector bancário e previsto nas cláusulas 94ª a 103ª do mesmo acordo; e um plano de pensões complementar, que vigorou para os respectivos participantes e beneficiários, até 30 de dezembro de 2020 e que se mantém, a partir desta data, exclusivamente para os respetivos beneficiários e eventuais futuros beneficiários, por morte daqueles. Os planos de pensões de benefícios definidos prevêem o valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. Em 30 de dezembro de 2020, foi introduzido um novo plano de pensões, em regime de contribuição definida, para o qual transitaram todos os participantes ainda não pensionistas do plano complementar, tanto os que já cessaram o seu vínculo com o Haitong Bank, com direitos adquiridos, como os que se encontram no ativo ao serviço do Banco.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Banco reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma prevista no ACTV) e que serve de base ao cálculo atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo atuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos. Caso ocorra uma liquidação ou corte num plano de benefícios definidos, o diferencial entre (i) o valor presente da obrigação de benefícios definidos determinado à data da liquidação e (ii) o montante da liquidação, incluindo o valor de ativos do plano a transferir; é registado em "Custos com pessoal".

O Banco efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

O Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias ou do reembolso de contribuições efetuadas.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, em concreto Espanha, Reino Unido e Polónia, o Banco suporta planos de pensões de contribuição definida. Nestes casos, as contribuições estão definidas previamente e os benefícios no momento da reforma vão depender do valor das contribuições entregues e dos rendimentos acumulados.

Benefícios de saúde

Portugal

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

O SAMS também se aplica aos familiares dos colaboradores, de acordo com a clausula 110ª "Beneficiários" do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário ("ACT")

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Restantes Geografias

Nas restantes geografias, o Banco suporta planos de assistência médica locais, complementares aos sistemas de segurança social em prática em cada geografia onde opera. Nomeadamente:

- França

O Grupo oferece aos seus colaboradores do Escritório de Paris seguros complementares de saúde e seguros pessoais, nomeadamente através da seguradora Malakoff Humanis.

A Malakoff Humanis providencia o reembolso complementar das despesas de saúde sobre a parte que não é reembolsada pela Segurança Social Francesa e ainda indemniza o colaborador beneficiário em caso de acidente.

- Espanha

A Sucursal de Espanha proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através de uma seguradora de saúde denominada ASISA. Esta empresa privada é responsável pela cobertura das despesas médicas em caso de consultas de diagnóstico, tratamentos, internamentos e cirurgias.

- Brasil

O Grupo proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através de um Serviço de Assistência Médica específico. A empresa que dá acesso ao reembolso para tratamento de doenças e preservação da saúde é a operadora Care Plus, líder no segmento de saúde corporativa no Brasil que pertence à Bupa Global, uma das maiores seguradoras de saúde do mundo.

A Care Plus possui rede própria de médicos, além do sistema de reembolso de procedimentos e consultas médicas, bem como acesso a hospitais e laboratórios em todo o território nacional.

- Macau

A Sucursal de Macau proporciona aos seus colaboradores benefícios de saúde através do Grupo American International Assurance (“AIA”).

A AIA é o maior grupo cotado de seguros de vida na zona Ásia-Pacífico e oferece aos seus beneficiários cobertura médica mundial e seguro de vida de grupo. A AIA possui ainda uma extensa rede de médicos e de clínicas em toda a região, além de um sistema de reembolso online de fácil acesso à disposição dos seus beneficiários.

- Reino Unido

Na Sucursal de Londres, os benefícios de saúde para os colaboradores são obtidos através de um seguro médico privado prestado pela seguradora de saúde Bupa Health UK, a principal empresa de seguros de saúde no Reino Unido e uma das maiores do mundo. Os colaboradores têm acesso a tratamentos de saúde física e mental, tratamentos em hospitais privados, consultas privadas, acesso a um serviço digital de medicina geral, atendimento ambulatório e ainda acesso a uma rede de laboratórios em todo o Reino Unido.

- Polónia

A Sucursal do Haitong em Varsóvia oferece aos seus colaboradores benefícios de saúde através da Medicover. A Medicover é uma empresa privada que oferece diversos serviços de saúde, incluindo atendimento ambulatório e especializado e acesso a uma rede de hospitais, laboratórios e pontos de colheita de sangue fornecidos sob duas

secções – Serviços de Saúde e Serviços de Diagnóstico. A Medicover também proporciona aos nossos colaboradores os benefícios exigidos no âmbito da medicina do trabalho.

Os colaboradores das geografias são abrangidos por planos de contribuição definida.

Prémio de Carreira

Em Portugal, nos termos do novo ACT, assinado em 5 de julho de 2016, está previsto o pagamento por parte do Banco de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Banco, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Banco de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício.

O valor das responsabilidades do Banco com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para as pensões de reforma.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.11. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e que não resultem do reconhecimento simultâneo numa única transação, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

A partir de 1 de janeiro de 2019 o Banco adotou a nova norma interpretativa da IAS 12 - IFRIC 23 – 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' - e que vem recomendar os requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar na existência de incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento, devendo refletir a melhor estimativa efetuada pela entidade quanto ao desfecho presumível da situação em discussão. Essa estimativa apurada com base no valor esperado ou valor mais provável deve ser registada pela entidade em Ativo ou passivo por imposto sobre o rendimento com base na norma IAS 12 e não pela IAS 37.

O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020).

Adicionalmente, foi publicada a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificada uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

2.12. ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos seguindo o tratamento previsto pela IAS 37.

2.13. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.14. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos quando (ou à medida que) seja satisfeita uma obrigação de desempenho (performance obligation) ao transferir um serviço, tendo por base o preço de transação associado a essa obrigação de desempenho, da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de uma determinada obrigação de desempenho, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando cada uma das obrigações de desempenho tiverem sido concluídas;
- Os rendimentos de serviços e comissões relativos a obrigações de desempenho satisfeitas ao longo do tempo são reconhecidos em resultados no decorrer do período a que essas obrigações de desempenho vão sendo concretizadas;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.15. REPORTE POR SEGMENTOS

O Banco adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Banco: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Banco para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.16. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação com risco imaterial de flutuação do justo valor, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais, disponibilidades em outras instituições de crédito e aplicações em instituições de crédito.

Os fluxos provenientes de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e pelo custo amortizado são alocados a atividades de investimento, por sua vez, os fluxos dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados são alocados à atividade operacional.

2.18. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Estes ativos estão registados ao custo histórico, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas subsidiárias e associadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando detém o poder de designar as atividades relevantes da entidade, e quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade dos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Investimentos financeiros em associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, com referência ao final de cada ano ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num exercício posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzidos dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, múltiplos comparáveis, considerando as condições de mercados, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.19. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para a emissão. Neste âmbito, podem ser identificados dois tipos de eventos:

i) Aqueles que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e,
ii) Aqueles que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que não sejam considerados eventos ajustáveis, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras individuais na Nota 41.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram feitas, tendo em conta a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, considerando o contexo de incerteza que resulta do impacto do conflito Rússia-Ucrânia na actual conjuntura económica. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E DÍVIDA AO JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O Banco efetua uma revisão periódica dos ativos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.3.1.

Análise Individual

Atendendo às características específicas do portfolio de crédito, o Banco decidiu que a abordagem principal para o cálculo de imparidade é a análise individual, tendo em conta fatores relevantes e particulares que podem justificar um eventual ajustamento à taxa de imparidade.

O Departamento de Gestão de Risco identifica todas as posições sujeitas à análise individual de staging – as vinte maiores exposições *corporate* em Stage 1, as exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (Stage 2) e as exposições em imparidade (Stage 3) –, sendo estas objeto de discussão em sede de Comité de Imparidade e Comissão Executiva. No caso das exposições em Stage 1, a análise individual de *staging* é realizada com o intuito de confirmar que os maiores devedores do Banco não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Stage 2. As exposições em Stage 2 são analisadas individualmente, tendo em vista a verificação da inexistência de elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e de eventos considerados pela CRR na definição de *default* e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Stage 3.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade e Comissão Executiva inclui: a) informação histórica (exposição por contrato e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respetiva valorização); e b) cenários de recuperação com cash flows esperados descontados à data atual, utilizando a taxa de juro efetiva que foi determinada no reconhecimento inicial, para obtenção das perdas esperadas para cada cenário desenvolvido.

Os cenários de recuperação são influenciados por perspetivas futuras, contemplando não apenas um cenário mais expectável (cenário base), como também cenários alternativos (cenários otimistas ou pessimistas). Para cada um dos

cenários apresentados, são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados, os respetivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a atividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras históricas, eventos subsequentes e projeções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais (apresentando as respetivas metodologias de avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos. Os cenários de recuperação são ponderados de acordo com a sua probabilidade estimada de ocorrência.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Análise Colectiva

A avaliação de imparidade no modelo coletivo baseia-se na avaliação do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados para cada crédito, utilizando parâmetros de risco predefinidos, suportados por informação externa.

Considerando as especificidades da carteira de crédito do Haitong Bank, o modelo coletivo é suportado em informação externa para todos os principais parâmetros de risco utilizados. Os principais parâmetros utilizados são: (i) a probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD), (ii) perda dado o incumprimento (*Loss Given Default* – LGD), (iii) a exposição no momento do *default* (*Exposure at Default)*, (iv) *Haircut* de colaterais, e (v) fator de conversão de crédito (*Credit Conversion Factor* – CCF) para exposições fora do balanço (*off-balance exposures*).

- A probabilidade de incumprimento (PD) reflete a probabilidade de incumprimento num determinado período. O Banco leva em consideração as PD disponibilizadas pela Standard & Poor's (S&P). O processo de atribuição de rating – e driver para aplicação das PDs - é realizado internamente com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de riscos e o processo de cálculo de imparidade. As PDs divulgadas pela S&P são, pela sua natureza, PDs Through-the-Cycle (TTC). Como tal, e para cumprir os requisitos da IFRS 9, o Grupo procede à conversão das referidas PDs para informação point-in-time (PiT) e forward-looking. Esta conversão é efetuada de acordo com uma metodologia interna que assenta na correlação das PDs divulgadas pela S&P com variáveis macroeconómicas explicativas selecionadas.;
- A Perda dado o incumprimento (LGD) reflete a magnitude da perda no momento do incumprimento. O Banco aplica LGD com base nas referências (benchmarks) da Moody's (taxas de recuperação), dependendo do devedor (corporate ou soberano) e do grau de colateralização (colateralizado ou não).
- A Exposição no momento do Default (EAD) é determinada como o custo amortizado de cada instrumento financeiro tendo por base o método da taxa de juro efetiva.
- O Banco aplica o Haircut de colaterais (collateral haircut) baseado nos critérios de elegibilidade e requisitos de capital regulatório (CRR).
- Fator de conversão de crédito (CCF) para posições extra-patrimoniais é baseado na CRR e o CCF aplica-se a todas as garantias e linhas de crédito (exposições fora do balanço).

O Banco atualizou os inputs do modelo de imparidade coletiva no que se refere à incorporação de informação prospetiva, conforme informação apresentada na Nota 38 – Gestão dos Riscos de Atividade.

3.2. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas

transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

O histórico apuramento de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afetados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos Ativos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efetuada pelo Banco com base em projeções dos seus lucros tributáveis futuros, determinadas a partir de um plano de negócios.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da atividade do Banco e à perspetiva de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza sobre o tratamento fiscal de um conjunto de realidades do Banco.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo com impacto nas demonstrações financeiras.

O Banco cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

3.3. PERDAS POR IMPARIDADE EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Os investimentos em filiais e associadas são analisados periodicamente com vista à identificação de sinais de imparidade. Caso existam, a imparidade é determinada de acordo com as regras definidas na IAS 36. Na ausência de um valor de mercado disponível, o valor recuperável é determinado normalmente com base em técnicas de apuramento do justo valor de mercado (*price book value*) e valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação do justo valor de participações financeiras envolve julgamento. Variações nos inputs utilizados na determinação do justo valor poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.4. PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxa de desconto das responsabilidades, tábuas de mortalidade, taxas de crescimento salarial e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Para efeitos de justo valor das obrigações e instrumentos de capital, é privilegiada a utilização da sua cotação, nomeadamente o preço de compra corrente (bid-price). Na ausência dessa cotação, o Banco estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte, podendo requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Relativamente aos passivos financeiros, o Grupo aplica a mesma hierarquia de valorização, mas considerando o ask-price.

Em relação aos derivados, são considerados fatores de risco de mercado (ex. curvas de taxa de juro e taxas de câmbio) que alimentam os modelos de avaliação implementados para cada derivado. Adicionalmente, é calculado o CVA para o qual são utilizados, entre outros, LGD, PD e Rácio do Colateral.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia resultar em valorizações diferentes daquelas reportadas.

3.6. CLASSIFICAÇÃO DE CONTRATOS DE GARANTIA DE PERFORMANCE

O Banco analisou os contratos de garantia de performance emitidos para avaliar se os mesmos cumpririam a definição de contratos de seguro no âmbito da IFRS 17.

O Banco concluiu que os seus contratos de garantia de performance expõem o Banco unicamente ao risco de crédito do requerente porque (i) todos os contratos exigem que os clientes que solicitam uma garantia garantam totalmente as suas obrigações de indemnizar o Grupo como emitente e (ii) não existem cenários com substância comercial em que o Banco teria de pagar montantes adicionais significativos aos titulares de tais garantias.

Assim, o Banco contabiliza estes contratos como compromissos de empréstimo de acordo com a IFRS 9. O valor bruto das garantias de desempenho emitidas e contabilizadas como compromissos de empréstimo é 90 808 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 55 404 milhares de euros) (ver Nota 37) e o valor contabilístico do passivo relacionado reconhecido nas demonstrações financeira é de 1 866 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1 682 milhares de euros) em 31 de dezembro de 2023. A receita com comissões reconhecida para estas garantias de performance foi de 77 milhares de euros (2022: 70 milhares de euros) para o período terminado em 31 de dezembro de 2023.

3.7. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida tendo por base a perspetiva do Cosnelho de Administração suportada com a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais (jurisprudência) , os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

3.8. PRAZO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

O Banco aplica julgamento para determinar o prazo de locação de alguns contratos, nos quais se encontra na posição de locatário, e que incluem opções de renovação e rescisão contratuais. O Banco determina o prazo da locação como o prazo não cancelável da locação, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de renovação se for razoavelmente certo que seja exercida, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescisão, se for razoavelmente certo que não seja exercida.

Esta avaliação tem impacto no prazo de locação, que poderá afetar significativamente o montante dos passivos da locação e dos ativos sob direito de uso reconhecidos.

NOTA 4 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	49 842	-	49 842	24 171	-	24 171
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	12 143	-	12 143	2 676	-	2 676
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7 505	-	7 505	5 236	-	5 236
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 431	1 431	-	963	963
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	18 473	-	18 473	9 854	-	9 854
Outros juros e proveitos similares	1 833	-	1 833	508	-	508
	89 796	**1 431**	**91 227**	**42 445**	**963**	**43 408**
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	24 835	-	24 835	8 228	-	8 228
Juros de responsabilidades representadas por títulos	16 892	-	16 892	7 036	-	7 036
Juros de recursos de clientes	17 137	-	17 137	6 803	-	6 803
Juros de locações	427	-	427	180	-	180
Outros juros e custos similares	2 811	-	2 811	377	-	377
	62 102	**-**	**62 102**	**22 624**	**-**	**22 624**
	27 694	**1 431**	**29 125**	**19 821**	**963**	**20 784**

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 240 milhares de euros e 207 milhares de euros relativos a contratos marcados como Stage 2 e como Stage 3, respetivamente (31 de dezembro de 2022: 101 milhares de euros e 74 milhares de euros).

A rubrica de Juros e custos similares – Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito tem registado um custo de 860 milhares de euros associado às operações TLTRO III (31 de dezembro 2022 correspondia a um custo negativo de 98 milhares de euros). Tem também registado um custo de 312 milhares de euros associado às operações PELTRO (31 de dezembro 2022 correspondia a um custo negativo de 667 milhares de euros).

Para cada tranche TLTRO III, está a ser feita a periodificação da taxa de juro efetiva. Esta taxa juro considera as taxas de juro aplicáveis a cada operação no período decorrido, de acordo com a estimativa do Banco quanto ao cumprimento das metas de variação do volume de crédito elegível definidas pelo BCE.

A 31 de dezembro de 2023, encontra-se viva apenas uma operação de TLTRO III com um valor nominal de 11 060 milhares de euros (31 de dezembro 2022 correspondia a um valor nominal de 99 660 milhares de euros). (ver nota 29).

A rúbrica juros de locações refere-se ao gasto de juros relativo aos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16.

As taxas médias de juro verificadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício encontra-se apresentado na Nota 40.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante de Juros e proveitos similares apresenta a seguinte distribuição por segmento geográfico:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Juros e proveitos similares		
Portugal	26 937	8 869
Polónia	14 861	11 061
Espanha	11 260	5 407
Luxemburgo	8 961	3 309
Itália	5 745	1 247
Países Baixos	3 816	-
Reino Unido	2 914	3 292
Irlanda	2 796	1 328
Ilhas Cayman	2 467	-
China	2 414	5 008
Brasil	-	695
França	-	662
Outros	9 056	2 530
	91 227	**43 408**

NOTA 5 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de instrumentos de capital		
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	-	178
		178

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	26 946	32 781
Por garantias prestadas	1 173	1 219
Por operações realizadas com títulos	7 163	9 528
	35 282	**43 528**
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	113	1 814
Por operações realizadas com títulos	1 669	1 575
Por garantias recebidas	360	277
Outros custos com serviços e comissões	4 964	345
	7 106	**4 011**
	28 176	**39 517**

Em 31 de dezembro de 2023, o rendimento de serviços e comissões inclui um montante de 17 115 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 24 003 milhares de euros) com partes relacionadas com o Grupo Haitong (Nota 38).

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por segmento operacional:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de serviços e comissões		
Mercado de Capitais	10 510	13 560
Fusões e Aquisições	15 909	14 349
Financiamentos Estruturados	4 860	4 588
Acções	108	800
Renda Fixa, Moeda e Commodities	1 033	4 990
Tesouraria	115	40
Corporate Solutions	8	1 809
Outros	2 739	3 392
	35 282	**43 528**

Cada segmento operacional compreende as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Banco:

Fusões e Aquisições

A Direção de Fusões e Aquisições (F&A) presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

Mercado de Capitais

A Direção de Mercado de Capitais abrange as atividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e equity direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, empresas públicas e entidades estatais.

A área de Debt Capital Markets (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões cross-border, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, obrigações ligadas ao tema ESG, *project bonds*, programas de papel comercial e gestão de passivo.

A área de Equity Capital Markets (ECM) é desenvolvida com base nas oportunidades que vão surgindo, pressupondo uma análise caso a caso, e abrange maioritariamente aumentos de capital, ofertas públicas de aquisição, instrumentos de capital e admissões à negociação (ou saídas de Bolsa) de clientes corporativos.

Corporate Derivatives

A Área de Corporate Derivatives do Haitong Bank cobre várias classes de ativos, nomeadamente taxas de juro, FX e *commodities*, e apoia as empresas na imunização do seu balanço contra variáveis financeiras que possam afetar adversamente os seus resultados, permitindo-lhes focar-se no seu negócio e fazer o *lock-in* da margem nos seus produtos. Neste sentido, as empresas conseguem otimizar a sua estratégia de *hedging* contra a subida das taxas de juro e contra as variações cambiais entre pagamentos e recebimentos dos seus produtos e serviços, e ainda otimizar a fixação do preço de custo/venda de matérias-primas.

Fixed Income

Composta por equipas especializadas em Trading, Sindicação e Distribuição, a Direção de Fixed Income oferece serviços de *market-making* para títulos de dívida corporativa e soberana, capacidade de distribuição internacional e multiproduto, capacidade de sindicação para diferentes produtos de dívida e produção de produtos estruturados para clientes institucionais. A presença em várias geografias e a combinação da sua capacidade de originação e distribuição estimulam a identificação de novas oportunidades de negócio e promovem a atividade *cross-border*.

A Direção de Fixed Income é também responsável pela gestão das carteiras de Investimento e de Trading do Haitong Bank, de acordo com as políticas de investimento e limites pré-definidos pela Comissão Executiva.

Para além do referido anteriormente, a Direção de Fixed Income no Brasil tem como missão a gestão dos diversos fatores de risco aos quais o Banco está exposto localmente, tais como: taxas de juro fixas, inflação, FX e *equities*, bem como os que são originados através da carteira proprietária e estratégica da mesa de operações do Banco (carteira de negociação e carteira bancária), seguindo as diretrizes internas e de acordo com as políticas de investimento aprovadas pela Comissão Executiva e Conselho de Administração do Haitong Brasil.

Structured Finance

A Direção de Structured Finance tem como objetivo desenvolver soluções de financiamento para os seus Clientes, nomeadamente nas áreas de *acquisition / leverage finance, project finance*, ou financiamentos corporativos e imobiliários, bem como prestar serviços de assessoria financeira e de estruturação e *arranging* a operações de financiamento.

Corporate Solutions

O objetivo da Direção de Corporate Solutions é estabelecer relacionamentos com clientes em vários setores, identificar oportunidades de negócios e atrair negócios para as áreas de produto do Banco.

Esta unidade também monitoriza oportunidades *cross-border* com o objetivo de garantir uma ligação comercial entre as várias regiões geográficas do Grupo.

Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de funding atuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como manter e gerir um nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria é também responsável pela gestão da carteira própria de HQLA do Banco.

Private Equity

O segmento de Private Equity, desenvolvido pela subsidiária Haitong Global Asset Management, SGOIC, S.A., tem por objetivo apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

Centro Corporativo

O Centro Corporativo não corresponde a uma área de negócio; trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, bem como a áreas tais como Compliance, CEO Office, Departamento Financeiro, Corporate Solutions, entre outras.

Special Portfolio Management

O objetivo da área de Special Portfolio Management (SPM) consiste em gerir todas as exposições do Banco classificadas como não-produtivas, de acordo com os critérios do IFRS9.

A área de SPM gere também todas as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido apenas como agente, no caso de as operações estarem em situação de incumprimento ou serem classificadas como não-produtivas.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS8, não são de individualização obrigatória (Direção de Asset Management e outros centros de receita).

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por segmento geográfico:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos de serviços e comissões		
China	21 973	28 004
Portugal	6 590	5 496
Reino Unido	1 283	502
Polónia	1 512	2 234
Espanha	834	1 980
Ilhas Virgem	744	2 082
Luxemburgo	580	992
Hong Kong	520	-
Brasil	515	458
Irlanda	320	-
Ilhas Caimão	-	730
Outros	411	1 050
	35 282	**43 528**

NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE NEGOCIAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

		31.12.2023	31.12.2022
Ativos e passivos de negociação			
Títulos de negociação			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos		197	134
De outros emissores		2 021	(1 036)
Ações		(17)	(5)
		2 201	**(907)**
Instrumentos financeiros derivados de negociação			
Contratos sobre taxas de câmbio		(694)	6 257
Contratos sobre taxas de juro		(1 764)	4 355
Contratos sobre acções/índices		(792)	254
Outros		87	269
		(3 163)	**11 135**
		(962)	**10 228**

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 19 e 20.

NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Crédito a clientes	2	(2)
Ações	858	240
	860	**238**

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22 e 24.

NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	193	-
De outros emissores	1 254	604
	1 447	**604**

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 10 - RESULTADOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Resultados de Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura (Nota 21)	248	-
Elementos cobertos (Nota 22)	(248)	-
	-	-

O Banco realiza coberturas contabilísticas utilizando futuros de taxa de juro. Encontram-se registadas nesta rubrica as variações de justo valor dos derivados designados para cobertura bem como a respetiva variação do risco coberto dos instrumentos de dívida designados para cobertura (ver notas 21 e 22). Em 2022 não foram realizadas coberturas contabilísticas.

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados nas notas 21 e 22.

NOTA 11 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Reavaliação Cambial	187	(6 748)
	187	**(6 748)**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2. A exposição dos ativos e passivos, por moeda, é apresentada na Nota 40.

NOTA 12 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Recuperação de Crédito	-	3
Alienação de crédito a clientes	403	-
Ganhos/Perdas em Investimentos ao Custo Amortizado	2 711	-
Ganhos/Perdas em Outros Ativos ao Custo Amortizado	(1 170)	
	1 944	**3**

Em 2023, o Banco procedeu à venda créditos e títulos, no valor global de 21 milhões de euros e de 67 milhões de euros, respetivamente. Estas transações geraram um resultado de 403 mil euros de mais valias da venda de créditos e de 2 711 euros de mais valias na venda das obrigações. As vendas enquadram-se no modelo de negócio de Hold to Collect, dado que foram infrequentes ou pouco significativas, ou motivadas por aumento significativo do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração.

Os ativos que deram origem aos resultados aqui apresentados são detalhados na Nota 22.

NOTA 13 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Outros serviços de clientes	130	72
Impostos directos e indirectos	(2 788)	(2 347)
Resultados de liquidação de subsidiárias (Nota 23)	(201)	-
Ativos não financeiros	(77)	195
Sub-leasing	496	488
Outros resultados de exploração	(1 043)	1 004
Recuperações de Operações abatidas ao ativo		
Recuperações de títulos (Nota 22)	8 868	-
	5 385	**(588)**

Os Impostos directos e indirectos incluem 2 009 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário e Contribuição Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário (31 de dezembro de 2022: 1 480 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de dezembro (ver Nota 31).

Os Outros resultados de exploração incluem 1 153 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição para o Fundo de Resolução Nacional e Fundo de Resolução Europeu (31 de dezembro de 2022: 1 346 milhares de euros).

Em 2023, ocorreu uma recuperação de 8 868 milhares de euros relativos a um instrumento de dívida.

NOTA 14 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Vencimentos e salários		
Remunerações	25 283	25 044
Prémios de carreira (ver Nota 15)	56	(166)
Impacto Acordos Rescisão (ver Nota 15)	34	248
Custos com pensões de reforma (ver Nota 15)	19	137
Outros encargos sociais obrigatórios	4 631	4 689
Outros custos	158	950
	30 181	**30 902**

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Haitong Bank, em funções a 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Pessoal Identificado (1)	Total
Dezembro de 2023			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 483	6 642	8 125
Remunerações variáveis	862	1 527	2 389
Total	**2 345**	**8 169**	**10 514**
Dezembro de 2022			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 467	7 045	8 512
Remunerações variáveis	764	1 184	1 948
Total	**2 231**	**8 229**	**10 460**

(1) Excluindo os membros do Conselho de Administração

Considera-se na categoria de "Pessoal Identificado" os colaboradores cujo âmbito das suas funções possa ter um impacto no perfil de risco do Banco ("Identified Staff").

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não apresenta crédito concedido aos Órgãos de Administração.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Haitong Bank analisa-se como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Funções diretivas	136,5	140,0
Funções de chefia	3,0	3,0
Funções específicas	118,0	109,5
Funções administrativas	16,0	17,0
Funções auxiliares	10,0	10,0
Total HT Bank (media)	**284,0**	**280,7**

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco apresentava nos seus quadros um total de 277 colaboradores, comparável com 278 colaboradores em dezembro de 2022.

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Banco, a partir de 1 de fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A proteção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo, contudo, lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2023	**31.12.2022**
Pressupostos Financeiros		
Taxa de desconto	3,59%	4,23%
Taxa de crescimento de pensões	2024: 2,00% 2025: 1,20% ≥2026: 0,50%	0,50%
Taxa de crescimento salarial	2024: 2,25% 2025: 1,45% ≥2026: 0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 -3 anos	TV 88/90 -3 anos
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A taxa de desconto usada como referência a 31 de dezembro de 2023 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a *duration* das responsabilidades (16 anos).

Os participantes nos planos de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2023	**31.12.2022**
Activos	86	90
Ex-colaboradores com direitos adquiridos	83	81
Reformados	51	46
Sobreviventes	9	10
TOTAL	**229**	**227**

Os Ex-colaboradores com direitos adquiridos correspondem a colaboradores que cessaram a sua actividade no Banco em 2023 e 2022 tendo mantido direitos sobre o plano de pensões.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas e ex-colaboradores com direitos adquiridos	30 838	25 177
Activos	9 212	7 739
	40 050	**32 916**
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	**52 788**	**49 786**
Excesso de cobertura/(Valores a entregar ao fundo)	12 738	16 870
Activos/(responsabilidades) líquidos em balanço (ver Nota 26 e 32)	**12 738**	**16 870**
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	28 749	23 957

O Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias ou do reembolso de contribuições efetuadas.

Os pensionistas incluem os ex-colaboradores, com direitos adquiridos no âmbito do Plano Social.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Responsabilidades iniciais	**32 916**	**50 066**
Custo do serviço corrente (ver Nota 13)	19	137
Custo dos juros	1 374	730
Contribuições dos participantes	90	86
Remensurações:	6 640	(17 388)
- Alteração de pressupostos financeiros	4 831	(19 692)
- (Ganhos)/perdas de experiência	1 809	2 304
Pensões pagas pelo fundo	(1 023)	(963)
Impacto de acordos de rescisão (ver Nota 13)	34	248
Responsabilidades finais	**40 050**	**32 916**

As responsabilidades com Benefícios de saúde estavam integralmente cobertas pelo Fundo de Pensões e correspondem a 31 de dezembro de 2023 a 2 500 milheres de euros (31 de dezembro de 2022: 2 026 milhares de euros).

Tendo por base a situação em 31 de dezembro de 2023, a análise de sensibilidade a alterações nos pressupostos actuariais, revela os seguintes impactos:

- Um aumento de 25 pontos base na taxa de desconto faria reduzir as responsabilidades em cerca de 1.545 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades em cerca de 1.604 milhares de euros.
- Um aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários e pensões faria aumentar as responsabilidades em cerca de 1.786 milhares de euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades em cerca de 1.713 milhares de euros.

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial dos fundos	**49 786**	**56 260**
Rendimento real do fundo	3 935	(5 305)
Contribuições do Grupo	-	-
Contribuições dos empregados	90	86
Pensões pagas pelo fundo	(1 023)	(963)
Transferência de responsabilidades	-	(292)
Saldo final dos fundos	**52 788**	**49 786**

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações	76,96%	64,60%
Acções	20,78%	28,40%
Investimento alternativo	0,00%	5,20%
Liquidez	2,26%	1,80%
Total	**100%**	**100%**

Todos os ativos (exceto os de liquidez) são cotados e avaliados com base em preços de mercado.

Foi efetuado um exercício de adequação entre ativos e responsabilidades do Fundo de Pensões, tendo em consideração as políticas de investimento, de contribuição e de financiamento pretendidas pelo Associado, que deu origem à estratégia de investimentos. O VaR da relação entre os ativos financeiros do fundo e as responsabilidades do plano de pensões é estimado periodicamente ao longo do ano para monitorizar se o nível de volatilidade expectável entre os ativos financeiros do fundo e as responsabilidades do plano de pensões se enquadram no orçamento de risco definido pelo Banco.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais acumulados reflectidos em outro rendimento integral pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Desvios actuariais acumulados em 1 de Janeiro	**23 957**	**35 223**
- Alteração de pressupostos actuariais	4 831	(19 692)
- (Ganhos)/perdas de experiência	(39)	8 426
Desvios actuariais acumulados em 31 de Dezembro	**28 749**	**23 957**

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Custo do serviço corrente (ver Nota 14)	19	137
Custo / (Proveitos) de juros	(713)	(87)
Custos do exercício	**(694)**	**50**

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (e proveitos/custos) similares.

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**16 870**	**6 194**
Custo do exercício	694	(50)
Ganhos / (perdas) actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(4 792)	11 266
Impacto Acordos Rescisão	(34)	(248)
Transferência para outros fundos	-	(292)
Saldo final	**12 738**	**16 870**

A contribuição normal prevista para o ano de 2024 é de 137 milhares de euros. Este valor corresponde a um custo de 4,58% do valor previsto dos salários pensionáveis para 2024, e não considera a dedução da contribuição dos colaboradores admitidos no setor após 1 de janeiro de 1995 (contribuição global de 5% sobre a sua retribuição mínima mensal).

No entanto, como o fundo de pensões se encontra integralmente financiado a 31 de dezembro de 2023, não se prevê a necessidade do Associado realizar contribuições durante o ano de 2024.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Responsabilidades	(40 050)	(32 916)	(50 066)	(52 754)	(84 043)
Saldo dos fundos	52 788	49 786	56 260	53 072	78 792
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**12 738**	**16 870**	**6 194**	**318**	**(5 251)**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	1 809	2 304	(142)	(1 352)	(2 088)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(1 848)	6 122	(2 518)	(1 733)	(5 796)

Prémios de carreira

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de carreira são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Responsabilidades iniciais	**527**	**693**
Custo do exercício (Ver Nota 14)	56	(166)
Responsabilidades finais (ver Nota 34)	**583**	**527**

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são idênticos aos apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (ver nota 34).

NOTA 16 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Rendas e alugueres	522	389
Publicidade e publicações	19	71
Comunicações e expedição	2 438	2 823
Conservação e reparação	575	461
Seguros	46	52
Judiciais e contencioso	143	177
Serviços especializados		
Informática	2 899	2 398
Mão de obra eventual	16	10
Trabalho independente	587	897
Outros serviços especializados	2 392	2 587
Outros custos	1 478	1 368
	11 115	**11 233**

Na rubrica Rendas e alugueres são apresentados os custos referentes aos contractos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contractos de locação em que o ativo subjacente tenha baixo valor, conforme descrito na política contabilística 2.9.

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

O detalhe das remunerações atribuídas a auditores PwC e à sua rede, segundo a natureza e a sociedade pela qual os serviços foram prestados, durante o exercício de 2023 é o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2023
PwC SROC	**444**
Auditoria	240
Outros serviços de garantia de fiabilidade	195
Outros serviços que não de garantia de fiabilidade	9
Empresas da rede PwC [1]	**149**
Auditoria	134
Outros serviços que não de garantia de fiabilidade	15
Valor total dos serviços acordados	**593**

(1) De acordo com a definição de "rede" estabelecida pela Comissão Europeia na sua Recomendação nº C(2002) 1873, de 16 de maio de 2002

Os honorários acordados para o exercício de 2022 com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022
Revisão legal das contas anuais (Haitong Bank)	492
Outros serviços de garantia de fiabilidade	64
Outros serviços que não revisão legal das contas	71
Valor total dos serviços acordados	**627**

Os valores apresentados não consideram o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Os honorários relativos à auditoria às demonstrações financeiras correspondem aos acordados para o exercício de 2023 e 2022. Os honorários apresentados para os restantes serviços respeitam a valores acordados durante o exercício de 2023 e 2022.

NOTA 17 - RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados básicos por ação são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de ações compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado líquido [1]	12 252	19 215
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	**172 708**	**169 435**
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	**0,07**	**0,11**

(1) Corresponde ao resultado líquido do exercício ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

NOTA 18 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	4	5
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1	30
Outros bancos centrais	2 983	2 951
	2 984	**2 981**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	1 333	4 238
	1 333	**4 238**
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	11 328	8 603
	11 328	**8 603**
	15 649	**15 827**
Perdas por imparidade (Nota 32)	(1 865)	(939)
	13 784	**14 888**

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de caráter obrigatório, que tem por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2023 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0% (31 de dezembro de 2022: 2,50%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2023 foi incluído no período de manutenção de 20 de dezembro de 2023 a 30 de janeiro de 2024, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 1 801 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1 818 milhares de euros).

NOTA 19 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO – TÍTULOS

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos de negociação		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3 470	253
De outros emissores	39 415	34 099
Ações	21	35
	42 906	**34 387**
Passivos de negociação		
Vendas a descoberto	846	96
	846	**96**

A 31 de dezembro de 2023, a rubrica de ativos financeiros detidos para negociação, inclui 23 308 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 493 143 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Banco (ver Nota 37).

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	4 876	5 124
De 3 meses a um ano	12 414	5 265
De um a cinco anos	20 365	23 262
Mais de cinco anos	5 230	701
Duração indeterminada	21	35
	42 906	**34 387**

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.3.1, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica dos ativos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 470	-	3 470	254	(1)	253
De outros emissores	38 014	1 400	39 415	30 829	3 270	34 099
Ações	21	-	21	35	-	35
Total valor de balanço	**41 506**	**1 400**	**42 906**	**31 118**	**3 269**	**34 387**

Adicionalmente, o Banco efetua Backtesting a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Banco, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço, sendo apresentado o seu justo valor na Nota 37. Quando os mesmos são vendidos, o Banco reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos ativos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda. Estes passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização do Banco.

NOTA 20 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Instrumentos financeiros derivados (ativos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	691	7 241
Contratos sobre taxas de juro	22 053	31 553
Outros contratos	-	218
	22 744	**39 012**
Instrumentos financeiros derivados (passivos)		
Derivados de negociação		
Contratos sobre taxas de câmbio	941	6 765
Contratos sobre taxas de juro	21 584	31 496
Outros contratos	-	218
	22 525	**38 479**
	219	**533**

Os derivados de negociação a 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward		2	16		4 149	4 172
- compras	3 896			93 852		
- vendas	3 908			93 859		
Currency Swaps		39	275		1 100	557
- compras	95 818			142 988		
- vendas	96 036			142 544		
Currency Interest Rate Swaps		-	-		1 178	1 222
- compras	-			2 288		
- vendas	-			2 440		
Currency Options		650	650		814	814
- compras	151 614			177 245		
- vendas	169 143			199 555		
	520 415	**691**	**941**	**854 771**	**7 241**	**6 765**
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps		21 860	21 391		31 049	30 993
- compras	524 243			765 042		
- vendas	524 243			765 042		
Interest Rate Caps & Floors		193	193		504	503
- compras	20 365			32 197		
- vendas	20 365			32 197		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	52 997			17 088		
- vendas	91 666			53 720		
	1 233 879	**22 053**	**21 584**	**1 665 286**	**31 553**	**31 496**
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps		-	-		218	218
- compras	-			3 256		
- vendas	-			3 256		
Equity / Index Options		-	-		-	-
- compras	5 403			5 764		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- vendas	3 680			3 255		
	9 083	**-**	**-**	**15 531**	**218**	**218**
Total	**1 763 377**	**22 744**	**22 525**	**2 535 588**	**39 012**	**38 479**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
	Venda	Compra		Venda	Compra	
Até 3 meses	221 440	183 932	(250)	439 122	385 624	50
De 3 meses a um ano	181 600	164 400	(6)	127 830	125 333	41
De um a cinco anos	339 035	339 035	484	524 440	524 288	621
Mais de cinco anos	166 968	166 967	(9)	204 476	204 475	(179)
	909 043	**854 334**	**219**	**1 295 868**	**1 239 720**	**533**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos derivados ativos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições activas e passivas contratadas entre o Banco e diversas instituições financeiras (contratos ao abrigo de ISDA com CSA). Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados na rubrica de "Outros ativos – colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação" (Nota 28) e "Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação" (Nota 34). O justo valor associado aos futuros encontra-se refletido na rubrica de Outros ativos (Nota 28).

NOTA 21 – DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2023 é analisada como segue:

(milhares de euros)

			31.12.2023						
			Instrumento de cobertura			Instrumento coberto			
Risco coberto	Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	Nominal	Ativo [1]	Variação de justo valor	Ativo [1]	Ajustamentos de cobertura de justo valor	Variação de justo valor	Resultados de Contabilidade de cobertura
Taxa de Juro	Futuros	Instrumentos de dívida	19 900	-	248	29 663	690	(248)	-

(1) Valor de balanço excluindo os ajustamentos de cobertura de justo valor e Imparidade

As variações de justo valor associadas aos ativos acima descritos e os respetivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do período na rubrica de Resultados de Contabilidade de cobertura (Nota 10). No que respeita ao justo valor dos futuros, este encontra-se refletido na rubrica de Outros Ativos (Nota 28).

A 31 de dezembro de 2022 não era realizada cobertura do risco de taxa de juro.

NOTA 22 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		
Acções	4 472	12 568
Outros títulos de rendimento variável	5 092	-
	9 564	**12 568**
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	6 511	13 526
De outros emissores	159 891	175 164
	166 402	**188 690**
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	416 903	420 915
De outros emissores	252 923	245 634
	669 826	**666 549**
	845 792	**867 807**

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nas suas carteiras de títulos, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Reserva de justo valor (2)		Cobertura de JV (Nota 21)	Imparidade (Nota 32)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	7 172	-	(657)	-	(4)	6 511
De outros emissores	165 100	1 197	(6 050)	217	(573)	159 891
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**172 272**	1 197	**(6 707)**	**217**	**(577)**	**166 402**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	14 675	-	(1 135)	-	(14)	13 526
De outros emissores	187 507	475	(12 128)	-	(690)	175 164
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**202 182**	**475**	**(13 263)**	**-**	**(704)**	**188 690**

(1) *Custo amortizado incluindo juro corrido*
(2) *Inclui todas as componentes de reserva de reavaliação, incluindo ajustamentos de cobertura e imparidade*

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes a Ativos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Cobertura de JV (Nota 21)	Imparidade (Nota 32)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	417 162	-	(259)	416 903
De outros emissores	253 242	473	(792)	252 923
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**670 404**	**473**	**(1 051)**	**669 826**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	421 212	-	(297)	420 915
De outros emissores	246 660	-	(1 026)	245 634
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**667 872**	**-**	**(1 323)**	**666 549**

(1) Custo amortizado incluindo juro corrido

A 31 de dezembro de 2023, a rubrica de ativos financeiros inclui 690 515 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 590 971 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Banco, a que corresponde um justo valor de 679 257 milhares de euros.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	116 988	24 820
De 3 meses a um ano	75 932	75 967
De um a cinco anos	566 094	683 172
Mais de cinco anos	77 214	71 280
Duração indeterminada	9 564	12 568
	845 792	**867 807**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, as carteiras de investimento em títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Cotados (1)	Não cotados	Total	Cotados (1)	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	422 220	1 194	423 414	433 253	1 188	434 441
De outros emissores	347 237	65 577	412 814	318 323	102 475	420 798
Ações	18	4 454	4 472	5	12 563	12 568
Outros títulos de rendimento variável	-	5 092	5 092	-	-	-
Total valor de balanço	**769 475**	**76 317**	**845 792**	**751 581**	**116 226**	**867 807**

(1) Inclui Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral e Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados valorizados ao justo valor (Nível 1) ver Nota 39.

Adicionalmente, o Banco efetua Backtesting a todas as operações realizadas e nunca observou perdas ou divergências em relação à metodologia de valorização.

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 40.

Títulos abatidos ao ativo

O movimento dos exercícios de 2023 e 2022 do valor dos títulos abatidos ao ativo é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	**21 037**	**22 672**
Diminuições:		
Recuperação de capital e juros abatidos ao ativo (Nota 13)	(8 868)	(1 635)
Saldo no fim do exercício	**12 169**	**21 037**

O Banco reconhece um título abatido ao ativo quando não tem expectativas de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Os títulos abatidos ao ativo são registados em contas extrapatrimoniais (ver nota 36), e as recuperações em outros resultados operacionais (ver nota 13).

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 os títulos abatidos ao ativo corresponde a instrumentos de dívida.

NOTA 23 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	560 561	436 666
	560 561	**436 666**
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	6 458	5 949
Operações com acordo de revenda	824	-
Aplicações de muito curto prazo	8 968	28 543
Outras aplicações	15 077	15 078
	31 327	**49 570**
Perdas por imparidade (Nota 32)	(15 093)	(15 097)
	576 795	**471 139**

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses (Equivalentes de caixa)	547 697	462 710
Até 3 meses (Outros)	824	-
De 3 meses a um ano	28 290	8 449
Indeterminado	15 077	15 077
	591 888	**486 236**

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 40.

NOTA 24 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Ao justo valor através de resultados		
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	24	22
	24	**22**
Reavaliação de créditos ao justo valor	-	(2)
	24	**20**
Ao custo amortizado		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	165 901	210 479
A particulares		
Habitação	-	2
	165 901	**210 481**
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	472 834	449 981
	472 834	**449 981**
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	24 407	73 258
	24 407	**73 258**
	663 142	**733 720**
Perdas por imparidade (Nota 32)	(27 716)	(78 430)
	635 426	**655 290**
	635 450	**655 310**

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2023 e e 31 de dezembro de 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	18 594	2
De 3 meses a um ano	526 757	-
De um a cinco anos	96 644	16 263
Mais de cinco anos	21 171	644 198
Duração indeterminada (1)	18 594	73 279
	663 166	**733 742**

(1) Corresponde a capital e juros vencidos.

NOTA 25 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Imóveis		
Beneficiações em edifícios arrendados	6 625	6 283
	6 625	**6 283**
Equipamento		
Equipamento informático	9 800	11 217
Instalações interiores	1 487	2 025
Mobiliário e material	1 960	2 785
Máquinas e ferramentas	558	820
Material de transporte	147	147
Equipamento de segurança	149	270
Outros	241	297
	14 342	**17 561**
	20 967	**23 844**
Direito de Uso		
Imóveis	17 373	17 032
Viaturas	278	354
Equipamento	102	85
	17 753	**17 471**
	38 720	**41 315**
Depreciação acumulada	(29 292)	(29 351)
	9 428	**11 964**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Direito de Uso			Imobilizado em curso	Total
			Imóveis	Equipamento	Viaturas		
Custo de aquisição							
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**5 633**	**16 653**	**11 268**	**112**	**578**	**1 697**	**35 941**
Adições	-	618	-	-	-	168	786
Abates / vendas	-	(626)	-	-	-	-	(626)
Transferências	929	919	-	-	-	(1 865)	(17)
Variação cambial e outros movimentos	(279)	(3)	5 764	(27)	(224)	-	5 231
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**6 283**	**17 561**	**17 032**	**85**	**354**	**-**	**41 315**
Adições	46	427	-	-	-	-	473
Abates / vendas	(41)	(3 124)	-	-	-	-	(3 165)
Transferências	337	(524)	-	-	-	-	(187)
Variação cambial e outros movimentos	-	2	339	18	(75)	-	284
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**6 625**	**14 342**	**17 371**	**103**	**279**	**-**	**38 720**
Depreciações							
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**4 850**	**16 218**	**7 583**	**30**	**273**	**-**	**28 954**
Depreciações do exercício	291	532	2 634	27	117	-	3 601
Abates / vendas	-	(624)	-	-	-	-	(624)
Variação cambial e outros movimentos	(90)	-	(2 283)	(17)	(190)	-	(2 580)
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**5 051**	**16 126**	**7 934**	**40**	**200**	**-**	**29 351**
Depreciações do exercício	256	551	2 457	24	69	-	3 357
Abates / vendas	(14)	(3 113)	-	-	-	-	(3 127)
Transferências	342	(529)	-	-	-	-	(187)
Variação cambial e outros movimentos	-	(5)	10	10	(117)	-	(102)
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**5 635**	**13 030**	**10 401**	**74**	**152**	**-**	**29 292**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2023	**990**	**1 312**	**6 970**	**29**	**127**	**-**	**9 428**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2022	**1 232**	**1 435**	**9 098**	**45**	**154**	**-**	**11 964**

NOTA 26 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	21 745	34 165
Outras	74	916
	21 819	**35 081**
Imobilizações em curso	595	376
	22 414	**35 457**
Amortização acumulada	(21 055)	(33 352)
	(21 055)	**(33 352)**
	1 359	**2 105**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**32 655**	**916**	**1 342**	**34 913**
Adições:				
Adquiridas a terceiros	285	-	296	581
Abates / vendas	(54)	-	-	(54)
Transferências	1 279	-	(1 262)	17
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**34 165**	**916**	**376**	**35 457**
Adições:				
Adquiridas a terceiros	30	-	479	509
Abates / vendas	(12 897)	(842)	-	(13 739)
Transferências	447	-	(260)	187
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**21 745**	**74**	**595**	**22 414**
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**31 006**	**916**	**-**	**31 922**
Amortizações do exercício	1 483	-	-	1 483
Abates / vendas	(53)	-	-	(53)
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**32 436**	**916**	**-**	**33 352**
Amortizações do exercício	1 248	-	-	1 248
Abates / vendas	(12 890)	(841)	-	(13 731)
Transferências	187	-	-	187
Variação cambial e outros movimentos	(1)	-	-	(1)
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**20 980**	**74**	**-**	**21 055**
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2023	**765**	**-**	**595**	**1 359**

Em 2023 foi realizada uma revisão dos ativos intangíveis em utilização, o que levou ao abate de 12 897 milhares de euros do custo de aquisição e à ao abate de depreciações de 12 890 milhares de euros.

NOTA 27 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2023				31.12.2022			
	Nº de acções	Participação direta de capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação	Nº de acções	Participação direta de capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação
Empresas Subsidiárias								
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.	101 870 930	80,00%	0,37	174 497	101 870 930	80,0%	0,35	174 496
HAITONG GLOBAL ASSET MANAGEMENT SGOIC S.A.	5 000 000	100,00%	5,00	42 660	5 000 000	100,0%	5,00	42 660
HAITONG ANCILLARY SERVICES					109 472	100,0%	21,36	2 199
				217 157				**219 355**
Perdas por imparidade (Nota 32)				(66 846)				(63 134)
				150 311				**156 221**

No decorrer do exercício de 2023 e 2022, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias:

- Em maio de 2023, o Banco concluiu o processo de liquidação da Haitong Ancillary Sevices.
- Em dezembro de 2022, o Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. aprovou o pagamento de juros de capital próprio no valor de 1 260 milhares de reais. Deste valor 80% serão recebidos pelo Haitong Bank S.A (ver Nota 5).

Os investimentos em subsidiárias são analisados periodicamente com vista à identificação de sinais de imparidade. Caso existam, as perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior. No ano de 2023:

- o Banco reconheceu um reforço de imparidade de 3 144 milhares de euros (em 2022 foi reconhecida uma reversão de imparidade de 9 081 milhares de euros) para o investimento no Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A..
- o Banco reconheceu uma utilização de imparidade de 238 milhares de euros (em 2022 foi reconhecido um reforço de imparidade de 666 milhares de euros) para o investimento no Haitong Ancillary Sevices.

NOTA 28 - OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 21)	18 349	28 865
Sector público administrativo	13 757	13 727
Devedores por operações sobre Futuros	2 941	3 159
Valores de créditos e derivados a receber	9 891	17 286
Outros devedores diversos	9 135	14 873
	54 073	77 910
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 32)	(11 736)	(11 730)
	42 337	**66 180**
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística		
e outras disponibilidades	4 949	780
Outros activos	5 174	5 113
	10 123	**5 893**
Proveitos a receber	**116**	**152**
Despesas com custo diferido	**1 217**	**859**
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	231	436
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	2 698
Outras operações a regularizar	3 643	6 357
	3 874	**9 491**
Pensões de reforma (Nota 15)	12 738	16 870
	70 405	**99 445**

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica do Sector público administrativo inclui também o valor de depósito-caução efetuado à Direção-Geral do Tesouro e Finanças ao abrigo do crédito tributário (confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira) inerente ao REAID no valor de 6 147 milhares de euros.

Relativamente ao depósito-caução ao abrigo do REAID o nº 8 do artº 6º da Portaria 2016 (na redação resultante da Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro) estabelece que "No prazo máximo de três meses a contar da confirmação da conversão de ativos por impostos diferidos em crédito tributário prevista na Portaria n.º 259/2016, de 4 de outubro, o sujeito passivo constitui um depósito a favor do Estado, em entidade a indicar pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, no montante correspondente ao preço de exercício do direito potestativo de aquisição da totalidade dos direitos de conversão, o qual é reduzido, na respetiva proporção, sempre que haja entrega ao Estado do preço relativo aos direitos potestativos de aquisição exercidos ou exercício pelo Estado dos direitos de conversão".

A rubrica - Outros devedores diversos inclui maioritariamente comissões a receber de clientes pela prestação de serviços pelo Banco.

A rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, evidencia o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 29 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Recursos de bancos centrais		
Banco de Portugal	11 397	298 418
	11 397	**298 418**
Recursos de outras instituições de crédito		
No país		
Outros recursos	45 565	25 179
	45 565	**25 179**
No estrangeiro		
Operações com acordo de recompra	345 494	142 902
Outros recursos	226 117	376 335
	571 611	**519 237**
	628 573	**842 834**

A 31 de dezembro de 2023, encontra-se viva apenas uma operação de TLTRO III com um valor nominal de 11 060 milhares de euros (31 de dezembro 2022 correspondia a um valor nominal de 99 660 milhares de euros em operação de TLTRO e de 200 000 milhares de euros em operação de PELTRO).

A rubrica Operações com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado monetário sendo um instrumento para gestão de tesouraria do Banco. Os Outros recursos correspondem a aplicações de médio e longo prazo realizadas por outras instituições de crédito.

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	256 537	418 506
De 3 meses a um ano	60 790	36 959
De um a cinco anos	311 246	387 369
	628 573	**842 834**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação com os movimentos na demonstração de fluxos de caixa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**842 834**	**716 811**
Fluxos de caixa	(219 927)	121 500
Outras alterações	5 666	4 523
Saldo final	**628 573**	**842 834**

As taxas médias de juro verificadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício encontra-se apresentado na Nota 40.

NOTA 30 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	36 282	55 867
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	638 417	432 704
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	63 564	4 871
Outros Depósitos	1 296	1 500
Outros	-	7
	64 860	6 378
	739 559	494 949

A rubrica Operações de venda com acordo de recompra, corresponde a operações de reporte efetuadas em mercado com contrapartes não financeiras.

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Exigível à vista	36 282	55 867
Exigível a prazo		
Até 3 meses	268 697	181 299
De 3 meses a um ano	220 860	179 265
De um a cinco anos	148 859	72 140
	638 416	432 704
Outros recursos		
Até 3 meses	11 977	6 378
De 3 meses a um ano	17 522	-
De um a cinco anos	35 362	-
	64 861	6 378
	739 559	**494 949**

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação com os movimentos na demonstração de fluxos de caixa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**494 949**	**805 728**
Fluxos de caixa	237 639	(314 438)
Outras alterações	6 971	3 659
Saldo final	**739 559**	**494 949**

As taxas médias de juro verificadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respectivos saldos médios e os juros do período encontra-se apresentado na Nota 40.

NOTA 31 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Responsabilidades representados por títulos		
Outras obrigações	367 288	370 852
	367 288	**370 852**

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 37.

Durante 2022 o Haitong Bank procedeu à emissão de 363 816 milhares de euros de títulos.

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	31.12.2023		
				Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
HB_PT	HAITIB Float 02/08/25 Corp	EUR	2022	231 330	2025	EURIBOR 3M +1.45%
HB_PT	HAITIB 4 05/29/27 Corp	USD	2022	135 958	2027	4%
Total				**367 288**		

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2023, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
De um a cinco anos	367 288	370 852
Saldo final	367 288	370 852

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação com os movimentos na demonstração de fluxos de caixa é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**370 852**	**-**
Fluxos de caixa	-	363 816
Outras alterações	(3 564)	7 036
Saldo final	**367 288**	**370 852**

NOTA 32 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	**2 353**	**1 903**	**4 256**
Dotações líquidas	(113)	187	74
Utilizações	(795)	-	(795)
Diferenças de câmbio e outras	-	100	100
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	**1 445**	**2 190**	**3 635**
Dotações líquidas	(797)	(1 627)	(2 424)
Utilizações	(96)	-	(96)
Diferenças de câmbio e outras	-	3	3
Saldo a 31 de Dezembro de 2023	**552**	**566**	**1 118**

As provisões para garantias e as provisões para outros compromissos correspondem a 392 milhares de euros e 174 milhares de euros respetivamente (2022: 1 447 milhares de euros e 743 milhares de euros).

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco. As principais contingências em curso são apresentadas na nota 37.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2022	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2023
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 18)	939	997	-	-	(71)	1 865
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 22)	704	(82)	(55)	-	10	577
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Titulos (Nota 22)	1 323	(147)	(106)	-	(19)	1 051
Aplicações em instituições de crédito (Nota 23)	15 097	(4)	-		-	15 093
Crédito a clientes (Nota 24)	78 430	(2 292)	(48 548)	-	126	27 716
Investimentos em subsidiárias e associadas (Nota 27)	63 134	3 949	(238)	-	-	66 845
Outros activos (Nota 28)	11 730	49	(25)	-	(18)	11 736
	171 357	**2 470**	**(48 972)**	**-**	**28**	**124 883**

(milhares de euros)

	31.12.2021	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2022
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 18)	1	997	-	-	(59)	939
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 22)	521	186	-	-	(3)	704
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Titulos (Nota 22)	1 098	210	-	-	15	1 323
Aplicações em instituições de crédito (Nota 23)	15 993	(1 009)	-		113	15 097
Crédito a clientes (Nota 24)	77 131	624	-	-	675	78 430
Investimentos em subsidiárias e associadas (Nota 27)	72 881	(9 747)	-	-	-	63 134
Outros activos (Nota 28)	10 554	1 101	-	-	75	11 730
	178 179	(7 638)	-	-	816	171 357

NOTA 33 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente no exercício de 2023 e 2022 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC de 21% acrescida de uma taxa de 1,5% referente à Derrama Municipal de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 milhares euros e inferior a 7 500 milhares euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 milhares euros e inferior a 35 000 milhares euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (quando aplicável).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Assim, para o ano de 2023, o imposto diferido foi apurado à taxa de 26,24%.

Relativamente à atividade em Portugal, foi publicada em 4 de setembro de 2019, a Lei nº 98/2019, que veio alterar o regime fiscal aplicável em matéria de imparidade das instituições de crédito e de outras instituições financeiras. No artigo 4º da referida lei é estabelecido um período de adaptação de 5 anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, nos termos do qual se mantém aplicável o regime vigente à data de entrada da presente lei, salvo se existir comunicação dirigida ao Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da opção pelo regime definitivo. Tendo em conta que para o exercício de 2023 este regime era optativo, o Banco não procedeu à sua adesão até à data. Assim, o Banco considerou, para efeitos de apuramento do lucro tributável e do registo e análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos com referência a 31 de dezembro de 2023, que o valor da imparidade do crédito e de provisões para garantias para efeitos de IRC corresponde ao valor das provisões caso se mantivesse em vigor a remissão para o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95.

Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos ativos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

a) Apuramento de resultado líquido negativo;
b) Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REAID deixou de ser aplicado aos impostos diferidos ativos referentes aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

O crédito tributário reconhecido nas contas com referência a 31 de dezembro de 2023, o qual contempla igualmente os reembolsos já ocorridos por da Autoridade Tributária e Aduaneira e a respetiva reserva especial, podem ser analisados no quadro que se segue:

(milhares de euros)

Ano	Crédito tributário	Reserva especial
2015	5 281	5 809
2016	20 529	22 582
2017	9 060	9 966
2018	233	255
2020	433	476
2021	(15 078)	-
2022	(5 414)	(16 585)
2023	(174)	(5 956)
Total	**14 870**	**16 547**

O crédito tributário e a respetiva reserva especial foram objeto de registo no decurso do exercício seguinte ao do crédito tributário, numa rubrica de ativo por imposto corrente e de outras reservas, respetivamente.

Em 2021, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2015 e 2016, no montante de 15 078 milhares de euros.

Por sua vez, no decurso do exercício de 2022, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência aos exercícios de 2017 e 2018 no montante de 5 414 milhares de euros.

Em 2023, o Banco recebeu crédito tributário por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, com referência ao exercício de 2020 no montante de 174 milhares de euros.

No âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de ações ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido ao acionista do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro.

No exercício de 2023, o acionista do Banco exerceu o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão atribuídos ao Estado ao abrigo do regime especial dos impostos diferidos relativos ao exercício de 2017 e 2018. Deste modo, o valor da reserva especial, em 2023, diminuiu na proporção do n.º de direitos adquiridos pelo acionista ao Estado português (5 956 milhares de euros). Em 2022, o acionista também exerceu o seu direito potestativo ao abrigo do REAID com referência ao exercício de 2015 e 2016 tendo a reserva diminuído, nesse exercício, em 16 585 milhares de euros.

Por sua vez, para o exercício de 2020, caso o acionista não exerça o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, no exercício em que o Estado exerça esses direitos, irá exigir ao Banco o respetivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial e consequente emissão e entrega gratuita de ações ordinárias representativas do capital social do Banco, podendo ser necessário ajustar o valor da reserva inicialmente constituída.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido positivo com referência a 31 de dezembro de 2023, não haverá possibilidade de conversão de qualquer saldo de impostos diferidos abrangidos por este regime em crédito tributário, com referência a este exercício.

Em julho de 2019 e em janeiro de 2020, o Banco foi notificado dos Relatórios de Inspeção Final relativos a 2015 e 2016, respetivamente, ambos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nesses relatórios, alguns procedimentos adotados pelo Banco, nomeadamente no que se refere à aplicação do REAID e à aceitação fiscal de determinados custos, são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Neste sentido, não concordando o Banco com essas correções, em novembro de 2019 foi submetida uma Reclamação Graciosa relativa ao Relatório de Inspeção fiscal de 2015 e, em abril de 2020, uma Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2016. Atualmente para o exercício de 2015 as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de Impugnação Judicial e para o exercício de 2016 em sede de Recurso Hierárquico.

Em janeiro de 2021 o Banco recebeu o Relatório de Inspeção fiscal de 2017 e 2018 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nestes relatórios, à semelhança do que aconteceu nos Relatórios de Inspeção fiscal de 2015 e 2016, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2021, submeteu reclamação graciosa para contestar os Relatórios de Inspeção de 2017 e de 2018. Atualmente as correções em causa encontram-se a ser contestadas em sede de recurso hierárquico.

Em maio de 2023 o Banco recebeu o relatório de inspeção fiscal de 2020 emitido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Neste relatório, à semelhança no que aconteceu nos relatórios de inspeção fiscal de 2015 a 2018, alguns procedimentos adotados pelo Banco no que diz respeito à aplicação do REAID são colocados em causa pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Não concordando o Banco com essas correções, em 2023, submeteu Reclamação graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2020.

Por último, refere-se ainda que, no âmbito da inspeção fiscal aos exercícios de 2015, 2016, 2017,2018 e 2020 a Autoridade Tributária e Aduaneira efetuou correções ao crédito tributário destes exercícios, reduzindo-o no valor total de 14 870 milhares de euros (do montante total de 35 536 milhares de euros).

A Administração do Banco considera que a análise fiscal adotada respeita a legislação em vigor e, assim sendo, estima que não é provável que a posição da Autoridade Tributária prevaleça. Ainda assim, esta correção caso se verificasse materializar-se-ia no reconhecimento de imposto diferido ativo. Adicionalmente, o Conselho de Administração acredita que quaisquer outras correções que possam eventualmente materializar-se, relacionadas com os exercícios inspecionados, não terão impacto material quer no capital do Banco quer no resultado do Banco no exercício de 2023, na medida em que afetam essencialmente prejuízos fiscais que ainda não foram utilizados e para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos.

A atividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria coletável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis.

Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Macau	12%

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço nos exercícios de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o rendimento	1 314	2 042	(7 123)	(5 959)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	14 870	15 044	-	-
Imposto corrente ativo/(passivo)	**16 184**	**17 086**	**(7 123)**	**(5 959)**

A variação ocorrida na rubrica de crédito de imposto ao abrigo do Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos diz respeito ao recebimento por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, no decurso do exercício de 2023, do crédito tributário de 2020.

De acordo com a legislação em vigor, o acionista do Haitong Bank poderá exercer o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão até três anos contados a partir da confirmação da conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário pela Autoridade Tributária e Aduaneira, o que, no caso do exercício de 2020, será até maio de 2026.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Titulos	1 446	3 356	-	-		1 446
Crédito a clientes	12 389	20 977	-	-		12 389
Provisões	145	193	-	-		145
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	5 511	5 342	-	-		5 511
Depreciações (IFRS 16)	1 780			-		1 780
Outros	5 893	3 834	(5 794)	(5 794)		99
Prejuízos fiscais reportáveis	31 560	31 560	-	-		31 560
Imposto diferido activo/(passivo)	**58 724**	**65 262**	**(5 794)**	**(5 794)**		**52 930**
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	**58 724**	**65 262**	**(5 794)**	**(5 794)**		**52 930**

O imposto referido em "Outros" corresponde ao crédito de imposto das sucursais (6 270 milhares de euros) e imposto diferido referente ao justo valor através de resultados (- 376 milhares de euros).

O Banco apenas reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados no futuro.

O período de utilização dos prejuízos fiscais tem em conta as medidas excecionais de resposta à pandemia da COVID-19 nos termos da Lei n.º 27-A/2020 (Orçamento do Estado Suplementar para 2020).

Adicionalmente, foi publicada a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, nos termos do qual é eliminada a limitação temporal para a dedução dos prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação. As alterações ao período de reporte aplicam-se aos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 cujo período de dedução ainda se encontre em curso a essa data. Contudo, importa notar que o novo prazo, não é aplicável aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificada uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (nomeadamente, em caso de apuramento de resultado líquido negativo).

Deste modo, para o Haitong Bank em Portugal, o prejuízo fiscal de 2014 e 2019 não tem caducidade e o prejuízo fiscal 2015 e 2016 tem como ano de caducidade 2029 e 2030, respetivamente.

O montante de imposto diferido não reconhecido relativos a prejuízos fiscais, por ano de origem é apresentado na tabela seguinte:

(milhares de euros)

Prejuízo fiscal	2023	2022	Caducidade
2017	106 450	106 450	2024
2018	7 738	7 738	2025
2019	645	645	sem caducidade
	114 833	**114 833**	

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	59 468	59 242
Reconhecido em resultados	(4 699)	(2 909)
Reconhecido em reservas de justo valor	(1 910)	3 137
Reconhecido em outras reservas	70	(2)
Saldo final (Ativo/(Passivo))	**52 929**	**59 468**

Os impostos reconhecidos em resultados e reservas durante a dezembro de 2023 e 2022 tiveram o seguinte desdobramento:

(milhares de euros)

	31.12.2023		31.12.2022	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Investimento em titulos	-	1 910	-	(3 137)
Crédito a clientes	8 588	-	4 168	-
Provisões	48	-	164	-
Pensões e benefícios de longo prazo aos colaboradores	(98)	(70)	(137)	2
Depreciações (IFRS 16)	(1 779)	-	(1 286)	-
Outros	(2 060)	-	-	-
	4 699	1 840	2 909	(3 135)
Impostos Correntes	3 264	-	2 437	-
Total do imposto reconhecido	**7 963**	**1 840**	**5 346**	**(3 135)**

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023		31.12.2022	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		**20 215**		**24 561**
Taxa de imposto do Haitong Bank	26,2		26,2	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		5 305		6 445
Imparidade filiais e associadas	5,1	1 036	(10,4)	(2 558)
Contribuição sobre o setor bancário	2,4	489	1,7	421
Outros movimentos de acordo com a estimativa de impostos	(5,6)	(1 130)	(3,1)	(763)
Tributação autónoma	0,7	138	0,8	196
Imposto sobre lucros das sucursais	10,5	2 125	6,5	**1 605**
	39,4	**7 963**	**21,8**	**5 346**

NOTA 34 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	3 027	2 398
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 21)	13 651	7 453
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	1 548	5 320
Credores por fornecimento de bens	1 811	937
Passivo de locação	7 486	9 449
Outros credores	1 653	1 554
	22 978	**29 677**
Custos a pagar		
Prémios de final de carreira (Nota 15)	583	527
Outros custos a pagar	5 723	5 812
	6 306	**6 339**
Receitas com proveito diferido	**507**	**302**
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	2 695
Operações cambiais a liquidar	196	436
Outras operações a regularizar	5 699	10 108
	5 895	**13 239**
	35 686	**49 557**

A rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, evidencia o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respectiva liquidação financeira.

Na sub-rubrica Custos a pagar – Outros custos a pagar corresponde a responsabilidades para com colaboradores referentes a remunerações.

A rubrica Passivos de locação representa os compromissos atuais das rendas futuras decorrentes da adoção da IFRS 16, e apresenta o seguinte movimento durante os exercícios de 2023 e 2022:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**9 449**	**4 302**
Aumentos/Reduções	327	7 957
Atualizações	53	(240)
Pagamentos	(2 311)	(2 656)
Outras variações	(32)	86
Saldo final	**7 486**	**9 449**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os cash flows contratuais não descontados, são os seguintes:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Até 3 meses	3	6
3 a 12 meses	647	38
1 a 2 anos	131	1 361
2 a 5 anos	6 833	7 824
Mais de 5 anos	-	2 367
Total	**7 614**	**11 596**

NOTA 35 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Acções ordinárias

Até 3 de agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista único do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os ativos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo acionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pela Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 milahres de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 2022, foram deliberadas duas resoluções para aumento do capital social do Haitong Bank S.A. em 2 630 milhares de euros a 1 de julho, para 847 399 milhares de euros e em 15 879 milhares de euros a 6 de dezembro, para 863 278 milhares de euros.

Em 19 de dezembro de 2023, o Banco realizou um aumento de capital de 7 999 milhares de euros, através da emissão de 600 milhares de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi totalmente subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Estes aumentos de capital realizados em 2023 e 2022, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreram da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco. No caso do aumento de capital de 2023 relativos aos anos fiscais de 2016 e 2017 e no caso do aumento de capital de 2022 relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAID).

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social do Haitong Bank ascende a 871 278 milhares de euros (dezembro 2022: 863 279 milhares de euros) e encontra-se representado por 174 255 532 acções (dezembro 2022: 172 655 745 ações) de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detidas pelo Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Banco emitiu durante o mês de outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5.

Durante o exercício de 2011, foi efectuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

O Banco procedeu no dia 20 de abril de 2022, ao reembolso antecipado integral destas obrigações, ao preço de reembolso, correspondente ao valor nominal de 3 731 milhares de euros.

Em março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 (“Additional Tier 1”), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo de 7.5%, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e pari passu relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Deste a sua emissão em 2018, o Banco não efectuou qualquer pagamento de juros associado a estes instrumentos.

NOTA 36 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal apenas pode ser utilizada para as finalidades previstas no artigo 296.º do Código das Sociedades Comerciais. Uma dessas finalidades é a cobertura "da parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas" (artigo 296.º, alínea b) do CSC).

Uma vez que o Banco apresenta prejuízos acumulados relativos a exercícios anteriores, não foi reforçada a Reserva Legal no ano de 2023, sendo o lucro relativo a esse exercício levado na totalidade a Outras Reservas e Resultados Transitados, para cobertura desses prejuízos.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no período e/ou em períodos anteriores, bem como de eventuais ajustamentos por via da contabilidade de cobertura. O valor destas reservas é apresentado líquido de impostos diferidos.

Na rubrica de outras reservas está incluído a reserva especial ao abrigo do REAID no montante correspondente a 16 547 milhares de euros a dezembro de 2023 (22 504 milhares de euros a dezembro 2022).

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**(832)**	**218**	**(614)**	**39 878**	**(27 469)**	**(378 659)**	**(366 250)**
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	11 182	-	11 182
Alterações de justo valor	(11 956)	3 137	(8 819)	-	-	-	-
Transferência por Reservas	-	-	-	-	-	9 150	9 150
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	(18 510)	(18 510)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**(12 788)**	**3 355**	**(9 433)**	**39 878**	**(16 287)**	**(388 019)**	**(364 428)**
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(4 722)	-	(4 722)
Alterações de justo valor	7 279	(1 910)	5 369	-	-	-	-
Transferência por Reservas	-	-	-	-	-	19 215	19 215
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	(7 999)	(7 999)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**(5 509)**	**1 445**	**(4 064)**	**39 878**	**(21 009)**	**(376 803)**	**(357 934)**

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**(9 433)**	**(614)**
Variação de justo valor	7 578	(12 142)
Cobertura de JV	(217)	-
Imparidade reconhecida no exercício (Nota 32)	(82)	186
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(1 910)	3 137
Saldo final	**(4 064)**	**(9 433)**

NOTA 37 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	112 108	132 224
Ativos financeiros dados em garantia	702 565	540 938
	814 673	**673 162**
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	75 370	164 360
	75 370	**164 360**

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transações no montante de 10 000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 10 000 milhares de euros), (ii) no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado no montante de 11 720 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 301 733 milhares de euros), (iii) no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária no montante de 2 000 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 1 500 milhares de euros) e (iv) 208 433 milhares de euros de colateral livre não utilizado (31 de dezembro 2022: 73 856 milhares de euros). Os valores anteriormente descritos dizem respeito ao valor após haircut aplicado pelo Banco de Portugal, sendo que o justo valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 253 702 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 420 726 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 207 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 108 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 105 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 108 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 448 551 milhares de euros (31 de dezembro de 2022: 151 406 milhares de euros);

O valor nominal das posições dos derivados contratados encontra-se apresentado nas notas 20 e 21. Os ativos abatidos ao ativo são apresentados também na respetiva Nota 22. Os títulos recebidos em operações com acordo de revenda (Nota 23) tem um justo valor de 845 milhares de euros.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023	31.12.2022
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	25 400	35 500
Outras responsabilidades por prestação de serviços	125 496	573 686
	150 896	**609 186**

Em Outras responsabilidades por prestações de serviços estão considerados os valores relativos aos ativos de clientes investidos em Gestão de Carteiras.

Passivos contingentes

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é atualmente réu em um processo relacionado com o aumento do capital social do BES ocorrido em junho de 2014.

No que respeita a este processo (ação instaurada por vários fundos de investimento), depois de proferida decisão de 1.ª instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, e este confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Foram interpostos recursos de revisão extraordinária e para o Tribunal Constitucional, todos eles mantendo o anteriormente decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa. O processo baixou à 1.ª instância para prosseguimento dos seus termos, aguardando-se marcação de audiência prévia.

O Haitong Bank é ainda réu em 8 processos, todos relacionados com emissões de instrumentos financeiros realizadas por entidades do GES (Rioforte e ESI – Espirito Santo International).

Desde o início destes processos, em 2015, é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma.

Esta opinião foi, entretanto, corroborada por diversas decisões judiciais.

De facto, dos 78 processos instaurados contra o Banco relacionados com emissões de papel comercial e de outros instrumentos financeiros de entidades do GES, já transitaram em julgado 49 desses processos, com a absolvição total do Haitong Bank, tendo ocorrido a desistência do pedido pelos Autores em 21 processos.

Em Julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova ação judicial proposta contra si e contra antigos administradores, relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013 e 2014, proposta pelo Fundo de Recuperação de Créditos "FRC – INQ – Papel Comercial ESI e Rio Forte" ("FRC"), ao qual foram alegadamente cedidos, pelos lesados do BES, os créditos emergentes das referidas emissões, que perfazem o montante de € 517 500 099.71, ao qual acresce juros. O Haitong Bank apresentou a sua contestação a esta ação em 25 de junho 2020 e encontra-se a aguardar o agendamento pelo tribunal da audiência prévia.

Na opinião dos advogados externos a quem foi confiado este processo movido pelo FRC, o mesmo não tem uma sustentabilidade jurídica sólida e por isso consideram pouco provável a condenação do Haitong Bank.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa aos referidos processos judiciais.

Sem prejuízo do acima exposto quanto ao desfecho favorável ao Haitong Bank dos processos em causa, e para efeitos de cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, entende-se que não é possível quantificar um montante expectável de eventuais perdas que poderiam decorrer para o Haitong Bank, individualmente considerado, tendo em conta que tais processos foram intentados contra diversas entidades e não apenas contra o Haitong Bank.

Em julho de 2021 a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) aplicou uma coima ao Haitong Bank, no âmbito da sua participação como agente nas emissões de papel comercial da ESI e da Rio Forte entre setembro 2013 e fevereiro 2014. A CMVM considerou que o Haitong Bank (designado à data dos factos Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.) deu um contributo causal para que o Banco Espírito Santo, SA – Em Liquidação divulgasse aos seus clientes que subscreveram papel comercial emitido pela ESI, entre setembro e dezembro de 2013, e pela Rio Forte, entre 9 de Janeiro e 24 de fevereiro de 2014, notas informativas contendo informações não verdadeiras, incompletas, desatualizadas e ilícitas, violando o dever de prestação de informações de qualidade, previsto no art. 7.º do Código dos Valores Mobiliários. A violação, com dolo, do referido dever de prestação de informação com qualidade é punível com coima de € 25 000 a € 5 000 000, em cada um dos casos (ESI e Rio Forte) e o Conselho de Administração da CMVM decidiu aplicar ao Haitong Bank uma coima única no valor de 300 000 euros, suspensa na sua execução em 100 000 euros, pelo período de dois anos.

O Haitong Bank impugnou a decisão administrativa perante o Tribunal Judicial e em 15 de fevereiro de 2022, o Tribunal de primeira instância julgou improcedente a impugnação apresentada pelo Haitong Bank, condenando-o numa coima única conjunta de 400 000 euros, suspendendo parcialmente a execução da coima única conjunta cominada de 400 000 euros no montante de 200 000, pelo período de 2 anos. O Haitong Bank recorreu da decisão em causa para o Tribunal da Relação de Lisboa, tendo o referido recurso sido julgado totalmente improcedente. O Haitong Bank recorreu desta decisão para o Tribunal Constitucional e em 13 de julho de 2023 foi notificado da não-admissão do referido recurso.

Assim, a referida decisão transitou em julgado tendo a respectiva coima no valor de €200.000,00 sido paga.

Em Junho de 2022, o Haitong Bank foi citado no âmbito de uma ação cível intentada contra si, no valor de 4 905 460,96€, movida pela REDITUS GESTÃO, S.A. e pela GREENDRY LDA (Autoras), no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível. Os Requerentes argumentam que o Banco violou as suas obrigações enquanto Agente Escrow.

O Haitong Bank contestou a referida acção encontrando-se o processo judicial a seguir os seus trâmites em 1.º instância, estando agendada a audiência prévia para o dia 20/02/2024.

Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2023 a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 357 mil euros (31 de dezembro de 2022: 517 mil euros), tendo por base uma taxa contributiva de 0,57% calculada em conformidade com a Instrução 22/2021 do Banco de Portugal.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º5 do artigo 145º-G do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (Novo Banco), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 377 milhões de euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3 823 milhões de euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Em dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) ao Banco Santander Totta, S.A. (Santander Totta), por 150 milhões de euros, também no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2 255 milhões de euros, que visou cobrir contingências futuras, financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1 766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português.

As medidas de resolução aplicadas em 2014 ao BES (processo que deu origem à criação do Novo Banco) e em 2015 ao Banif criaram incertezas relacionadas com o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução, que é significativo, bem como com o risco de uma eventual insuficiência de recursos para assegurar o cumprimento das responsabilidades, em particular o reembolso a curto prazo dos financiamentos contraídos.

Foi neste enquadramento que, no segundo semestre de 2016, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução, por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração e outros termos e condições associados a esses empréstimos por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nos seus rendimentos regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução assumiu que está assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.

Adicionalmente, no dia 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017. O Fundo Lone Star passou a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%. Adicionalmente, as condições aprovadas incluem um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas. As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto de 3 890 milhões de euros durante um período de 8 anos.

Atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco não se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, não obstante esta possibilidade estar prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, as presentes demonstrações financeiras não refletem qualquer eventual exigência futura ao Banco de contribuições especiais ou quaisquer contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, bem como o mecanismo de capitalização contingente referido no parágrafo precedente.

NOTA 38 –PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Banco realizadas com entidades relacionadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023					
	Activos		Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Outros	Total				
Subsidiárias						
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL SA	275	275	13 848	-	342	-
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	-	-	-	57 035	235	1 476
TOTAL	**275**	**275**	**13 848**	**57 035**	**577**	**1 476**

(milhares de euros)

	31.12.2022					
	Activos		Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Outros	Total				
Subsidiárias						
HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL SA	305	305	14 587	-	453	-
HAITONG CAPITAL - SCR, S.A.	-	-	-	55 440	252	169
TOTAL	**305**	**305**	**14 587**	**55 440**	**705**	**169**

As transações com entidades relacionadas do Grupo Banco Haitong a 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respetivos gastos e rendimentos reconhecidos no exercício, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023					
	Crédito	Outros	Total	Passivos	Proveitos	Custos
Ultimate parent company e Accionistas						
HAITONG SECURITIES CO., LTD	-	-	-	-	14 983	-
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	-	18
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	1 000	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	36 810	-	36 810	3 444	3 157	4 903
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND	-	-	-	648	317	94
TOTAL	**36 810**	**-**	**36 810**	**4 092**	**19 457**	**5 015**

(milhares de euros)

	31.12.2022					
	Crédito	Outros	Total	Passivos	Proveitos	Custos
Ultimate parent company e Accionistas						
HAITONG SECURITIES CO., LTD	-	-	-	-	22 000	-
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	-	-	-	-	531	-
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	1 000	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	45 772	299	46 072	1 331	1 791	1 264
HAITONG PRIVATE EQUITY FUND		-	-	6 774	452	5
TOTAL	**45 772**	**299**	**46 072**	**8 105**	**25 774**	**1 268**

A rubrica de proveitos a 31 de dezembro de 2023 inclui o montante de 17 115 milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de dezembro de 2022: 24 003 milhares de euros).

O valor das transacções do Banco Haitong realizadas com entidades relacionadas em que o Administrador e/ou familiar tenham influência significativa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período, resumem-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023						
	Ativos				Passivos	Proveitos	Custos
	Crédito	Títulos	Outros	Total			
Entidades com influência relevante							
Mota Engil SGPS	861	14 357	-	15 218	4	1 308	178
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão SGPS SA	-	-	-	-	2	1 375	-
Fundo de pensões Haitong Bank	-	-	52 788	52 788	0	3 935	-
TOTAL	**861**	**14 357**	**52 788**	**68 006**	**6**	**6 618**	**178**

(milhares de euros)

	31.12.2022					
	Ativos			Passivos	Proveitos	Custos
	Crédito	Títulos	Total			
Entidades com influência relevante						
Mota Engil SGPS	-	14 919	14 919	18	217	198
TOTAL	**-**	**14 919**	**14 919**	**18**	**217**	**198**

Todas as transações com Partes Relacionadas são realizadas em condições normais de mercado. Quando não for possível determinar as condições de mercado aplicáveis a uma determinada transação com uma Parte Relacionada, o Banco aplica um referencial de comparabilidade para avaliar as condições de mercado.

NOTA 39 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis diretamente no mercado, são obtidos de instrumentos transacionados ativamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Banco realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a refletir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor atual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Banco, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total de Valor de Balanço	Justo Valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
31 de Dezembro de 2023						
Caixa e Equivalentes de Caixa	13 784	-	-	-	13 784	13 784
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	41 505	11	1 390	42 906	42 906
Instrumentos financeiros derivados		-	22 579	165	22 744	22 744
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	18	5 092	4 454	9 564	9 564
Crédito a clientes	-	-	-	24	24	24
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	119 194	5 693	41 515	166 402	166 402
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	669 826	-	-	-	669 826	657 436
Aplicações em instituições de crédito	576 795	-	-	-	576 795	576 795
Crédito a clientes	635 426	-	-	-	635 426	632 011
Activos financeiros	**1 895 831**	**160 717**	**33 375**	**47 548**	**2 137 471**	**2 121 666**
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	846	-	-	846	846
Instrumentos financeiros derivados	-	-	22 525	-	22 525	22 525
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	628 573	-	-	-	628 573	628 573
Recursos de clientes	739 559	-	-	-	739 559	739 559
Responsabilidades representadas por títulos	367 288	-	-	-	367 288	365 455
Passivos financeiros	**1 735 420**	**846**	**22 525**	**-**	**1 758 791**	**1 756 958**
31 de Dezembro de 2022						
Caixa e Equivalentes de Caixa	14 888	-	-	-	14 888	14 888
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	31 118	3 269	-	34 387	34 387
Instrumentos financeiros derivados		-	38 478	534	39 012	39 012
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	5	7 953	4 610	12 568	12 568
Crédito a clientes	-	-	-	20	20	20
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	117 976	8 797	61 917	188 690	188 690
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	666 549	-	-	-	666 549	621 932
Aplicações em instituições de crédito	471 139	-	-	-	471 139	471 139
Crédito a clientes	655 290	-	-	-	655 290	652 519
Activos financeiros	**1 807 866**	**149 099**	**58 497**	**67 081**	**2 082 543**	**2 035 155**
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	96	-	-	96	96
Instrumentos financeiros derivados	-	-	38 257	222	38 479	38 479
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	842 834	-	-	-	842 834	842 834
Recursos de clientes	494 949	-	-	-	494 949	494 949
Responsabilidades representadas por títulos	370 852	-	-	-	370 852	361 864
Passivos financeiros	**1 708 635**	**96**	**38 257**	**222**	**1 747 210**	**1 738 222**

Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registados ao justo valor são classificados em três níveis de acordo definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

Nível 1 – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e ações e derivados listados e transacionados em mercados regulados.

Nível 2 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são ativos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivados OTC não complexos, ações ilíquidas e fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivados de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contratos de garantia (ISDA com CSA - Credit Support Annex), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte, e o CVA (Credit Value Adjustment) não é considerado significativos. Adicionalmente, estão incluídos derivados financeiros negociados em mercado de balcão (OTC), que não possuem CSA assinado, mas o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de default determinada por modelos internos, etc) na avaliação do CSA não é significativo no valor do derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

Nível 3 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivados OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e ações não transacionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinada e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivativo (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

Para a valorização destes instrumentos são inputs não observáveis o Spread de Crédito, no caso das obrigações e o CVA no caso dos derivados. Para efeitos de cálculo do CVA são utilizados, entre outros, LGD, PD e Rácio do Colateral.

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 nos ativos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2022	**-**	**312**	**4 610**	**20**	**61 917**	**66 859**
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	-	2 181	2 181
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor através resultados	23	(133)	131	2	-	23
Imparidade em activos financeiros	-	-	-	-	203	203
Outras variações de valor	-	383	(287)	2	849	949
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	-	55	55
Aquisições	1 367	-	-	-	22 613	23 980
Reembolsos	-	-	-	-	(32 902)	(32 902)
Fluxos financeiros derivados	-	(397)	-	-	-	(397)
Transferências de outros níveis	-	-	-	-	567	567
Transferências para outros níveis	-	-	-	-	(13 968)	(13 968)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2023	**1 390**	**165**	**4 454**	**24**	**41 515**	**47 548**

Em 2023, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 567 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3 e 1 175 milhares de euros Nível 3 para Nível 2.

Com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram também transferidos ativos financeiros de negociação no valor de 719 milhares de euros de Nível 1 para Nível 2.

(milhares de euros)

	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2021	**-**	**19**	**6 352**	**22**	**79 531**	**85 924**
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	-	2 598	2 598
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados	-	502	(3)	(2)	-	497
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	-	119	119
Imparidade em activos financeiros	-	-	-	-	(41)	(41)
Outras variações de valor	-	(13)	(104)	-	(726)	(843)
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	-	(819)	(819)
Aquisições	-	-	-	-	38 396	38 396
Saídas	-	-	(1 635)	-	-	(1 635)
Reembolsos	-	-	-	-	(56 275)	(56 275)
Fluxos financeiros derivados	-	(271)	-	-	-	(271)
Transferências de outros níveis	-	75	-	-	-	75
Transferências para outros níveis	-	-	-	-	(866)	(866)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2022	**-**	**312**	**4 610**	**20**	**61 917**	**66 859**

Em 2022, com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 866 milhares de euros de Nível 3 para Nível 2.

Relativamente aos instrumentos derivados, em 2022, foram transferidos 75 milhares de euros de Nível 2 para Nível 3, cujo impacto de CVA na valorização do derivado passou a ser superior a 5%.

Com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram ainda transferidos Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral de 4 564 milhares de Nível 1 para Nível 2 e ativos de negociação de 1 273 milhares de Nivel 1 para Nível 2 e ativos de negociação de 657 milhares de Nivel 2 para Nivel 1.

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2023, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas swap:

	31.12.2023			31.12.2022		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	3,90	5,40	3,64	1,89	4,32	3,44
1 mês	3,85	5,35	5,80	1,88	4,46	3,47
3 meses	3,91	5,33	5,88	2,13	4,77	3,87
6 meses	3,86	5,15	5,82	2,69	5,16	4,37
1 ano	2,89	4,76	5,52	3,69	4,76	4,69
3 anos	2,56	3,75	4,67	3,31	4,33	4,56
5 anos	2,44	3,53	4,45	3,24	4,02	4,32
7 anos	2,44	3,48	4,46	3,20	3,90	4,13
10 anos	2,49	3,48	4,52	3,20	3,84	3,99
15 anos	2,56	3,51	4,68	3,14	3,81	3,91
20 anos	2,52	3,49	4,86	2,92	3,74	3,83

Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

(pontos de base)

Indice	Série	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
31.12.2023					
CDX USD Main	**31**	33,60	56,70	78,70	98,20
iTraxx Eur Main	**30**	33,10	58,20	79,00	98,70
iTraxx Eur Senior Financial	**30**	-	67,00	-	103,70
31.12.2022					
CDX USD Main	**31**	56,90	82,00	101,70	117,80
iTraxx Eur Main	**30**	66,40	90,60	107,50	123,20
iTraxx Eur Senior Financial	**30**	-	99,30	-	128,90

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the Money):

(%)

	31.12.2023			31.12.2022		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	87,75	98,08	101,15	99,45	92,63	127,11
3 anos	108,84	124,75	146,46	123,34	143,55	169,91
5 anos	104,91	121,07	148,19	124,84	143,58	167,18
7 anos	101,38	115,54	141,96	121,78	135,76	158,58
10 anos	97,01	108,39	132,46	115,50	125,08	147,39
15 anos	91,09	98,61	123,41	106,94	109,68	130,46

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the money):

Cambial	Cotação		Volatilidade (%)				
	31.12.2023	31.12.2022	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,1050	1,0666	6,71	6,46	6,45	6,46	6,58
EUR/GBP	0,8691	0,8869	4,52	4,92	5,28	5,55	5,71
EUR/CHF	0,9260	0,9847	6,01	5,54	5,50	5,47	5,48
EUR/PLN	4,3395	4,6808	6,58	6,71	6,87	6,89	6,95
EUR/CNY	7,8509	7,3582	5,65	5,59	5,59	5,71	5,73
USD/BRL a)	4,8523	5,2865	12,12	12,64	13,22	13,57	13,92

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD and EUR/BRL

Índices acionistas

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices acionistas e respetivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		Volatilidade implícita (%)
	31.12.2023	31.12.2022	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	4 521	3 794	19%	13,70	20,24	13,57
PSI 20	6 396	5 726	12%	10,79	13,56	0,00
IBEX 35	10 102	8 229	23%	12,45	13,38	0,00
DAX	16 752	13 924	20%	11,73	13,53	13,53
S&P 500	4 311	3 585	20%	10,42	12,62	11,25
BOVESPA	24 952	19 436	28%	15,13	17,07	-

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento atual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de outras instituições de crédito

Tendo em conta os instrumentos financeiros em causa, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 40 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais financeiras estabelecidas com o Banco no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e compromissos de crédito – e em produtos derivados – *swaps, forwards* e opções (risco de contraparte).

Os portfolios de crédito do Banco são monitorizados permanentemente, com uma interação próxima entre as equipas de negócio e de gestão de risco durante as fases sequenciais do ciclo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito, rácios de produtividade, provisionamento e métricas de concentração é efetuado de forma contínua.

São igualmente objeto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas de negócio.

Cálculo da ECL

A norma IFRS 9 prevê um modelo de "três Stages" para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Haitong Bank, a perda de crédito esperada (ECL) é determinada de acordo com a informação detalhada com o capítulo 2.3.1., Imparidade de Ativos Financeiros e Modelo Financeiro:

- Stage 1 – ***Performing:*** O cálculo de imparidade é realizado com base na perda de crédito esperada para 12 meses, a qual é determinada como o valor atual da exposição em risco à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) de 12 meses e pela perda dado o incumprimento;

- Stage 2 – ***Under Performing:*** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas resultantes de possíveis situações de incumprimento que possam ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento. A ECL reflete o valor presente dos fluxos de caixa esperados e a PD ao longo do remanescente período de vigência do instrumento financeiro. Para o cálculo da ECL, o Banco considera a PD diária intra-período à data de referência.
- Stage 3 – ***Non-Performing:*** O cálculo de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Banco (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vetor de medição a análise individual de imparidade. No modelo coletivo, aplicável para instrumentos financeiros classificados em Stage 1 e para determinar a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros classificados em Stage 2, os principais parâmetros de cálculo são:

- Probabilidade de Incumprimento (Probability of Default - PD): reflete a probabilidade de incumprimento num dado período. O Haitong Bank toma em consideração as PD facultadas pela S&P, ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade.
- Perda dado o Incumprimento (Loss Given Default - LGD): magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Banco aplica a LGD com base nos benchmarks da Moody's que cobrem um amplo período histórico.
- Exposição dado o Incumprimento (Exposure at Default - EAD): a exposição esperada em caso de um incumprimento. O EAD é calculado dependendo do tipo de ativo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada Stage é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo fator de conversão de crédito (de acordo com a CRR- *Capital Requirements Regulation*).

Informação Prospetiva

No âmbito do exercício de *forward-looking*, o Banco ajustou as probabilidades de incumprimento ao longo do ciclo económico, incorporando informação macroeconómica prospetiva, o que gera probabilidades de incumprimento "*point-in-time*" (ou "PD PiT"), que são mais ajustadas em termos de precisão e de momentos no tempo. No Banco, as PD TTC são as probabilidades de incumprimento fornecidas pela S&P, tendo sido desenvolvida uma metodologia de análise para estimar as PD PiT, que tem por suporte o conceito de Fator Escalar (ou *Variable Scalar*), i.e., o coeficiente que converte a PD TTC em PD PiT.

A informação prospetiva utilizada pelo Banco assenta numa abordagem simplificada, baseada em princípios de razoabilidade e proporcionalidade, atenta a dimensão e perfil do Banco. Considerando as características da carteira do Banco e, tendo em conta, a sua presença mundial, a principal alteração do exercício prospetivo para 2023 prende-se com a adoção de uma análise macroeconómica global em vez de uma abordagem exclusivamente focada em Portugal.

Foi implementada uma abordagem baseada em cenários com base suportados por informações externas, o que fornece granularidade suficiente para atender aos requisitos regulatórios e contabilísticos. A cenarização incorpora um caso base e um cenário negativo, ponderados pela sua probabilidade de ocorrência, respetivamente, 80% e 20%.

A tabela abaixo sistematiza os pressupostos considerados para cada cenário, considerando que o Banco teve em consideração as projeções existentes de entidades conceituadas.

	PIB Global *(Taxa de variação homóloga – preços constantes)*		Inflação Global *(% variação IPC médio)*		Taxa EURIBOR 3-meses *(em valor)*	
Cenário / Ano	**Pessimista**	**Base**	**Pessimista**	**Base**	**Pessimista**	**Base**
2024	2.60%	2.94%	4.40%	5.79%	4.00%	3.70%
2025	3.00%	3.20%	3.40%	4.62%	3.50%	3.10%
2026	3.25%	3.20%	3.50%	4.23%	3.50%	2.68%

O exercício de *forward-looking* do Banco é aplicado ao modelo coletivo de imparidade e cobre igualmente as operações com aumento significativo de risco de crédito, i.e., em Stage 2, nomeadamente, para os anos em que as projeções económicas estão disponíveis.

A atualização do exercício anual de *forward-looking* a 31 de dezembro de 2023 levou a um reforço dos valores de imparidade em aproximadamente 1.202 mil euros.

O Haitong Bank procedeu ainda a uma análise de sensibilidade com referência a 31 de dezembro de 2023, que assentou na avaliação do impacto caso se verifique uma variação de 10% nos parâmetros externos considerados no modelo coletivo para o cálculo das perdas de crédito esperadas (PD e LGD). Para tal, foi aplicado um choque de +10% na PD PiT e no parâmetro da LGD, verificando-se que o impacto nas perdas de crédito esperadas resultaria num aumento de cerca de 433 mil euros e 451 mil euros, respetivamente.

Adicionalmente, o Banco tem realizado o exercício regular de testes de esforço às suas carteiras de crédito, os quais se baseiam numa análise de sensibilidade para avaliar os potenciais impactos sobre os principais indicadores de qualidade de ativos/perfil de risco, resultantes de choques específicos afetando o mercado como um todo, as contrapartes e determinadas geografias.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na norma IFRS 9, detalhados por Stage, à data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2023									
	Stage 1			Total Stage 1	Stage 2		Total Stage 2	Stage 3	Total Stage 3	Total
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]		Impaired [d]		
Crédito a Clientes	744	631 348	-	**632 092**	4 484	-	**4 484**	26 590	**26 590**	**663 166**
Garantias	12 454	98 783	-	**111 237**	-	-	**-**	871	**871**	**112 108**
Instrumentos de Dívida	120 739	701 349	-	**822 088**	20 588	-	**20 588**	-	**-**	**842 676**
Crédito a Bancos	554 283	22 528	-	**576 811**	-	-	**-**	15 077	**15 077**	**591 888**
Caixa e Equivcalentes de Caixa	9 044	2 935	-	**11 979**	-	-	**-**	3 666	**3 666**	**15 645**
Devedores e outros ativos	-	1 345	7 789	**9 134**	-	-	**-**	9 892	**9 892**	**19 026**
Compromissos com Terceiros	-	24 000	-	**24 000**	-	-	**-**	-	**-**	**24 000**
Total bruto	**697 264**	**1 482 288**	**7 789**	**2 187 341**	**25 072**	**-**	**25 072**	**56 096**	**56 096**	**2 268 509**

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2022										
	Stage 1				Total Stage 1	Stage 2		Total Stage 2	Stage 3	Total Stage 3	Total
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]		Impaired [d]		
Crédito a Clientes	21 733	629 606	-	2	**651 341**	4 936	-	**4 936**	77 465	**77 465**	**733 742**
Garantias	11 827	117 705	-	-	**129 532**	-	-	**-**	2 692	**2 692**	**132 224**
Instrumentos de Dívida	138 262	731 792	-	-	**870 054**	-	-	**-**	-	**-**	**870 054**
Crédito a Bancos	468 659	2 500	-	-	**471 159**	-	-	**-**	15 077	**15 077**	**486 236**
Caixa e Equivcalentes de Caixa	7 146	4 876	-	-	**12 022**	-	3 800	**3 800**	-	**-**	**15 822**
Devedores e outros ativos	7	1 861	285	12 708	**14 861**	-	-	**-**	17 298	**17 298**	**32 159**
Compromissos com Terceiros	-	-	-	-	**-**	-	-	**-**	-	**-**	**-**
Total bruto	**647 634**	**1 488 340**	**285**	**12 710**	**2 148 969**	**4 936**	**3 800**	**8 736**	**112 532**	**112 532**	**2 270 237**

A 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a maioria das exposições sem rating atribuído corresponde a saldos com outros devedores.

A 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade ascende a 3 milhões de Euros, correspondente a exposições a bancos centrais.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por sector de atividade, Stage e dias de atraso, a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Ativos financeiros ao custo amortizado (incluido garantias prestadas), por segmento, stage e dias de atraso	31.12.2023																	
	Stage 1						Total Stage 1		Stage 2		Total Stage 2		Stage 3				Total Stage 3		Total
	Sem dias de atraso		1 - 29 dias		Mais de 181 dias (1)				Sem dias de atraso				Sem dias de atraso		Mais de 181 dias				
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade
Automóveis e peças de automóveis	31 929	53	-	-	-	**31 929**	**53**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**31 929**	**53**
Bancos	651 767	145	-	1 631	1 631	**653 398**	**1 776**	-	-	**-**	**-**	3 665	1 865	15 077	15 077	**18 742**	**16 942**	**672 140**	**18 718**
Corretagem	-	-	-	-	-	**-**	**-**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**-**	**-**
Materias de construção	13	13	-	190	190	**203**	**203**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**203**	**203**
Bens de investimento	39 032	147	-	40	40	**39 072**	**187**	-	-	**-**	**-**	-	-	2 200	2 200	**2 200**	**2 200**	**41 272**	**2 387**
Químicos	46 503	108	-	-	-	**46 503**	**108**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**46 503**	**108**
Comércio e prestação de serviços	60 615	597	-	95	95	**60 710**	**692**	-	-	**-**	**-**	3 521	1 178	3 277	3 277	**6 798**	**4 455**	**67 508**	**5 147**
Construção e engenharia	107 772	186	17	407	407	**108 196**	**593**	-	-	**-**	**-**	569	216	1 596	1 591	**2 165**	**1 807**	**110 361**	**2 400**
Fundos e gestores de activos	5 665	3	-	-	-	**5 665**	**3**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**5 665**	**3**
Administrações centrais	417 905	259	-	214	214	**418 119**	**473**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**418 119**	**473**
Saúde	20 114	103	-	-	-	**20 114**	**103**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**20 114**	**103**
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	**-**	**-**	-	-	**-**	**-**	-	-	5 950	5 950	**5 950**	**5 950**	**5 950**	**5 950**
Media e entretenimento	-	-	-	94	94	**94**	**94**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**94**	**94**
Metais e minas	37 733	56	-	-	-	**37 733**	**56**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**37 733**	**56**
Instituições financeiras não bancárias	41 053	381	-	-	-	**41 053**	**381**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**41 053**	**381**
Petróleo e gás	62 405	247	-	-	-	**62 405**	**247**	-	-	**-**	**-**	-	-	10 324	10 324	**10 324**	**10 324**	**72 729**	**10 571**
Papel e produtos florestais	2 693	3	-	60	60	**2 753**	**63**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**2 753**	**63**
Energia	129 698	589	-	57	57	**129 755**	**646**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**129 755**	**646**
Imobiliário	133 283	1 764	-	149	144	**133 432**	**1 908**	3 754	278	**3 754**	**278**	-	-	-	-	**-**	**-**	**137 186**	**2 186**
Arrendamento e Locação	13 483	69	-	-	-	**13 483**	**69**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**13 483**	**69**
Retalho	32 583	198	-	-	-	**32 583**	**198**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**32 583**	**198**
Telecomunicações	65 741	268	-	-	-	**65 741**	**268**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**65 741**	**268**
Transportes	-	-	-	-	-	**-**	**-**	731	5	**731**	**5**	-	-	-	-	**-**	**-**	**731**	**5**
Infra-estruturas de transportes	96 433	85	-	-	-	**96 433**	**85**	-	-	**-**	**-**	-	-	9 893	3 908	**9 893**	**3 908**	**106 326**	**3 993**
Água e Saneamento	-	-	-	-	-	**-**	**-**	8 415	33	**8 415**	**33**	-	-	-	-	**-**	**-**	**8 415**	**33**
Outros	697	577	-	3 170	3 168	**3 867**	**3 745**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**3 867**	**3 745**
Total	**1 997 117**	**5 851**	**17**	**6 107**	**6 100**	**2 003 241**	**11 951**	**12 900**	**316**	**12 900**	**316**	**7 755**	**3 259**	**48 317**	**42 327**	**56 072**	**45 586**	**2 072 213**	**57 853**

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Stage 1).

Ativos financeiros ao custo amortizado (incluido garantias prestadas), por segmento, stage e dias de atraso	31.12.2022																	
	Stage 1				Total Stage 1		Stage 2		Total Stage 2		Stage 3				Total Stage 3		Total	
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias (1)				Sem dias de atraso				Sem dias de atraso		Mais de 181 dias (1)					
	Valor Bruto	Imparidade	Gross carrying amount	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade
Automóveis e peças de automóveis	31 929	53	-	-	-	**31 929**	**53**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**31 929**
Bancos	651 767	145	-	1 631	1 631	**653 398**	**1 776**	-	-	**-**	**-**	3 665	1 865	15 077	15 077	**18 742**	**16 942**	**672 140**
Corretagem	-	-	-	-	-	**-**	**-**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**-**
Materias de construção	13	13	-	190	190	**203**	**203**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**203**
Bens de investimento	39 032	147	-	40	40	**39 072**	**187**	-	-	**-**	**-**	-	-	2 200	2 200	**2 200**	**2 200**	**41 272**
Químicos	46 503	108	-	-	-	**46 503**	**108**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**46 503**
Comércio e prestação de serviços	60 615	597	-	95	95	**60 710**	**692**	-	-	**-**	**-**	3 521	1 178	3 277	3 277	**6 798**	**4 455**	**67 508**
Construção e engenharia	107 772	186	17	407	407	**108 196**	**593**	-	-	**-**	**-**	569	216	1 596	1 591	**2 165**	**1 807**	**110 361**
Fundos e gestores de activos	5 665	3	-	-	-	**5 665**	**3**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**5 665**
Administrações centrais	417 905	259	-	214	214	**418 119**	**473**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**418 119**
Saúde	20 114	103	-	-	-	**20 114**	**103**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**20 114**
Alojamento e turismo	-	-	-	-	-	**-**	**-**	-	-	**-**	**-**	-	-	5 950	5 950	**5 950**	**5 950**	**5 950**
Media e entretenimento	-	-	-	94	94	**94**	**94**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**94**
Metais e minas	37 733	56	-	-	-	**37 733**	**56**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**37 733**
Instituições financeiras não bancárias	41 053	381	-	-	-	**41 053**	**381**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**41 053**
Petróleo e gás	62 405	247	-	-	-	**62 405**	**247**	-	-	**-**	**-**	-	-	10 324	10 324	**10 324**	**10 324**	**72 729**
Papel e produtos florestais	2 693	3	-	60	60	**2 753**	**63**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**2 753**
Energia	129 698	589	-	57	57	**129 755**	**646**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**129 755**
Imobiliário	133 283	1 764	-	149	144	**133 432**	**1 908**	3 754	278	**3 754**	**278**	-	-	-	-	**-**	**-**	**137 186**
Arrendamento e Locação	13 483	69	-	-	-	**13 483**	**69**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**13 483**
Retalho	32 583	198	-	-	-	**32 583**	**198**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**32 583**
Telecomunicações	65 741	268	-	-	-	**65 741**	**268**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**65 741**
Transportes	-	-	-	-	-	**-**	**-**	731	5	**731**	**5**	-	-	-	-	**-**	**-**	**731**
Infra-estruturas de transportes	96 433	85	-	-	-	**96 433**	**85**	-	-	**-**	**-**	-	-	9 893	3 908	**9 893**	**3 908**	**106 326**
Água e Saneamento	-	-	-	-	-	**-**	**-**	8 415	33	**8 415**	**33**	-	-	-	-	**-**	**-**	**8 415**
Outros	697	577	-	3 170	3 168	**3 867**	**3 745**	-	-	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**3 867**
Total	**1 997 117**	**5 851**	**17**	**6 107**	**6 100**	**2 003 241**	**11 951**	**12 900**	**316**	**12 900**	**316**	**7 755**	**3 259**	**48 317**	**42 327**	**56 072**	**45 586**	**2 072 213**

(1) Face à especificidade da carteira de comissões a receber (receivables), é aplicada uma abordagem simplificada baseada nos dias vencidos (e, portanto, padronizada no Stage 1).

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e Stage de imparidade.

Crédito a clientes

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Haitong Bank para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	744	-	-	-	**744**
Monitoring	[bbb+;b-]	631 348	4 484	-	-	**635 832**
Impaired	[d]	-	-	24 409	2 157	**26 566**
Valor bruto		**632 092**	**4 484**	**24 409**	**2 157**	**663 142**
Imparidade (Nota 32)		2 997	283	23 387	1 049	**27 716**
Valor líquido		**629 095**	**4 201**	**1 022**	**1 108**	**635 426**
Justo valor						
Impaired	[d]	-	-	24	-	**24**
Valor bruto		**-**	**-**	**24**	**-**	**24**
Reavaliação		-	-	-	-	**-**
Valor líquido		**-**	**-**	**24**	**-**	**24**
Total bruto		**632 092**	**4 484**	**24 433**	**2 157**	**663 166**
Total imparidade (Nota 32)		2 997	283	23 387	1 049	**27 716**
Total Reavaliação		-	-	-	-	**-**
Total líquido		**629 095**	**4 201**	**1 046**	**1 108**	**635 450**

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	21 733	-	-	-	**21 733**
Monitoring	[bbb+;b-]	629 606	4 936	-	-	**634 542**
Impaired	[d]	-	-	75 287	2 156	**77 443**
Not rated	Not Rated	2	-	-	-	**2**
Valor bruto		**651 341**	**4 936**	**75 287**	**2 156**	**733 720**
Imparidade (Nota 32)		2 667	300	74 733	730	**78 430**
Valor líquido		**648 674**	**4 636**	**554**	**1 426**	**655 290**
Justo valor						
Impaired	[d]	-	-	22	-	**22**
Valor bruto		**-**	**-**	**22**	**-**	**22**
Reavaliação		-	-	(2)	-	**(2)**
Valor líquido		**-**	**-**	**20**	**-**	**20**
Total bruto		**651 341**	**4 936**	**75 309**	**2 156**	**733 742**
Total imparidade		2 667	300	74 733	730	**78 430**
Total Reavaliação		-	-	(2)	-	**(2)**
Total líquido		**648 674**	**4 636**	**574**	**1 426**	**655 310**

Garantias prestadas

O quadro apresenta em seguida um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Haitong Bank para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Garantias prestadas		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	12 454	-	-	-	**12 454**
Monitoring	[bbb+;b-]	98 783	-	-	-	**98 783**
Impaired	[d]	-	-	871	-	**871**
Valor bruto		**111 237**	**-**	**871**	**-**	**112 108**
Imparidade (Nota 32)		92	-	300	-	**392**
Valor líquido		**111 145**	**-**	**571**	**-**	**111 716**

(milhares de euros)

Garantias prestadas		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Low to fair risk	[aaa+;a-]	11 827	-	-	-	**11 827**
Monitoring	[bbb+;b-]	117 705	-	-	-	**117 705**
Impaired	[d]	-	-	2 692	-	**2 692**
Valor bruto		**129 532**	**-**	**2 692**	**-**	**132 224**
Imparidade (Nota 32)		1 107	-	340	-	**1 447**
Valor líquido		**128 425**	**-**	**2 352**	**-**	**130 777**

Instrumentos de dívida da carteira bancária

O quadro apresenta em seguida um sumário da carteira de instrumentos de dívida ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral do Haitong Bank, a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	103 564	-	-	-	**103 564**
Monitoring	[bbb+;b-]	558 424	8 416	-	-	**566 840**
Valor bruto		**661 988**	**8 416**	**-**	**-**	**670 404**
Imparidade (Nota 32)		1 018	33	-	-	**1 051**
Cobertura de Justo Valor		473	-	-	-	**473**
Valor líquido		**661 443**	**8 383**	**-**	**-**	**669 826**
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	17 176	-	-	-	**17 176**
Monitoring	[bbb+;b-]	142 924	12 172	-	-	**155 096**
Substandard	[ccc+;ccc]	-	-	-	-	**-**
Valor bruto		**160 100**	**12 172**	**-**	**-**	**172 272**
Imparidade (Nota 32)		**391**	**186**			**577**
Reavaliação		(5 510)	-	-	-	**(5 510)**
Cobertura de Justo Valor		217	-	-	-	**217**
Valor líquido		**154 416**	**11 986**	**-**	**-**	**166 402**
Total bruto		**822 088**	**20 588**	**-**	**-**	**842 676**
Total imparidade		1 409	219	-	-	**1 628**
Total Reavaliação		(5 510)	-	-	-	**(5 510)**
Cobertura de Justo Valor		690	-	-	-	**690**
Total líquido		**815 859**	**20 369**	**-**	**-**	**836 228**

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	103 201	-	-	-	**103 201**
Monitoring	[bbb+;b-]	564 671	-	-	-	**564 671**
Valor bruto		**667 872**	**-**	**-**	**-**	**667 872**
Imparidade (Nota 32)		1 323	-	-	-	**1 323**
Valor líquido		**666 549**	**-**	**-**	**-**	**666 549**
Justo valor através de outro rendimento integral						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	35 061	-	-	-	**35 061**
Monitoring	[bbb+;b-]	167 121	-	-	-	**167 121**
Valor bruto		**202 182**	**-**	**-**	**-**	**202 182**
Imparidade (Nota 32)		704	-	-	-	**704**
Reavaliação		(12 788)	-	-	-	**(12 788)**
Valor líquido		**188 690**	**-**	**-**	**-**	**188 690**
Total bruto		**870 054**	**-**	**-**	**-**	**870 054**
Total imparidade		2 027	-	-	-	**2 027**
Total Reavaliação		(12 788)	-	-	-	**(12 788)**
Total líquido		**855 239**	**-**	**-**	**-**	**855 239**

Depósitos e disponibilidades

O quadro apresenta em seguida um sumário dos depósitos e disponibilidades do Haitong Bank, a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	9 044	-	-	-	**9 044**
Monitoring	[bbb+;b-]	2 935	-	-	-	**2 935**
Impaired	[d]	-	-	3 666	-	**3 666**
Total bruto		**11 979**	**-**	**3 666**	**-**	**15 645**
Imparidade (Nota 32)		-	-	1 865	-	**1 865**
Total líquido		**11 979**	**-**	**1 801**	**-**	**13 780**

(milhares de euros)

Depósitos e disponibilidades		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	7 146	-	-	**-**	**7 146**
Monitoring	[bbb+;b-]	4 876	-	-	**-**	**4 876**
Substandard	[ccc+;ccc]	-	3 800	-	**-**	**3 800**
Total bruto		**12 022**	**3 800**	**-**	**-**	**15 822**
Imparidade (Nota 32)		1	938	-	**-**	**939**
Total líquido		**12 021**	**2 862**	**-**	**-**	**14 883**

Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado em seguida, apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Haitong Bank S.A., a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	554 283	-	-	-	**554 283**
Monitoring	[bbb+;b-]	22 528	-	-	-	**22 528**
Impaired	[d]	-	-	15 077	-	**15 077**
Total bruto		**576 811**	**-**	**15 077**	**-**	**591 888**
Imparidade (Nota 32)		16	-	15 077	-	**15 093**
Total líquido		**576 795**	**-**	**-**	**-**	**576 795**

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	468 659	-	-	-	**468 659**
Monitoring	[bbb+;b-]	2 500	-	-	-	**2 500**
Impaired	[d]	-	-	15 077	-	**15 077**
Total bruto		**471 159**	**-**	**15 077**	**-**	**486 236**
Imparidade (Nota 32)		20	-	15 077	-	**15 097**
Total líquido		**471 139**	**-**	**-**	**-**	**471 139**

Devedores e outras ativos

O quadro apresentado em seguida, apresenta um sumário da carteira de devedores e outros ativos do Haitong Bank S.A., para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

(milhares de euros)

Devedores e outros activos		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	1 345	-	-	-	**1 345**
Impaired	[d]	-	-	-	9 892	**9 892**
Not rated		7 789	-	-	-	**7 789**
Total bruto		**9 134**	**-**	**-**	**9 892**	**19 026**
Imparidade (Nota 32)		7 829	-	-	3 907	**11 736**
Total líquido		**1 305**	**-**	**-**	**5 985**	**7 290**

(milhares de euros)

Devedores e outros activos		31.12.2022				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	7	-	-	-	**7**
Monitoring	[bbb+;b-]	1 861	-	-	-	**1 861**
Substandard	[ccc+;ccc]	285	-	-	-	**285**
Impaired	[d]	-	-	7 407	9 891	**17 298**
Not rated		12 708	-	-	-	**12 708**
Total bruto		**14 861**	**-**	**7 407**	**9 891**	**32 159**
Imparidade (Nota 32)		8 109	-	52	3 569	**11 730**
Total líquido		**6 752**	**-**	**7 355**	**6 322**	**20 429**

Compromissos financeiros com terceiros

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de Compromissos financeiros com terceiros do Haitong Bank, para 31 de dezembro de 2023:

(milhares de euros)

Compromissos com Terceiros		31.12.2023				
		Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	24 000	-	-	-	**24 000**
Total bruto		**24 000**	**-**	**-**	**-**	**24 000**
Imparidade (Nota 32)		36	-	-	-	**36**
Total líquido		**23 964**	**-**	**-**	**-**	**23 964**

Não se verificavam Compromissos Financeiros com terceiros com referência a 31 de dezembro de 2022.

Durante o ano de 2023, ocorreram as seguintes movimentações:

	Dos quais:			Total
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**2 148 969**	**8 736**	**112 532**	**2 270 237**
Aumentos/reduções de exposição	164 695	(587)	(60 101)	**104 007**
Transferências				**-**
de stage 1	(20 588)	20 588	-	**-**
de stage 2	-	(3 665)	3 665	**-**
de stage 3	-	-	-	**-**
Write-off	-	-	-	**-**
Cessões	(105 735)	-	-	**(105 735)**
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**2 187 341**	**25 072**	**56 096**	**2 268 509**

Durante o ano de 2022, uma exposição totalizando 18.8 milhões de euros foi transferida de Stage 2 (perdas de crédito esperadas "lifetime") para Stage 1 (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

A utilização de proteção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Banco são as cauções financeiras (proteção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (proteção pessoal de crédito com efeito de substituição).

O Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a *haircuts* de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Banco considera o valor das garantias reais após a aplicação do *haircut*.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital de empresas cotadas em bolsa e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

A valorização da caução de contas bancárias é realizada numa base trimestral, de acordo com as informações fornecidas pelo banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital de empresas não cotadas, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

À data de 31 de dezembro de 2023, o montante de instrumentos financeiros para os quais não se identificaram perdas de crédito esperadas decorrente da existência de garantia (i.e., sempre que a exposição dado o incumprimento líquida de garantias detidas for igual a zero), foi de 11.896 mil euros, contabilizado na carteira de garantias.

Em seguida apresenta-se por classe de rating o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento (EAD) para todos os ativos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada Stage e para os instrumentos POCI.

(milhares de euros)

Classe de rating		31.12.2023							
		Stage 1		Stage 2		Stage 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	697 264	687 302	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 482 288	1 353 650	25 072	24 990	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	-	-	-	-	-	-	-	-
Doubtful	[lccc]	-	-	-	-	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	44 047	43 680	12 049	12 048
Not rated	Not Rated	7 789	7 789	-	-	-	-	-	-
Total		**2 187 341**	**2 048 741**	**25 072**	**24 990**	**44 047**	**43 680**	**12 049**	**12 048**

(milhares de euros)

Classe de rating		31.12.2022							
		Stage 1		Stage 2		Stage 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	647 634	635 451	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	1 488 340	1 330 911	4 936	4 763	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	285	285	3 800	3 800	-	-	-	-
Doubtful	[lccc]	-	-	-	-	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	100 485	99 905	12 047	12 047
Not rated	Not Rated	12 710	12 710	-	-	-	-	-	-
Total		**2 148 969**	**1 979 357**	**8 736**	**8 563**	**100 485**	**99 905**	**12 047**	**12 047**

Exposições Não Produtivas e Exposições Diferidas

De acordo com as definições definidas no Anexo V do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2018/1627, de 8 de outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) No. 680/2014, no que diz respeito à avaliação prudente para reportes regulatórios, o Banco divulga as exposições não produtivas e diferidas ("*forborne exposures*").

As definições de exposições não produtivas e exposições diferidas encontram-se na secção 2.3.1.

Neste sentido, a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições Produtivas	**2 281 201**	**5 165**	**0,2%**	**2 334 798**	**7 538**	**0,3%**
Non-Performing exposures (NPE)	**46 760**	**41 702**	**89,2%**	**96 018**	**91 143**	**94,9%**
Crédito a Clientes	26 590	24 436	91,9%	77 463	75 461	97,4%
Aplicações em Instituições de crédito	15 077	15 078	100,0%	15 077	15 077	100,0%
Garantias prestadas	871	300	34,4%	2 692	340	12,6%
Compromissos de crédito	556	23	4,1%	786	265	33,7%
Total	**2 327 961**	**46 867**	**2,0%**	**2 430 816**	**98 681**	**4,1%**
NPE ratio	**2,0%**			**4,0%**		
NPL ratio	**4,0%**			**19,4%**		

A 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, as exposições diferidas apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições Produtivas	**2 277 447**	**4 887**	**0,2%**	**2 331 044**	**7 260**	**0,3%**
Exposições Diferidas Produtivas	**3 754**	**278**	**7,4%**	**3 754**	**278**	**7,4%**
Crédito a Clientes	3 754	278	7,4%	3 754	278	7,4%
Exposições Diferidas Não Produtivas	**27 122**	**24 460**	**90,2%**	**78 227**	**75 728**	**96,8%**
Crédito a Clientes	26 566	24 436	92,0%	77 441	75 463	97,4%
Compromissos de crédito	556	23	4,1%	786	265	33,7%
Exposições Não Produtivas	**19 638**	**17 242**	**87,8%**	**17 791**	**15 415**	**86,6%**
Total	**2 327 961**	**46 867**	**2,0%**	**2 430 816**	**98 681**	**4,1%**

Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham fatores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afetar a solvência do Banco – o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do banco para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por sectores de atividade, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023								
	Crédito a clientes				Activos financeiros detivos para negociação			Titulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Intrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	-	-	-	-	-	23	-	-	-
Automóveis e peças de automóveis	20 240	-	33	-	-	514	-	17 752	38
Bancos	-	-	-	-	-	15 782	1 924	76 765	103
Corretagem	-	-	-	-	-	-	46	-	-
Bens de investimento	16 158	1 132	1 200	1 132	-	1 667	2	11 489	14
Indústria química	30 298	-	82	-	-	3 108	-	26 082	52
Comércio e Serviços	63 637	3 277	1 685	3 277	-	-	-	-	-
Construção e Obras Públicas	17 246	1 596	88	1 591	-	1 926	-	35 907	146
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	-	-	-	-	10 808	8
Fundos e Gestores de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	10 756	3
Administração pública	744	-	-	-	-	888	-	423 677	263
Saúde	20 112	-	103	-	-	11	-	1 181	6
Alojamento e Turismo	-	5 950	-	5 950	-	1 305	-	7 549	2
Media e Entretenimento	-	-	-	-	-	3 085	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	29 047	-	46	-	-	-	-	16 410	52
Instituições financeiras não bancárias	36 810	-	378	-	-	2 186	3 412	11 059	7
Indústria de petróleo e gás	48 874	10 324	215	10 324	-	568	430	13 531	32
Papel e produtos florestais	-	-	-	-	-	520	81	2 693	3
Energia	100 404	-	512	-	-	1 336	191	25 910	101
Imobiliário	79 507	-	580	-	-	1 733	-	90 211	379
Arrendamento e Locação	13 483	-	69	-	-	-	-	-	-
Retalho	18 216	-	181	-	-	1 048	-	14 365	17
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	18	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	3 181	-	5 481	26
Telecomunicações	48 951	-	179	-	-	2 740	11	25 975	159
Transportes	731	-	5	-	-	510	-	-	-
Infraestruturas de transportes	96 426	-	86	-	-	-	16 647	-	-
Água e saneamento	-	-	-	-	-	775	-	19 803	217
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**640 884**	**22 279**	**5 442**	**22 274**	**-**	**42 906**	**22 744**	**847 422**	**1 628**

(milhares de euros)

	31.12.2022								
	Crédito a clientes				Activos financeiros detivos para negociação			Titulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Intrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Automóveis e peças de automóveis	20 165	-	38	-	-	-	-	16 912	42
Bancos	-	-	-	-	-	4 047	13 251	76 383	126
Corretagem	-	-	-	-	-	494	144	-	-
Materiais de construção	-	-	-	-	-	1 782	-	-	-
Bens de investimento	18 796	1 000	1 262	1 000	-	3 336	-	23 159	27
Indústria química	14 968	-	48	-	-	3 842	-	8 097	26
Comércio e Serviços	61 686	3 116	1 391	3 116	-	601	-	-	-
Construção e Obras Públicas	5 627	1 479	60	1 475	-	1 292	441	43 977	359
Embalagens	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	-	-	-	1 178	6 383	4
Fundos e Gestores de Ativos	-	-	-	-	-	1 599	-	22 364	15
Administração pública	1 231	-	-	-	-	253	-	434 750	309
Saúde	7 946	-	43	-	-	-	-	14 044	76
Alojamento e Turismo	2 127	3 823	2 127	3 823	-	-	-	7 445	2
Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e Entretenimento	-	-	-	-	-	1 197	4	-	-
Metalúrgica & Mineração	-	-	-	-	-	-	-	9 459	12
Instituições financeiras não bancárias	45 626	242	146	242	-	3 866	6 945	26 855	82
Indústria de petróleo e gás	17 476	10 324	83	10 324	-	3 269	-	14 197	62
Papel e produtos florestais	-	-	-	-	-	-	458	2 727	4
Energia	118 179	-	816	-	-	1 692	137	30 940	87
Imobiliário	124 397	44 583	589	44 583	-	792	28	81 189	489
Arrendamento e Locação	13 917	-	76	-	-	-	-	-	-
Retalho	20 210	-	212	-	-	-	-	14 126	18
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	5	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	1 742	-	-	-
Telecomunicações	47 817	-	190	-	-	1 430	238	25 663	164
Transportes	1 182	6 563	22	6 563	-	657	-	-	-
Infraestruturas de transportes	141 258	-	201	-	-	1 419	16 188	-	-
Água e saneamento	-	-	-	-	-	799	-	11 158	123
Outros	2	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**662 610**	**71 130**	**7 304**	**71 126**	**-**	**34 387**	**39 012**	**869 833**	**2 027**

A repartição do crédito sobre clientes, ativos de negociação e títulos por país de risco, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2023								
	Crédito a clientes				Activos financeiros detivos para negociação			Titulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Intrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Australia	29 047	-	46	-	-	-	-	-	-
Austria	-	-	-	-	-	1 527	-	5 481	26
Bermuda	-	-	-	-	-	776	-	-	-
Brasil	-	3 277	-	3 277	-	-	-	19 036	65
Bulgaria	-	-	-	-	-	-	-	11 190	19
China	-	-	-	-	-	6 210	-	87 791	611
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 130	7
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	23 199	33
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 693	3
França	39 733	-	204	-	-	6	180	55 888	43
Alemanha	20 240	-	33	-	-	5 871	782	23 446	26
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	22 816	26
Hong kong	-	-	-	-	-	5 943	-	8 127	3
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	10 311	12
Irlanda	36 810	-	378	-	-	-	-	-	-
Itália	-	-	-	-	-	1 863	-	178 809	266
Luxemburgo	99 610	-	450	-	-	2 582	-	18 669	11
Macau	-	-	-	-	-	2 484	-	-	-
Países Baixos	18 584	-	94	-	-	719	-	10 808	8
Polónia	86 084	1 596	226	1 591	-	368	430	32 237	46
Portugal	166 830	-	892	-	-	7 885	16 932	184 816	285
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	23 574	27
Singapora	-	-	-	-	-	23	-	-	-
Espanha	94 472	17 406	2 905	17 406	-	3 384	858	93 713	53
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	7 732	9
Suiça	-	-	-	-	-	2 000	-	-	-
Reino Unido	49 474	-	214	-	-	-	3 562	8 078	23
Estados Unidos	-	-	-	-	-	1 265	-	9 878	26
TOTAL	**640 884**	**22 279**	**5 442**	**22 274**	**-**	**42 906**	**22 744**	**847 422**	**1 628**

(milhares de euros)

	31.12.2022								
	Crédito a clientes				Activos financeiros detivos para negociação			Titulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Intrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito Vencido				
Bermuda	-	-	-	-	-	799	-	-	-
Brasil	-	3 117	-	3 117	-	-	-	20 130	110
Bulgaria	-	-	-	-	-	-	-	10 972	22
Canada	-	-	-	-	-	186	-	-	-
China	-	-	-	-	-	5 076	-	137 579	727
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	9 237	7
República Checa	-	-	-	-	-	-	-	10 165	19
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	2 727	3
França	-	-	-	-	-	610	1 142	60 113	53
Alemanha	20 165	-	38	-	-	-	4 244	10 155	22
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	22 702	44
Hong kong	-	-	-	-	-	6 915	-	-	-
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	17 908	15
Irlanda	45 626	-	146	-	-	-	299	-	-
Itália	-	-	-	-	-	2 163	-	177 977	281
Japão	-	-	-	-	-	723	-	-	-
Luxemburgo	90 865	-	595	-	-	-	-	32 554	19
Países Baixos	-	-	-	-	-	3 989	-	-	-
Polónia	94 913	1 479	188	1 475	-	288	28	34 065	176
Portugal	211 714	49 260	3 231	49 260	-	6 690	17 024	199 709	425
Roménia	-	-	-	-	-	-	-	23 846	30
Singapora	-	-	-	-	-	278	-	-	-
Espanha	138 822	17 274	2 838	17 274	-	3 173	9 415	77 731	29
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	7 783	15
Suiça	-	-	-	-	-	841	-	-	-
Reino Unido	60 503	-	268	-	-	-	6 860	14 480	30
Estados Unidos	-	-	-	-	-	1 433	-	-	-
Ilhas Virgem	-	-	-	-	-	1 223	-	-	-
Outras	2	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**662 610**	**71 130**	**7 304**	**71 126**	**-**	**34 387**	**39 012**	**869 833**	**2 027**

Conflito Rússia - Ucrânia

O conflito Rússia-Ucrânia provocou perturbações nas condições económicas mundiais e desencadeou tumultos nos mercados financeiros e de crédito.

Pese embora as implicações globais do conflito não sejam totalmente conhecidas, nem os efeitos indiretos passíveis de quantificar ou prever, a conclusão geral é de que nenhum dos mutuários analisados sofreu à data um impacto severo do conflito.

Monitorização do Fundo de Pensões

A gestão do Fundo de Pensões é assegurada pelo GNB Fundo de Pensões, responsável por garantir a implementação e acompanhamento da estratégia de investimento dos fundos, respeitando os limites definidos na Política de Investimento dos mesmos. O Haitong Bank delega na Mercer Portugal a responsabilidade pela validação independente dos pressupostos atuariais assumidos, bem como pela definição da metodologia da avaliação atuarial.

Estas entidades têm também a responsabilidade de fornecer a informação necessária para o devido acompanhamento dos fundos de pensões relevante por parte dos diferentes órgãos do Banco, encarregues de monitorizar este risco, nomeadamente a Comissão Executiva, a Comissão de Acompanhamento Independente e a Comissão de Risco.

Risco do Fundo de Pensões

A carteira de ativos do Fundo essencialmente constituída por ações, obrigações e unidades de participação (fundos de investimento e ETF's), os riscos inerentes aos ativos do Fundo são os específicos dos vários tipos de investimento (risco de crédito, mercado, liquidez, etc.). No que respeita aos passivos do Fundo, sendo constituídos por responsabilidades de pagamento de pensões, apresentam vários riscos atuariais, que podem ter impacto negativo no valor das responsabilidades do Fundo: taxa de inflação, crescimento dos salários e pensões, evolução das tábuas de mortalidade e respetivo aumento da esperança média de vida e taxa de desconto.

O Risco do Fundo de Pensões está integrado no *Risk Appetite Framework* (RAF) do Banco, sendo monitorizado mensalmente em termos da evolução dos ativos, responsabilidades e da taxa de desconto. O Risco do Fundo de Pensões é quantificado para efeitos de capital interno no âmbito do exercício de ICAAP do Haitong Bank.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de incorrer em perdas, nas posições dentro e fora do balanço, resultantes de movimentos adversos nos preços de mercado, nomeadamente, nos preços de ações, taxas de juros, taxas de câmbio e spreads de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado tanto na carteira de negociação como na carteira bancária.

O Banco calcula as perdas potenciais na sua carteira de negociação e nas posições em mercadorias e cambiais através da metodologia do Value at Risk (VaR) histórico, considerando um intervalo de confiança de 99%, um período de investimento de 10 dias úteis e um período de observação de 1 ano.

(milhares de euros)

	31.12.2023				31.12.2022			
	dezembro	Média	Máximo	Mínimo	dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	4 800	9 424	12 695	4 547	10 098	7 618	10 584	5 969
Risco taxa de juro	923	670	1 625	219	479	509	1 191	171
Ações e Mercadorias	6	6	8	5	8	10	24	4
Spread de Crédito	268	358	512	218	604	521	2 181	284
Covariância	(1 329)	(1 219)	(2 351)	(574)	(1 272)	n.a.	n.a.	n.a.
VaR Global	**4 668**	**9 239**	**12 489**	**4 415**	**9 916**	**8 658**	**13 980**	**6 428**

Informação não auditada

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como os respetivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários	350 151	12 143	3,47%	513 928	2 676	0,52%
Crédito a clientes	734 325	49 842	6,79%	675 225	24 171	3,58%
Aplicações em títulos	1 282 853	27 409	2,14%	412 538	16 053	3,89%
Contas caução	26 006	1 833	7,05%	61 163	508	0,83%
Activos financeiros	**2 393 334**	**91 227**	**3,81%**	**1 662 855**	**43 408**	**2,61%**
Recursos monetários	614 380	24 835	4,04%	818 004	8 228	1,01%
Recursos de clientes	637 020	17 137	2,69%	621 670	6 803	1,09%
Responsabilidades representadas por títulos	367 482	16 892	4,60%	326 655	7 036	2,15%
Outros recursos	10 390	3 238	31,17%	18 009	557	3,09%
Passivos financeiros	**1 629 271**	**62 102**	**3,81%**	**1 784 338**	**22 624**	**1,27%**
Resultado Financeiro		**29 125**			**20 784**	

Considerando que, a posição cambial aberta é a maior fonte de risco de mercado, o Haitong Bank gere cada exposição por moeda. Em dezembro de 2023 e dezembro de 2022, a exposição dos ativos e passivos, por moeda, era a seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AOA	3	-	3	7	-	7
AUD	14	-	14	14	-	14
BRL	107 869	-	107 870	110 857	-	110 857
CAD	36	-	36	36	-	36
CHF	(112)	-	(112)	22	-	22
CNY	6 465	-	6 465	12 143	-	12 143
DKK	199	-	199	201	-	201
GBP	35 592	(36 592)	(1 000)	37 059	(37 523)	(464)
HKD	(313)	-	(313)	(777)	-	(777)
JPY	37	-	37	41	-	41
MOP	4 788	-	4 788	5 177	-	5 177
MXN	11	-	11	10	-	10
NOK	10	-	10	11	-	11
PLN	(30 986)	56 919	25 933	57 038	(33 307)	23 731
SEK	36	-	36	36	-	36
TRY	-	-	-	1	-	1
USD	1 088	2 715	3 803	23 713	(22 501)	1 212
Total	**124 737**	**23 042**	**147 780**	**245 589**	**(93 331)**	**152 258**

Nota: activo / (passivo)

Fonte: Haitong Bank

A principal fonte de risco cambial do Haitong Bank provém da subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

O risco de mercado da carteira bancária resulta principalmente das atividades fora das unidades de negociação e de certos itens fora do balanço patrimonial, incorporando considerações de diferentes tratamentos contábeis das transações. Os riscos mais significativos na carteira bancária são a variação do risco de taxa de juro (IRRBB) e do risco de *spread* de crédito (CSRBB).

No que respeita ao IRRBB, o Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de risco de taxa de juro e avaliar o efeito das alterações do mercado no âmbito das suas atividades, e gerir o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num determinado horizonte de tempo.

Para medir o valor económico, o Banco utiliza um modelo de run-off do balanço, onde os ativos e passivos existentes não são substituídos à medida que maturam, e por outro lado, para medir a margem financeira, o Banco segue um modelo de balanço estável, onde os contratos que maturam são substituídos como contratos semelhantes, mas com taxas iguais às taxas forward na maturidade.

Em dezembro de 2023 e dezembro de 2022, o perfil de reprecificação do Banco para posições sensíveis ao risco de taxa de juro era o seguinte:

(milhares de euros)

Maturidade	31.12.2023			31.12.2022		
	Ativos	Passivos	Posição Líquida	Ativos	Passivos	Posição Líquida
Mais de 3 meses	1 209 819	(936 592)	273 227	1 024 975	(891 180)	133 795
Entre 3 e 6 meses	402 430	(349 611)	52 819	265 982	(436 599)	(170 617)
Entre 6 e 12 meses	89 461	(173 565)	(84 104)	209 604	(116 954)	92 650
Entre 1 e 5 anos	461 293	(267 480)	193 813	624 930	(250 809)	374 121
Mais de 5 anos	12 423	(5 300)	7 123	34 224	-	34 224
Total	**2 175 426**	**(1 732 547)**	**442 879**	**2 159 715**	**(1 695 542)**	**464 173**

Fonte: Haitong Bank

Assim, o impacto de diferentes choques nas curvas de rendimentos, medidos pelo valor económico do capital próprio e pela margem financeira, foi o seguinte:

(milhares de euros)

Cenários	31.12.2023		31.12.2022	
	Delta EVE	Delta NII	Delta EVE	Delta NII
Subida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	(11 518)	2 811	(21 325)	4 524
Descida paralela na curva de rendimentos após o choque standard de 200 bps	1 283	(2 811)	5 071	(4 524)
Subida paralela da curva de rendimentos	(11 591)	n.a.	(21 427)	n.a.
Descida paralela da curva de rendimentos	1 297	n.a.	5 116	n.a.
Aumento do declive da curva de rendimentos	1 126	n.a.	1 332	n.a.
Diminuição do declive da curva de rendimentos	(3 686)	n.a.	(6 810)	n.a.
Aumento das taxas de curto prazo	(6 579)	n.a.	(12 070)	n.a.
Diminuição das taxas de curto prazo	916	n.a.	3 378	n.a.
% Fundos Próprios	1,95%	0,48%	3,77%	0,13%
% Fundos Próprios de Nível 1	1,96%	0,48%	3,79%	0,13%

Fonte: Haitong Bank
Informação não auditada

No que respeita ao CSRBB, o Haitong Bank visa capturar alterações na perceção do mercado sobre a qualidade de crédito de instrumentos individuais com risco de crédito, quer devido a alterações nos níveis de incumprimento esperados, quer devido a alterações na liquidez do mercado. Alterações nas perceções subjacentes da qualidade de crédito podem amplificar os riscos já decorrentes do risco da curva de rendimentos, sendo este risco também definido como qualquer tipo de risco de spread de ativos e/ou passivos de instrumentos com risco de crédito que não é explicado pelo IRRBB, nem pelo crédito esperado /risco de salto para o padrão.

Para mensurar mensalmente o CSRBB, o Haitong Bank considera uma abordagem de simulação de VaR histórico com período de detenção de um ano, período de observação de cinco anos e nível de confiança de 99,9%.

(milhares euros)

	31.12.2023		31.12.2022	
	Requisito CSR	Posições HTCS	Requisito CSR	Posições HTCS
Global	**9 905**	**166 402**	**8 157**	**188 690**
dos quais: Soberanos	205	6 511	522	13 526
dos quais: Empresas	9 701	159 891	7 636	175 163
Duração média (em anos)	**-**	**2,30**	**-**	**2,00**

Fonte: Haitong Bank
Informação não auditada

Reformas das taxas de juro de referência

O Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho (conhecida como EU Benchmark Regulation ou BMR) veio estabelecer um quadro comum para assegurar que as taxas de juro de referência cumprem determinados requisitos que garantam a sua fiabilidade e eficiência bem como protejam o consumidor e investidor, o que implicou um conjunto de reformas, atualmente em curso, das taxas de juro de referência com implicações diversas para as atividades das instituições financeiras.

O Banco detém fallbacks provisions nos seus contratos de acordo com a prática de mercado para responder a uma descontinuidade das taxas. Não existem à data de 31 de dezembro de 2023 contratos de financiamento cuja taxa do contrato esteja associada a taxas Libors que estão previstas serem descontinuadas. O Banco detém derivados cujas taxas estão previstas ser descontinuadas estando a ser negociadas as respetivas alterações contratuais. Os contratos em causa estão ao abrigo de contratos ISDA.

A reforma das taxas de referência na Polónia substitui o índice WIBOR pelo índice WIRON. A partir de dezembro de 2022, os bancos poderão utilizar o índice WIRON, enquanto a implementação gradual do índice para contratos e instrumentos financeiros está prevista para 2023-2027. A partir de 2028, está prevista a utilização ampla do índice WIRON. A WIRON é um índice desenvolvido, com base em transações de depósitos, por provedores de dados (9 remetentes de dados) com bancos, instituições financeiras e grandes empresas.

O Banco reconhece exposições de crédito com vencimento após 2028, e sendo assim, parte da exposição estará indexada ao índice WIRON. Existem derivados de taxas de juro que ultrapassam o prazo e aplicar-se-á a alteração obrigatória para WIRON (2028). Portanto, haverá necessidade de alteração dos contratos com os clientes referentes a esses produtos. Portanto, existirá necessidade de alterar contratos com os clientes deste tipo de produtos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

No âmbito da declaração de visão de risco aprovada pelo Conselho de Administração, o Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento de médio e longo prazo sustentável, tanto ao nível do Grupo como ao nível das suas subsidiárias.

Para tal, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua atividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade direta da Comissão Executiva, assessorada pelo Comité de Ativos e Passivos (ALCO). As equipas locais de tesouraria asseguram a gestão de liquidez em cada um dos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, e Varsóvia), sob a coordenação global do CEO do Haitong Bank.

O Banco gere a sua liquidez estabelecendo uma política de risco de liquidez, monitorizando um conjunto de indicadores de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, executando testes de stress e definindo planos de contingência e através do estabelecimento de limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 31 de dezembro de 2023, o Banco detinha 736 milhões de Euros de ativos líquidos de alta qualidade (565 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022), dos quais 541 milhões de Euros correspondiam a depósitos disponíveis junto de Bancos Centrais (432 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022). O valor remanescente de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia.

Em 31 de dezembro de 2023, o Haitong Bank detinha um excedente de 526 milhões de Euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 350% (307% em dezembro de 2022), confortavelmente acima dos limites regulamentares e internos.

(milhões de euros)

Rácio de cobertura de Liquidez	dezembro 2023	dezembro 2022
Ativos Líquidos de Elevada Qualidade	736	565
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	526	381
Rácio de Cobertura de Liquidez	**350%**	**307%**

Fonte: Haitong Bank
Informação não auditada

O financiamento do Haitong Bank por parte do Banco de Portugal ascendeu a 12 milhões de euros a 31 de dezembro de 2023 (302 milhões de euros em dezembro de 2022) obtidos através das facilidades Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO) com vencimento em 2024.

No ano de 2023, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram empréstimos de longo prazo de bancos, obrigações emitidas, operações com acordo de recompra (repos), depósitos de clientes (particulares, empresas e clientes institucionais) e financiamento colateralizado do Banco Central.

Em situações de stress de mercado em que o valor dos derivados sofre impactos significativos, podem ser exigidos montantes adicionais de colateral do Haitong Bank devido à existência de acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. Credit Support Annex). As posições de derivados e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas notas 20 e 27, respetivamente.

A 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2023						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	13 784	-	-	-	-	-	**13 784**
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	5 028	13 564	23 223	6 985	-	**48 800**
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	9 564	**9 564**
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	4 763	11 196	153 292	16 838	-	**186 089**
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	116 583	76 931	447 670	60 882	-	**702 066**
Aplicações em instituições de crédito	547 946	641	28 587	-	-	-	**577 174**
Crédito a clientes	6	11 347	80 890	628 077	59 579	-	**779 899**
Instrumentos derivados	-	252 055	47 247	37 374	8 673	16 780	**362 129**
	561 736	**390 417**	**258 415**	**1 289 636**	**152 957**	**26 344**	**2 679 505**
Passivos						-	
Recursos de instituições de crédito	265 834	1 502	68 779	346 229	-	-	**682 344**
Recursos de clientes	63 164	245 087	242 513	195 248	-	-	**746 012**
Responsabilidades representadas por títulos	-	3 178	14 066	378 575	-	-	**395 819**
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	846	-	-	-	-	-	**846**
Instrumentos derivados	-	255 733	48 311	32 063	4 145	3 467	**343 719**
	329 844	**505 500**	**373 669**	**952 115**	**4 145**	**3 467**	**2 168 740**

A 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

(milhares de euros)

	31.12.2023						
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	14 888	-	-	-	-	-	**14 888**
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	5 088	5 271	26 005	4 304	-	**40 668**
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	12 568	**12 568**
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	25 000	41 040	121 311	27 795	-	**215 146**
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	-	35 505	562 334	110 539	-	**708 378**
Aplicações em instituições de crédito	462 739	-	8 436	-	-	-	**471 175**
Crédito a clientes	3	15 927	96 086	548 506	111 224	-	**771 746**
Instrumentos derivados	-	232 087	52 621	26 056	12 142	27 354	**350 260**
	477 630	**278 102**	**238 959**	**1 284 212**	**266 004**	**39 922**	**2 584 829**
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	131 133	290 463	51 561	424 128	-	-	**897 285**
Recursos de clientes	69 205	175 670	180 467	71 929	-	-	**497 271**
Responsabilidades representadas por títulos	-	1 870	11 017	393 657	-	-	**406 544**
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	96	-	-	-	-	-	**96**
Instrumentos derivados	-	225 646	52 673	24 664	5 477	9 830	**318 290**
	200 434	**693 649**	**295 718**	**914 378**	**5 477**	**9 830**	**2 119 486**

Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídicos estão incluídos nesta definição. Desta forma, considera-se o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação e de compliance.

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das actividades regulares de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objetivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugalsob o quadro regulatório estabelecido na União Europeia: CRR (Regulamento UE nº 575/2013) e CDR IV (Diretiva UE nº 2013/36). Estes regulamentos estabelecem requisitos mínimos de capital em função dos riscos aos quais o Banco se encontra exposto.

Atualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Banco utiliza o método "Standard" tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método "The Standardized Approach" – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Haitong Bank S.A. para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácio de fundos próprios principais de Nível 1	24,6%	24,6%	22,7%	22,6%
Rácio de fundos próprios de Nível 1	30,0%	30,0%	27,8%	27,8%
Rácio de Fundos Próprios Totais	30,0%	30,0%	27,8%	27,8%

Fonte: Haitong Bank
Informação não auditada

NOTA 41 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de dezembro de 2023 e a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração do Banco, não se verificou nenhum acontecimento subsequente que exigisse ajustamentos ou modificações às mesmas.

NOTA 42 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas, interpretações, emandas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos)	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Os trabalhos desenvolvidos ao nível do *Inclusive Framework* da OCDE relativos ao BEPS Pillar 2 resultaram na adoção das regras do modelo Globe (Global anti-Erosion Rules) ao nível da UE com a publicação da Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022.

De forma resumida, este modelo pretende assegurar que os lucros de grandes grupos multinacionais fiquem sujeitos a um nível mínimo de tributação efetiva não inferior a 15% em todas as jurisdições onde se encontrem. Essa tributação mínima opera por via de um denominado *Top-up Tax* cujo apuramento e cobrança fica primariamente a cargo da jurisdição onde se encontre a denominada *Ultimate Parent Entitity* (UPE) do grupo multinacional ou uma sociedade *holding* intermédia desse grupo. Porém, quando esse mecanismo não for acionado é ativada a Undertaxed Payments Rule (UTPR) ao nível das sociedades detidas.

O desenvolvimento dos trabalhos por parte da OCDE vieram mostrar que grande parte das jurisdições pretendem adotar uma solução denominada por Qualified Domestic Minimum Top-up Tax (QDMTT) que se baseia na criação de um imposto doméstico que determine que um eventual nível de tributação abaixo do limite de 15% nesse país seja cobrado e constitua receita fiscal do próprio país e não da jurisdição fiscal onde se encontre a UPE.

Em Portugal, e com referência a 31 de dezembro de 2023, ainda não ocorreu a transposição da Diretiva (UE) 2022/2523 para a legislação interna. Deste modo, o Banco, enquanto entidade pertencente a um Grupo multinacional cuja UPE é o Haitong Securities Co.Ltd., sedeado em Xangai, encontra-se a analisar os eventuais impactos que a transposição desta Diretiva poderá ter ao nível do Grupo Haitong, nomeadamente a possibilidade ou não de aplicação de safeharbours previstos no regime transitório.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emandas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants"	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024

Estas emendas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Banco em 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

Normas, interpretações, emandas e revisões ainda não adoptadas pela união europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

RELATÓRIO
DO GOVERNO SOCIETÁRIO

PARTE I – ESTRUTURA ACIONISTA E PRÁTICAS CORPORATIVAS 338
PARTE II – ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E COMITÉS 340
PARTE III – ORGANIZAÇÃO INTERNA 361
PARTE IV – REMUNERAÇÃO.....364
PARTE V – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....366
ANEXO.....368

O presente relatório pretende divulgar a estrutura e práticas de governo societário adotadas pelo Haitong Bank, S.A., fazendo parte integrante do Relatório e Contas de 2023 do Haitong Bank. Este relatório foi preparado de acordo com o nº 2 do artigo 70 do Código das Sociedades Comerciais e com os artigos 7 e 29-H/5 do Código dos Valores Mobiliários.

PARTE I – ESTRUTURA ACIONISTA E PRÁTICAS CORPORATIVAS

1. Estrutura de capital

A 31 de dezembro de 2023, o capital social do Banco era de 871.277.660,00 euros (oitocentos e setenta e um milhões, duzentos e setenta e sete mil, e seiscentos e sessenta euros), encontrando-se integralmente subscrito e realizado. O capital social é representado por 174.255.532 (cento e setenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e trinta e duas) ações que revestem a forma escritural, com o valor nominal de 5,00 euros (cinco euros) cada.

A sociedade Haitong International Holdings Limited, com sede em Hong Kong, subsidiária da Haitong Securities Co., Ltd., detém 100% do capital social do banco, correspondente a 174.255.528 (cento e setenta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e vinte e oito) ações. As restantes 4 (quatro) ações são detidas pelas sociedades Haitong International Global Strategic Investment Limited (constituída nas Ilhas Caimão), Haitong Capital International Investment Co., Ltd (constituída em Hong Kong), Haitong Innovation International Capital Management Co., Ltd (constituída nas Ilhas Caimão) e Haitong Capital International Investment Fund L.P. (constituída nas Ilhas Caimão).

O capital social do Banco é integralmente representado por ações ordinárias.

2. Restrições à transmissibilidade das ações

Os Estatutos do Banco não preveem restrições à transmissibilidade das ações.

3. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

De acordo com os Estatutos do Banco, podem participar na Assembleia Geral Anual do Banco os Acionistas, ou grupos de Acionistas, que sejam titulares de um mínimo de 100 (cem) ações. A cada grupo de 100 (cem) ações ordinárias corresponde um voto.

4. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

Os membros do Conselho de Administração são selecionados e destituídos nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais. O mesmo se aplica a qualquer alteração aos Estatutos da Sociedade.

5. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

O Conselho de Administração não possui quaisquer poderes quanto à deliberação de aumentos do capital social.

6. Acordos entre o Banco e os titulares do órgão de administração ou dirigentes de topo que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador ou despedimento sem justa causa

O Banco não celebrou nenhum destes acordos.

7. Ações e obrigações detidas por membros do Conselho de Administração e do Órgão de Supervisão

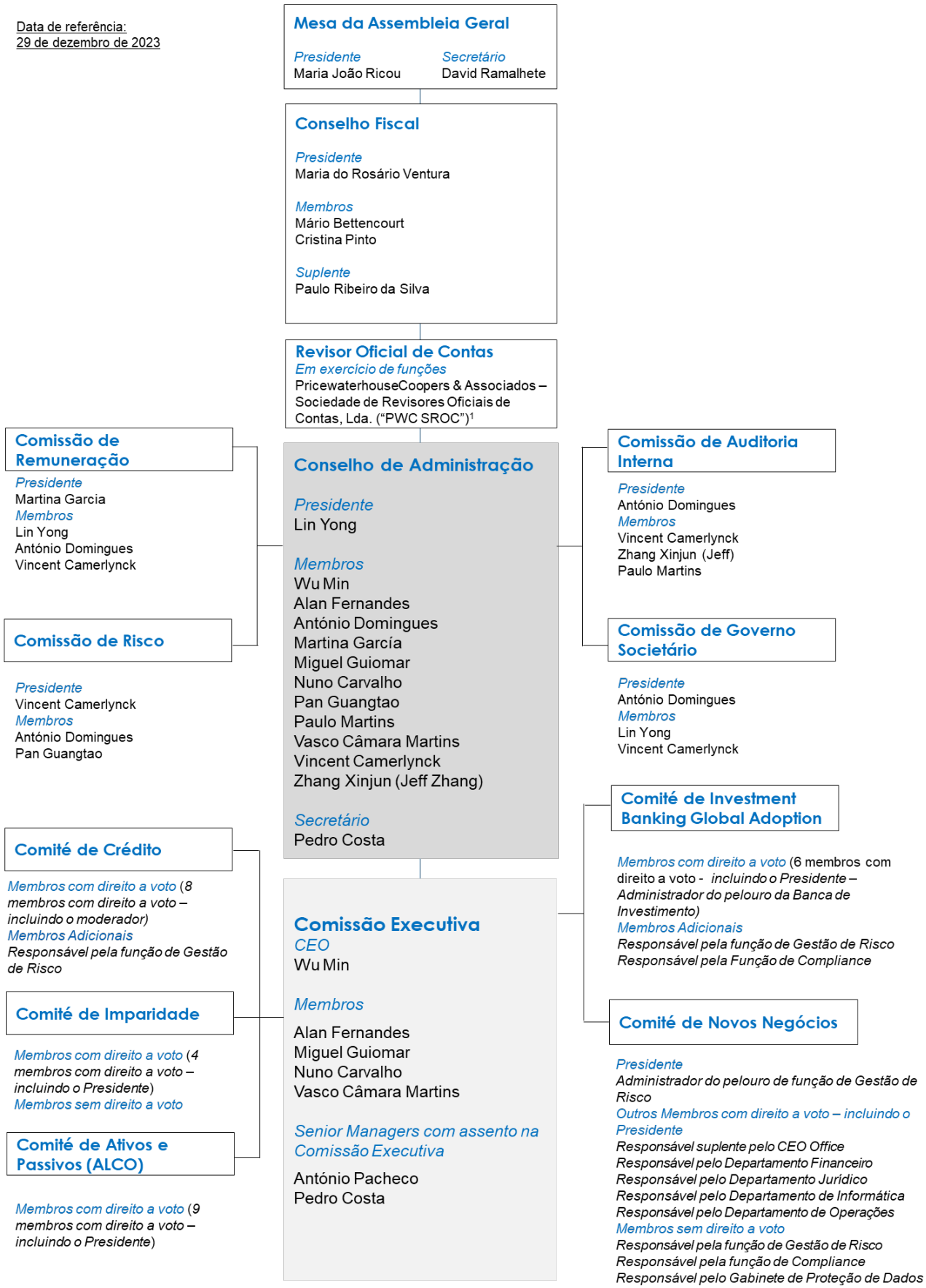
Anexo referido no parágrafo 5 do Artigo 447 do Código das Sociedades

Conselho de Administração Conselho Fiscal	Títulos	Títulos detidos a 31/dez/2022	Transações em 2023			Títulos detidos a 31/dez/2023
			Data	Aquisições	Alienações	
Lin Yong*	**Haitong International Securities Group Limited** - Ações Ordinárias	9.753.977	24/03/2023	398.009 (Nota 1)	-	10.151.986
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	5.356.809	23/06/2023	42.582 (Nota 2)	2.000.314 (Nota 3)	3.399.077
	Haitong International Securities Group Limited - Ações Atribuídas (diferidas)	718.009	24/03/2023	-	398.009 (Nota 1)	320.000
Pan Guangtao	-	-	-	-	-	-
Wu Min	-	-	-	-	-	-
Alan Fernandes	-	-	-	-	-	-
Nuno Carvalho	-	-	-	-	-	-
Vasco Câmara Martins	-	-	-	-	-	-
Miguel Guiomar	-	-	-	-	-	-
Lu Xiaoli (Nick Lu)**	-	-	-	-	-	-
Zhang Xinjun (Jeff Zhang)	**Haitong International Securities Group Limited** - Ações Ordinárias	956.762	-	-	-	956.762
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	2.073.278	23/06/2023	16.481 (Nota 2)	-	978.473
			31/10/2023	-	1.111.286 (Nota 3)	
	Haitong International Securities Group Limited - Ações Atribuídas (diferidas)	-	-	-	-	-
António Domingues	-	-	-	-	-	-
Maria do Rosário Ventura	-	-	-	-	-	-
Martina García	-	-	-	-	-	-
Chen Xuemei (Michelle Chen)**	-	-	-	-	-	-
Vincent Camerlynck*	-	-	-	-	-	-
Paulo Martins*	-	-	-	-	-	-
Cristina Pinto*	-	-	-	-	-	-
Mário Bettencourt de Oliveira*	-	-	-	-	-	-
Paulo Silva*	-	-	-	-	-	-

**Membro cessou funções em 29/12/2023*
***Membro tomou posse em 29/12/2023*

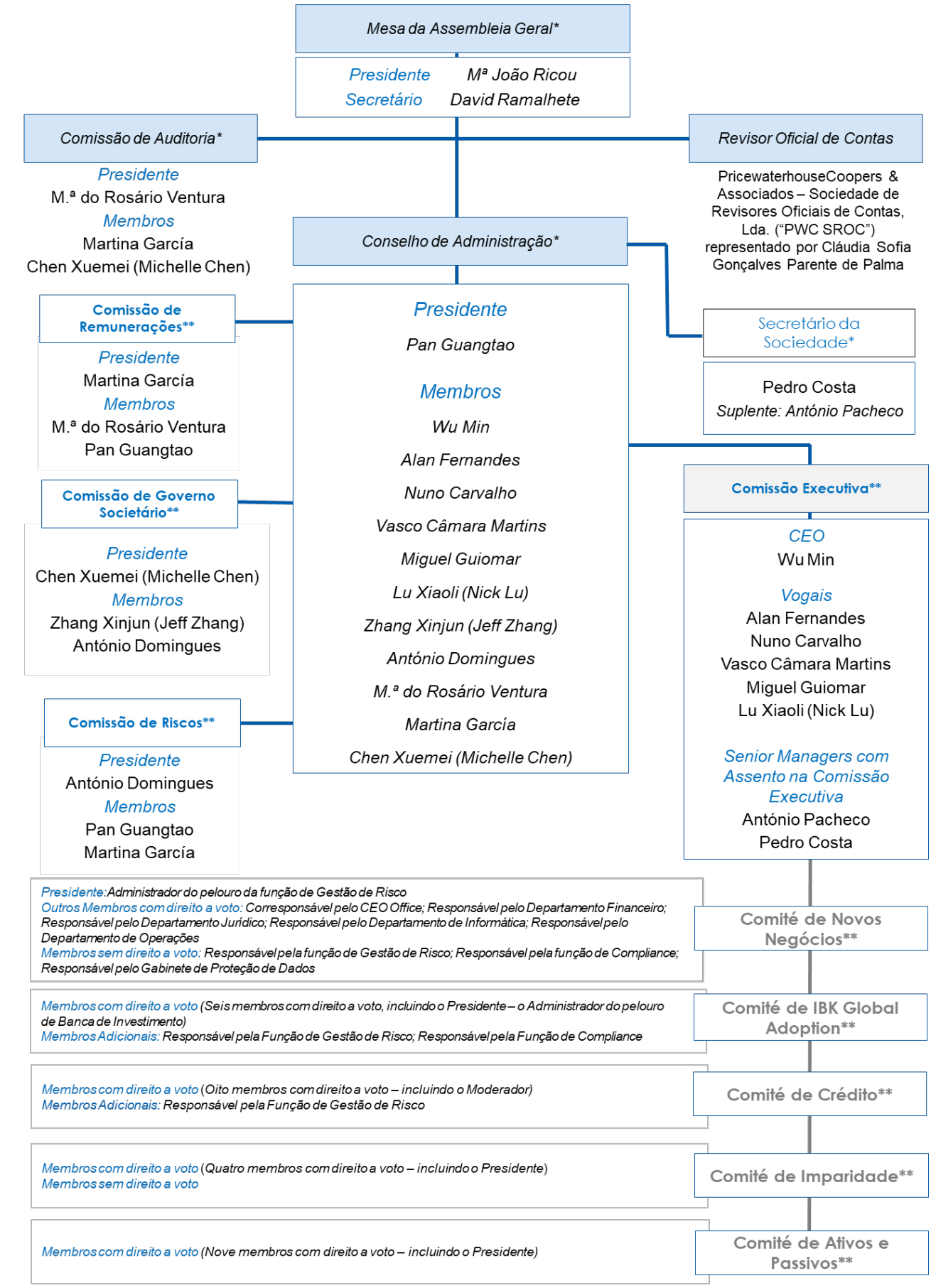
Notas:
Nota 1: 398.009 ações diferidas foram disponibilizadas em 24/03/2023
Nota 2: Ajuste feito após a conclusão da emissão de direitos (*rights issue*) em 23/06/2023
Nota 3: Caducidade de opções sobre ações 31/10/2023

PARTE II – ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E COMITÉS



[1] PWC SROC representada por Cláudia Sofia Parente Gonçalves da Palma

*Nova estrutura de governo societário aprovada a 29 de dezembro de 2023 pelo Acionista do Banco.
**As Comissões ao nível do Conselho de Administração, a Comissão Executiva e seus Comités foram definidas a 17 de janeiro de 2024 pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva.



8. Assembleia Geral de Acionistas

Composição da Mesa da Assembleia Geral

Nos termos do artigo 14.º dos Estatutos do Banco, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário nomeados pela Assembleia Geral por um período de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição, desde que sejam cumpridos os todos os requisitos legais devidos.

Até 29 de dezembro de 2023 e a partir dessa data (ou seja, para o mandato trienal de 2023-2025), a Mesa da Assembleia Geral tinha/tem a seguinte composição:

Presidente	Maria João Ricou
Secretário	David Luís Marques Ramalhete

Direitos de voto

De acordo com os Estatutos do Banco, a Assembleia Geral é composta por todos acionistas titulares de, pelo menos, 100 (cem) ações ordinárias, e que apresentem comprovativo de inscrição em conta de registo de valores mobiliários junto de um intermediário financeiro.

Também em conformidade com os Estatutos do Banco e sem prejuízo dos casos em que a lei ou os Estatutos exijam uma maioria qualificada, a Assembleia Geral delibera por maioria absoluta dos votos emitidos em cada reunião. As abstenções não são contabilizadas.

O Banco tem um único Acionista com direito de voto. Em 2023, todas as deliberações do Acionista foram tomadas por escrito.

A Assembleia Geral delibera sobre matérias especificamente designadas na lei ou nos Estatutos como sendo da sua competência – nomeadamente a eleição dos órgãos sociais, a aprovação do relatório de gestão e contas anuais, a distribuição de lucros e aumentos de capital – assim como sobre assuntos de gestão do Banco, se tal seja solicitado pelo Conselho de Administração.

Durante o ano de 2023, a Assembleia Geral de Acionistas realizou 6 (seis) reuniões.

9. Administração e Fiscalização

9.1. Modelo de Governo Societário

Em 29 de dezembro de 2023, através de deliberação do Acionista, o Banco aprovou uma nova estrutura de governo societário. A estrutura de governo passou do modelo latino, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, composto por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração (com poderes delegados numa Comissão Executiva), um Órgão de Supervisão (Conselho Fiscal) e um Revisor Oficial de Contas, para o Modelo Anglo-Saxónico, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 278.º do Código da Sociedades Comerciais, composto pela Mesa da Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração (com poderes delegados numa Comissão Executiva), o qual inclui uma Comissão de Auditoria, e pelo Revisor Oficial de Contas.

Atualmente, funcionam no âmbito do Conselho de Administração três comissões especializadas, responsáveis pelo acompanhamento de determinadas matérias específicas, tendo a anterior Comissão de Auditoria Interna sido extinta e as suas competências integradas na nova Comissão de Auditoria.

9.2. Conselho de Administração

Nos termos do artigo 17º dos Estatutos do Banco, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de quinze membros, nomeados pela Mesa da Assembleia Geral. A Mesa da Assembleia Geral nomeia igualmente, de entre esses membros, o Presidente do Conselho de Administração e, se assim for decidido, um ou mais Vice-Presidentes. Não estão previstas, nos Estatutos do Banco, quaisquer regras sobre requisitos procedimentais ou materiais relacionadas com a nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração. O nº 3 do artigo 30º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) prevê os requisitos de adequação (idoneidade, qualificação profissional, independência e disponibilidade) que os membros dos Órgãos de Administração e de Supervisão deverão possuir para o exercício das respetivas funções.

Em cumprimento do disposto no nº 2 do Artigo 30-A do RGICSF, foi aprovada na Assembleia Geral de 28 de dezembro de 2023 a última atualização da "Política de Seleção e Avaliação dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais", da qual constam as exigências e os requisitos legais aplicáveis aos membros do Conselho de Administração.

A composição do Conselho de Administração e das suas comissões consultivas até 29 de dezembro 2023 é apresentada no organograma incluído no início da Parte II deste relatório.

Em 29 de dezembro de 2023, foi aprovado um novo modelo de governo por Deliberação dos Acionistas do Banco. Foram ainda nomeadas as Comissões ao nível do Conselho de Administração, assim como a Comissão Executiva e os seus Comités, criadas em 17 de janeiro de 2024 por Deliberação do Conselho de Administração e Comissão Executiva do Banco.

O quadro seguinte apresenta a data da primeira nomeação e a qualificação de cada um dos Membros Não Executivos à data de 29 de dezembro de 2023:

Composição do Conselho de Administração (Membros Não Executivos)	Data da Primeira Nomeação	Qualificação
Lin Yong*	abr-16	Não Independente
Martina García	jul-20	Independente **
Pan Guangtao	nov-15	Não Independente
Zhang Xinjun (Jeff Zhang)	jan-18	Não Independente
Vincent Camerlynck*	nov-16	Independente **
António Domingues	jan -18	Independente **
Paulo Martins*	jul-20	Não Independente
% de Membros Não Independentes		**57,14%**
% de Membros Independentes		**42,86%**

**Os mandatos do Dr. Lin Yong, Dr. Vincent Camerlynck e Eng. Paulo Martins terminaram a 29 de dezembro de 2023. De acordo com a nova estrutura de governo, tomaram posse na mesma data, como Membros não executivos independentes, a Dra. Chen Xuemei (Michelle Chen) e a Dra. Maria do Rosário Ventura. Com esta composição, a percentagem de Membros Não Independentes é de 33,33% e a de Membros Independentes é de 66,6%.*

***Sem prejuízo dos outros critérios para a aferição da qualidade de "Independente", nomeadamente os decorrentes das recomendações conjuntas da ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) e da EBA (Autoridade Bancária Europeia) de 2 de julho de 2021 (EBA / GL / 2021 / 06) e das decorrentes do "Guia para as avaliações da adequação e da idoneidade", publicado pelo BCE (Banco Central Europeu) em dezembro de 2021, a qualificação indicada no quadro reflete o juízo interno do Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A..*
Nos termos do Anexo I (18.1) do Regulamento da CMVM 4/2013, considera-se independente o membro do Conselho de Administração que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:
a) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
b) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente, ou dirigente de pessoa coletiva;
c) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
d) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim direto e até ao 3º grau, inclusive, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
e) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.
Os administradores em causa não se encontram em nenhuma das situações mencionadas nas alíneas a) a e) que constituem o referencial em apreço.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração são apresentados no Anexo 1 ao presente Relatório de Governo Societário.

Não existe qualquer relação de parentesco entre os membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração reuniu 25 (vinte e cinco) vezes em 2023 (incluindo 21 reuniões por meios eletrónicos), não se tendo registado qualquer ausência por parte dos seus membros.

Até 29 de dezembro de 2023, a composição do Conselho de Administração era a seguinte:

Conselho de Administração		Participação em 2023
Presidente	Lin Yong*	25/25
Membros Executivos		
	Wu Min	25/25
	Alan Fernandes	25/25
	Miguel Guiomar	25/25
	Nuno Carvalho	25/25
	Vasco Câmara Martins	25/25
Membros Não-Executivos		
	António Domingues	25/25
	Martina García	25/25
	Pan Guangtao	25/25
	Paulo Martins*	25/25
	Vincent Camerlynck*	25/25
	Zhang Xinjun	25/25

** Terminou o mandato a 29 de dezembro de 2023.*

O organograma no início da Parte II do presente relatório apresenta a anterior e a atual composição do Conselho de Administração.

9.3 Comissão Executiva

A 17 de janeiro de 2024, foi constituída uma nova Comissão Executiva, cuja composição foi aprovada pelo Conselho de Administração.

No organograma incluído no início da Parte II deste relatório são apresentadas a atual e a anterior composição do Conselho de Administração, com indicação dos seus membros que integram a Comissão Executiva.

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos pelouros entre os membros da Comissão Executiva.

Comissão Executiva		Principais áreas de responsabilidade
Presidente		
	Wu Min	Tesouraria e Fixed Income Corporate Solutions CEO Office Recursos Humanos Financeiro
Vogais		
	Alan Fernandes	Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.
	Nuno Carvalho	Compliance & AML-FT Jurídico Special Portfolio Management Informática & Cibersegurança Online Banking Administrativo
	Vasco Câmara Martins	Gestão de Risco Rating Operações
	Miguel Guiomar	M&A Mercado de Capitais Structured Finance Asset Management Corporate Derivatives Desk Haitong Global Asset Management SGOIC S.A.

** O Dr. Lu Xiaoli (Nick Lu) tomou posse a 29 de dezembro de 2023 como membro adicional da Comissão Executiva tendo o desenvolvimento do negócio Sino-EU e a Sucursal de Macau como as suas principais áreas de responsabilidade.*

Todos os membros da Comissão Executiva desempenham um papel ativo na gestão corrente do negócio do Banco, tendo sob a sua responsabilidade uma ou mais áreas específicas do negócio, de acordo com o respetivo perfil e com as especializações individuais, e correspondendo à distribuição de responsabilidades que, em cada momento melhor contribui para o funcionamento equilibrado e eficaz daquele órgão.

A Comissão Executiva reúne, em regra, semanalmente, para tratar de assuntos de interesse geral relativos ao Banco e às suas subsidiárias.

A Comissão Executiva reuniu 83 (oitenta e três) vezes em 2023, incluindo 36 (trinta e seis) reuniões em formato eletrónico.

A composição da Comissão Executiva em 2023 foi a seguinte:

Comissão Executiva		Participação em 2023
Presidente		
	Wu Min	83/83
Vogais		
	Alan Fernandes	79/83
	Miguel Guiomar	82/83
	Nuno Carvalho	83/83
	Vasco Câmara Martins	83/83

A Comissão de Governo Societário é responsável pela avaliação permanente, a nível individual e coletivo, dos órgãos de administração e fiscalização do Banco.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros da Comissão Executiva, assim como a lista dos cargos exercidos noutras sociedades e outras funções relevantes exercidas, são apresentados no Anexo ao presente Relatório de Governo Societário.

9.4 Comissões do Conselho de Administração

Comissão de Risco

A Comissão de Risco tem como objetivo acompanhar, em permanência, a definição e implementação da estratégia de risco do Banco e o seu apetite ao risco, atuais e futuros, bem como avaliar se são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo. Adicionalmente, a Comissão de Risco monitoriza o plano de ação e o orçamento aprovados, assessorando a Comissão Executiva a esse respeito.

Entre as competências da Comissão de Risco, destacam-se as seguintes:

- Assessorar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco e a estratégia de risco do Banco, tendo em consideração todas as categorias de risco, e garantir que estão alinhadas com a estratégia de negócio, cultura corporativa e valores do Banco;
- Auxiliar o Conselho de Administração na supervisão da implementação da estratégia de risco do Banco e no cumprimento dos respetivos limites estabelecidos;
- Rever periodicamente o perfil de risco do Banco e as estratégias e políticas de risco;
- Avaliar a coerência entre o modelo de negócio, a estratégia, o plano de recuperação, orçamento e as políticas de remuneração, bem como a eficácia e eficiência da estrutura, procedimentos e instrumentos associados à implementação e execução de estratégias de risco;
- Emitir recomendações sobre qualquer ajuste que seja necessário fazer à estratégia de risco resultante de alterações ao modelo de negócio, da evolução do mercado ou do contexto de negócio onde o Banco atua;
- Analisar e avaliar a metodologia subjacente ao processo de identificação, avaliação e medição dos riscos e os respetivos resultados;
- Analisar cenários, incluindo através de testes de stress, a fim de calcular o seu impacto no perfil de risco do Banco e avaliar a sua resiliência a alterações provocadas por fatores idiossincráticos, sistémicos ou mistos;
- Analisar se os termos e condições dos produtos e serviços oferecidos a clientes têm em consideração o modelo de negócio e a estratégia de risco do Banco e, se necessário, apresentar um plano de correção ao Conselho de Administração sempre que, em resultado de tal análise, se estabelecer que as referidas condições não refletem adequadamente os riscos;
- Examinar se os incentivos estabelecidos na política de remuneração do Banco têm em consideração o risco, o capital, a liquidez e as expectativas quanto aos resultados, incluindo o período a que respeitam as receitas;
- Definir a estrutura do reporte sobre o risco ao Conselho de Administração;
- Garantir a existência de processos eficazes para a monitorização do risco e das deficiências de controlo interno relacionadas com a estrutura de gestão de risco;
- Especificar e rever as condições de autoridade e independência que suportam o exercício das responsabilidades de gestão de risco, incluindo a aprovação do plano de trabalho da função de gestão de risco;

- Rever e monitorizar periodicamente a natureza e âmbito das atividades desenvolvidas pelo Grupo Haitong Bank relacionadas com a gestão de risco; e
- Assegurar que a função de gestão de riscos dispõe de recursos adequados para o cabal desempenho das suas funções.

A Comissão de Risco é composta por 3 (três) membros Conselho de Administração nomeados pelo Conselho de Administração. A maioria destes membros é independente.

Em 2023, a Comissão de Remuneração realizou 8 (oito) reuniões, tendo contado com o apoio logístico e técnico do CEO Office, assim como com os serviços de secretariado deste departamento.

A composição da Comissão de Risco em 2023 era a seguinte:

Comissão de Risco		Participação em 2023
Presidente		
	Vincent Camerlynck*	8/8
Vogais		
	António Domingues	8/8
	Pan Guangtao	8/8

**Terminou o mandato a 29 de dezembro de 2023.*

A 17 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou uma nova composição da Comissão de Riscos, tendo o Dr. António Domingues como Presidente e o Dr. Pan Guangtao e a Dra. Martina García como membros.

Comissão de Remuneração

A Comissão de Remuneração tem como objetivo (i) providenciar juízos informados e independentes sobre as políticas e práticas de remuneração do Banco e das suas filiais, e sobre os incentivos criados para efeitos da gestão de riscos, de capital e de liquidez, bem como (ii) preparar decisões relativas à remuneração, incluindo as que tenham implicações em termos de riscos e gestão de riscos do Banco, que por sua vez devem ser tomadas pela Mesa da Assembleia Geral de Acionistas e pelo Conselho de Administração.

Entre as competências da Comissão de Remuneração, destacam-se as seguintes:

- Elaborar propostas e recomendações à Assembleia Geral de Acionistas sobre a determinação da remuneração de membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, bem como dos colaboradores com a remuneração total mais elevada do Banco, para além de supervisionar diretamente a remuneração dos dirigentes de topo responsáveis pelas funções de controlo independente (Auditoria Interna, Gestão do Risco e Compliance);
- Avaliar os membros do Conselho de Administração que desempenham funções executivas com base nos critérios definidos na Política de Remuneração, conforme aprovada pela Mesa da Assembleia Geral;
- Prestar todo o apoio necessário e efetuar recomendações para apoiar o processo de aprovação pelo Conselho de Administração da política geral de remuneração do Banco e das suas filiais, promovendo a sua revisão sempre que necessário;

- Avaliar os mecanismos adotados para garantir que o sistema de remuneração implementado no Banco e no Grupo Haitong Bank tem em conta todos os tipos de risco, bem como os níveis de liquidez e fundos próprios, e que a Política de Remuneração Global é coerente com e promove uma gestão de risco sã e eficaz e que está harmonizada com a estratégia, os objetivos, a cultura e os objetivos de longo prazo do Banco;
- Testar a capacidade de reação do sistema de remuneração implementado a eventos internos e externos, recorrendo a um conjunto de possíveis cenários, e testando retroativamente o modelo utilizado para esse efeito;
- Realizar, com o apoio das funções de Risco e Compliance, uma avaliação anual do impacto das práticas de remuneração das sucursais e estabelecimentos offshore (subsidiárias), em particular no que respeita às questões de gestão de risco, com especial ênfase nos riscos de capital e liquidez do Banco;
- Assegurar que é realizada pelo menos uma vez por ano uma revisão da Política de Remuneração do Banco e das suas subsidiárias, com o apoio das equipas de Recursos Humanos e Jurídica e das Funções de Controlo do Banco, com vista a garantir: (i) que a política é efetivamente aplicada; (ii) que os pagamentos das remunerações são adequados e consistentes com o perfil de risco do Banco e os seus objetivos de longo prazo; e (iii) que a política cumpre a legislação e regulamentos em vigor, bem como os princípios e recomendações nacionais e internacionais relevantes;
- Emitir um relatório anual sobre a Política de Remuneração, incluindo quaisquer medidas necessárias para corrigir eventuais deficiências detetadas cuja responsabilidade pela implementação seja da competência dos Órgãos de Administração e Supervisão;
- Informar a Mesa da Assembleia Geral, a cada ano, sobre o exercício das suas funções, incluindo o envio de um parecer fundamentado sobre a adequação da Política de Remuneração e de eventuais alterações à mesma que considere necessárias; e
- Estar presente nas Assembleias Gerais de Acionistas em que a Política de Remuneração esteja na ordem de trabalhos, e fornecer qualquer informação solicitada pela Mesa da Assembleia Geral.

Em 2023, a Comissão de Remuneração era composta por 4 (quatro) membros não executivos do Conselho de Administração nomeados pelo Conselho de Administração. A maioria destes membros era independente.

Em 2023, a Comissão de Remuneração realizou 4 (quatro) reuniões, 3 (três) das quais por meios eletrónicos, tendo contado com o apoio logístico e técnico do CEO Office, assim como com os serviços de secretariado deste departamento.

Em 2023, a composição da Comissão de Remuneração era a seguinte:

Comissão de Remuneração		Participação em 2023
Presidente		
	Martina García	4/4
Vogais		
	António Domingues	4/4
	Lin Yong*	4/4
	Vincent Camerlynck*	4/4

* Terminou o mandato a 29 de dezembro de *2023.*

A 17 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou uma nova composição da Comissão de Remunerações, tendo a Dra. Martina García como Presidente e a Dra. Maria do Rosário Ventura e o Dr. Pan Guangtao como membros.

Comissão de Governo Societário

A Comissão de Governo Societário tem como objetivo monitorizar a aplicação, bem como assegurar a plena implementação, das seguintes políticas e normativos: (i) Política de Seleção e Avaliação dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais ("Política de Seleção e Avaliação"); (ii) Política de Sucessão Interna dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais ("Política de Sucessão"); (iii) Regulamento sobre Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses; e (iv) Regulamento sobre Partes Relacionadas.

Entre as competências da Comissão de Governo Societário, destacam-se resumidamente as seguintes:

- No âmbito da Política de Seleção e Avaliação, a Comissão de Governo Societário é responsável, em particular, pelo seguinte:
  - Identificar e recomendar os candidatos a cargos nos Órgãos de Administração e Supervisão do Banco, avaliar a composição do Conselho de Administração em termos de reputação, conhecimentos, especialização, diversidade e experiência, elaborar uma descrição das funções e qualificações para as nomeações em questão e avaliar o tempo a consagrar ao exercício das respetivas funções;
  - Proceder à avaliação inicial da adequação dos candidatos a membros dos Órgãos de Administração e Supervisão do Banco, dos candidatos a Gerentes de Sucursais e dos candidatos a titulares de funções essenciais, tendo em consideração os seguintes critérios: reputação, competências profissionais, independência e disponibilidade;
  - Elaborar o relatório de avaliação inicial sobre a adequação do candidato em causa (o "Relatório de Avaliação Inicial"), com o conteúdo mínimo estabelecido na Política de Seleção e Avaliação;
  - Apresentar o Relatório de Avaliação Inicial, caso o candidato tenha sido incluído numa lista submetida à aprovação da Assembleia Geral, bem como informar os Acionistas dos requisitos de adequação das pessoas a eleger;
  - Proceder à reavaliação sucessiva da adequação individual dos membros do Conselho de Administração, anualmente ou sempre que chegue ao conhecimento da Comissão de Governo Societário ou do Conselho de Administração um novo facto ou evento que determine a necessidade de o fazer;
  - Proceder anualmente à avaliação sucessiva da adequação coletiva dos membros do Conselho de Administração;
  - Rever e aprovar o relatório sobre a adequação individual e coletiva dos membros do Conselho de Administração, elaborado por um consultor externo;
  - Atualizar regularmente a Política de Seleção e Avaliação e apresentar recomendações para a sua melhoria, revendo, em particular, as regras relativas à diversidade nas funções de gestão e submetendo uma proposta à Mesa da Assembleia Geral do Banco para a manutenção, alteração ou eliminação dessas regras; e
  - Identificar e recomendar, no seu Relatório de Avaliação Inicial dos membros e candidatos a cargos nos órgãos sociais do Banco e avaliar a sua composição, nomeadamente em termos de diversidade.
- No âmbito da Política de Sucessão, cabe em especial à Comissão de Governo Societário analisar e rever:
  a) A implementação do Plano de Sucessão do Banco;
  b) O relatório sobre a avaliação individual de cada um dos candidatos a sucessores de Titulares de Funções Essenciais identificados no âmbito do Plano de Sucessão;

- No âmbito do Regulamento sobre Conflitos de Interesses, a Comissão de Governo Societário é responsável, em particular, por realizar uma avaliação regular do Regulamento e monitorizar a sua aplicação, bem como por propor quaisquer atualizações ao mesmo;
- No âmbito do Regulamento sobre Partes Relacionadas, cabe em especial à Comissão de Governo Societário:

a) Receber um relatório, pelo menos trimestralmente, para análise de todas as transações que envolvam Partes Relacionadas;

b) Avaliar a Lista das Partes Relacionadas antes da sua aprovação pelo Conselho de Administração;

c) Elaborar um relatório anual sobre a sua atividade de prevenção e resolução de conflitos de interesses, contendo pelo menos a informação prevista no Regulamento sobre Partes Relacionadas.

- No âmbito do exercício das suas funções relativas aos sistemas de governo e de controlo internos, cabe em especial à Comissão do Governo Societário:
  - Apreciar a adequação do modelo de governo societário do Banco ao desenvolvimento da estratégia de negócio definida e apoiar a implementação de um sistema de controlo interno eficaz;
  - Propor ao Conselho de Administração medidas com vista ao aperfeiçoamento do modelo de Governo Societário do Banco, designadamente ao nível da estrutura, repartição de competências entre os seus membros executivos, linhas de reporte e funcionamento dos órgãos sociais, tendo presente as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como as orientações e melhores práticas do setor bancário neste domínio.
- No exercício das suas funções, a Comissão do Governo Societário procura impedir que o processo de tomada de decisões nos Órgãos de Administração e Supervisão seja controlado por um qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos em detrimento dos interesses do Banco no seu conjunto.

Em 2023, a Comissão do Governo Societário reuniu 10 (dez) vezes, 5 (cinco) das quais por meios eletrónicos, tendo contado com o apoio logístico e técnico do CEO Office, assim como com os serviços de secretariado deste departamento.

A composição da Comissão de Governo Societário em 2023 foi a seguinte:

Comissão de Governo Societário		Participação em 2023
Presidente		
	António Domingues	10/10
Vogais		
	Vincent Camerlynck*	10/10
	Lin Yong*	9/10

** Terminou o mandato a 29 de dezembro de 2023.*

A 17 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou uma nova composição da Comissão de Governo Societário, tendo a Dra. Chen Xuemei (Michelle Chen) como Presidente e o Dr. Zhang Xinjun (Jeff Zhang) e o Dr. António Domingues como membros.

Comissão de Auditoria Interna

A Comissão de Auditoria Interna tinha como objetivo garantir que a função de Auditoria Interna era efetiva, permanente e independente. Adicionalmente, esta Comissão visava garantir que a função de Auditoria Interna era dotada dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários para a total prossecução da missão que lhe era confiada e para o exercício da sua função de autoridade no Banco e no Grupo Haitong Bank.

Entre as competências da Comissão de Auditoria Interna, destacam-se as seguintes:

- Apreciar as propostas de Plano Anual, Plano de Formação e Orçamento para a função, a serem apresentadas ao Conselho de Administração, para aprovação;
- Decidir sobre as ações necessárias para a total execução do orçamento e sobre o plano de formação para a Função de Auditoria Interna;
- Solicitar e analisar os resultados das revisões de qualidade à função de Auditoria Interna;
- Convocar reuniões com o Responsável da função de Auditoria Interna, a fim de discutir e monitorizar o Plano de Auditoria e as suas conclusões; e
- Tomar outras iniciativas não incluídas no âmbito das responsabilidades específicas dos Órgãos de Administração e Fiscalização, mas que fossem necessárias para o correto funcionamento da Função de Auditoria Interna.

A Comissão de Auditoria Interna era composta por 4 (quatro) membros do Conselho de Administração que não faziam parte da Comissão Executiva. Os seus membros eram nomeados pelo Conselho de Administração, sendo, na sua maioria, independentes.

Em 2023, a Comissão de Auditoria Interna reuniu 5 (cinco) vezes, tendo contado com o apoio logístico e técnico do CEO Office, assim como com os serviços de secretariado deste departamento.

A composição da Comissão de Auditoria Interna em 2023 foi a seguinte:

Comissão de Auditoria Interna		**Participação em 2023**
Presidente		
	António Domingues	5/5
Vogais		
	Vincent Camerlynck*	5/5
	Paulo Martins*	5/5
	Zhang Xinjun (Jeff Zhang)	5/5

**Terminou o mandato a 29 de dezembro de 2023.*

Em 29 de dezembro de 2023, a Comissão de Auditoria Interna foi extinta na sequência da aprovação da nova estrutura de governo societário, por Deliberação dos Acionistas do Banco, tendo as suas competências sido integradas na nova Comissão de Auditoria.

9.5 Outros Comités (ao nível da Comissão Executiva)

Comité de Crédito

O Comité de Crédito foi estabelecido pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração. Este Comité é responsável por avaliar e emitir recomendações para a Comissão Executiva sobre operações que envolvam a tomada de risco de crédito ou de contraparte.

Este Comité tem poderes consultivos, de acordo com a delegação de poderes do Comité de Crédito aprovada pela Comissão Executiva.

A Comissão Executiva estabelece e revê periodicamente a delegação de poderes do Comité de Crédito a fim de garantir que se encontra totalmente alinhada com a estratégia de crédito do Banco.

O Comité de Crédito é composto por membros com direito de voto (incluindo um Moderador), assim como pelo responsável pela Função de Gestão de Risco, um Secretário e um Assistente. Os membros do Comité de Crédito são nomeados pelo CEO, sendo esta nomeação aprovada pela Comissão Executiva. O Comité de Crédito pode decidir chamar pessoas externas a tomar parte na reunião.

Em 2023 o Comité de Crédito reuniu 39 (trinta e nove) vezes, tendo ainda tomado 4 (quatro) decisões por meios eletrónicos, tendo sido secretariado pelo Departamento Jurídico.

Comité de Imparidade

O Comité de Imparidade foi estabelecido pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração e é responsável por analisar e decidir sobre o nível de imparidade individual a ser atribuído a instrumentos financeiros e/ou a outros ativos sujeitos a imparidade individual e contabilizados pelo custo amortizado e/ou ao justo valor com alterações no rendimento integral (FVOCI – Fair Value through Other Comprehensive Income) e que apresentem sinais de imparidade (exposições under performing e non-performing). O Comité de Imparidade analisa ainda a adequação da imparidade das exposições mais significativas do Banco.

Este Comité tem ainda como responsabilidade analisar os cenários de cash-flow a serem usados na avaliação de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados quando, de acordo com as condições contratuais, estes *cash-flows* não são certos.

Este Comité tem poderes consultivos, emitindo, em relação à análise acima mencionada, recomendações para consideração e aprovação pela Comissão Executiva. As funções do Comité de Imparidade são transversais a todas as entidades do Grupo Haitong Bank.

O Comité de Imparidade é composto por membros com direito de voto, incluindo o Presidente, nomeados pela Comissão Executiva, e por membros sem direito de voto designados pelo Presidente.

Em 2023, o Comité de Imparidade reuniu 12 (doze) vezes, tendo sido secretariado pelo Departamento Jurídico.

Comité de Investment Banking Global Adoption

O objetivo do Comité de Investment Banking Global Adoption ("Comité de IBK Global Adoption") é aprovar todos os potenciais mandatos de banca de investimento em relação às transações propostas ou a novos clientes que não envolvam risco de crédito ou de mercado.

O Comité de IBK Global Adoption é instituído pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração.

Entre as competências do Comité de IBK Global Adoption, destacam-se as seguintes:

- Promover a discussão sobre as perspetivas gerais do negócio de banca de investimento, assuntos cross-border e potenciais transações;
- Aprovar os potenciais mandatos de banca de investimento em relação às transações propostas ou novos clientes que não envolvam risco de crédito ou risco de mercado, embora possam envolver risco de liquidação. Incluem-se aqui todas as operações de Fusões & Aquisições (M&A), Equity Capital Markets (ECM), Debt Capital Markets (DCM) e Derivados para Empresas a que o Banco está associado. Podem ser abertas exceções quando o Presidente do Comité considera que a transação não é adequada para análise deste fórum, como é o caso dos mandatos que envolvem informações privilegiadas (e.g., ofertas públicas de aquisição);
- Aprovar outros mandatos de assessoria e contratos de agenciamento, nomeadamente no âmbito de Structured Finance;
- Aprovar propostas nas quais o Banco incorra em risco reputacional ou risco de liquidação relativamente às áreas acima mencionadas;
- Aprovar transações nos mercados de capitais (ECM e DCM) relativamente às quais o Banco pode ser considerado responsável em caso de default por parte dos outros gestores envolvidos na transação;
- Definir restrições a implementar no Banco e nas suas subsidiárias.

O Comité de IBK Global Adoption é composto pelos seguintes membros: o Administrador Executivo com o pelouro de Banca de Investimento, que preside ao Comité (o "Presidente"); o Administrador Executivo responsável pela Sucursal do Brasil; o Gerente da Sucursal de Espanha; o Responsável da área de Mercados de Capitais; o Gerente da Sucursal de Varsóvia; 1 (um) representante do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. responsável pela área de Desenvolvimento do Negócio com a China; o Responsável pela Função de Gestão de Risco, o Responsável pela Função de Compliance; e um Secretário.

Em 2023, o Comité de IBK Global Adoption realizou 33 (trinta e três) reuniões com um adicional de 33 (trinta e três) aprovações eletrónicas, tendo sido secretariado pelo Departamento Jurídico.

Comité de Novos Negócios

O Comité de Novos Negócios tem como objetivo encorajar, promover e analisar novas ideias e negócios ou apoiar iniciativas e novos produtos, agindo como um fórum de 'brainstorming' e fornecendo os meios necessários para apoiar o desenvolvimento das respetivas propostas.

Depois de uma análise global, essas iniciativas e ideias são submetidas à aprovação e implementação da Comissão Executiva.

O Comité de Novos Negócios é instituído pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração.

Entre as competências do Comité de Novos Negócios, destacam-se as seguintes:

- Encorajar, promover e analisar novas ideias e negócios ou apoiar iniciativas e novos produtos, agindo como um fórum de 'brainstorming' e fornecendo os meios necessários para apoiar o seu desenvolvimento, com base nos seguintes elementos principais: Estratégia; Plano de Negócios; Risco; Necessidades de Balanço; Finanças; Infraestruturas; Operações; Estrutura de Compliance; e Recursos Humanos; e

- Apresentar, para aprovação da Comissão Executiva, as propostas analisadas e o respetivo parecer deste comité.

O Comité de Novos Negócios é presidido pelo Administrador responsável pela Gestão do Risco. Os seus outros membros incluem o Responsável Suplente do CEO Office, o Responsável da área Financeira, o Responsável pela área Jurídica, o Responsável pela área de Informática, o Responsável da área de Gestão do Risco, o responsável da Função de Compliance e o Encarregado da Proteção de Dados. Caso seja necessário e adequado, poderão ser chamadas a assistir às reuniões pessoas externas ao Banco.

Em 2023, o Comité de Novos Negócios realizou 2 (duas) reuniões.

Comité de Ativos e Passivos

O Comité de Ativos e Passivos tem como objetivo agir como um fórum consultivo da Comissão Executiva, aconselhando-a em assuntos relacionados com Capital, Financiamento e Liquidez, tendo sido estabelecido pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração.

Entre as competências do Comité de Ativos e Passivos, destacam-se as seguintes:

- Apoiar a Comissão Executiva na definição da Estratégia de Capital e Liquidez/Funding em linha com as necessidades do negócio e com a estratégia do Banco, e de acordo com os requisitos regulamentares;
- Monitorizar as posições de liquidez e funding de acordo com o modelo de funcionamento do Banco e gerir o diferencial entre os juros ativos e os juros passivos;
- Apoiar a Comissão Executiva na definição das Políticas de Risco de Mercado, Risco de Taxa de Juro, Risco Cambial, Risco de Liquidez e de Adequação de Fundos Próprios e dos níveis de tolerância;
- Rever as necessidades de funding do Banco e analisar fontes alternativas de funding, com o aconselhamento do Departamento de Tesouraria;
- Avaliar a exposição aos riscos de liquidez e de capital em cenários de stress e o Plano de Contingência de Liquidez do Banco;
- Coordenar os Reportes Regulamentares: FCP; ICAAP; ILAAP; Plano de Recuperação;
- Propor à Comissão Executiva a Política Interna de Pricing;
- Rever a alocação de ativos no balanço;
- Apoiar a Comissão Executiva na definição da política de investimento da carteira de investimentos do Banco; e
- Monitorizar a evolução da Carteira de Investimento, do benchmarking, retorno total, rentabilidade ajustada ao risco, e rentabilidade do custo de oportunidade.

O Comité de Ativos e Passivos é presidido pelo membro da Comissão Executiva responsável pela subsidiária do Brasil, com o apoio do membro da Comissão Executiva responsável pela função de Gestão de Risco. Os seus outros membros incluem os Responsáveis pelos Departamentos de Tesouraria, Gestão de Risco, Financeiro e CEO Office, pelas Direções de Structured Finance e Fixed Income e pela área de Corporate Derivatives.

Em 2023, o Comité de Ativos e Passivos reuniu 2 (duas) vezes, tendo sido secretariado pelo CEO Office.

9.6 Órgão de Supervisão

Órgão de Supervisão

De acordo com os anteriores Estatutos da Sociedade, o Órgão de Supervisão era composto por três membros permanentes, um dos quais será nomeado Presidente, e um membro suplente. O Órgão de Supervisão é eleito por um mandato de três anos.

Em 29 de dezembro de 2023, foi aprovada uma nova estrutura de governo por Deliberação dos Acionistas do Banco, tendo as funções de supervisão, entre outros aspetos, sido assumidas pela nova Comissão de Auditoria, uma vez que o Conselho Fiscal deixou de existir.

As competências centrais do Órgão de Supervisão (ou seja, da nova Comissão de Auditoria) incluem:

- Fiscalizar a administração do Banco e solicitar à Comissão Executiva qualquer informação, sempre que o considere necessário;
- Assegurar o cumprimento da lei e dos Estatutos do Banco;
- Verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos e dos documentos que lhes servem de suporte;
- Verificar a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes ao Banco ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar se as políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pelo Banco conduzem a uma correta avaliação dos ativos e dos resultados;
- Convocar a Mesa da Assembleia Geral, quando o respetivo presidente não o faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas visando assegurar a sua integridade;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração;
- Informar o Conselho de Administração sobre o resultado da revisão legal das contas e explicar a forma como contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel desempenhado pelo Órgão de Supervisão neste processo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, designadamente no que diz respeito ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência, devendo para o efeito: (i) avaliar os procedimentos operacionais com o objetivo de verificar se as respetivas atividades são geridas de forma eficiente, através de uma adequada gestão dos riscos e com base em informação contabilística e financeira completa; (ii) acompanhar os relatórios anuais de atividade das funções de controlo, transmitindo ao Conselho de Administração quaisquer recomendações que considere adequadas sobre as matérias abrangidas por esses relatórios; e (iii) solicitar a qualquer momento qualquer documento ou informação que considere relevante, sem ter de apresentar qualquer pedido ao Conselho de Administração;
- Receber relatórios sobre incumprimentos apresentados por acionistas, colaboradores ou outros;
- Contratar prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica do Banco;

- Relativamente ao Revisor Oficial de Contas: (i) propor à Assembleia geral a nomeação de um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas, justificando devidamente a sua proposta; (ii) fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas do Banco; (iii) apreciar a opinião do Revisor Oficial de Contas quanto à adequação e eficácia dos controlos internos subjacentes ao processo de preparação e divulgação de informação financeira; e (iv) fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas nos termos da lei e, designadamente, no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Emitir anualmente uma opinião sobre a eficácia, adequação e coerência dos sistemas de controlo interno, gestão de risco e auditoria e relativamente ao sistema de controlo interno da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Emitir pareceres e aprovações exigidas por lei, e, em particular, um parecer prévio relativamente ao Código de Conduta do Haitong Bank, S.A.;
- Promover avaliações periódicas e independentes realizadas por entidades externas relativamente à conduta e valores do Conselho de Administração;
- Identificar e avaliar as suas próprias necessidades em termos de composição e organização;
- Participar no processo de avaliação do desempenho das funções de controlo interno e dos respetivos representantes, de acordo com a lei;
- No âmbito das suas competências, assegurar a fiabilidade, integridade, consistência, exaustividade, validade, atualidade, acessibilidade e granularidade de toda a informação produzida pela instituição;
- Executar ações de controlo no âmbito das suas competências, mantendo um plano plurianual de atividades, aprovado e atualizado periodicamente, no qual se inclui uma descrição dos materiais e meios técnicos e humanos necessários para apoiar os membros do Órgão de Supervisão no exercício das suas funções;
- Monitorizar e analisar qualquer denúncia de irregularidade (relatórios de wistleblowing);
- Emitir todos os relatórios e avaliações/pareceres incluídos nos relatórios de Autoavaliação ao abrigo do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal; e
- Desempenhar quaisquer outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei, por normativo interno do Banco ou pelos seus Estatutos.

Em 2023, o Órgão de Supervisão reuniu 36 (trinta e seis) vezes incluindo 20 (vinte) reuniões eletrónicas:

Conselho Fiscal		Participação em 2023
Presidente		
	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	36/36
Vogais		
	Cristina Maria da Costa Pinto	36/36
	Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	36/36
Suplente		
	Paulo Ribeiro da Silva	0/36

Além de participarem nas reuniões do Órgão de Supervisão, as quais são secretariadas pelo Departamento Jurídico, os membros do Órgão de Supervisão estiveram igualmente presentes em 5 (cinco) reuniões da Comissão de Auditoria Interna, 5 (cinco) reuniões da Comissão de Governo Societário, 8 (oito) reuniões da Comissão de Risco e 4 (quatro) reuniões do Conselho de Administração.

Na tabela seguinte, identificam-se os membros do Órgão de Supervisão que, não estando associados a qualquer grupo específico de interesses da sociedade a 29 de dezembro de 2023, data da aprovação da nova estrutura de governo do Banco, cumprem ou não cumprem os critérios de independência estabelecidos no nº 5 do Artigo 414 do Código das Sociedades Comerciais, segundo o qual é considerada independente no contexto de uma sociedade a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

a) Ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade; ou
b) Ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

Satisfação dos critérios de independência dos membros do Órgão de Supervisão		(a)	(b)
Presidente			
	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	Cumpre	Cumpre
Vogais			
	Cristina Maria da Costa Pinto	Cumpre	Cumpre
	Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	Cumpre	Não Cumpre
Suplente			
	Paulo Ribeiro da Silva	--	--

9.7 Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

A entidade responsável pela auditoria às contas é nomeada de acordo com a Política de Seleção e Nomeação do Auditor Externo. A Pricewaterhousecoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA. ("PWC SROC"), registada na CMVM com o nº 183, foi eleita como Auditor Externo do Banco para o triénio de 2023-2025 por Deliberação da Assembleia Geral de 18 de maio de 2023, sendo representada pela Dra. Cláudia Sofia Gonçalves Parente de Palma.

O detalhe das remunerações atribuídas a auditores PwC e à sua rede, segundo a natureza e a sociedade pela qual os serviços foram prestados, durante o exercício de 2023 é o seguinte:

Consolidado

(milhares de euros)	Consolidado 31.12.2023
PwC SROC	**444**
Auditoria	240
Outros serviços de garantia de fiabilidade	195
Outros serviços que não de garantia de fiabilidade	9
Empresas da rede PwC (1)	**357**
Auditoria	339
Outros serviços que não de garantia de fiabilidade	18
Valor total dos serviços acordados	**801**

(1) De acordo com a definição de "rede" estabelecida pela Comissão Europeia na sua Recomendação nº C(2002) 1873, de 16 de maio de 2002

Os honorários acordados para o exercício de 2022 a nível consolidado com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(milhares de euros)	Consolidado 31.12.2022
Revisão legal das contas anuais (Haitong Bank)	492
Revisão legal das contas anuais (subsidiárias)	160
Outros serviços de garantia de fiabilidade	74
Consultoria fiscal	-
Outros serviços que não revisão legal das contas	71
Valor total dos serviços acordados	**797**

Individual

(milhares de euros)	Individual 31.12.2023
PwC SROC	**444**
Auditoria	240
Outros serviços de garantia de fiabilidade	195
Outros serviços que não de garantia de fiabilidade	9
Empresas da rede PwC (1)	**149**
Auditoria	134
Outros serviços que não de garantia de fiabilidade	15
Valor total dos serviços acordados	**593**

(1) De acordo com a definição de "rede" estabelecida pela Comissão Europeia na sua Recomendação nº C(2002) 1873, de 16 de maio de 2002

Os honorários acordados para o exercício de 2022 a nível individual com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(milhares de euros)	Individual 31.12.2022
Revisão legal das contas anuais (Haitong Bank)	492
Outros serviços de garantia de fiabilidade	64
Outros serviços que não revisão legal das contas	71
Valor total dos serviços acordados	**627**

Os valores apresentados não consideram o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Os honorários relativos à auditoria às demonstrações financeiras correspondem aos acordados para os exercícios de 2023 e 2022. Os honorários apresentados para os restantes serviços respeitam a valores acordados durante os exercícios de 2023 e 2022.

PARTE III – ORGANIZAÇÃO INTERNA

10. Estatutos da Sociedade

Os Estatutos do Haitong Bank, S.A. foram aprovados pelo acionista do Banco a 29 de dezembro de 2023.

11. Comunicação de Irregularidades

Nos termos do Artigo 420.º (1)(j) do Código das Sociedades Comerciais, competia ao anterior Conselho Fiscal, e compete agora à nova Comissão de Auditoria, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por colaboradores, clientes, acionistas e quaisquer outras entidades.

A última versão do Regulamento de Comunicação de Irregularidades ("whistleblowing") do Banco foi atualizada pelo Conselho de Administração a 29 de agosto de 2023.

Os colaboradores devem comunicar quaisquer práticas ou comportamentos deliberados ou negligentes que detetem ou de que tenham conhecimento ou suspeitas fundamentadas, e que sejam passíveis de constituir uma violação de uma obrigação legal por parte do Banco ou de um dos seus colaboradores. De acordo com o regulamento do Banco, os colaboradores têm igualmente o dever de informar o seu superior hierárquico de qualquer delito ou irregularidade que possa chegar ao seu conhecimento. As comunicações de irregularidades podem ser feitas oralmente (sendo neste caso elaborado um relatório por escrito, o qual deverá ser assinado pelas pessoas presentes), ou por escrito, sendo em qualquer caso tratadas com confidencialidade. O relatório deve conter todos os elementos e informações de que o colaborador disponha, incluindo a identificação do(s) indivíduo(s) acusado(s) ou envolvido(s); o(s) delito(s) observado(s); uma descrição dos eventos ou indícios reportados; e referência sobre a possibilidade de obtenção de provas.

As comunicações de irregularidades são recebidas e processadas pela área de Compliance, a qual elabora um relatório de investigação a submeter ao Conselho de Administração. Ouvidos os demais membros do Órgão de Supervisão e quando considerado necessário, o Conselho de Administração decide sobre as medidas a tomar.

12. Controlo interno

O Banco tem em vigor um sistema de controlo interno que é mantido pelas áreas de controlo interno relevantes, tal como estabelecido no Aviso 3/2020 do Banco de Portugal.

O sistema de controlo interno existente no Banco assenta em objetivos e orientações definidos pelo Conselho de Administração, correspondendo a uma estrutura que inclui uma Função de Gestão de Risco (inclui Risco Operacional e um Departamento de Rating), uma Função de Auditoria Interna e uma Função de Compliance.

O Responsável da Função de Auditoria Interna reporta diretamente e funcionalmente ao Conselho de Administração, à anterior Comissão de Auditoria Interna e ao anterior Conselho Fiscal e hierarquicamente ao Administrador Executivo responsável pela Função. Todas as atividades da Função de Auditoria Interna desenvolvidas pelas entidades pertencentes ao Grupo Haitong Bank eram coordenadas e supervisionadas pela Função de Auditoria Interna do Haitong Bank, de forma a garantir a consistência das práticas de auditoria interna e da aplicação das normas, o cumprimento dos requisitos técnicos e regulamentares da Função, bem como uma avaliação global e consolidada do Sistema de Controlo Interno do Grupo Haitong Bank. A única estrutura do Grupo Haitong Bank fora de Portugal que dispõe de uma equipa própria de auditoria interna é o Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. (Haitong Brasil). Esta equipa, sediada em São Paulo, serve o conglomerado Haitong Brasil e reporta funcional e diretamente ao Responsável da Função de Auditoria Interna em Lisboa, sem prejuízo do reporte ao Conselho de Administração e à Comissão de Controlo Interno locais.

A Função de Gestão de Risco reporta ao Conselho de Administração e ao Órgão de Supervisão. O Responsável pela Função de Gestão de Risco e o Responsável pelo Departamento de Rating reportam hierárquica e funcionalmente ao Administrador Executivo com o pelouro de controlo de risco. A equipa de risco em Lisboa é diretamente responsável pela gestão de risco das sucursais em Espanha, no Reino Unido e em Macau, enquanto a Sucursal na Polónia tem uma equipa de gestão de risco local que atua sob a supervisão de Lisboa. O Haitong Brasil tem igualmente uma equipa de gestão de risco local.

A Função de Compliance reporta hierarquicamente ao Administrador do pelouro e funcionalmente ao Conselho de Administração do Banco, assim como ao Órgão de Supervisão. Os responsáveis locais das sucursais e subsidiárias das unidades localizadas nas geografias onde o Banco está presente reportam funcionalmente ao Responsável da Função de Compliance. À data do presente relatório, existem Responsáveis de Compliance nas sucursais em Espanha, Reino Unido, Polónia e Macau e também na subsidiária no Brasil.

O Órgão de Supervisão (ver também secção 9.6) fiscaliza e avalia a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, designadamente no que diz respeito ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência, devendo para o efeito: (i) avaliar os procedimentos operacionais com o objetivo de verificar se as respetivas atividades são geridas de forma eficiente, através de uma adequada gestão dos riscos e com base em informação contabilística e financeira completa; (ii) acompanhar os relatórios anuais de atividade das funções de controlo, transmitindo ao Conselho de Administração quaisquer recomendações que considere adequadas sobre as matérias abrangidas por esses relatórios; e (iii) solicitar a qualquer momento, qualquer documento ou informação que possa considerar relevante, sem ter de apresentar qualquer pedido ao Conselho de Administração.

Compete ao CEO Office e ao Departamento Financeiro preparar as contas e relatórios semestrais e anuais do Banco. Este processo desenvolve-se em permanente diálogo com a Comissão Executiva e os primeiros responsáveis dos departamentos envolvidos. Os documentos a divulgar e o respetivo momento de divulgação – dependendo do documento em concreto – carecem da aprovação expressa do Acionista (relatório e contas anual) e/ou do Conselho de Administração (relatório e contas semestral). A divulgação da informação financeira é da responsabilidade do Responsável pelas Relações com Investidores.

Em 29 de dezembro de 2023, foi aprovada uma nova estrutura de governo por Deliberação dos Acionistas do Banco, tendo as funções de supervisão, entre outros aspetos, sido assumidas pela nova Comissão de Auditoria, uma vez que o Conselho Fiscal deixou de existir.

13. Controlo de risco

O Conselho de Administração é o principal responsável pela Estrutura de Gestão de Risco do Banco.

A Comissão de Risco (ver Secção 9.4) é responsável por monitorizar o desenvolvimento e implementação da estratégia de risco e apetite de risco do Banco e por se certificar de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, tem como objetivo apoiar o Banco na tomada de decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo órgão de administração são devidamente implementadas.

14. Relações com Investidores

O Representante para as Relações com os Investidores tem como principais funções assegurar, junto das autoridades e do mercado, o cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte que impendem sobre o Banco e dar resposta às solicitações de informação dos investidores, obrigacionistas, analistas financeiros e demais agentes.

O Dr. Pedro Alexandre Martins Costa é o Representante do Banco para as Relações com Investidores desde 2018.

No âmbito das obrigações regulamentares de reporte, destaca-se a difusão da informação enquadrável na moldura de "informação privilegiada" e a preparação dos relatórios e contas anuais e semestrais.

Toda a informação pública sobre o Banco pode ser solicitada ao Representante para as Relações com os Investidores, através do contacto indicado no website do Banco.

15. Website

O endereço do website do Banco é: www.haitongib.com

Local onde é disponibilizada informação sobre a sociedade, a sua qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171 do Código das Sociedades Comerciais:
https://www.haitongib.com/pt/haitong/informacao-legal

Local onde se disponibiliza a informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado:

https://www.haitongib.com/pt/haitong/informacao-societaria

https://www.haitongib.com/pt/contactos

Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas relativos pelo menos aos últimos cinco anos:

https://www.haitongib.com/pt/relacoes-com-o-mercado/relatorios-e-contas

PARTE IV - REMUNERAÇÃO

Informação prestada em cumprimento do disposto no artigo 47º do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal.

A versão integral da Política de Remuneração do Banco pode ser consultada no site do Haitong Bank em "Política de Remuneração". A Política de Remuneração foi aprovada pelo acionista do Banco a 25 de abril de 2023.

a) Dados quantitativos agregados sobre a remuneração paga em 2023 aos membros da direção de topo e aos colaboradores cujas funções tenham um impacto significativo no perfil de risco do Banco:

(euros)

	Total	Órgão de Fiscalização	Não Executivo	Executivo	Áreas de Negócio	Funções de Suporte	Funções de Controlo
Nº de Membros	76	3	7	5	19	25	17
Remuneração Fixa	10.041.072	62.000	363.332	1.822.343	2.874.514	3.276.309	1.642.574
Remuneração Variável	2.649.640	0	0	958.846	750.197	734.465	206.132
Remuneração Total	12.690.712	62.000	363.332	2.781.189	3.624.711	4.010.774	1.848.706

(euros)

b) Montantes de remuneração variável pagos em 2023, separando pagamentos antecipados e montantes diferidos:

(euros)

	Total	Órgão de Fiscalização	Não Executivo	Executivo	Áreas de Negócio	Funções de Suporte	Funções de Controlo
Nº de Membros	76	3	7	5	19	25	17
Remuneração Variável paga em 2023 - pagamento inicial	1.601.527	0	0	491.327	502.076	465.320	142.804
Remuneração Variável paga em 2023 - parte diferida	1.048.113	0	0	467.519	248.121	269.145	63.328

c) Montantes relativos a remuneração variável diferida, divididos entre montante "a adquirir no exercício financeiro corrente (2024)" e "a adquirir em exercícios financeiros futuros":

(euros)

	Total	Órgão de Fiscalização	Não Executivo	Executivo	Áreas de Negócio	Funções de Suporte	Funções de Controlo
Nº de Membros	76	3	7	5	19	25	17
Devido no corrente ano (2024)[1]	807.207	0	0	405.059	200.752	173.789	27.607
Devido em anos futuros [1]	1.013.705	0	0	543.542	281.109	173.197	15.857

(1) O pagamento dos montantes de remuneração variável diferida não é garantido e pode estar sujeito a ajustamentos após análise de risco (mecanismos de redução, "malus", e reversão, "clawback"), em linha com a Política de Remuneração.

d) Montantes de remuneração diferida pagos durante o exercício financeiro de 2023 e objeto de reduções resultantes de ajustamentos em função do desempenho:

Não se verificou qualquer redução nos montantes de remuneração diferida pagos durante o exercício financeiro de 2023 resultante de ajustamentos em função do desempenho.

e) Pagamento de remuneração variável garantida durante o exercício financeiro de 2023 e o número de beneficiários desse tipo de remuneração:

Não foi paga qualquer remuneração variável garantida durante o exercício financeiro de 2023.

f) Montantes das indemnizações por cessação de funções concedidas durante o exercício financeiro de 2023, número de beneficiários e montante mais elevado pago a um só beneficiário:

O montante total de indemnizações pagas em 2023 ascendeu a 279.177 euros, a um total de 7 beneficiários. O montante mais elevado pago a um só beneficiário foi de 127.815 euros.

g) Número de Colaboradores com remuneração igual ou superior a 1 milhão de euros durante o exercício financeiro de 2023, repartido por escalões de remuneração de 500.000 euros para as remunerações entre 1 milhão e 5 milhões de euros, e repartido por escalões de remuneração de 1 milhão de euros para as remunerações iguais ou superiores a 5 milhões de euros:

No exercício de 2023, houve um colaborador que recebeu uma remuneração total entre 1,0 milhão de euros e 1,5 milhões de euros.

PARTE V – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Regulamento de Transações com Partes Relacionadas do Haitong Bank, S.A. estabelece os procedimentos internos e os limites para a aprovação de transações entre o Banco e/ou sociedades e/ou numa relação de domínio ou de grupo com o Banco e uma parte relacionada.

Em conformidade com o artigo 33º do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, o Banco estabeleceu uma Lista de Partes Relacionadas que é submetida trimestralmente à aprovação do Conselho de Administração, após recomendação da Comissão de Governo Societário.

Para este efeito, de acordo com o Regulamento de Transações com Partes Relacionadas do Banco, com a legislação acima referida e com a IAS 24, "partes relacionadas" são qualquer pessoa ou entidade identificada como sendo: (i) Participantes qualificados da instituição e outras pessoas ou entidades abrangidas pelo regime revisto no artigo 109.º do RGICSF; (ii) Membros dos Órgãos de Administração e de Supervisão; (iii) Familiares dos membros dos Órgãos de Administração e de Supervisão, tais como: cônjuge, unido de facto, pais, padrastos/madrastas, sogro(a)s, filho(a)s; enteado(a)s; e genros e noras; (iv) Sociedades nas quais um membro do Órgão de Administração ou do Órgão de Supervisão e/ou seus familiares : a) detém uma participação qualificada igual ou superior a 10% do capital ou dos direitos de voto; ou na qual b) essas pessoas exerçam influência significativa; ou c) exerçam cargos de direção e/ou funções de fiscalização; (v) Entidades com uma relação de interdependência económica com o Banco, nomeadamente devido a uma relação entrecruzada de participações, ou que, por estarem de tal forma ligadas à instituição, na eventualidade de uma delas se deparar com problemas financeiros, a instituição terá também dificuldades financeiras; (vi) Pessoas e/ou entidades (incluindo depositantes, devedores, credores, entidades do grupo, colaboradores do Banco ou colaboradores de outras entidades do grupo) com capacidade de influenciar a gestão do Banco e de se envolver em transações ou relações comerciais em condições favoráveis e/ou de qualquer forma diferentes das condições normais de mercado; e (vii) Fundos de Pensões dos colaboradores do Banco.

A última versão do Regulamento de Partes Relacionadas do Banco foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2023.

As transações que envolvem Partes Relacionadas devem ser processadas de acordo com o procedimento aplicável ao tipo de transação em questão, pelas unidades internas responsáveis pela sua revisão, aprovação, controlo e execução, estando ainda sujeitas aos seguintes requisitos adicionais:

a) Salvo as exceções enumeradas no ponto abaixo, qualquer transação com uma Parte Relacionada estará sujeita a:

- Parecer da Função de Risco e da Função de Compliance (o qual será prestado no âmbito do processo interno normal, de acordo com o tipo de transação e os procedimentos aplicáveis, nomeadamente sob a forma de Parecer nos documentos de aprovação);
- Parecer do Órgão de Supervisão;
- Aprovação por maioria de 2/3 dos Membros do Conselho de Administração;
- Reporte e revisão mínima trimestrais pela Comissão de Governo Societário (CGS).

- A aprovação pelo Conselho de Administração deve ser sempre a última aprovação para uma transação com uma Parte Relacionada e deverá ter em consideração as apreciações dos Órgãos Sociais e os Pareceres das Funções de Controlo acima mencionados.

b) Transações com Partes Relacionadas que não envolvam a concessão de crédito, nem a assunção de quaisquer riscos de crédito ou de mercado, e que consistam em:

- Serviços de assessoria financeira, não estritamente de natureza bancária; ou
- A prestação de serviços de consultoria relativos a informação comparativa sobre setores/atividades específicas, tais como estudos de mercado aprofundados, tendências do setor, estratégias empresariais, previsões financeiras, estudos de caso comparáveis e outros; ou
- A prestação de serviços de assessoria sobre oportunidades alternativas de investimento e diversificação da carteira de investimentos; ou
- Operações de Banca de Investimento (M&A e ECM / DCM) nas quais o Banco fornece análises setoriais, análises de ativos localizados fora da China continental, supervisiona e coordena equipas de peritos em due diligence em áreas específicas tais como contabilidade, impostos, questões jurídicas e de pessoal; ou
- Operações de angariação de fundos nos mercados internacionais.

  - Estas transações estão isentas do Parecer Prévio do Órgão de Supervisão, devendo ser submetidas ao Comité de IBK Global Adoption a título informativo ou de acordo com outro procedimento interno aplicável, receber um parecer favorável das Funções de Compliance e Gestão do Risco e ser aprovadas pela Comissão Executiva por maioria de 2/3 dos seus Membros, sendo ainda sujeitas a reporte e revisão mínima trimestrais pela Comissão de Governo Societário e pelo Órgão de Supervisão, e anualmente pelo Conselho de Administração.

Todas as transações com Partes Relacionadas devem ser realizadas em condições normais de mercado. Quando não for possível determinar as condições de mercado aplicáveis a uma determinada transação com uma Parte Relacionada, o Banco aplicará um referencial de comparabilidade (conforme definido no procedimento interno para o efeito) para avaliar as condições de mercado. O objetivo é assegurar que o Banco não aplica condições mais favoráveis às Partes Relacionadas do que as que seriam concedidas a clientes ou contrapartes Não Relacionadas em transações semelhantes.

Estas regras asseguram um controlo rigoroso do cumprimento das regras legais estabelecidas no RGICSF, incluindo a regra sobre transações em condições de mercado e sobre a prevenção de conflitos de interesse.

A maioria das transações com partes relacionadas concluídas em 2023 disse respeito a serviços de assessoria financeira e outras transações sem risco de crédito ou de mercado para o Banco, no montante de cerca de 16,4 milhões de euros, correspondentes a 33 (trinta e três) transações. Estas transações respeitaram as regras estabelecidas no Regulamento sobre Partes Relacionadas, uma vez que se encontravam abrangidas pelas disposições acima referidas (alínea b).

Relativamente às Transações com Partes Relacionadas envolvendo risco de mercado ou de crédito, foram analisadas individualmente 4 (quatro) transações em 2023. Todas as transações haviam sido aprovadas pelo órgão social relevante, não tendo sido sujeitas a objeções ou impostas condições. Mais ainda, não foram encontrados motivos de preocupação relativamente a conflitos de interesse ou cumprimento de condições de mercado.

ANEXO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 **Pan Guangtao** Presidente	O Dr. Pan Guangtao tem 30 anos de experiência na indústria de valores mobiliários, incluindo quatro anos de desenvolvimento de sistemas de informação e gestão e 25 anos de investimento em derivados e ações. O Dr. Pan foi nomeado Diretor Geral adjunto da Haitong Securities em março de 2017, a que pertence desde 2002 e na qual exerceu diversos cargos de gestão nos Departamentos de Equity Investment e de Asset Management. O Dr. Pan Guangtao é Membro Não-Executivo do Conselho de Administração do Haitong Bank, tendo assumido o cargo de Presidente em 29 de dezembro de 2023.	O Dr. Pan Guangtao licenciou-se em 1994 em Mecatrónica e Engenharia pela Shanghai University of Engineering Science e obteve um MBA em *China Commerce* pela Macau University of Science and Technology.	• *Deputy CEO* da Haitong Securities Co., Ltd. • Membro do Conselho de Administração da Haitong Innovation Securities Investment Company Limited • Presidente da Proprietary Investment and FICC Committees of Haitong Securities Co. Ltd.	• Membro do *Trading Committee* da CFFEX (Bolsa de Futuros Financeiros da China) • Membro do OTC Market Committee da SAC (Associação de Valores Mobiliários Chinesa)
 **Wu Min** *Chief Executive Officer (CEO)*	O Dr. Wu Min tem uma vasta experiência em funções de gestão na área de serviços financeiros. Depois de ter desempenhado funções de gestor de investimentos na Taiyang Securities Co., Ltd. e na Jinyuan Securities Co., Ltd., o Dr. Wu Min ocupou o lugar de General Manager no departamento de Bond Financing da Haitong Securities Co. Ltd. de 2005 a 2017 Fundou a maior equipa de Debt Capital Markets ("DCM") na China, na Haitong Securities Co. Ltd., com mais de 500 profissionais, uma subscrição de cerca de RMB 500 mil milhões em obrigações em 2014, 2015 e 2016, com uma cobertura de clientes que inclui todas as sociedades e empresas chinesas com notação de crédito superior a AA- e ainda uma rede de clientes que abrange mais de 3.000 contas institucionais.	O Dr. Wu Min tem uma vasta formação académica com graduações obtidas em diversas universidades de renome no Reino Unido. O Dr. Wu Min obteve a sua licenciatura em International Trade & Finance pela Sichuan University em 2000. Depois, em 2001, obteve um Mestrado em Investment & Finance pela Middlesex University e, em 2003, um Mestrado em Mathematical Trading & Finance pela London City University. O Dr. Wu Min detém os seguintes certificados: – Inscrito na China Securities Regulatory Commission (desde 2003) – Licença de Trader Qualificado no China Inter-Bank Market (desde 2005)	• Membro não Executivo do Conselho de Administração do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. • Diretor do Haitong Investment Ireland p.l.c	n.a.

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A.	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 **Alan Fernandes** Administrador Executivo	O Eng. Alan Fernandes tem mais de 32 anos de experiência profissional no setor financeiro. Tem uma vasta experiência na área de negócios de Structured Finance em todos os setores de infraestruturas, incluindo parcerias público-privadas. São de destacar o papel ativo na privatização de empresas nos setores de eletricidade, telecomunicações, mineração e distribuição de gás natural no Brasil, incluindo o processo de privatização dos serviços de gás natural em São Paulo. Destaca-se igualmente o significativo envolvimento na reestruturação do setor energético no Brasil (distribuição, transmissão e geração). Tem ainda uma vasta experiência nas áreas de M&A e Mercado de Capitais, abrangendo vários setores de atividade no Brasil e a nível internacional. O Eng. Alan Fernandes é membro executivo do Conselho de Administração do Haitong Bank desde março de 2013 e membro executivo do Conselho de Administração do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. desde março de 2014. É ainda o Presidente da Comissão Executiva do Haitong Brasil desde abril de 2016. Antes disso, trabalhou no Banco Itaú S.A., no Banco Itaú BBA S.A., no Unibanco S.A., na Algar Telecom S.A., na Deloitte & Touche Tohmatsu e no BNDES.	O Eng. Alan Fernandes obteve a sua licenciatura em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, tendo-se especializado em Finanças pelo IBMEC.	• CEO do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. • Membro Executivo do Haitong do Brasil DTVM, S.A. • Membro Executivo do Haitong Securities do Brasil, S.A. • Membro Executivo do Haitong Negócios, S.A.	• Administrador Executivo da ABBI (Associação Brasileira de Bancos Internacionais)
 **Nuno Carvalho** Administrador Executivo	O Dr. Nuno Carvalho tem uma experiência profissional de cerca de 25 anos nos domínios jurídico e financeiro, em particular na Banca de Investimento, enquanto Advogado, MLRO e Diretor de Compliance, tendo ainda desempenhado várias outras funções corporativas como representante para as Relações com o Mercado e a CMVM. O Dr. Nuno Carvalho regressou ao Haitong Bank em 2017, vindo do Barclays Capital Investment Banking.	O Dr. Nuno Carvalho é formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Pós-Graduado em Contabilidade e Finanças pelo ISCTE Business School, Lisboa.	• Membro não Executivo do Conselho de Administração do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. • Diretor do Haitong Investment Ireland p.l.c	n.a.

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A.	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 **Vasco Câmara Martins** Administrador Executivo	O Dr. Vasco Câmara Martins tem mais de 20 anos de experiência em instituições financeiras. Nos últimos 10 anos, ocupou essencialmente posições de topo na área de Gestão de Risco, desempenhando funções de liderança..	O Dr. Vasco Câmara Martins detém a certificação do *Inter-Alpha Banking Program* do INSEAD, detendo um *Master of Science* em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), uma Pós-Graduação em Instituições Financeiras pelo Centro de Investigação de Ativos e Mercados Financeiros (CEMAF) e uma licenciatura em Gestão pela Universidade Lusíada.	n.a.	n.a.
 **Miguel Guiomar** Administrador Executivo	O Dr. Miguel Guiomar tem mais de 33 anos de experiência na banca de investimento. Atualmente é responsável pelas áreas de Banca de Investimento do Haitong Bank e Presidente do IBK Global Adoption Committee. Antes de ocupar esta posição, era responsável pela implementação da estratégia de Mercado de Capitais do Haitong Bank para Portugal, Espanha, Polónia, Brasil e China Cross-Border. Antes disso, o Dr. Miguel Guiomar desempenhou funções no Brasil, onde liderou a implementação da estratégia do Haitong Bank para o Brasil e as Américas (Nova Iorque) e foi membro da Comissão Executiva do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. Antes de se juntar ao Haitong Bank em 2008, o Dr. Miguel Guiomar foi Managing Director no Banco Finantia, onde era responsável pela área de Debt Capital Markets nos Mercados Emergentes (América Latina e Rússia / CEI), desempenhando várias outras funções ao longo dos seus 17 anos no Finantia, desde Vendas de Renda Fixa, Trading em Mercados Emergentes, Sindicação e Responsável pela Direção de Private Banking.	Licenciado em Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) e Programa de Pós-Graduação (IEP) pelo INSEAD (Fontainbleau).	n.a.	• Membro do Conselho de Administração da Câmara de Comércio Portugal - China • Membro do Conselho de Administração da Associação Proteger Grândola

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A.	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 **Lu Xiaoli** **(Nick Lu)** Administrador Executivo	O Dr. Lu Xiaoli é Diretor Geral da Sucursal de Macau do Haitong Bank, desde 2021. Ingressou na Haitong Securities em 2008, onde ocupou o cargo de Diretor-Geral Adjunto do Departamento de Negócio Institucional e Internacional desde 2015. Foi responsável pela gestão global do desenvolvimento do negócio institucional internacional do Haitong, contribuindo para promover a estratégia da empresa destinada a promover o crescimento do negócio institucional no mercado global. Antes de ingressar na Haitong Securities, trabalhou como consultor na Accenture Consulting. O Dr. Lu Xiaoli foi nomeado para o Conselho de Administração do Haitong Bank, como membro executivo, em dezembro de 2023.	O Dr. Lu Xiaoli é licenciado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Toronto, tendo obtido um MBA pelo Shanghai Advanced Institute of Finance, Universidade de Jiaotong.	n.a.	n.a.
 **Zhang Xinjun** **(Jeff Zhang)** Administrador não Executivo	O Dr. Zhang Xinjun é atualmente o Vice-Diretor Geral e Chief Financial Officer da Haitong Securities Co. Ltd., tendo 22 anos de experiência nos Departamentos de Finanças, Tesouraria e Risco do Haitong Group. Integrou a Haitong Securities Co. Ltd. em 2001, passando primeiro pela Haitong International Holdings Limited como CFO em 2007 e depois para a Haitong International Securities Group Limited em 2010. Foi vice-Presidente da Comissão Executiva da Haitong International Holdings Limited desde 2015 até regressar à Haitong Securities em 2018.	O Dr. Zhang Xinjun tem uma licenciatura em Economia (Contabilidade) e um Mestrado em Gestão (Contabilidade) pela Nankai University, na China.	• Vice-Diretor Geral e CFO da Haitong Securities Company Limited (R.P da China) • Membro não Executivo do Conselho de Administração da Haitong International Limited • CFO e membro do Conselho de Administração da Haitong International Holdings Limited (Hong Kong) • Presidente do Conselho de Administração da Haitong UT Capital Group Co. Limited • Membro não Executivo do Conselho de Administração da Haitong Unitrust International Finance Leasing Co., Ltd. • Diretor do Haitong Investment Ireland p.l.c	n.a.

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A.	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 **António Domingues** Administrador não Executivo	O Dr. António Domingues tem uma vasta experiência no setor bancário. Nos últimos 31 anos, tem exercido cargos de direção em diferentes instituições, como a CGD (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva), BPI (Vice-Presidente da Comissão Executiva e CFO no Banco BPI) e na Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. (vogal do Conselho de Administração). Foi ainda Vice-Presidente do Conselho de Administração do BPI S.A., Vice-Presidente dos Conselhos de Administração do BFA-Banco de Fomento de Angola e do BCI - Banco Comercial e de Investimentos, S.A., Subdiretor Geral do BPA - Banco Português do Atlântico em França, Assessor no Departamento de Negócios Estrangeiros no Banco de Portugal, Economista no Ministério da Indústria e Energia e membro do Conselho de Administração da NOS, S.A.. Atualmente é membro não executivo do Conselho de Administração e membro da Comissão de Auditoria do Banco Ctt.	O Dr. António Domingues obteve a sua licenciatura em Economia no Instituto Superior de Economia em Lisboa.	n.a.	• Membro não executivo do Conselho de Administração do Banco Ctt • Conselho Consultivo da Fortitude Capital SCR, SA.
 **Maria do Rosário Ventura** Administradora não Executiva	A Dra. Maria do Rosário Ventura tem uma vasta experiência no setor financeiro, tendo trabalhado no Banco Mello e posteriormente no Millennium BCP, de 1982 a 2002. De 2002 a 2004, ocupou um lugar sénior no Governo Português, como Secretária de Estado do Comércio, Serviços e Indústria. De 2004 a 2005 foi Presidente do Conselho de Administração do Grupo EMPORDEF, empresa estatal da indústria da defesa. De 2005 a 2016, ocupou vários cargos como CFO e membro do Conselho de Administração de grandes empresas portuguesas, nomeadamente no Grupo EFACEC e na EPAL, a maior empresa de abastecimento de água em Portugal. Nos últimos anos, ocupou os cargos de membro e Presidente do anterior Órgão de Supervisão do Haitong Bank.	A Dra. Maria do Rosário Ventura licenciou-se em Gestão pela Universidade Católica, em 1982, tendo obtido a certificação no AMP - Programa Avançado de Gestão do IESE em 2006.	n.a.	• Presidente do Conselho Fiscal da Bondalti Capital, S.A.

Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A.	Experiência Profissional	Formação Académica	Cargos em sociedades do Grupo Haitong	Cargos em sociedades fora do Grupo Haitong
 **Martina García** Administradora não Executiva	A Doutora Martina García tem mais de 25 anos de experiência em política económica internacional. Em março de 2022, tornou-se CEO da CSFI, um grupo de reflexão londrino para a inovação nos serviços financeiros. Antes de ocupar este cargo, era responsável pela estratégia dos mercados internacionais no London Stock Exchange Group (LSEG), onde, juntamente com a Bolsa de Valores de Xangai, desenvolveu a Shanghai-London Stock Connect, lançada em 2019. Antes de ingressar no LSEG, foi Diretora Adjunta da área de Análise do Setor Bancário e Financeiro no Departamento do Tesouro de Sua Majestade (o Ministério das Finanças do Reino Unido), onde liderou a negociação e a implementação do quadro regulamentar bancário pós-crise.	Doutorou-se em economia agrícola no Imperial College (anteriormente Wye College) em 1997. A Doutora Martina García obteve a sua licenciatura em Economia na Universidad Autonoma de Barcelona.	n.a.	• Global Practitioner na Strathclyde Business School
 **Chen Xuemei (Michelle Chen)** Administradora não Executiva	A Doutora Chen Xuemei é uma advogada com dupla qualificação (na República Popular da China e no Reino Unido), tendo mais de 30 anos de experiência profissional, nomeadamente na assessoria a clientes do setor financeiro em questões de compliance regulamentar cross-border e relacionadas com mercado de dívida e de ações. A Doutora Chen Xuemei foi sócia de várias sociedades de advogados de topo em Londres antes de se juntar ao Haitong Bank como Administradora não Executiva em dezembro de 2023.	A Doutora Chen Xuemei possui uma licenciatura um mestrado e um doutoramento em Direito pela Universidade de Pequim; possui também uma licenciatura em Ciências Humanas com distinção em Direito, um mestrado em Direito e um mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de Cambridge.	n.a.	• Sócia do gunnercooke llp

ANEXOS

INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA E SOBRE DIVERSIDADE

O Haitong Bank integra os princípios ESG (ambientais, sociais e de governo societário) na sua atividade, estando empenhado no crescimento sustentável, não só em termos do apoio às atividades dos Clientes que promovem soluções sustentáveis, mas também no âmbito das suas próprias operações. O Banco advoga a diversidade e a inclusão, colaborando e apoiando as comunidades das várias regiões onde se encontra presente. Com o apoio do acionista, o Banco promove as melhores práticas de Governo Societário, assente numa gestão e controlos de risco robustos, a par de uma cultura de equilíbrio institucional de poderes e de independência entre os órgãos sociais.

Esta secção aborda o desenvolvimento, desempenho e impacto das atividades do Grupo Haitong Bank nas seguintes áreas: questões ambientais, sociais e laborais; igualdade entre mulheres e homens; não discriminação; respeito pelos direitos humanos; prevenção da corrupção e suborno, e avaliação do risco ESG.

Ambiente

Enquanto instituição de crédito e sociedade de intermediação financeira com atividade essencialmente no setor da banca de investimento, o Haitong Bank tem uma exposição muito reduzida a clientes de retalho. Apresenta uma reduzida infraestrutura e um quadro de pessoal de pequena dimensão, pelo que a sua pegada ambiental é muito limitada.

Não obstante a sua reduzida pegada ambiental, o Haitong Bank assume o compromisso de atuar com base em práticas sustentáveis e amigas do ambiente. Em 2023, o Banco gerou 2,5 toneladas de papel reciclado, reduzindo assim a sua pegada ambiental, através da destruição segura e confidencial de documentos.

A minimização da sua pegada ambiental é de extrema importância para o Banco, não só em termos de redução do seu impacto no ambiente, mas também com o objetivo de redução de custos. Para este efeito, o Banco tem como preocupação implementar continuamente novas medidas destinadas a reduzir o consumo de energia, água e consumíveis.

Responsabilidade Social

O Haitong Bank desenvolve a sua atividade de acordo com os princípios e melhores práticas internacionais de Responsabilidade Social, respeitando e cumprindo os compromissos de gestão no sentido de contribuir para um desenvolvimento mais sustentável do ponto de vista ambiental, social e de governo societário (ESG). O Banco assume o compromisso de respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos no âmbito da sua relação com os clientes, fornecedores, parceiros e nas comunidades onde opera, procurando evitar ou mitigar os impactos adversos, diretos ou indiretos, da sua atividade.

O Haitong Bank está fortemente empenhado em cumprir a legislação social e ambiental, assim como em seguir as melhores práticas do setor bancário. De igual modo, o Banco apoia e encoraja todos os seus Colaboradores a participar em atividades de solidariedade social – sendo que não podem ser atribuídos donativos de natureza social caso exista a possibilidade de estes influenciarem uma decisão de negócio.

Em 2023, o Haitong Bank manteve o seu compromisso para com as suas responsabilidades sociais, ao continuar a participar nesse tipo de iniciativas e apoiar e incentivar a plena participação e envolvimento ativo dos seus Colaboradores e restantes *stakeholders* nesta área.

Em Portugal, o Haitong Bank apoiou as vítimas do sismo na Turquia e Síria, através da Cruz Vermelha Portuguesa, com um donativo de 5.000 euros. Esta iniciativa contou também com o apoio de colaboradores do Banco, que contribuíram com um donativo de 715 euros. O Banco apoiou igualmente a Liga Portuguesa Contra o Cancro com um donativo de 5.000 euros, tendo os seus Colaboradores contribuído com um donativo de 655 euros. O Banco apoiou ainda o IPO de Lisboa com um donativo de 300 euros, bem como a Comunidade Vida e Paz com um donativo de 1.500 euros.

No Brasil, o Haitong Bank juntou-se à campanha de solidariedade para com as vítimas das chuvas no litoral norte de São Paulo e, em parceria com os seus Colaboradores, arrecadou o valor de 3.940 reais. Esta quantia foi entregue ao Fundo Social de São Paulo, que utilizou o donativo para comprar os bens necessários. O Haitong Brasil participou também numa campanha anual de apoio a ações de saúde e educação de crianças e jovens brasileiros, bem como a estudos sobre o aumento dos índices da cura do cancro infantil e juvenil. O Haitong Brasil usou ainda os créditos fiscais do exercício do ano anterior para apoiar projetos sociais no primeiro trimestre de 2023, por via da Lei de Incentivo Fiscal. Estes projetos apoiam famílias vulneráveis, nomeadamente com baixos rendimentos e em situação de desemprego, residentes nas zonas periféricas e mais necessitadas de São Paulo.

Na Polónia, o Haitong Bank atribuiu um prémio ao vencedor da 7ª edição do "Concurso para a melhor tese no domínio da cooperação económica contemporânea da República da Polónia com a República Popular da China", organizado pelo Polish-Chinese Business Council.

Em Macau, o Haitong Bank juntou-se ao evento "Red Pocket Envelope Recycling Program", coorganizado pela Associação de Bancos de Macau (ABM), de 27 de janeiro a 12 de fevereiro, com o objetivo de reciclar e reutilizar envelopes vermelhos do Ano Novo Lunar. O Banco juntou-se ainda à campanha "Easy to Recycle Mooncake Boxes", organizada também pela ABM, entre 29 de setembro e 16 de outubro, com o objetivo de reciclar caixas usadas, tendo sido colocado um ponto de reciclagem nas suas instalações.

Questões relacionadas com os Colaboradores

Consultar a secção "Pessoas" do Relatório de Gestão.

Ambiente no local de trabalho

O Haitong Bank promove o respeito mútuo e a igualdade de tratamento e de oportunidades entre todos os Colaboradores, valorizando a diversidade no seio da organização. O Banco implementa políticas, regulamentos e procedimentos internos que visam a prevenção e o combate ao assédio no local de trabalho. Assim, os Colaboradores não devem praticar qualquer tipo de discriminação com base em critérios como etnia, identidade de género, orientação sexual, religião, credo, cultura, nacionalidade, deficiência, orientação política ou ideológica, educação, estado civil ou outros, devendo aceitar e respeitar o direito à diferença.

Os Colaboradores do Banco devem atuar de acordo com os mais elevados padrões éticos e abster-se de qualquer comportamento que possa ser considerado ofensivo para os outros. Devem rejeitar qualquer comportamento abusivo cujo objetivo ou efeito seja perturbar ou envergonhar uma pessoa, afetar a sua dignidade ou criar um ambiente intimidante, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. Os Colaboradores devem também rejeitar qualquer comportamento sexual indesejado, seja verbal, não verbal ou físico, com o propósito ou efeito referido no parágrafo anterior.

Além disso, todos os Colaboradores são encorajados a comunicar quaisquer irregularidades de que possam tomar conhecimento e/ou ter suspeitas devidamente fundamentadas. A receção e o tratamento de qualquer comunicação de irregularidades deverão ser feitas de acordo com as políticas, regulamentos e procedimentos internos do Banco e deverão ser sempre independentes e anónimas.

Igualdade e Diversidade

O Haitong Bank compromete-se a assegurar diversidade na composição dos seus órgãos sociais em termos de competências, origens geográficas e idade. Em particular, o Banco prioriza diversidade de género com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e um comportamento socialmente responsável. A diversidade em geral promove a eficiência e um clima de desafio e debate construtivo no seio da gestão de topo.

Na sua "Política de Seleção e Avaliação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e Titulares de Funções Essenciais" (abrev. Política de Seleção e Avaliação), o Banco comprometeu-se a aumentar a presença do sexo sub-representado, assegurando que as mulheres manterão, pelo menos, um peso de 30% nos seguintes órgãos e cargos:

- Órgão de Gestão;
- Órgão de Supervisão;
- Titulares de funções essenciais.

No final de 2023, cerca de 31% dos lugares nos órgãos sociais do Banco e de titulares de funções essenciais eram ocupados por mulheres, tendo sido atingido o objetivo estabelecido na política anteriormente mencionada. No entanto e após a aprovação do novo Conselho de Administração, a 29 de dezembro de 2023, esta percentagem aumentou para 34%. Nesta data, as mulheres representavam 38% do total de efetivos (para mais detalhe, consultar a secção "Pessoas" do Relatório de Gestão), existindo também um número considerável de colaboradoras em lugares de topo do Banco.

Prevenção da Corrupção e Suborno

O Banco tem em vigor uma Política de Prevenção da Corrupção que visa introduzir no seu normativo interno orientações específicas relativas à prevenção da corrupção e suborno. Esta política foi elaborada tendo por base as normas nacionais e internacionais em vigor incluindo a legislação portuguesa relativa à prevenção da corrupção e suborno, a Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre a Luta contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais, a Convenção relativa à Luta Contra a Corrupção em que Estejam Implicados Funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-membros da União Europeia, e a Convenção Penal sobre a Corrupção do Conselho da Europa e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Dada a presença e/ou atuação do Banco em diferentes áreas geográficas, este documento reflete ainda um conjunto de normas e princípios anticorrupção vigentes nestas diferentes jurisdições, sem prejuízo da obrigação de cada Colaborador de estar informado sobre as normas anticorrupção aplicáveis em cada caso bem como de tomar as medidas necessárias para o cumprimento das mesmas. Neste contexto, merecem especial destaque as leis anticorrupção dos Estados Unidos da América e do Reino Unido: o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* e o *UK Bribery Act*.

Avaliação de Risco ESG

O Banco tem instituído um processo de avaliação de risco que visa identificar clientes com elevado risco ESG. Sempre que um cliente é identificado como potencial cliente de elevado risco ESG, são postas em prática diversas diligências de ESG, de forma a identificar eventuais medidas de mitigação de risco. O exercício de *due diligence* pretende avaliar a preparação do cliente e eventualmente isentá-lo da classificação de elevado risco ESG. A avaliação de risco é um passo relevante neste processo e inclui duas fases: primeiramente, uma avaliação global do risco ESG do cliente, de acordo com o setor de atividade em que se enquadra; e seguidamente, uma análise específica da mitigação do risco ESG de cada cliente, a qual passa a constar do relatório interno de *rating* de cada cliente.

Avaliação Global

O Haitong Bank reconhece que um compromisso sério para com questões ambientais, sociais e de Governo Societário ("ESG") é essencial para o seu sucesso e, como tal, reflete essas preocupações na sua estratégia de negócio. Em 2023, o Haitong Bank abraçou diversas iniciativas para atingir estes objetivos, em linha com a sua dimensão, exposição e limitada pegada ecológica. O compromisso do Banco para com um crescimento sustentável continuará a ser uma prioridade, integrando-o o Banco nos seus processos, políticas e procedimentos internos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o Haitong Bank apresentou, em 31 de dezembro de 2023, um Resultado Líquido Consolidado positivo de 17.261.596,89 euros (dezassete milhões, duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e seis euros e oitenta e nove cêntimos) e um Resultado Líquido Individual positivo de 12.253.199,54 euros (doze milhões, duzentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos), o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral a proposta de transferência do Resultado Líquido Individual positivo para:

- Outras Reservas e Resultados Transitados: EUR 12.253.199,54 (doze milhões, duzentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos);
- Total: EUR 12.253.199,54 (doze milhões, duzentos e cinquenta e três mil, cento e noventa e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos).

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º - G do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

a) As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 29.º - G do Código dos Valores Mobiliários;

b) As demonstrações financeiras referidas na alínea a) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;

c) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no exercício de 2023, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 01 de março de 2024

Pan Guangtao
(Presidente do Conselho de Administração)

Wu Min
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

Lu Xiaoli
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Chen Xuemei
(Vogal)

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
(Vogal)

Zhang Xinjun
(Vogal)

RESUMO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Comissão de Auditoria do Haitong Bank, S.A.

Resumo do Relatório de Avaliação

Nos termos do Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho de 2020, emitido pelo Banco de Portugal ("**Aviso**"), o Órgão de Fiscalização deve elaborar um resumo do relatório de avaliação ("**Relatório**"), que é divulgado em anexo aos documentos anuais de prestação de contas da instituição. No Relatório, conforme previsto pelo Aviso, foi avaliada a adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Haitong Bank, S.A., entre 1 de dezembro de 2022 e 30 de novembro de 2023 ("**Período de Referência**"). A referida avaliação foi efetuada ao nível individual do Haitong Bank, S.A. e ao nível do grupo Haitong Bank, S.A., abrangendo também as Sucursais do Haitong Bank, S.A. na Polónia, Espanha, Reino Unido e Macau e também a sua filial Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A..

O Órgão de Fiscalização, na avaliação que efetuou e que ficou descrita no seu Relatório, adotou a seguinte metodologia e realizou as seguintes tarefas:

a) Participações regulares do Órgão de Fiscalização em reuniões dos órgãos sociais e comités internos do Haitong Bank, S.A., tais como Conselho de Administração, Comité de Auditoria Interna, Comité de Risco e Comité de Governo Societário. No total e no Período de Referência, o Órgão de Fiscalização realizou 44 (quarenta e quatro) reuniões14 (catorze) das quais foram reuniões eletrónicas (via e-mail). Das referidas reuniões, 4 (quatro) realizaram-se com o responsável da função de Auditoria Interna, 6 (seis) com o responsável da função de Conformidade, 3 (três) com o responsável da função de Controlo de Risco, 3(três) com o responsável pelo departamento financeiro e 10 com representantes do auditor externo. Para além disso, o Conselho Fiscal participou ainda em 5 (cinco) reuniões da Comissão de Auditoria Interna, 5 (cinco) reuniões da Comissão de Governo Societário, 8 (oito) reuniões da Comissão de Risco e 4 (quatro) reuniões do Conselho de Administração do Banco

   Assim, a maioria das reuniões do Órgão de Fiscalização durante o Período de Referência foram realizadas com representantes do Banco e Comités, que estão diretamente envolvidos na promoção de uma cultura organizacional e na implementação de sistemas de governo e de controlo interno, o que demonstra o envolvimento significativo do Órgão de Fiscalização nas matérias tratadas pelo Aviso.

b) Consulta do manual de procedimentos de controlo interno do Haitong Bank, S.A., na medida do necessário para realizar a avaliação nos termos do Aviso;

c) Reuniões com os responsáveis dos departamentos das Funções de Conformidade, Auditoria Interna e Controlo de Risco, bem como com os representantes do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.;
d) Análise dos relatórios emitidos pelas funções de controlo interno, respeitantes ao Haitong Bank, S.A. e ao Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A. e discussão das conclusões com os respetivos responsáveis;
e) Identificação e monitorização do estado das deficiências e respetivas medidas corretivas, que tenham sido identificadas nos relatórios de controlo anteriores;
f) Análise da avaliação do auditor externo ao sistema de controlo interno e discussão das respetivas conclusões com os representantes do auditor externo;
g) Análise e discussão da avaliação do auditor externo, a pedido do Órgão de Fiscalização, aos processos de preparação dos reportes prudenciais e financeiros, aos processos de preparação da informação divulgada ao público e ao cumprimento adequado dos deveres de divulgação de informação ao público.

Relativamente ao sistema de controlo interno do Banco, o Órgão de Fiscalização considerou os aspetos relacionados com cada função de controlo, tais como as responsabilidades, organigrama, recursos, independência e outras matérias que tenham sido suscitadas interna e externamente.

O Órgão de Fiscalização sublinha, relativamente à cultura organizacional do Banco, o trabalho desenvolvido pelas funções de controlo interno, no sentido de promover uma cultura organizacional sólida, transparente, acessível à generalidade dos colaboradores do Banco, adequada à dimensão da estrutura do Banco e eficaz por forma a aumentar o robustecimento e eficácia dos controlos na mitigação dos riscos, bem como, na identificação de potenciais oportunidades de melhoria.

Durante o Período de Referência, o Órgão de Fiscalização salienta a proatividade na ação para a avaliação dos riscos, no planeamento das atividades para melhor encontrar as medidas corretivas para as situações identificadas como deficiências ou oportunidades de melhoria e, por isso, constituem um traço comum nas ações desenvolvidas pelas funções de controlo interno.

O Órgão de Fiscalização emitiu o seu Relatório, com data de 28 de Dezembro de 2023, referente ao Período de Referência, tendo emitido uma opinião clara, detalhada e fundamentada, sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Banco, nos termos do Aviso n.º 3/2020, de 15 de Julho, do Banco de Portugal.

No seu Relatório, o Órgão de Fiscalização concluiu de forma satisfatória a sua avaliação quanto à adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e governo e da cultura organizacional do Banco, sendo que as situações detetadas, pese embora careçam naturalmente de um

acompanhamento regular por partes das funções de controlo interno, não colocam em causa, de um modo geral, a adequação da eficácia dos sistemas de governo societário e de controlo interno e a cultura organizacional do Banco.

Nos relatórios de avaliação do Banco, o Conselho de Administração concluiu que as funções de controlo interno têm os recursos, autoridade e competências necessárias para exercerem as suas funções de forma independente e eficaz. Relativamente aos responsáveis das funções de controlo, o Conselho de Administração notou que os mesmos integram diversos comités internos, tais como o Comité de Risco, Comité de Auditoria e o Comité de Governo Societário, o que permite um diálogo regular com os administradores não executivos do Banco.

Relativamente às Políticas de Remuneração, o Conselho de Administração concluiu pela existência de uma consistência das referidas políticas no grupo Haitong Bank, S.A..

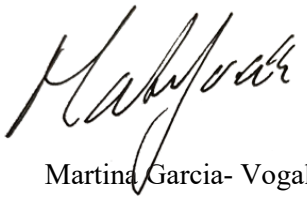
No que se refere à cultura organizacional do Banco, o Conselho de Administração realçou o apoio prestado às atividades internas, no sentido de promover uma cultura organizacional e cumpridora dos requisitos regulatórios aplicáveis. Em particular, o Conselho de Administração destacou o Código de Conduta aprovado pelo Banco, assim como a existência de normativos internos que promovem uma cultura de profissionalismo, transparência e integridade.

Por último, importa referir que o Banco aprovou em 29 de dezembro de 2023 por Resolução Acionista a nova estrutura de governação. O modelo de governo alterou-se do Modelo Latino, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), composto por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração (cuja gestão corrente foi delegada numa Comissão Executiva), um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, para um modelo anglo-saxónico, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 278.º do CSC, composto por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração (cuja gestão corrente foi delegada numa Comissão Executiva), que integra uma Comissão de Auditoria composta por três membros não executivos do Conselho de Administração, e um Revisor Oficial de Contas.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2024

COMISSÃO DE AUDITORIA

Maria do Rosário Ventura - Presidente



Martina Garcia- Vogal



Chen Xuemei - Vogal

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Haitong Bank, S.A.

Exercício de 2023

Ao Acionista do Haitong Bank, S.A.,

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Órgão de Fiscalização (que até 28 de dezembro de 2023 revestia a forma de Conselho Fiscal) sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados pelo Conselho de Administração do Haitong Bank, S.A. (doravante, "Haitong" e / ou "Banco").

O Banco aprovou em 29 de dezembro de 2023, por deliberação unânime por escrito tomada pela única acionista votante, a sua nova estrutura de administração e de fiscalização. O modelo de governação do Banco alterou-se, assim, do modelo latino, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"), que era composto por um Conselho de Administração (cuja gestão corrente foi delegada numa Comissão Executiva), um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas autónomo, para o modelo anglo-saxónico, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 278.º do CSC, composto por um Conselho de Administração (cuja gestão corrente foi delegada numa Comissão Executiva), que integra uma Comissão de Auditoria, composta por três administradores não executivos, e ainda um Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria, no atual modelo de governação, substitui assim, em todas as matérias, nomeadamente no âmbito, responsabilidades, funções e atividades, o anterior Conselho Fiscal, e passa a integrar ainda as responsabilidades e funções da anterior Comissão de Auditoria Interna.

O Órgão de Fiscalização do Haitong, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, a evolução da gestão e da atividade do Haitong, nomeadamente:

(i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, bem como a cultura organizacional do Banco;

(ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;

(iii) participou nas reuniões das Comissões de Auditoria Interna, Risco e Governo Societário;

(iv) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;

(v) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte, com a extensão considerada necessária;

(vi) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pelo Haitong; e

(vii) teve reuniões, sempre que necessário, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados pelo Haitong, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Órgão de Fiscalização apreciou também, nos termos da Lei, a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.), relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento do Relatório Adicional emitido pelo Revisor Oficial de Contas dirigido a este Órgão de Fiscalização sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2023, documentos com os quais concorda. Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que, no entender dos membros do Órgão de Fiscalização, cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspetos que circunscreveram a atividade do Haitong no exercício de 2023, tanto em termos individuais, como em termos consolidados.

O Órgão de Fiscalização destaca ainda os seguintes aspetos:

- As divulgações feitas pelo Banco, na Nota 32 do Anexo das demonstrações financeiras consolidadas, dos impactos decorrentes da política fiscal e das interações com a Autoridade Tributária e Aduaneira;

HR

- O Órgão de Fiscalização emitiu o seu Relatório, sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Haitong, nos termos do Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho, do Banco de Portugal, com data de 28 de dezembro de 2023, referente ao período de 01 de dezembro de 2022 a 30 de novembro de 2023, tendo emitido uma opinião clara, detalhada e fundamentada. Um resumo desse relatório encontra-se em anexo ao Relatório e Contas do Haitong relativos ao exercício de 2023;

- De entre os eventos societários ocorridos no ano de 2023 e descritos no Relatório de Gestão, o Órgão de Fiscalização, destaca, em maio de 2023, a conclusão do processo de liquidação da Haitong Ancillary Services Poland SP Zoo;

- Em março de 2023 foram obtidas as autorizações regulamentares para a Sucursal de Londres passar para o Regime Regulamentar Total do Reino Unido, em paralelo com a expansão de atividades;

- Em dezembro de 2023, foi deliberado o aumento do capital social do Banco no montante global de 7.998.935,00 euros, passando o capital social do Banco a ser no montante de 871.277.660,00 euros, pós-aumento. Este aumento de capital, na modalidade de incorporação de reserva especial, decorreu da conversão dos direitos atribuídos ao Estado Português e adquiridos pela Haitong International Holdings Limited, única acionista votante do Banco, relativos aos anos fiscais de 2017 e 2018, emitidos ao abrigo do Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (READ);

- Já em janeiro de 2024, o Banco de Portugal informou o Haitong da sua não oposição à alteração do plano de negócios da Sucursal de Macau, particularmente ao alargamento de atividades;

- A descrição das matérias relevantes de auditoria e outras matérias em termos individuais e consolidadas que se encontram relatadas na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.

Face ao exposto, é Parecer desta Comissão de Auditoria que sejam aprovados:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;

- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido, em base estatutária, relativo ao exercício de 2023, no montante de 12.253.199,54 euros.

Lisboa, 8 de março de 2024

A COMISSÃO DE AUDITORIA

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
(Presidente)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Xuemei Chen (Michelle Chen)
Vogal

Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 29.º- G do Código dos Valores Mobiliários ("CVM").

A Comissão de Auditoria declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 29.º- G do CVM, com referência a 31 de dezembro de 2023, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e

- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Haitong e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua atividade.

Lisboa, 8 de março de 2024

A COMISSÃO DE AUDITORIA

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
(Presidente)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Xuemei Chen (Michelle Chen)
Vogal

Relatório anual das atividades do Órgão de Fiscalização relativo ao exercício de 2023

De acordo com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais ("CSC") e da alínea h) do n.º 1 B do ponto 5. do Regulamento do Órgão de Fiscalização do Haitong, a Comissão de Auditoria apresenta o seu relatório sobre a ação de fiscalização desenvolvida no exercício de 2023.

1. Introdução

As principais competências do Órgão de Fiscalização, de acordo com o regulamento são:

i. Acompanhamento da atividade do Haitong, vigiar pela observância da Lei e dos Estatutos e fiscalizar a administração da sociedade;

ii. Fiscalizar o cumprimento das políticas contabilísticas, bem como o processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão dos documentos de prestação de contas do Haitong;

iii. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos sistemas de governo e de controlo interno e da gestão de riscos, bem como da cultura organizacional;

iv. Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas; e

v. Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente no que se refere à prestação de serviços adicionais.

2. Atividade exercida pelo Órgão de Fiscalização no exercício de 2023

i. Acompanhamento da atividade do Haitong, vigilância do cumprimento da Lei e dos Estatutos e fiscalização da administração do Haitong

Durante o ano de 2023, o Órgão de Fiscalização realizou 45 (quarenta e cinco) reuniões, 18 (dezoito) das quais foram reuniões eletrónicas (via e-mail). Das referidas reuniões, 4 (quatro)

realizaram-se com o responsável da função de Auditoria Interna, 3 (três) com o responsável da função de Conformidade (*Compliance*), 2 (duas) com o responsável da função de Controlo de Risco, 4 (quatro) com o responsável pelo departamento financeiro e 10 (dez) com representantes do auditor, a DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., até maio de 2023, e depois com o novo auditor PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA., designado por deliberação datada de maio de 2023. Para além disso, o Órgão de Fiscalização participou ainda em 5 (cinco) reuniões da Comissão de Auditoria Interna, 5 (cinco) reuniões da Comissão de Governo Societário, 8 (oito) reuniões da Comissão de Risco e 4 (quatro) reuniões do Conselho de Administração do Banco.

O Órgão de Fiscalização teve acesso a toda a informação solicitada e obteve de todas as pessoas os documentos e esclarecimentos que lhe foram solicitados.

ii. Fiscalizar o cumprimento das políticas contabilísticas e o processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão legal de contas

A fiscalização do cumprimento das políticas contabilísticas e a fiabilidade da informação financeira foi feita pelo Órgão de Fiscalização através da informação financeira entregue pela Direção Financeira e o pelo Revisor Oficial de Contas (PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.). Foram várias as reuniões tidas com os responsáveis, nas quais foram analisados os relatórios e a apreciação dos procedimentos e das conclusões da auditoria.

O Órgão de Fiscalização analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas relativos ao exercício de 2023, tendo emitido, sobre os mesmos, um parecer favorável.

iii. Acompanhamento e fiscalização da eficácia do sistema de controlo interno, da gestão de riscos

O Órgão de Fiscalização acompanhou e avaliou a adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos, de auditoria interna e de conformidade, nos termos das suas competências, através de reuniões e da informação reportada pelos responsáveis por aquelas funções no Haitong e da apreciação do trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas do Banco

(PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.), no âmbito da avaliação dos Sistemas de Governo e de Controlo Interno, bem como da cultura organizacional, tendo emitido o seu parecer sobre a adequação do sistema de controlo interno no dia 28 de dezembro de 2023, elaborado nos termos do artigo 56.º do Aviso 3/2020, de 15 de Julho (Banco de Portugal).

iv. Acompanhamento da atividade da Função de Auditora Interna

O Órgão de Fiscalização supervisionou a atividade da Função de Auditoria Interna durante o exercício de 2023, que reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria Interna e ao Órgão de Fiscalização e hierarquicamente ao Administrador Executivo responsável pela Função. O Órgão de Fiscalização aprovou o orçamento e o plano de atividades e acompanhou com regularidade a execução do plano de atividades da Função de Auditoria Interna, tendo para tal recebido a informação considerada necessária para o cumprimento das suas competências.

v. Acompanhamento da atividade do Revisor Oficial de Contas do Haitong

O Órgão de Fiscalização acompanhou com regularidade no ano de 2023, a atividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas, através da apreciação crítica dos documentos elaborados no âmbito do desempenho das suas funções. O Revisor Oficial de Contas confirmou ao Órgão de Fiscalização que não detetou qualquer irregularidade relacionada com o desempenho dos seus deveres e que não teve qualquer obstáculo na prossecução daqueles deveres.

Durante o exercício de 2023 o Órgão de Fiscalização apreciou a prestação de serviços não relacionados com os serviços de auditoria, tendo confirmado que foi salvaguardada a independência do Revisor Oficial de Contas.

vi. Acompanhamento dos negócios do Haitong com partes relacionadas

O Órgão de Fiscalização acompanhou a execução da política de transações com partes relacionadas no exercício de 2023. A maioria das transações com partes relacionadas concluídas, no exercício de 2023, referem-se a serviços de assessoria financeira e outras transações que não envolvem risco de crédito ou de mercado para o Haitong.

HC

vii. Comunicação de irregularidades

Compete ao Órgão de Fiscalização, nos termos da Lei, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por colaboradores, clientes, acionistas e quaisquer outras entidades. Em agosto de 2023 foi atualizado o regulamento de comunicações de irregularidades (*Reporting of Wrongdoings* (*Whistleblowing*). Durante o exercício de 2023, o Órgão de Fiscalização teve conhecimento de uma comunicação de irregularidade *(Whistleblowing),* tendo sido informado que a respetiva denúncia estava a seguir internamente os seus trâmites normais e a serem tomadas as diligências devidas.

Por fim, o Órgão de Fiscalização manifesta o seu agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Haitong pela colaboração prestada para o exercício das suas funções.

Lisboa, 8 de março de 2024

A COMISSÃO DE AUDITORIA

Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
(Presidente)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Xuemei Chen (Michelle Chen)
Vogal

pwc

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Haitong Bank, S.A. ("Grupo" ou "Banco"), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3.498.642 milhares de euros e um total de capital próprio de 652.429 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas de 17.262 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Haitong Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISAs") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Perdas por imparidade dos ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e de títulos – e dos titulos ao justo valor através de outro rendimento integral *Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade da carteira de crédito a clientes e de títulos ao custo amortizado e dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas notas 2.4.1, 3.1, 22, 24, 31 e 39 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco* A significativa expressão das rubricas dos ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e de títulos – e dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral, e das perdas por imparidade que lhe estão associadas, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Este processo requer o tratamento de um volume significativo de dados, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos, em particular a adaptação a cenários macroeconómicos em rápida alteração, por parte do órgão de gestão no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("*default*"), bem como do correspondente montante de perdas por imparidade. Em 31 de dezembro de 2023 o valor bruto em balanço destes ativos financeiros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a: • Valor bruto do crédito a clientes ascende a 696.301 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade ascendem a 7.642 milhares de euros; • Valor bruto das garantias e outros compromissos ascende a 245.061 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidades ascendem a 1.989 milhares de euros; • Valor bruto dos títulos ascende a 1.058.031 milhares de euros (dos quais 821.320 milhares de euros relativos a títulos ao custo amortizado e 236.711 milhares de euros relativos a títulos ao justo valor através de outro rendimento integral) e as respetivas perdas por imparidade de 6.054 milhares de euros.	Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Grupo para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para as carteiras a crédito e de títulos ao custo amortizado e para os títulos ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como dos controlos chave referentes à aprovação, ao registo e monitorização do risco de crédito, e à atempada identificação, mensuração e registo das perdas por imparidade. Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Grupo, tendo por base os critérios definidos em normativos internos, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Grupo na análise individual de *stage*; (ii) formular o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("*default*"); e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Grupo nos seus normativos internos. Assim, para uma amostra de exposições classificadas em *stage* 3, extraída da população de crédito sujeita a análise individual pelo Grupo em 31 de dezembro de 2023, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a correspondência dos planos financeiros dos clientes utilizados para efeitos de determinação de imparidade com os respetivos contratos; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
As perdas por imparidade dos referidos ativos financeiros são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa da carteira de crédito, sendo as restantes apuradas através de análise coletiva. Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do Grupo e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Grupo desenvolve um processo que inclui (i) uma análise individual de *staging*, no sentido de corroborar a atribuição indicativa de *stage* automático (*stages* 1, 2 e 3); e (ii) uma análise individual de quantificação de imparidade. Para as exposições sujeitas a análise individual de quantificação de imparidade pelo Grupo, o montante de imparidade apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa futuros para o cumprimento das suas responsabilidades; e/ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzida dos custos inerentes à sua recuperação e venda. Para as exposições não abrangidas pela análise individual de quantificação de imparidade, o Grupo desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, que incluem nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de relato (*stages* 1, 2 ou 3). Estes modelos baseiam-se em informação disponibilizada por entidades externas como, por exemplo, agências de *rating*, e/ou dados de mercado. Por forma a serem representativos do atual contexto económico e incorporarem simultaneamente uma perspetiva da evolução económica futura, também utilizam informação prospetiva disponível acerca de um conjunto de variáveis relevantes, tais como por exemplo (i) a taxa prevista de crescimento do PIB; (ii) a evolução da Euribor e (iii) as perspetivas para a taxa de inflação global. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda	confirmar o registo dos mesmos a favor do Grupo; (iv) analisar as avaliações mais recentes desses colaterais, quando disponíveis; (v) rever a incorporação de informação prospetiva; (vi) analisar os fluxos de caixa descontados subjacentes ao cálculo de imparidade; (vii) apreciar a evolução das exposições; e (viii) compreender a visão dos responsáveis do Grupo quanto à situação económico-financeira dos clientes e, à previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Grupo, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências materialmente relevantes. Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco. Neste âmbito, efetuámos um conjunto de procedimentos, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de *backtesting* dos parâmetros de risco e dos seus resultados, quando disponíveis; (iii) revisão e testes à segmentação das carteiras; (iv) análise à definição de *default* do Grupo e aos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco, bem como da informação prospetiva disponível e sua atualização por via dos efeitos económicos estimados; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizados nos parâmetros de risco; e (vii) recálculo da *Expected Credit Loss* ("ECL") para as carteiras com referência a 31 de dezembro de 2023. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre as carteiras de crédito e de títulos ao custo amortizado e sobre os títulos ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como as respetivas perdas por imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
esperada de imparidade para cada segmento das carteiras de crédito a clientes e de títulos ao custo amortizado e dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral. Tendo em conta o exposto, e em particular no atual contexto macroeconómico, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelo Grupo na análise e quantificação das perdas por imparidade das carteiras de crédito e de títulos ao custo amortizado e dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o *timing* do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.	
Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos *Mensuração e divulgações relacionadas com os ativos por impostos diferidos apresentadas nas notas 2.12, 3.2 e 32 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco* No balanço consolidado do Banco em 31 de dezembro de 2023 os ativos por impostos diferidos totalizam 105.837 milhares de euros, dos quais: (i) 25.464 milhares de euros relacionados com diferenças temporárias; e (ii) 80.373 milhares de euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis associados à atividade do Banco e da sua subsidiaria Haitong Banco de Investimento do Brasil. De acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, o reconhecimento de ativos por impostos diferidos pressupõe que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperação. A análise de recuperabilidade desses ativos foi efetuada pelo órgão de gestão e baseou-se em projeções do plano de negócio do Grupo. Esta estimativa exigiu a aplicação de um conjunto de julgamentos complexos por parte do órgão de gestão, nomeadamente quanto a: (i) estimativa de lucros tributáveis futuros, dependentes da concretização de estratégia futura do Grupo e da evolução dos mercados em que opera, tendo em conta as	Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Grupo para efeitos da estimativa da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, em concreto quanto (i) à identificação das diferenças temporárias dedutíveis de acordo com as normas fiscais aplicáveis, (ii) à análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e (iii) à identificação dos principais pressupostos considerados pelo órgão de gestão para estimar a geração futura de lucros tributáveis que permitam a recuperação dos ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço consolidado. Procedemos também ao entendimento e à análise dos principais pressupostos considerados relevantes para estimar a evolução futura dos lucros antes de impostos, incluindo a análise da sua consistência com as projeções do plano de negócio do Grupo e considerando para tal o atual contexto macroeconómico, e ainda à revisão da interpretação da legislação fiscal com o envolvimento de especialistas em matérias fiscais.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
consequências económicas decorrentes da atual conjuntura macroeconómica; (ii) as taxas de crescimento de longo prazo; (iii) as taxas de retorno de investimentos; e (iv) as taxas de desconto, entre outros, bem como a interpretação da gestão da legislação fiscal, incluindo no que diz respeito aos ativos por impostos diferidos no âmbito do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos e à dedutibilidade fiscal de determinados custos. Eventuais alterações nos pressupostos utilizados na estimativa de resultados futuros ou na interpretação da legislação fiscal podem ter impactos relevantes na recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2023. Desta forma, esta foi considerada uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relacionadas com os ativos por impostos diferidos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

b) elaboração do relatório de gestão e relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados/eleitos auditores do Haitong Bank, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 18 de maio de 2023 para um mandato compreendido entre 2023 e 2025.

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

8 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Cláudia Sofia Parente Gonçalves da Palma

Cláudia Sofia Parente Gonçalves da Palma, ROC n.º 1853
Registado na CMVM com o n.º 20180003

pwc

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Haitong Bank, S.A. ("Haitong" ou "Banco"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.443.882 milhares de euros e um total de capital próprio de 635.370 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 12.252 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Haitong Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISAs") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Perdas por imparidade dos ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e de títulos – e dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral *Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade da carteira de crédito a clientes e de títulos ao custo amortizado e dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas notas 2.3.1, 3.1, 22, 24, 32 e 40 anexas às demonstrações financeiras do Banco* A significativa expressão das rubricas dos ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e de títulos – e dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral, e das perdas por imparidade que lhe estão associadas, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Este processo requer o tratamento de um volume significativo de dados, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos, em particular a adaptação a cenários macroeconómicos em rápida alteração, por parte do órgão de gestão do Banco no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("*default*"), bem como do correspondente montante de perdas por imparidade. Em 31 de dezembro de 2023 o valor bruto em balanço destes ativos financeiros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a: • Valor bruto do crédito a clientes ascende a 663.142 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade ascendem a 27.716 milhares de euros; • Valor bruto das garantias e outros compromissos ascende a 219.406 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidades ascendem a 566 milhares de euros; • Valor bruto dos títulos ascende a 842.676 milhares de euros (dos quais 670.404 milhares de euros relativos a títulos ao custo amortizado e 172.272 milhares de euros relativos a títulos ao justo valor através de outro rendimento integral) e as respetivas perdas por imparidade de 1.628 milhares de euros. As perdas por imparidade dos referidos ativos financeiros são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa da carteira de	Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Banco para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para as carteiras a crédito e de títulos ao custo amortizado e para os títulos ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como dos controlos chave referentes à aprovação, ao registo e monitorização do risco de crédito, e à atempada identificação, mensuração e registo das perdas por imparidade. Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Banco, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Banco na análise individual de *stage*; (ii) formular o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento ("*default*"); e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Banco no seu normativo interno. Assim, para uma amostra de exposições classificadas em *stage* 3, extraída da população de crédito sujeita a análise individual pelo Banco em 31 de dezembro de 2023, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a correspondência dos planos financeiros dos clientes utilizados para efeitos de determinação de imparidade com os respetivos contratos; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor do Banco; (iv) analisar as avaliações mais recentes desses colaterais, quando disponíveis; (v) rever a incorporação de informação prospetiva; (vi) analisar

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
crédito, sendo as restantes apuradas através de análise coletiva. Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do Banco e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Banco desenvolve um processo que inclui (i) uma análise individual de *staging*, no sentido de corroborar a atribuição indicativa de *stage* automático (*stages* 1, 2 e 3); e (ii) uma análise individual de quantificação de imparidade. Para as exposições sujeitas a análise individual de quantificação de imparidade pelo Banco, o montante de imparidade apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa futuros para o cumprimento das suas responsabilidades; e/ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzida dos custos inerentes à sua recuperação e venda. Para as exposições não abrangidas pela análise individual de quantificação de imparidade, o Banco desenvolveu modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, que incluem nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de relato (*stages* 1, 2 ou 3). Estes modelos baseiam-se em informação disponibilizada por entidades extemas como, por exemplo, agências de *rating*, e/ou dados de mercado. Por forma a serem representativos do atual contexto económico e incorporarem simultaneamente uma perspetiva da evolução económica futura, também utilizam informação prospetiva disponível acerca de um conjunto de variáveis relevantes, tais como por exemplo (i) a taxa prevista de crescimento do PIB; (ii) a evolução da Euribor e (iii) as perspetivas para a taxa de inflação global. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada de imparidade para cada segmento das carteiras de crédito a clientes e de títulos ao custo amortizado e dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral. Tendo em conta o exposto, e em particular no atual contexto macroeconómico, alterações nos	os fluxos de caixa descontados subjacentes ao cálculo de imparidade; (vii) apreciar a evolução das exposições; e (viii) compreender a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes e, à previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Banco, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências materialmente relevantes. Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco. Neste âmbito, efetuámos um conjunto de procedimentos, nomeadamente: (i) revisão da documentação metodológica dos modelos; (ii) análise da documentação do exercício de *backtesting* dos parâmetros de risco e dos seus resultados, quando disponíveis; (iii) revisão e testes à segmentação das carteiras; (iv) análise à definição de *default* do Banco e aos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem; (v) revisão e teste dos principais parâmetros de risco, bem como da informação prospetiva disponível e sua atualização por via dos efeitos económicos estimados; (vi) análise crítica dos principais pressupostos e fontes de informação utilizados nos parâmetros de risco; e (vii) recálculo da *Expected Credit Loss* ("ECL") para as carteiras com referência a 31 de dezembro de 2023. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre as carteiras de crédito e de títulos ao custo amortizado e sobre os títulos ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como as respetivas perdas por imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
pressupostos ou metodologias utilizadas pelo Banco na análise e quantificação das perdas por imparidade das carteiras de crédito e de títulos ao custo amortizado e dos títulos ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o *timing* do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.	
Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos *Mensuração e divulgações relacionadas com os ativos por impostos diferidos apresentadas nas notas 2.11, 3.2 e 33 anexas às demonstrações financeiras do Banco* No balanço do Banco em 31 de dezembro de 2023 os ativos por impostos diferidos totalizam 58.724 milhares de euros, dos quais: (i) 27.164 milhares de euros relacionados com diferenças temporárias; e (ii) 31.560 milhares de euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis associados à atividade do Banco. De acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, o reconhecimento de ativos por impostos diferidos pressupõe que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperação. A análise de recuperabilidade desses ativos foi efetuada pelo órgão de gestão e baseou-se em projeções do plano de negócio do Banco. Esta estimativa exigiu a aplicação de um conjunto de julgamentos complexos por parte do órgão de gestão, nomeadamente quanto a: (i) estimativa de lucros tributáveis futuros, dependentes da concretização de estratégia futura do Banco e da evolução dos mercados em que opera, tendo em conta as consequências económicas decorrentes da atual conjuntura macroeconómica; (ii) as taxas de crescimento de longo prazo; (iii) as taxas de retorno de investimentos; e (iv) as taxas de desconto, entre outros, bem como a interpretação da gestão da legislação fiscal, incluindo no que diz respeito aos ativos por impostos diferidos no âmbito do Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos e à dedutibilidade fiscal de determinados custos.	Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Banco para efeitos da estimativa da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, em concreto quanto (i) à identificação das diferenças temporárias dedutíveis de acordo com as normas fiscais aplicáveis, (ii) à análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras e (iii) à identificação dos principais pressupostos considerados pelo órgão de gestão para estimar a geração futura de lucros tributáveis que permitam a recuperação dos ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço. Procedemos também ao entendimento e à análise dos principais pressupostos considerados relevantes para estimar a evolução futura dos lucros antes de impostos, incluindo a análise da sua consistência com as projeções do plano de negócio do Banco e considerando para tal o atual contexto macroeconómico, e ainda à revisão da interpretação da legislação fiscal com o envolvimento de especialistas em matérias fiscais. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relacionadas com os ativos por impostos diferidos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Eventuais alterações nos pressupostos utilizados na estimativa de resultados futuros ou na interpretação da legislação fiscal podem ter impactos relevantes na recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2023. Desta forma, esta foi considerada uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

b) elaboração do relatório de gestão e relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco

de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados/eleitos auditores do Haitong Bank, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 18 de maio de 2023 para um mandato compreendido entre 2023 e 2025.

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco nesta mesma data.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

8 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Cláudia Sofia Parente Gonçalves da Palma, ROC n.º 1853
Registado na CMVM com o n.º 20180003

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

